UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS

**Origens da Faculdade de Educação da USP:
O Departamento de Educação da F.F.C.L. (1962-1969)**

São Paulo

2015

ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS

**Origens da Faculdade de Educação da USP:
O Departamento de Educação da F.F.C.L. (1962-1969)**

Tese apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São
Paulo como exigência parcial para a
obtenção do título de Doutor em
Educação

Área de Concentração: História da
Educação e Historiografia

Orientador: Bruno Bontempi Junior

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

SANTOS, Alexsandro do Nascimento

Origens da Faculdade de Educação da USP: o Departamento de Educação da F.F.C.L. (1962-1969). / Alexsandro do Nascimento Santos; orientador: Bruno Bontempi Junior. – São Paulo: 2015
211f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. História da Educação. 2. Intelectuais da Educação. 3. Ensino Superior. 4. Faculdade de Educação da USP. 4. Departamento de Educação da F.F.C.L. I. Bontempi Jr., Bruno, orientador.

FOLHA DE APROVAÇÃO

SANTOS, Alexsandro do Nascimento

Origens da Faculdade de Educação da USP: o Departamento de Educação da F.F.C.L.
(1962-1969)

Tese apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São
Paulo como exigência parcial para a
obtenção do título de Doutor em
Educação

Área de Concentração: História da
Educação e Historiografia

APROVADO EM: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Bontempi Junior (orientador)

Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof^a. Dra. Carlota Josefina M. Cardozo dos Reis Boto

Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. José Sérgio Fonseca de Carvalho

Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof^a. Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À minha mãe.

Que soube gerar, acolher, apoiar,
compreender e sustentar minha vontade
de saber.

Que permitiu que eu sonhasse, ousasse e
produzisse um lugar no mundo,
preenchendo com seu desejo a minha
humanidade pela primeira vez.

Que chorou quando me fiz professor.

Que está viva na voz, nos cabelos e na
beleza de **Maria Luiza**, minha sobrinha,
e na avidez, afetuosidade e nos dedos de
Gabriel, meu sobrinho.

À **Edna e Néia**, minhas duas irmãs a
quem amo de jeitos singulares e que
complementam minha identidade.

AGRADECIMENTOS

Trajetórias diferentes e caminhos diversos fizeram com que nos encontrássemos. Isso, por si só, já é de uma beleza de marejar os olhos. Entre todas as épocas, entre todos os mares. Entre todos os séculos e entre todos os continentes. Num momento único e irrecuperável e num canto singular dessa vastidão do mundo, aconteceu o milagre da sobreposição do meu percurso de viver e da minha história ao percurso de viver e à história de vocês. Tal como a folha da árvore que (entre todas as trajetórias e tempos possíveis) cai com gentileza no cílio da mulher-Clarice que passa embaixo da árvore; tê-los perto de mim, compartilhando um pouco da matéria fina da vida é uma delicadeza do Universo. Uma bênção.

À minha família, costurada com a força e o afeto profundo de minha mãe e que segue produzindo os frutos do amor que ela nos legou, eu agradeço a compreensão e o acolhimento de sempre.

Ao Marcos Alexandre Tilger, amigo de duas décadas, com quem divido o testemunho de crescer e adulescer. À Angela, por sua chegada recente na vida do moço e pela beleza que trouxe.

À Elizabeth Oliveira Dias, pela força de sua identidade e pelo lugar que ocupa na minha vida desde que me tomou pela mão para me ensinar do mundo.

Aos meus afilhados Cristiano Rogério de Alcântara e Laércio Moreira, o primeiro por ser, ao mesmo tempo, meu oposto e meu espelho. O segundo por preencher minha vida com doçura e gentileza e por temperar o espírito assertivo e decidido de seu amado com certa dose de tolerância, indecisão e cuidado.

Aos amados irmãos Rodnei Pereira e Rodrigo Toledo, que me educam com o amor que souberam produzir para si e que compartilham, generosamente.

À Bárbara Popp, com quem parece que compartilho parte da vida desde outra vida.

À Andrea Guida, Danielle Santos e Elisangela Lizardo. Cada uma de vocês produziram na minha vida um impacto singular e absolutamente poderoso. Tornaram-me um sujeito melhor: mais atento à vida, mais cuidadoso com o afeto, mais corajoso no enfrentamento dos desafios, mais seguro das minhas possibilidades, mais ético, mais inteiro. Ao moço Luiz Guilherme, que chegou com doçura e violão para compor nossa vida.

À Andreia de Jesus, Luciana Cury, Maria Esther Moreira e ao menino Thyago, por aprendizagens nascidas e cultivadas com afeto, sensibilidade e conexão de princípios.

Ao meu orientador, Bruno Bontempi Junior, por acolher minha vaidade, minhas dúvidas, meu jeito quase arredio e minha indisciplina.

Aos professores Daniel Chiozzini e José Sérgio de Carvalho, pelas contribuições valiosas no exame de qualificação.

Aos professores José Geraldo Silveira Bueno, Maria Rita Almeida de Toledo, Odair Sass, Kazumi Munakata, Carlos Giovinazzo e Circe Bittencourt, pelos dois anos mais importantes da minha vida acadêmica, no Programa de Estudos Pós Graduated em Educação: História, Política, Sociedade. À Betinha, que costura o dia a dia do Programa com delicadeza, generosidade e competência.

À Nicole Paulet Piedra pela gentileza na reta final do trabalho. À Andreza Rocha, pela amizade e doçura. À Celeste, por seu cuidado e proximidade na revisão. À Daniela Olorruama, pelo apoio na finalização.

Aos amigos, companheiros e parceiros de sonho e jornada que, em outras trilhas, em outros tempos, me ensinaram o que eu sei hoje: Deyse Deliberato, Elaine (e Ricardo) Garcia, Midori Sano, Kassandra Muniz, Marcia Dias, Bel Santos.

*Uma disciplina se constrói.
Sua história é mais complexa do que um simples
desenvolvimento de ideias e teorias; implica técnicas
e métodos de pesquisa, formas de construção de seu
objeto, lugares de aprendizagem, de transmissão e de
exercício, indivíduos associados em redes de
trabalho, troca e avaliação.*

Berthelot

*Não é suficiente dizer que a história do campo é a
história da luta pelo monopólio da imposição das
categorias de percepção e de apreciação legítimas; é
a própria luta que faz a história do campo; é pela
luta que ele se temporaliza*

Pierre Bourdieu

RESUMO

SANTOS, Alexsandro Nascimento. **Origens da Faculdade de Educação da USP: o Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1962-1969)**. 2015, 211f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2015.

Esta pesquisa se propôs a analisar os momentos finais do percurso de autonomização do campo educacional na Universidade de São Paulo, concluído em 1970, com a criação da Faculdade de Educação. Para isso, elegeu como objeto o Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Compreendendo a incorporação do antigo Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938) como marco inicial de um conjunto de conflitos e negociações entre agentes do campo educacional e os demais agentes do campo intelectual para a afirmação de posições no espaço institucional da USP, assume-se a hipótese de que esses conflitos e negociações se reorganizaram a partir dos constrangimentos e possibilidades surgidas no início da década de 1960, com a promulgação da Lei Federal nº 4.024/1961. Tal norma permitiu a emergência – ainda que contraditória – da departamentalização e do início do processo de superação das cátedras no ensino superior brasileiro, delegando a cada universidade a escolha pela manutenção do regime até então em vigor ou por sua substituição. Na USP, os Estatutos aprovados em 1962 deslocaram para cada unidade a definição de como enfrentaria a questão. A Faculdade de Filosofia optou pelo caminho da departamentalização, construindo seu novo Regulamento em 1963. O Departamento de Educação foi criado neste contexto, unindo as cátedras de Administração Escolar e Educação Comparada, História e Filosofia da Educação, Didática Geral e Especial e a disciplina autônoma de Orientação Educacional. Metodologicamente, este trabalho inscreve-se na perspectiva da história dos intelectuais (RIOUX, 1983; SIRINELLI, 1986, 1999, 2003), em diálogo com a produção de pesquisadores do campo da história da educação brasileira interessados nas questões da formação das elites intelectuais e da formação, ideias e ações dos intelectuais da educação (BONTEMPI Jr., 1995, 1999, 2001; WARDE 1995, 1998, 2003, entre outros). Dialogou-se, também, com o campo da sociologia, a partir da produção de Pierre Bourdieu sobre o campo universitário francês (BOURDIEU, 2011). As fontes privilegiadas foram: a) a documentação institucional produzida pela Universidade; b) as notícias veiculadas na imprensa paulista no período; c) dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre docência produzidas logo após a reestruturação da USP e que analisavam suas consequências (CHAMILIAN, 1971; ANTUNHA, 1974); d) registros dos programas do curso de Pedagogia no período; e) nove entrevistas realizadas pelo pesquisador com ex-alunas e docentes da USP que se formaram pedagogas no período de 1962 a 1973. A investigação concluiu que a dinâmica de criação e funcionamento do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia dialogou com a criação e funcionamento de outras instâncias de legitimação do campo educacional na Universidade – especialmente o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo e o Colégio de Aplicação – e que, uma vez consolidado, aquele Departamento estruturou um conjunto de condições específicas que explicam parte importante da organização da Faculdade de Educação autônoma da USP. Os quadros intelectuais, as diretrizes da formação dos estudantes e as estruturas e posições de poder que marcavam aquele Departamento foram preservadas quando da autonomização da escola de professores da Cidade Universitária.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais da Educação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Departamento de Educação. Faculdade de Educação da USP. Reforma Universitária.

ABSTRACT

SANTOS, Alexsandro Nascimento. **The Origins of the USP School of Education: the Education Department at the Faculty of Philosophy, Sciences and Humanities (1962-1969)**. 2015, 211f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2015.

This research sought to analyze the final stages of the process through which education scholars at the University of São Paulo (USP) gained institutional autonomy, concluding in 1970 with the creation of the School of Education. The focus of this study is therefore the Education Department at the Faculty of Philosophy, Sciences and Humanities. It is hypothesized that the conflicts and negotiations among education scholars and other intellectuals at USP began in 1938, after the Education Institute was incorporated into the Faculty of Philosophy, Sciences and Humanities. These institutional conflicts and negotiations are presumed to have evolved as a result of the new possibilities that emerged in the early 1960s, with the passing of Federal Law n° 4.024/1961 (National Education Guidelines). Such law enabled the “departmentalization” of higher education in Brazil, while delegating to Universities the choice of maintaining or substituting the old *cátedra* (“chair” or “professorship”) model. At the University of São Paulo, the 1962 Statute granted academic units the power to define how the new mandates would be implemented. As such, the Faculty of Philosophy embraced “departmentalization” and issued a set of Bylaws in 1963. The Education Department was founded amidst these changes, by uniting the professorships of School Management and Comparative Education, History and Philosophy of Education, General and Content-Specific Pedagogy, as well as the independent discipline of Educational Counseling. Methodologically, this research falls into the study of intellectual history (RIOUX, 1983; SIRINELLI, 1986, 1999, 2003), and it contributes to the work of education historians interested in the formation of the Brazilian intellectual elite as well as the ideas and actions of education scholars (BONTEMPI Jr., 1995, 1999, 2001; WARDE 1995, 1998, 2003, among others). It also engages in dialogue with Pierre Bourdieu’s sociological analysis of higher education in France (BOURDIEU, 2011). The study draws from sources such as: a) institutional documents; b) 1960s and 70s news outlets from São Paulo press, c) doctoral dissertations and master’s theses concluded immediately after the reorganization of the University, focusing on the consequences of such changes (CHAMILIAN, 1971; ANTUNHA, 1974), records of academic programs taken up by Pedagogy professors during the period under consideration and a set of nine interviews conducted by the author with former students and professors of the USP School of Education who graduated between 1962 and 1973. The study concludes that the dynamics put in place with the creation of the Education Department at the Faculty of Philosophy, Sciences and Humanities coincided with other sources of legitimization of education scholarship at the University – particularly, the founding of the São Paulo Regional Center for Educational Research (CRPE/SP) and the University’s “Research School”. It argues that, once established, the Department built up a set of conditions that were sustained until the later organization of the School of Education as an autonomous entity within the University. In fact, the intellectual hierarchies of the Department, as well as the guidelines that framed students’ academic trajectories were preserved upon the official separation of the USP teacher’s school.

KEYWORDS: Education Scholars. Faculty of Philosophy, Sciences and Humanities, Sciences and Humanities. Education Department. USP School of Education. University Reform.

RÉSUMÉ

SANTOS, Alexsandro Nascimento. **Origines de la Faculté d'éducation de L'USP: Le Département Éducatif de la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres (1962-1969).** 2015. 211f. Thèse (Doctorat) - Faculté d'Éducation, Université de São Paulo, 2015.

Cette recherche a proposé d'analyser les derniers moments du parcours d'autonomisation du département éducatif à l'Université de São Paulo, achevé en 1970, avec la création de la Faculté d'Éducation. Pour cela, il a été élu comme l'objet principal de l'enquête le Département responsable de l'Éducation de la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres. En comprenant l'incorporation de l'ancien Institut de l'Éducation à la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres qui (1938) comme le point de départ d'une série de conflits et de négociations entre les acteurs dans le département éducatif et les autres agents du département intellectuel pour la déclaration des positions dans l'espace institutionnelle de l'USP, on a supposé que ces conflits et ces négociations se sont réorganisés à partir des contraintes et des possibilités qui ont émergé dans les années 1960, avec la promulgation de la loi fédérale n° 4024/1961 (loi des directives et bases de l'éducation nationale). Ce loi-là, permis l'émergence – quoique contradictoire – de la départementalisation et du début du processus de dépassement des chaires dans l'enseignement supérieur brésilien, déléguant à chacune des universités, le choix de la maintenance du système jusqu'alors en vigueur ou son remplacement. À l'Université de São Paulo, les statuts approuvés en 1962 ont déplacée vers chacune des unités la tâche de définir la façon dont seraient confrontés à la question. La Faculté de Philosophie a choisi la voie de la départementalisation, en construisant son nouveau Règlement en 1963. Le Département de l'Éducation a été créé dans ce contexte, de l'union des chaires d'Administration Scolaire et de l'Éducation Comparée, Histoire et Philosophie de l'Éducation, Didactique Générale et Spéciale et la discipline autonome de l'Orientation Scolaire. D'un point de vue méthodologique, ce travail s'inscrit dans la perspective de l'histoire des intellectuels (RIOUX, 1983; SIRINELLI, 1986, 1999, 2003), en dialogue avec la production de chercheurs du département de l'histoire de l'éducation brésilienne intéressés par les questions de la formation des élites intellectuelles et de la formation, des idées et des actions des intellectuels de l'éducation (BONTEMPI Jr., 1995, 1999, 2001; Warde 1995, 1998, 2003, etc.). On a aussi établi des dialogues avec le département de la sociologie, de la production de Pierre Bourdieu sur le champ universitaire français (BOURDIEU, 2011). Les sources privilégiées ont été: a) les documents institutionnels produits par l'Université; b) les nouvelles publiées dans la presse de São Paulo dans la période; c) mémoires de Maîtrise, thèses de doctorat et thèses de HDR produites aussi bien à la restructuration de l'USP lesquels analysaient ses conséquences (CHAMILIAN, 1971; ANTUNHA, 1974); d) les registres des programmes suivis par les enseignants de la Faculté d'Éducation dans la période et un ensemble de neuf entrevues menées par le chercheur avec anciens élèves et enseignants de la Faculté d'Éducation qui se sont diplômées ou qui ont travaillé là-bas dans la période 1962-1973. L'enquête a conclu que la dynamique de la création et le fonctionnement du Département éducatif à l'Université, Faculté de Philosophie a dialogué avec la mise en place et le fonctionnement des autres instances de légitimation du département de l'éducation à l'Université - en particulier le Centre régional pour la Recherche en Éducation de São Paulo et l'école d'Application - et que, une fois consolidées, ce ministère a structuré un ensemble de conditions spécifiques qui expliquent une partie importante de l'organisation de la Faculté d'Éducation autonome de l'USP. Les cadres intellectuels, les lignes directrices qui présidaient la formation des Étudiants et les structures et les positions de pouvoir qui marquaient ce domaine-là ont été préservées lors de l'autonomisation de l'École d'enseignants de la Cité Universitaire.

MOTS-CLES: Intellectuels de l'Éducation. Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres. Département Éducatif. Faculté d'Éducation de l'USP. Reforme Universitaire.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1	Cadeiras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941)	41
Quadro 2	Curriculo do curso de Bacharelado em Pedagogia, no final da década de 1950	78
Quadro 3	Proposta inicial dos professores da seção de Pedagogia e Didática	106
Quadro 4	Docentes do Departamento de Educação da FFCL (1964-1965)	130
Quadro 5	Disciplinas do Curso de Pedagogia – Parte Comum	134
Quadro 6	Disciplinas do Conjunto A – História e Filosofia da Educação – pré-requisito: aprovação em dois semestres de Filosofia da Educação (1º ano)	136
Quadro 7	Conjunto B – Administração Escolar – pré-requisito: aprovação em dois semestres de Filosofia da Educação (1º ano)	136
Quadro 8	Conjunto C – Orientação Educacional – pré-requisito: aprovação em Introdução à Orientação Educacional e Sociologia Geral	137
Quadro 9	Disciplinas do curso de Pedagogia oferecidas no conjunto História e Filosofia da Educação	139
Quadro 10	Disciplinas oferecidas no conjunto Filosofia da Educação para todos os alunos de Pedagogia	143
Quadro 11	Conteúdos listados para as disciplinas cursadas exclusivamente pelos alunos do conjunto	144
Quadro 12	Responsáveis pelas disciplinas oferecidas	149
Quadro 13	Relação dos conteúdos privilegiados no conjunto	152
Quadro 14	Docentes que iniciaram a era da Faculdade de Educação da USP	185
Quadro 15	Composição dos Conselhos de Departamentos e membros da Congregação	187

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A CÁTEDRA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA USP	34
1.1	BREVES NOTAS SOBRE A CÁTEDRA NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR	34
1.2	A CÁTEDRA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA USP E O CAMPO EDUCATIVO: TENSÕES E CONTRADIÇÕES	40
1.3	O GINÁSIO DE APLICAÇÃO E AS DISPUTAS ENTRE ORIENTAÇÃO ESCOLAR E DIDÁTICA (1957-1962)	62
1.4	MOVIMENTOS FINAIS DA DÉCADA DE 1950: AS CADEIRAS NA VÉSPERA DA CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	78
2	A DEPARTAMENTALIZAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS E A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	82
2.1	O NOVO REGULAMENTO DA FFCL E A BUSCA DA FORMA IDEAL: CÁTEDRA OU DEPARTAMENTO	82
2.2	A ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DA FFCL: O ANTEPROJETO DA COMISSÃO E A PROPOSTA FERRI	88
2.3	AS EMENDAS À PROPOSTA FERRI E A CONSTRUÇÃO DA VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO DA FFCL	99
2.4	A VIGÊNCIA DO REGULAMENTO SEM A APROVAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO	111
2.5	A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA FFCL	119
3	O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA FFCL (1962-1969)	129
3.1	O CONJUNTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	139
3.2	O CONJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO COMPARADA	148
3.3	O CONJUNTO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	153
3.4	A DISCIPLINA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E SEUS CONFLITOS NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	161
3.5	A REESTRUTURAÇÃO DA USP E A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO	172
3.6	A FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP E SEUS PROFESSORES	181
3.7	FORMAS COMPLEMENTARES DE COMPOSIÇÃO DO QUADRO INICIAL DE PROFESSORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO	188
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204

INTRODUÇÃO

Datas são pontos de luz sem os quais a densidade acumulada dos eventos pelos séculos dos séculos causaria um tal negrume que seria impossível se quer vislumbrar no opaco dos tempos os vultos dos personagens e as órbitas desenhadas pelas suas ações. A memória carece de nomes e de números. A memória carece de numes. [...]

Pela concepção pontual e contingencial do tempo, ninguém se deslumbre com a importância conferida a datas. Em torno dessas só há formigamento de interesses individuais ou comunitários, de paixões não raro inconfessadas, que acendem e apagam.

Alfredo Bosi

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Para além de 1968

Numa tarde de junho de 2014, passeando no andar inferior do sebo *Flor de Lys*, localizado na esquina das ruas Dr. Vila Nova e Maria Antônia, encontrei o livro *Para uma crítica do presente*, de Irene Cardoso deixado num banco, por um outro leitor, antes de mim. O nome da autora, de pronto, me fez tomar o livro na mão e começar a ler. Como de praxe, sentei e perdi a noção do tempo. A certa altura, o capítulo nono irrompeu, interpelando a esquina em seu ano mais dramático e famoso:

o ano de 68 é, por um lado, marcado pela “inatualidade”, ou seja, pela faculdade de exceder os limites de sua época; e, por outro lado, é um ano único que, concentra e condensa, numa unidade de tempo, uma pluralidade de significações e ressignificações temporais. 68 no Brasil, no seu efeito de concentração-condensação, é 64, o golpe militar, é 61 a renúncia de Jânio; é 55, a tentativa de golpe militar para impedir a posse de Juscelino Kubitschek; é 54, o suicídio de Vargas; é 61, o surgimento da chamada Nova Esquerda, com organizações e partidos clandestinos que se opunham ao PCB. Mas também é 69, a montagem da estrutura repressiva pelo Estado e pelas organizações paramilitares, a censura e a tortura; é 69, a explosão da guerrilha urbana; é 72, a inexistência da guerrilha do Araguaia; é 74, o início da distensão lenta, gradual e segura; é 77, o retorno do movimento estudantil às ruas e a emergência de novos movimentos sociais; é 79, a Anistia; é 81, o atentado do Riocentro; é 84, as diretas-já; é 85, o estado de compromisso da transição, ainda, com a Nova República; é possivelmente 89, a eleição de Collor e a derrota eleitoral do PT (CARDOSO, 2001, p. 167).

Como uma espécie de linha imaginária, o trecho do livro cruzava o tecido das minhas reflexões e das minhas leituras, me fazendo regressar ao exame de qualificação. Naquela

oportunidade, temi que minha escrita fosse julgada como indecorosa frente à magnitude de 1968 e dos acontecimentos relativos à Reforma Universitária para a história da Universidade de São Paulo. Mas agora, o texto de Irene dialogava comigo. Sim, era preciso reverenciar 1968. Mas sim, era preciso estar atento aos seus efeitos de condensação-concentração que a data provocava.

O ano de 1968 – e, em particular, a noite do dia 2 de outubro – recebem, de maneira ordinária, um tratamento quase mitológico nos discursos sobre a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Para além da experiência concreta dos homens e mulheres que ali estiveram – de tudo, irrecuperável –, os significados que se acumularam em torno desta data tornaram-na uma espécie de entidade, dotada de um poder ordenador de acontecimentos anteriores e posteriores a ela. Para o antes e para o depois; para avaliar o alcance de realização do projeto da Universidade sonhada em 1934 e para lamentar a universidade fabricada após 1969, as explicações estariam em 1968.

Ao ingressar no doutorado, em 2011, elegi como objeto de pesquisa, inicialmente, o processo de autonomização da Faculdade de Educação a partir de sua separação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Encravado que está nos discursos e produções da memória e da história institucional eu não poderia, ao tratá-lo, deixar de lidar com essa espécie de data-símbolo sem que houvesse sério prejuízo. Mas, tornou-se claro que lidar com 1968 exigia um movimento de esquecimento-lembrança. Seria preciso esquecer o símbolo 1968 (o quanto fosse possível) para buscar lembrar de 1968 (na medida em que eu alcançasse). Em outras palavras, era preciso recusar 1968 como acontecimento exclusivamente explicativo do objeto desta investigação (o processo de autonomização da Faculdade de Educação) da mesma forma que era imprescindível delimitar seu lugar – irrecusável – nesse processo.

A Reforma Universitária, como uma das estratégias da face modernizadora da ditadura civil-militar instituída no final da década de 1960 apresenta-se, sob diferentes aspectos, como um fato incontornável para o cientista social que pretenda compreender a organização do ensino superior no Brasil, quer sincrônica, quer diacronicamente. Os discursos a respeito da qualidade, eficiência, relevância ou finalidade do ensino superior têm sido, majoritariamente, caudatários de alguma compreensão específica do processo reformador vivido naquele período, bem como de uma contabilidade de seus efeitos conseguintes. Na produção analítica mais frequente sobre a organização da universidade no Brasil, o processo reformador empreendido pelo regime militar é tomado, de forma mais direta ou menos direta, mais incisiva ou menos incisiva, como responsável pelas condições em torno das quais o ensino

superior brasileiro se (re)organizou após 1970. Entretanto, na construção que fazem do processo analítico, há entre os autores, ao menos três perspectivas sobre o modo como o processo reformador teria se realizado.

Em uma primeira perspectiva, o processo reformador é compreendido como consequência direta e absolutamente irrevogável da reorganização das forças produtivas e de uma mudança na formatação do sistema capitalista no Brasil. Tal reorganização teria imposto exigências incontornáveis ao ensino superior, e essas exigências teriam determinado as decisões então tomadas, sobretudo pelos dirigentes do regime militar, para a modernização das instituições de ensino superior. Nessa perspectiva analítica, recusa-se qualquer grau de autonomia ou mediação do campo intelectual ou político em relação ao campo econômico e se compreende o processo reformador como mera consequência do estágio específico das disputas e ajustes da organização econômica da sociedade. Portanto, os agentes implementadores, colaboradores ou resistentes à Reforma, em última instância, pouco ou nada poderiam ter feito para conduzir a marcha que ela impôs. Uma análise deste ponto de vista considera o processo reformador como algo ligado à ordem do evento (ou, no máximo, da conjuntura) cuja explicação se ancora e se submete aos processos estruturais em curso.

Uma segunda perspectiva – que não ignora as questões estruturais de natureza econômica, mas atribui valor e força analítica a variáveis outras – assinala a relevância do campo político na análise do processo reformador e sustenta o protagonismo dos chefes militares e da tecnocracia externa ao campo acadêmico/intelectual brasileiro, convocada pelo regime para dirigir o processo reformador. Nessa visada analítica, a principal acusação é de que a reforma universitária fora pensada e implementada de forma a afrontar e alijar os sujeitos legítimos do campo universitário (seus intelectuais, os estudantes e seus dirigentes) e que o processo reformador esteve ancorado num conjunto de ações amplas de alinhamento da sociedade brasileira ao imperialismo norte-americano. Embora, para alguns analistas que assumem essa perspectiva, tenha existido uma discussão estritamente técnico-acadêmica sobre a questão universitária brasileira, essa discussão teria sido feita, sobretudo, sob a direção de cientistas e técnicos norte-americanos, desconectados das questões específicas do sistema universitário nacional e no contexto de acordos de governo entre o Brasil e os Estados Unidos. Se, nesta segunda análise, tornam-se mais relevantes as considerações a respeito da dinâmica do processo reformador e abandona-se a ideia segundo a qual ele fora mera consequência do ordenamento das forças de produção, sua dinâmica e institucionalização continuariam, de toda forma, alheias à universidade brasileira. Os analistas que adotam esse

ponto de vista supõem que a reforma universitária fora urdida, tecida e decidida no extramuros da universidade e teria ignorado (ou silenciado) as demandas, interesses, necessidades e contextos de atuação dos seus sujeitos.

Essas duas perspectivas têm em comum a visão *externalista* do processo reformador, ao inscreverem a universidade como objeto de suas decisões e ações, vitimada por seus acertos ou equívocos. O campo universitário aparece como incapaz de influenciar, disputar ou negociar o modelo que seria consolidado na reforma, sendo mero executor das decisões de tomadas alhures. Não se reconhece, assim, que o campo universitário tivesse acumulado, quando da produção da reforma universitária, capital político ou poder de influência que o permitisse se inscrever como um dos sujeitos formuladores do modelo universitário em questão. Essas duas perspectivas assumem, de formas distintas, uma leitura historiográfica fortemente hegemônica até meados dos anos 1980, que, ao menos no campo da história da educação, garantia ao Estado um lugar de ator privilegiado (senão único) na produção da história dos sistemas educacionais (WARDE, 1984). Esta atuação do Estado aparecia ora como uma consequência de sua ocupação e uso exclusivo do poder pelas classes econômicas dominantes, ora como uma abstração do tecido societário, que estabelecia o Estado com uma espécie de maquinaria autônoma. Os atos legais, as decisões de gabinete e os sujeitos que ocupavam os postos executivos compunham os principais focos da análise – o que significava o privilégio das fontes de natureza oficial e um distanciamento severo dos processos de negociação desenvolvidos antes de sua produção e dos processos de negação, sabotagem, resistência ou aderência que eram operados pelos sujeitos nos diferentes espaços em que esses atos legais pretendiam impor formas de ação autorizadas pelo poder central.

O que se produziu, nessas duas visadas de análise, foi um desenho caricato do campo acadêmico, de escassa sustentação empírica, segundo o qual os docentes, os estudantes ou os dirigentes universitários não puderam – ou não desejaram – participar dos processos de negociação do modelo universitário adotado como paradigma do processo reformador, nem atuaram de forma a confirmar, adaptar, sabotar ou mesmo resistir a este modelo quando de sua efetiva consolidação em cada uma das universidades brasileiras, e em suas respectivas unidades e departamentos.

Uma terceira perspectiva analítica apresenta-se de forma menos esquemática quando, a partir de um alargamento do tratamento das fontes e de uma escuta mais sensível das diferentes vozes da cena política e universitária dos anos 1960, consegue mapear os investimentos constantes e diversificados em torno da ideia de reforma universitária. Essa

perspectiva analítica retoma discussões intrauniversitárias empreendidas desde o final da década de 1940, em torno de questões como autonomia universitária, regime de cátedras, carreira docente, formação profissional *versus* formação geral e assinala que os docentes e os dirigentes universitários tratavam a agenda da reforma de maneira densa e nem sempre consensual, e que, portanto, estabeleciam com o Estado uma relação intensa de negociação em torno do modelo universitário que se pretendia instaurar. Sublinhe-se, inclusive, que essa negociação acontecia em instâncias diferenciadas dos colégios universitários e ocupava espaços outros, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, as casas legislativas e a própria burocracia estadual e federal (uma vez que era bastante frequente o fato de este grupo de docentes e dirigentes compor instâncias técnico-burocráticas do poder central).

Também essa perspectiva recupera os processos de organização dos estudantes universitários desde o começo da década de 1960, mobilizados por uma agenda comum aos docentes e dirigentes universitários e por uma agenda específica, em torno do problema dos excedentes, das questões de representação estudantil nos colegiados universitários, da ampliação das vagas e da garantia da gratuidade do ensino superior, entre outros temas. Por último, essa perspectiva também assinala e explicita os debates desenvolvidos na arena social mais ampla, revelando que – mesmo quando o regime recrudescera a patrulha político-ideológica – houve uma pauta de imprensa em torno da questão universitária, alimentada por vozes alinhadas e por vozes diferentes daquelas investidas pelo regime.

Ora, os diferentes sujeitos que vinham negociando e pautando a questão universitária brasileira nas décadas de 1940, 1950 e 1960 puderam – em graus diferentes de sucesso – fazer-se sujeito do processo reformador, mesmo quando esse lugar esteve no polo negativo, ou seja, no alijamento das instâncias mais fortemente legitimadas. Isso significa dizer que houve uma agência específica de docentes, dirigentes e estudantes nas negociações do modelo universitário vencedor em 1968. Não é parte deste trabalho de investigação o mapeamento dessa atuação, mas desejamos sublinhar, em concordância com a terceira visada historiográfica apresentada, que o processo reformador não se instaurou nas universidades brasileiras de forma totalmente alheia à sua vontade e conjuntura e que por isso não pode ser enxergado exclusivamente como um ajuste estrutural quase mecânico, demandado pela reorganização das forças produtivas, nem como manifestação exclusiva do desejo e das escolhas dos consultores externos norte-americanos ou dos chefes militares que assumiram o poder após 1964.

Uma série de mudanças encampadas pelo processo reformador já estava em marcha nas universidades, mediada pelos interesses, anseios, conflitos e ajustamentos tecidos no intramuros e na negociação com o poder central. Ainda nessa perspectiva de análise se reconhece que as relações entre o processo reformador ordenado a partir do poder central encontrou, em cada instituição, um conjunto de condições e acúmulos técnicos, acadêmicos e políticos com os quais travou dinâmicas de interação igualmente diversificadas e específicas. Por essa lógica, supõe-se que as diferentes universidades existentes na segunda metade da década de 1960 negociaram suas trajetórias institucionais, suas disputas internas, os projetos que presidiram sua fundação e desenvolvimento, os limites e ambições que elaboravam desde a década de 1940 com o conjunto amplo de estratégias e debates do processo reformador em institucionalização, e que cabe aos historiadores investigar e revelar de que forma esses ajustes se processaram na realização parcial ou integral, imediata ou lenta, das diretrizes reformadoras.

Dois campos em que essa perspectiva analítica mais encontra sua força explicativa e que mais interessam à investigação são: (a) a superação do regime de cátedras e (b) a redefinição/reorganização das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em relação aos processos de formação de professores nas escolas de educação. Esses dois debates, extremamente relevantes para a vida intrauniversitária, não se instalaram em 1968. Vinham sendo pautados e tratados havia mais tempo, tanto no nível institucional e singular de cada universidade, quanto no campo da normatização, controle e proposição do Conselho Federal de Educação. Os problemas relacionados à distribuição dos docentes e à carreira acadêmica ou profissional na universidade eram campos de conflito altamente inflamados.

O estudo de Helena Chamilian (1977) aponta que o sistema de cátedras adotado no Brasil conformou uma situação pouco equilibrada entre os investimentos dos docentes não catedráticos em direção ao posto máximo da carreira e as condições praticamente monárquicas da distribuição do poder e dos processos que permitiriam a ascensão dos mais jovens. Além disso, do ponto de vista administrativo, as cátedras se revelaram, já nos anos 1950, incapazes de suportar os encargos adicionais de terem se transformado em colegiados de docentes em vez de cargos vitalícios. Para ordenar a vida intrauniversitária, cada instituição recorreu a procedimentos específicos para equilibrar e compensar os investimentos e apostas dos docentes não catedráticos e, assim, manter algum grau de gestão dos processos acadêmicos e da sucessão.

Entretanto, essas soluções singulares careceram, durante boa parte do tempo, de formalização ou segurança jurídico-institucional mais densa, tendo sido o Conselho Federal de Educação sistematicamente interpelado sobre a temática, especialmente durante a década de 1960. Não por acaso, o órgão estabeleceu então um conjunto de normativas, pareceres e análises que diagnosticavam o problema da organização da carreira e da gestão universitária e produziu um amplo conjunto de sinalizações e manifestações contrárias ao regime de cátedras, tecendo, paulatinamente, um consenso em torno da departamentalização como alternativa para o equacionamento do problema. Esse acúmulo de consensos estará em jogo na arena decisória do modelo universitário de 1968, pela atuação e pela voz dos próprios docentes e dirigentes universitários que já vinham buscando superar o modelo de cátedras e que puderam incluir essas soluções no desenho da legislação outorgada pelo poder central.

O segundo tópico que interessa na conjuntura dos debates sobre a reforma do ensino superior nos anos 1960 é o lugar da formação de professores na universidade. Desde a Reforma Francisco Campos se estabelecera que a formação dos professores secundários deveria ser feita nas Faculdades de Educação, Filosofia, Ciências e Letras. Tal compreensão significou uma espécie de desvio (ou adição) de finalidade à escola superior, que a princípio deveria estar comprometida exclusivamente com os estudos desinteressados (FETIZON, 1978, 1984). A introdução da formação profissional dos professores neste instituto significou, em maior ou menor grau a depender de cada conjuntura institucional e dos processos que a sustentaram, um conjunto de conflitos e negociações específicas e exigiram algum esforço para equilibrar poderes na hierarquia acadêmica.

Esse equilíbrio de poder fora tensionado ainda mais, sobretudo nos anos 1950, pelo aumento de demanda por pedagogos, a partir da expansão e especialização do ensino básico e da exigência de quadros formadores para as Escolas Normais de nível médio e para a direção, supervisão e inspeção dos sistemas escolares. Se a formação dos licenciados para o ensino secundário nas áreas tradicionais já havia produzido um desequilíbrio entre o tamanho dos cursos de licenciatura e de bacharelado nas Faculdades de Educação, Filosofia, Ciências e Letras, essa ampliação da relevância e da demanda em torno da formação dos pedagogos trouxe um ingrediente adicional para o já tenso relacionamento entre o caráter desinteressado das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e as exigências cada vez maiores para que elas cumprissem a função profissional de formação de professores (FETIZON, 1978, 1986; BONTEMPI Jr., 2011). Evidentemente, as dinâmicas internas de poder no contexto de cada uma das universidades passaram a criar espaços de negociação, conflito e acomodação entre

os docentes vinculados aos cursos de licenciatura e pedagogia e os docentes vinculados às chamadas ciências puras, responsáveis pela formação desinteressada dos estudantes. Em cada instituição essas dinâmicas instauraram acomodações do modelo de formação de professores e emprestaram legitimidades e poderes aos catedráticos da área de Educação. Para além das dinâmicas intrauniversitárias, da mesma forma que no caso da departamentalização, as relações entre formação geral e formação de professores (e, portanto, a relação entre a função profissional e a função desinteressada das Faculdades de Educação, Filosofia, Ciências e Letras) foram agenda do Conselho Federal de Educação e as soluções para os conflitos vivenciados estavam em pauta desde o final dos anos 1950.

Ao longo da década de 1960, um consenso em torno do processo de autonomização das escolas de formação de professores foi ganhando densidade no Conselho, bem como a formalização da carreira profissional do pedagogo e de suas habilitações. Esses consensos puderam dar sustentação normativo-conceitual e constituíram uma estratégia largamente utilizada pelos docentes e dirigentes universitários para incluir, no processo reformador, a agenda da independência e autonomia já demandadas pelos catedráticos das escolas de educação no âmbito das instituições universitárias.

No que diz respeito à Universidade de São Paulo, é insuficiente interpretar a reforma universitária de 1968 e a decorrente reestruturação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1970, como causas exclusivas ou determinantes para explicar por que uma Faculdade de Educação foi proposta e implementada. No tratamento das fontes documentais e na coleta dos depoimentos foi-se delineando uma hipótese segundo a qual as explicações para o *sucesso* do processo de autonomização da Faculdade de Educação nos anos 1970 estariam mais ligadas à dinâmica interna instalada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ao longo dos anos de 1940 a 1960, que respondia aos conflitos gerais, existentes na FFCL em torno da questão das cátedras, tanto quanto aos conflitos entre “educadores” e “filósofos/cientistas” que emergiram por força da incorporação do antigo Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia.

Para além de 1938

Quando eu já movia minha perspectiva investigativa, focando o trabalho de busca e análise nos documentos e nos sujeitos que viveram os anos de 1940 a 1960 na Seção de Pedagogia e no Departamento de Educação e me concentrando em compreender como vinham sendo construídas as condições institucionais para a separação formalizada em 1970, fui assaltado pela dúvida a respeito de quanto os discursos elaborados em torno da convivência entre os educadores e os filósofos/cientistas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras poderiam estar ordenados e enquadrados em função de outra data-símbolo: o ano de 1938.

Pareceu-me que o efeito concentração-condensação nomeado por Irene Cardoso quanto aos acontecimentos de 1968-1969 talvez estivesse presente no ano que marcou o encerramento da experiência do Instituto de Educação da USP como unidade autônoma e 6do fechamento de sua Escola de Professores em nível superior. Guardadas as devidas proporções entre o ato do interventor Adhemar de Barros e a batalha da Rua Maria Antônia (de todo, incomparáveis), passei a considerar a hipótese de que a Faculdade de Educação tem contado sua história a partir desses dois marcos temporais; como se a delimitação compreensiva de seu presente estivesse, necessariamente, em função das experiências precocemente interrompidas em 1938 e das esperanças nascidas com a autonomia conquistada em 1970.

Essa hipótese incomodou-me, seguramente, por mais de um mês. Inclusive porque trazê-la para o escopo de investigação que havia desenhado significava incluir leituras adicionais e o tratamento e análise de fontes não previstas. Imaginei, então, que o correto seria abandonar o questionamento. Entretanto, a leitura do artigo Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, de Bontempi Jr. (2011) permitiu equacionar parte do problema.

Afirma o professor, que a incorporação do Instituto à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, respondendo à exigência imposta pela normativa federal com a institucionalização do modelo 3 + 1, em combinação com o desprezo de alguns integrantes da missão francesa pelo trabalho didático foram fatores importantes na “dinâmica dos processos de formação e na criação de uma mentalidade antipedagógica” naquela Escola. Até este ponto, pareceu-me adequada a primeira parte da minha hipótese, qual seja: a de que havia, na resposta produzida institucionalmente à incorporação de 1938, fatores explicativos para o processo de

autonomização decretado em 1970 e para o formato que fora desenhado para a Faculdade de Educação autônoma. Todavia, a segunda parte da hipótese formulada por Bontempi Jr. foi mais significativa para definir os rumos desta pesquisa. O autor afirma que:

para além da cisão existente nas ciências humanas que rebate na organização e na dinâmica dos cursos de bacharelado e licenciatura, *dos fatores implicados nas formas de reorganização e reorganização das cadeiras provenientes do Instituto de Educação em suas primeiras décadas de funcionamento na universidade, pode ter resultado a cisão do próprio campo educacional sob outra bipolaridade, fundada nas lutas entre as ciências humanas: a oposição entre “didática” e “pedagogia”* (BONTEMPI Jr., 2011, p.192, grifo nosso).

A indicação lançada possibilitou que eu “enxergasse” e “nomeasse” uma intuição advinda do tratamento que vinha dando às fontes: percebia, como sinalizou Bontempi Jr., que embora pudesse se confirmar uma arena de disputas entre “educadores” e “cientistas” (aqueles nas escolas de educação, esses, nas escolas de filosofia e ciências), havia disputas no próprio grupo dos “educadores” que, em hipótese alguma, poderia ser considerado como uma irmandade sem hierarquias, disputas ou negociações. O coletivo “educadores”, organizado como campo específico, por homologia, deveria ser regido pelos mesmos processos de hierarquização que, engendrados por disputas, negociações e alianças dos seus agentes conforma posições e relações.

Do período que decorre entre a incorporação do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia até a criação da Faculdade de Educação, a década de 1960 guarda traços singulares. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, e com a abertura que aquele diploma legal concedeu para a criação de departamentos nas universidades brasileiras, emergiu, naquela escola, o Departamento de Educação. Estabelecendo uma dinâmica de relativa autonomia em relação à Faculdade de Filosofia (à qual continuava vinculado), esta repartição pôde concentrar, condensar e processar a etapa final da autonomização do campo educacional na estrutura universitária. Os conflitos, negociações, alianças e definições sobre as posições e as relações entre as posições ocupadas por seus agentes passaram a ser definidas, de modo privilegiado, nessa arena institucional. Compreender o surgimento e desenvolvimento deste espaço definiu-se, assim, como o investimento central desta tese.

Ajustando as lentes

Pierre Bourdieu, no clássico texto *Le marché des biens symboliques*¹, afirma que:

De fato, à medida em que se constitui um campo intelectual e artístico (e, ao mesmo tempo, um corpo de agentes correspondente, seja o intelectual em oposição ao letrado, seja o artista em oposição ao artesão), definindo-se em oposição ao campo econômico e ao campo religioso, vale dizer, em relação a todas as instâncias com pretensões a legislar na esfera cultural em nome de um poder ou de uma autoridade que não seja propriamente cultural, as funções que cabem aos diferentes grupos de intelectuais ou de artistas, em função da posição que ocupam no sistema relativamente autônomo das relações de produção intelectual ou artística, tendem cada vez mais a se tornar o princípio unificador e gerador (e, portanto, explicativo) dos diferentes sistemas de tomadas de posição culturais e, também, o princípio de sua transformação no curso do tempo (BOURDIEU, 2007, p. 98).

Descrevendo de maneira mais pormenorizada esse processo de diferenciação da esfera do simbólico em relação à esfera econômica e religiosa da vida social, o intelectual francês assinala que tal clivagem só foi possível a partir de um conjunto de condições, dentre as quais destaca:

- a) a constituição de um público de consumidores virtuais e cada vez mais extenso e diversificado, capaz de sustentar alguma independência econômica aos produtores desses bens simbólicos e uma legitimidade paralela em relação ao poder econômico e
- b) a constituição de um corpo cada vez mais numeroso e diferenciado de produtores e empresários de bens simbólicos cuja profissionalização permite o aparecimento de determinados critérios e marcadores das obras e da aceitação dos sujeitos como intelectuais ou artistas e a multiplicação e diversificação das instâncias de consagração competindo pela legitimidade cultural (tais como as academias e os salões) e das instâncias de difusão cujas operações de seleção são investidas por uma legitimidade propriamente cultural, ainda que continuem subordinadas a obrigações econômicas e sociais capazes de influir, por seu intermédio, sobre a própria vida intelectual (Bourdieu, 2007, p. 100).

¹ Utilizo para esta referência a tradução de Sérgio Miceli, publicada no volume “A Economia das Trocas Simbólicas”, obra por ele organizada com diversos artigos publicados por Pierre Bourdieu.

Ocorre que o campo intelectual, além de guardar com os demais campos da dinâmica social uma relação de conflito e negociação (porque de relativa autonomia), engendra, dentro de si e de maneira homóloga, um conjunto de conflitos e negociações a que estão submetidos seus agentes e instituições. Desta forma, o campo intelectual organiza-se como um campo de forças, no qual as posições ocupadas pelos agentes e as instâncias de disputa por elas têm uma estabilidade apenas relativa e dependem das resultantes conjunturais dos conflitos e apostas empreendidas pelos sujeitos.

Aprofundando mais sua reflexão a respeito da emergência de um campo de produção propriamente intelectual, que se reveste de uma autonomia relativa tanto em relação ao campo econômico quanto a outros campos que buscam gerir a esfera do simbólico, Bourdieu localiza especificamente o campo de produção da cultura erudita (em oposição ao campo da indústria cultural) como aquele que

Somente se constitui como sistema de produção que produz apenas para os produtores através da ruptura com o público dos não produtores, ou seja, com as frações não intelectuais das classes dominantes [...] Em consequência, a constituição do campo enquanto tal é correlata ao processo de fechamento do campo em si mesmo.

Pode-se medir o grau de autonomia de um campo de produção erudita com base no poder de que dispõe para definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtos e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento. Em outros termos, quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, ou seja, pela consagração propriamente cultural e pelo poder propriamente cultural de concedê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irredutíveis a todos os princípios externos de divisão [...] bem como às tomadas de decisão política (BOURDIEU, 2007, p. 105-6).

Da forma como o sociólogo apresenta o processo de constituição e ampliação da autonomia do campo intelectual, existem em sua economia interna agentes e instituições que alcançam maior grau de poder simbólico (e, portanto, exercem seu mandato cultural de forma mais distanciada da disputa com os demais campos da esfera social) e outros que, ainda que se inscrevam na economia interna do campo da produção intelectual, exercem seu mandato de forma mais próxima da disputa de legitimidade com instituições de outros campos.

Essa mesma análise, que entrelaça os processos de autonomização do campo da produção simbólica em relação a outras esferas da vida social com o processo de disputa, negociação e posicionamento dinâmico dos agentes e instituições dentro de um campo específico é apresentada pelo autor quanto à gênese e constituição do campo religioso. Para Bourdieu, na constituição de uma esfera singular para a gestão do sagrado (o campo religioso), um conjunto de agentes e instituições disputou com outras esferas da vida social as

condições relativas de sua autonomia, num processo histórico dinâmico e contraditório. Ao mesmo tempo, no interior desse campo em processo de autonomização, os diferentes agentes e instituições estavam sujeitos a um conjunto de disputas e negociações, entre si, de maneira tal que cada um gozava de um determinado gradiente de poder e ocupava uma determinada posição.

No que diz respeito à configuração do campo intelectual em cada momento, Bourdieu sinaliza que é pelo exercício de negociação da legitimidade da dominação, estabelecida como violência simbólica, circunscrita às regras aceitas pelo campo, que são geradas as hierarquias e posicionados os agentes numa estrutura estruturante capaz de gerar e reproduzir um *habitus*. Tal constatação faz com que consideremos que o campo tende a conservar as posições e as hierarquias de poder, favorecendo a manutenção dos atuais estabelecidos (ou de seus herdeiros) nas posições em que estão e – de forma complementar – a conformar os demais onde se encontram.

Assim, a história da constituição do campo intelectual pode ser a história das relações de força que se estabelecem entre este e os demais campos da vida social que disputam a gestão do simbólico, mas também é a história das relações de força que se estabelecem em sua economia interna entre os agentes e as instituições que negociam posições em seu interior. Desta compreensão passei a considerar que seria legítimo, para uma história dos intelectuais, o esforço em torno da leitura das formas mediante as quais, ao longo do período, diferentes agentes e grupos interessados em ocupar posições no campo intelectual organizaram a distribuição do poder simbólico nas instituições que o comportam e formam.

Compartilho a interpretação já frequente na historiografia segundo a qual é preciso compreender a emergência de um coletivo de sujeitos e instituições dedicados a elaborar, disseminar e normatizar os conhecimentos relativos à área da educação, no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, como um movimento singular, parte de um movimento social mais amplo, de constituição e consolidação do campo intelectual. Dito de outro modo, compartilho o entendimento de que a constituição do campo intelectual no Brasil, empreendida numa história que remete, pelo menos, a metade do século XX agregou, como um dos coletivos de agentes culturais, homens e mulheres especificamente interessados em formular, disseminar e sistematizar ideias e saberes *pedagógicos* e em constituir, moldar

ou reformular instituições e práticas da vida social a partir de um enquadramento especificamente pelo prisma educacional².

Identifico, como expressões desse movimento, dentre outras, a aparição e disseminação de periódicos especificamente voltados à formulação e disseminação de saberes pedagógicos, a consubstanciação de um mercado editorial de livros didáticos e de uma rede cada vez mais densa de escolas e instituições de formação docente, a constituição de academias e associações de educadores e a formatação de uma estrutura cada vez mais racionalizada de gestão da instrução pública, associadas a um processo de profissionalização dos educadores e de diversificação das atividades para as quais eram recrutados. Interpreto, ainda, que – a partir dessas premissas – os educadores, como grupo partícipe do processo de constituição do campo intelectual no Brasil, travaram (e continuam travando) com outros grupos de intelectuais disputas nas quais estão em jogo a determinação daquela esfera da vida social na qual sua autoridade é dominante³.

Por fim, compreendo que, além desta disputa com outros campos que desejam a gestão do simbólico – e dela participam – há que se reconhecer a existência de um campo educacional, com uma dinâmica singular, no qual essas disputas, em homologia, se estabelecem entre os agentes e instituições a ele submetidos.

O objeto desta investigação concentrou-se, entretanto, numa arena específica na qual foram processadas, na década de 1960, essas dinâmicas de constituição do campo educacional: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e seu Departamento de Educação. Assim, trata-se de reconhecer, ao lado das características gerais

² A presente investigação acrescenta-se às produções do Grupo de Pesquisa “Intelectuais da educação brasileira: formação, ideias e ações”, liderado por Bruno Bontempi Jr. (USP/CNPq), que vem articulando, desde 2009, pesquisadores, alunos de programas de pós-graduação e estudantes em iniciação científica da USP e da PUC-SP em “investigações em torno da formação, ideias e ações de sujeitos cujas intervenções na cena pública brasileira estiveram relacionadas à instrução, educação e formação do homem brasileiro. Dessas pesquisas têm resultado produções acadêmicas variadas, que compartilham o interesse de analisar a formação dos sujeitos e seus coletivos, seus espaços e redes de relacionamento, os modos pelos quais se apresentaram publicamente como portadores de diagnósticos e propostas para a reforma da educação e organização da cultura. São investigados em perspectiva histórica, além disso, os canais de expressão pelos quais os intelectuais da educação brasileira marcaram posições políticas e ideológicas, procuraram estabelecer consensos e aconselhar o poder, e as instituições que criaram ou reformaram para ensaiar projetos de formação e reformação” (BONTEMPI Jr., 2014, p.1).

³ Enxergo esse processo de disputa se configurando e se reconfigurando de diferentes maneiras ao longo do tempo; no momento em que escrevo esta tese, em particular, é saliente sua expressão com os debates sobre a inclusão/exclusão das questões de gênero nos Planos Estaduais e Municipais de Educação, nos quais a disputa pela gestão dos conteúdos que se devem ou não ensinar na Escola opõe duas ordens de saberes.

que, como arena do campo intelectual, esta instância preservou, as suas características singulares; especificidades que fizeram dela um microcosmo particular.

Em *Homo Academicus*, Bourdieu (2011) apresenta a conformação do microcosmo singular das Faculdades de Filosofia na França no final dos anos 1960. A análise evoca aspectos das relações entre os agentes intelectuais *acadêmicos*, os agentes desse microcosmo (cientistas, filósofos, literários) com as quais, a partir das condições que reúno, buscarei dialogar.

Bourdieu afirma que a possibilidade da existência das relações de poder num determinado campo é a ilusão, que os agentes do campo possuem, de que essas relações não estão dadas. Disto decorre que, embora estejam em disputa por posições no campo e embora estejam inscritos em uma estrutura estruturante que, se não determina, tende a constituir aquilo que preside suas decisões -- sua *racionalidade* -- os agentes atuariam *como se* não estivessem disputando; *como se* não desejassem confirmar ou subverter as hierarquias que se apresentam. Sergio Miceli, na introdução ao volume *A economia das trocas simbólicas*, assinala que

Bourdieu leva às últimas consequências a imagem da sociedade como um campo de batalha operando com base na força e no sentido, ou melhor, dando ênfase à força do sentido. Para além das lutas que sucedem no campo material [...] a luta que se desenvolve entre os diversos grupos assume o caráter de um conflito entre valores últimos que se materializam através de estilos de vida baseado na usurpação do prestígio e na dominação que exerce por intermédio das instituições que dividem entre si o trabalho de dominação simbólica (MICELI, 2007, p. 58).

Essa característica geral do campo da produção simbólica, ganharia, no microcosmo universitário (ou acadêmico) uma configuração que estaria relacionada

- a) aos determinantes sociais das oportunidades sociais para a formação do *habitus* e do sucesso escolar, o capital econômico e sobretudo o capital cultural e social herdados: a origem social, a origem geográfica, a religião de origem da família
- b) aos determinantes escolares, que seriam a retradução escolar dos anteriores (capital escolar): o estabelecimento frequentado e o sucesso escolar durante os estudos secundários e superiores e os títulos obtidos
- c) à distribuição do capital de poder universitário: pertencimento aos institutos, ocupação de espaços nas instâncias consultivas e deliberativas das faculdades, pertencimento às bancas dos concursos, entre outros

- d) à distribuição do capital de poder científico: direção de um organismo de pesquisa, de uma revista científica, ensino numa instituição de pesquisa, participação em diretórios e comissões de conselhos nacionais de pesquisa, entre outros
- e) à distribuição do capital de prestígio científico: distinções científicas, tradução de obras para línguas estrangeiras, participação em colóquios e citações registradas, entre outros
- f) à distribuição do capital de notoriedade intelectual: reconhecimento de sua voz pública e participação em academias (instâncias de consagração não estritamente universitárias, mas que traduzem as posições e o capital científico e de prestígio científico em notoriedade mais ampla), aparição em televisão e em jornais,
- g) à distribuição do capital de poder político ou econômico: acesso a recursos materiais e financeiros, pertencimento a gabinetes e equipes de governo, às comissões elaboradoras de planos de educação e de ciência, condecorações, entre outras,
- h) às disposições “políticas” em sentido amplo (BOURDIEU, 2011).

A hipótese sustentada pelo intelectual francês é a de que as posições ocupadas pelos agentes intelectuais (no caso, professores das escolas superiores) dentro do campo universitário seria resultante do entrelaçamento dinâmico desses fatores; que funcionariam como uma *estrutura estruturante* das posições e das disposições, conformando, topograficamente, cada agente em um lugar e conferindo a ele determinadas condições de aposta para deter-se ali ou buscar, na dinâmica do campo, reposicionamentos.

Reconheço a potência do conceito de campo e dos instrumentos analíticos específicos apresentados pelo intelectual francês como essenciais para o tratamento do objeto desta investigação. Reconheço, também, que é possível (e necessário) considerar esses processos numa perspectiva histórica, cuidando para que sejam trazidas à tona as dinâmicas de constituição dos campos como dinâmicas instaladas em sociedades concretas e singulares e em instituições universitárias também concretas e singulares. Todavia, a interpretação que compartilho, ao optar pela abordagem da história dos intelectuais parece indicar a necessidade de travar um diálogo desta construção teórica com outros referenciais.

Considero que, embora, de fato, Bourdieu tenha investido tanto contra o indivíduo inventor de si mesmo e do social (produzido pela fenomenologia) quanto do sujeito

determinado ou assujeitado⁴ desenhado por certa parcela do estruturalismo francês, sua teoria explicativa calcada na hipótese fundamental de que, nas relações sociais, o que *tem estado*⁵ em jogo é, sempre, um conflituoso – ainda que pactuado – processo de dominação, poderia anular, de certa forma, qualquer traço da vida social que não fosse fundado ou explicado nesses termos.

Ao interpretar o campo intelectual (e, especificamente, o campo universitário) nesta chave, seria arriscado (e profundamente desanimador) concluir que os espaços de elaboração e circulação dos saberes que foram sendo engendrados pelos intelectuais no seu esforço de criar uma autonomia relativa em relação às outras esferas da vida, seriam sustentados exclusivamente pela disputa cotidiana por posições, pela concorrência em torno do acúmulo das diferentes formas de capital simbólico, pela luta ininterrupta em torno da dominação de outrem.

Não parece ser esta uma fotografia plausível do campo intelectual. A despeito de haver, do ponto de vista das estruturas estruturantes, um conjunto de regras que sustentam a disputa de posições e processos de hierarquização e dominação calcados na concorrência entre os agentes, as pessoas que configuram e experimentam o campo intelectual não se resumem a agentes do campo. São agentes e algo mais. E podem desejar conviver, com os agentes com os quais disputam as posições de poder, para além das disputas. Talvez, por esse motivo, Bourdieu tenha escolhido, como epígrafe para o terceiro capítulo do livro *Homo Academicus*, a seguinte passagem de Marcel Proust (apud BOURDIEU, 2007, p. 103):

Não é preciso sobretudo renunciar à Academia; eu almoço precisamente daqui a quinze dias, para em seguida ir ter com ele a uma sessão importante, na casa de Leroy-Beaulieu, sem o qual não se pode fazer uma eleição; eu já tinha deixado sair diante dele vosso nome, que ele conhece, naturalmente, à perfeição. Ele emitira certas objeções. Mas acontece que ele precisa do apoio do meu grupo para a próxima eleição, e eu tenho a intenção de voltar à carga; eu lhe direi muito francamente que ligações nos unem, eu não lhe esconderei que, se vós vos apresentardes, eu pedirei a

⁴ A teoria praxiológica de Bourdieu propõe a superação da “mais fundamental e mais perniciosa de todas as oposições que dividem artificialmente as ciências sociais” (BOURDIEU, 1983), qual seja: o confronto entre o *subjetivismo* e o *objetivismo*. De fato, no contexto em que Bourdieu produz seus escritos, há uma espécie de divisão da filosofia e da sociologia entre uma noção de “física social” e uma noção de “fenomenologia social”. A primeira, pressupondo um sujeito absolutamente assujeitado. A segunda, pressupondo uma estrutura social de tal forma asfixiante que transforma o sujeito numa espécie de produto amorfo de seu funcionamento. Nem aceitar a visão idílica do indivíduo livre de coerções, nem aceitar a visão paralisante de uma estrutura social da qual ele seja mero produto é o avanço da teoria praxiológica com seu conceito de *habitus* e com sua noção de estrutura estruturante.

⁵ Opto por essa construção por considerar aquilo que o próprio Bourdieu disse sobre a interpretação que encontrou sua obra mais disseminada no Brasil – *A Reprodução* – em boa parte da produção da chamada agenda crítica da sociologia da educação. Para o intelectual francês, constatar que a reprodução tem ocorrido e tende a ocorrer não significa aceitar que ela ocorrerá sempre.

todos os meus amigos para votar em vós [...] e ele sabe que eu tenho amigos. Estimo que, se eu conseguir ganhar sua colaboração, vossas chances se tornarão muito grandes.

Desse ponto de vista, são valiosas as contribuições da história dos intelectuais em torno do conceito de *sociabilidade*. Fruto de um diálogo mais adensado entre os historiadores e os demais cientistas sociais e reconfigurado para o campo da história a partir de apropriações da antropologia e da sociologia, as "sociabilidades" marcam a existência de formas e lugares de convívio social que, por muito tempo, foram objeto de uma atenção reduzida. A busca pelos traços e indícios materiais das formas de relação que homens e mulheres teceram e que sustentaram suas vidas cotidianas tem se manifestado, entre os historiadores, como uma forma de reconhecer um *agente dotado de subjetividade* no lugar de um mero operador inominado. Essa perspectiva tem deslocado as escalas e também os objetos privilegiados de investimento da pesquisa histórica, encontrando nesses dois movimentos realidades até então invisíveis.

Do ponto de vista da história dos intelectuais, a entrada da noção de sociabilidades permite compreender como se formam e funcionam agrupamentos formados pelos *letrados*, para além – e em íntima relação com – as formas específicas de convívio voltado à atividade estritamente de produção intelectual. Dito de outro modo, falar em *sociabilidades intelectuais* significa falar numa expressão singular da vontade de conviver (SIRINELLI, 1998) que, se por um lado, engendra e é função da participação coletiva em empreendimentos intelectuais, por outro lado, ultrapassa essa dimensão e se expressa em outras formas de convivência e relação. Dito de outra maneira:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 1996, p. 248).

Para mapear e compreender essas sociabilidades intelectuais, tem-se empreendido a identificação e compreensão das *redes de sociabilidades intelectuais* que se formaram entre mulheres e homens ligados à produção simbólica num determinado período a partir do mapeamento de suas *estruturas*, ou seja, do conjunto de instâncias nas quais essa sociabilidade é manifesta e engendradora: espaços – como os cafés, os clubes, as escolas – os projetos editoriais, as associações, entre outras. As redes e as estruturas de sociabilidade produzem e conformam *microclimas* nos quais emergem, se elaboram e circulam ideias, projetos e teorias.

Segundo Gomes (1999) é possível compreender as redes de sociabilidade que se conformam na e a partir da atividade intelectual ao menos numa dupla chave interpretativa:

De um lado, aquela contida na ideia de “rede”, que remete às estruturas organizacionais, mais ou menos formais, tendo como ponto nodal, o fato de se constituírem em lugares de aprendizado e trocas intelectuais, indicando a dinâmica do movimento de fermentação e circulação de ideias. De outro, aquela contida no que a literatura especializada chama de “microclimas”, que estão secretadas nessas redes de sociabilidade intelectual, envolvendo relações pessoais e profissionais de seus participantes. Ou seja, se os espaços de sociabilidade são “geográficos” e também “afetivos”, nele se podendo e devendo captar não só os vínculos de amizade/cumplicidade e de competição/hostilidade, como igualmente, a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por eventos, personalidades ou grupos especiais, trata-se de pensar em uma espécie de “ecossistema” onde amores, ódios, projetos, ideais e ilusões se chocam, fazendo parte da organização da vida relacional (GOMES, 1999, p. 20).

Além das redes e das estruturas de sociabilidade e da noção de microclima, duas outras escolhas têm sido frequentes pelos estudos da história dos intelectuais: (a) o tratamento analítico dispensado aos itinerários políticos e dos percursos intelectuais dos sujeitos e (b) a relevância teórico-metodológica da categoria “geração”. No que diz respeito preocupação analítica em relação aos itinerários políticos e percursos intelectuais, importa assinalar que ela deve ser considerada à luz da mesma noção de rede de sociabilidades, não permitindo que se considerem os itinerários políticos e os percursos intelectuais de seus membros como trajetórias isoladas. Antes, é essencial que o desenho dos grandes eixos de engajamento e atuação institucional (SIRINELLI, 1996, p. 245-6) sejam compreendidos como constituintes das e constituídos pelas relações entretecidas na própria rede; ou seja, é imperioso considerar que os itinerários políticos e os percursos intelectuais sejam tratados na perspectiva interrelacional.

A leitura e reconstituição desses itinerários políticos e percursos intelectuais permitem identificar indícios e decifrar as experiências e circunstâncias em que um grupo de intelectuais viveu, como e com quem um intelectual compartilhou sua leitura de mundo, sua atuação, seus projetos e suas lutas por reconhecimento. Permite também delinear os mecanismos de transferência de legitimidade e de poder de voz que foram se derramando entre os diferentes sujeitos de uma mesma geração e/ou no contato intergeracional, uma vez que um intelectual se define sempre por referência a “uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tabula rasa, o patrimônio dos mais velhos é, portanto, elemento de referência explícita ou explícita” (SIRINELLI, 1996, p. 254-5).

Essa última consideração remete à relevância da categoria de geração. A noção de geração precisa ser compreendida como entretecida tanto a partir dos chamados “efeitos de idade” quanto dos microcosmos de convivência e das redes de relação. Do ponto de vista historiográfico, a geração é tanto objeto de estudo quanto instrumento de análise. Também é importante considerar que as gerações podem ser – e, em diferentes casos, efetivamente são – formadas a partir de uma sensibilidade histórica marcada por uma estrutura e por uma conjuntura, assim como podem emergir como resultantes da aproximação de indivíduos e grupos que vivenciaram um mesmo evento gerador ou uma mesma crise, mesmo considerando que as repercussões do acontecimento fundador “não são eternas, e referem, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência” (SIRINELLI, 1996, p. 255).

Traçando uma convergência entre os conceitos de *campo*, *dominação* e *microcosmo* e a as noções de *redes de sociabilidades*, *estruturas de sociabilidades*, *microclimas*, *itinerários políticos e formativos* e *geração*, é possível compreender (1) como se deu a ação coletiva das mulheres e homens que constituíram o campo educacional na Universidade de São Paulo no período de 1938 a 1969; (2) como, nessa estrutura, foram criadas as condições para o surgimento do Departamento de Educação, na década de 1960 e, mais singularmente, (3) como, no interior deste espaço institucional foram engendrados e demarcados os lugares dos diferentes subgrupos de “educadores”. Respondendo a essas questões será possível cumprir o objetivo desta tese.

A tese está estruturada em três capítulos de desenvolvimento e um dedicado às considerações finais. No primeiro capítulo, busco analisar o instituto da cátedra na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e suas relações com os lugares e posições ocupados pelos intelectuais do campo da educação. Tal instituto, com suas contradições, foi intensamente discutido ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960. Aqueles que propugnavam sua eliminação, explicitando seus males e limitações foram, pouco a pouco, tornando-se hegemônicos neste debate e produziu-se um conjunto de condições para que, na longa tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961) e na reestruturação dos estatutos da USP de 1962, fosse possível colocá-lo em processo de desativação. Com a análise das fontes eleitas nesta pesquisa, pretendo explicitar de que maneira essas condições se manifestaram na dinâmica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

No segundo capítulo, busco analisar e compreender: (1) as negociações, escolhas e conflitos vivenciados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nos anos de 1962 e 1963 na

construção do seu novo Regulamento e que permitiram, ao final do processo, que aquela escola escolhesse a departamentalização e (2) o processo por meio do qual essa escolha permitiu a criação do Departamento de Educação como instância relativamente autônoma do campo educacional na Universidade de São Paulo.

No terceiro capítulo, busco analisar e compreender: (1) o processo de organização, as características e a dinâmica instituída no Departamento de Educação, bem como as formas através das quais foram estabelecidas e consolidadas as posições e relações entre posições dos diferentes sujeitos que o compunham e (2) a criação das condições que permitiram que este Departamento se transformasse em Faculdade de Educação.

CAPÍTULO I

A CÁTEDRA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA USP

1.1 BREVES NOTAS SOBRE A CÁTEDRA NO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

O Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931 estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras. Além de descrever e delimitar regras gerais para o funcionamento, administração e regulação dos cursos superiores em todo o território nacional, este diploma legal consolidou um conjunto de normativas específicas para a carreira do magistério superior. De maneira geral, a legislação em tela previa que os cursos normais das universidades (os seus cursos regulares) seriam ministrados por *professores catedráticos*, com a colaboração de *auxiliares de ensino* e de *livres-docentes*, de sua escolha. Aos livres-docentes, era facultado, ainda, o direito de ministrarem cursos equiparados àqueles oferecidos pelos catedráticos, desde que autorizados pelos órgãos de gestão de cada unidade (o Conselho Técnico Administrativo e a Congregação).

A nomeação para o cargo de professor catedrático deveria, à luz daquela normativa, obedecer a um rigoroso concurso de títulos e provas, que incluiria a defesa de uma tese original, prova escrita e prova didática e/ou prática. Para o julgamento do concurso seria constituída uma banca, composta por professores da própria instituição e por professores convidados de outras instituições. Inicialmente, a nomeação para a cátedra caberia ao primeiro colocado no concurso e geraria o direito do exercício do magistério por dez anos. Ao fim deste período, o professor poderia abrir mão de seu direito de continuar na cátedra (criando, assim, a condição para outro concurso público) ou poderia confirmar sua permanência, mediante novo concurso – exclusivamente de títulos – no qual poderiam concorrer outros catedráticos da mesma área ou de áreas afins ou livres-docentes, com pelo menos cinco anos de exercício do magistério. Confirmada sua permanência no cargo, o professor catedrático adquiriria o direito de vitaliciedade e inamovibilidade.

Eram previstas exceções para a realização de concurso de provas e títulos para professor catedrático nos casos de primeira investidura e também nos casos em que houvesse indicação neste sentido por parte da Congregação.

A livre docência era concebida, pelos estatutos de 1931, como uma forma de “ampliar, em cursos normais, a capacidade didática dos institutos universitários e concorrer pelo tirocínio do magistério, para a formação do corpo de professores”. O ensino ministrado pelo livre-docente obedeceria, desta forma, em linhas gerais, às diretrizes previstas pelo professor catedrático e a programas previamente aprovados pelo conselho técnico administrativo de cada unidade. Para constituir seu quadro de livres-docentes, as instituições estavam constrangidas a realizar concursos periódicos de provas e títulos para esta categoria (semelhantes àqueles estabelecidos para as cátedras). Também era prevista a obrigação de cada congregação revisar, de cinco em cinco anos, seu quadro de livres-docentes, excluindo aqueles que não haviam demonstrado eficiência no ensino ou não tivessem empreendido pesquisa de que resultasse trabalho de valor acadêmico.

Quanto aos auxiliares de ensino, os estatutos de 1931 previam que, após sua nomeação inicial (por escolha de professor catedrático), eles deveriam, no prazo de dois anos, submeter-se a concurso de livre docência. Caso não fossem aprovados ou caso não cumprissem o prazo estabelecido, seriam exonerados do cargo e não poderiam retornar ao magistério no ensino superior antes de serem aprovados como livres-docentes.

A Constituição Federal de 1934, por seu turno, confirmou o modelo previsto nos Estatutos de 1931. O artigo 155 estabelecia a liberdade de cátedra, enquanto o artigo 158 estabelecia a proibição da dispensa de concurso de provas e títulos no provimento de cargos do magistério oficial e também a vitaliciedade e inamovibilidade da cátedra. Preservava-se, também, a possibilidade de contratação, por período determinado, de professores nacionais ou estrangeiros, com reconhecido saber.

Três anos depois, a Lei 444, de 04 de julho de 1937 estabeleceu uma série de mecanismos atenuantes aos rigores dos estatutos de 1931, dentre as quais a prorrogação equivalente ao dobro do prazo para os auxiliares de ensino se submeterem aos concursos de livre docência e a concessão do título de livre docência aos candidatos que, submetidos a concurso de cátedra, não fossem aprovados. Neste último particular, cabe destacar o fato de, nos estatutos de 1931, não haver possibilidade de um candidato que não fosse livre-docente pleitear, por concurso, a cátedra. Por outro lado, a Constituição outorgada em novembro

daquele mesmo ano retirou os dois dispositivos previstos na Carta de 1934 (a liberdade, a inamovibilidade e a vitaliciedade da cátedra).

Fávero (1980, 1990) e Cunha (1994) assinalam que o Estado Novo pretendeu corrigir um excesso de liberdade – e de poder – que os Estatutos de 1931 e a Constituição de 1934 haviam possibilitado aos catedráticos das universidades. Nas palavras de Fávero (2000, p. 9):

Quanto à Constituição de 1937, não há menção à cátedra. Contudo, o problema mais sério não está aí. O mais grave é como pensar em liberdade de cátedra, tal como fora consagrada na Carta de 34 [e na vitaliciedade e inamovibilidade que a sustentavam] quando a abertura aventada pela Revolução de 30 passa a ser vista, a partir de 1935, como um erro a ser corrigido [...].

Os dois autores também assinalam que o período de 1937 a 1945 relevou uma série de ações, fortemente marcadas pela escolha do Estado Novo de intervir e organizar a formação das elites a partir de um projeto singular de Nação, e que tal agência na universidade, por conseguinte, se fez sentir de maneira mais acentuada, muitas vezes, colocando em cheque as condições de sua autonomização. Analisando episódios ocorridos na Universidade do Brasil nos quais o provimento (e a exoneração) de cargos de catedráticos foi definido a partir do poder político temporal do Estado a conspurcar a lógica intrínseca do campo acadêmico, os mesmos autores apontam a emergência, sobretudo no início da década de 1940, de uma defesa da cátedra como forma de resposta à interferência de agentes estranhos à universidade.

É nesse sentido que os dispositivos protetores e legitimadores da cátedra que haviam sido eliminados na Constituição de 1937 puderam retornar, integralmente, na Constituição de 1946. O inciso VI do artigo 168 daquela Carta previa que “para o provimento de cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade”. O inciso VII estabelecia a garantia da liberdade de cátedra.

Todavia, o fato de a cátedra ter reconquistado, no texto constitucional de 1946, o destaque perdido na carta de 1937 não significa que sua existência no sistema de ensino superior em consolidação gozasse de uma aceitação unânime ou, ainda, que ela tenha constituído uma resposta considerada adequada pela totalidade dos agentes do campo universitário no que tange à organização das carreiras e a distribuição e ordenação do poder no interior das instituições de ensino superior. Havia um conjunto de posicionamentos de aderência e rejeição ao regime de cátedras bastante evidente nas universidades brasileiras.

Foi justamente nesta conjuntura que, no dia 13 de novembro de 1948, o Diário do Congresso Nacional publicou o texto da mensagem presidencial nº 605, de 29 de outubro

daquele ano, em que o presidente Eurico Gaspar Dutra encaminhava à Câmara dos Deputados o projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a exposição de motivos escrita por Clemente Mariani. Naquele documento, o Ministro da Educação e Saúde afirmava, sobre a questão da autonomia universitária:

O sistema de ensino superior previsto no projeto baseia-se na autonomia das escolas isoladas e na autonomia ainda mais ampla das universidades. Bem de ver é, entretanto, como assinala o relatório da comissão, que a autonomia de um órgão da administração [...] não autoriza o estabelecimento de analogias com a autonomia de que gozam, por exemplo, os Estados federados. “A instituição autônoma”, escreve o professor Almeida Junior, “não terá que ouvir em cada caso concreto a autoridade superior. Gozará, ao contrário, da faculdade de decidir como entender, dentro das normas genéricas que regulem diferentes categorias de casos” [...]

O projeto filia-se a essas ideias. “Um funcionamento sadio da administração democrática”, ensina Kelsen, “não pode se esperar senão admitindo-se uma grande amplitude na margem de livre apreciação, o que significa que a democracia administrativa envolve uma poderosa tendência para a descentralização”. Mas o próprio Kelsen adverte que “a responsabilidade – a garantia mais importante da legalidade – dos corpos administrativos é tanto menor quanto maiores são estes; e se se deseja afastar sua atividade da perigosa zona de ilegalidade, deve-se limitá-la o mais possível ao âmbito da livre apreciação outorgado pela lei” (MARIANI, 1948, p. 116-8).

De fato, na redação do projeto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresentado em 1948, o título IX, que tratava do ensino superior, trazia um regramento minucioso de diferentes aspectos do funcionamento das universidades brasileiras, incluindo a previsão para a duração de cada curso superior, critérios para a matrícula neste nível de ensino e para a aprovação em cada ano letivo (em termos de rendimento escolar e frequência) e formas de organização da gestão dos estabelecimentos de ensino superior.

Além dessas delimitações, o projeto de lei apresentado pelo poder executivo também propunha uma resposta à questão da reprodução e organização do corpo docente das universidades. Os incisos XIV e XV instituíam, respectivamente, a livre docência e a carreira do magistério superior, “subordinada a concurso de títulos e provas e compreendendo, na medida das necessidades de cada escola ou curso, as funções sucessivas de instrutor assistente, professor adjunto e professor catedrático”. O artigo 41 estabelecia, em moldes muito semelhantes ao Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, confirmados na Constituição de 1946, as normas que deveriam reger os concursos de títulos e provas para cátedra. O artigo 42 previa a institucionalização da livre docência, obedecendo também a concurso de títulos e provas com regramento previsto no regimento de cada instituição, e o artigo 43, por fim, previa, genericamente, a possibilidade de cada instituição, mediante proposta da congregação, contratar “por prazo certo, professores nacionais ou estrangeiros para a regência de cursos ou trabalhos de investigação”.

Esse enquadramento inicial da questão relativa à carreira docente no ensino superior não se mostrou suficiente durante a tramitação do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo. A discussão de suas limitações trouxe para a arena pública (e parlamentar) pontos de inflexão desta pauta que não haviam sido contemplados na proposta original. Tornaram-se novamente visíveis as tensões e contradições do instituto da cátedra no sistema universitário e a história das respostas formuladas aos seus limites.

Um exemplo deste movimento de debate na esfera pública e de acomodação das demandas em pauta relativas à carreira docente universitária pode ser apreendido na coluna *Notas e Informações* da edição de 17 de setembro de 1949 do jornal *O Estado de São Paulo*. Em um longo texto intitulado *A carreira do professor universitário* elogiava-se uma iniciativa do então deputado Raul Pila, que propunha uma emenda ao projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nas palavras do articulista,

É preciso assinalar, todavia, que a carreira do professor universitário constitui, sem dúvida, uma das mais imperiosas e urgentes questões a serem cuidadas pelos nossos legisladores. E, nesse sentido, torna-se merecedora de elogios a iniciativa do ilustre deputado Raul Pila apresentando uma emenda ao inciso XV do artigo 39 do projeto de diretrizes e bases da educação nacional no sentido de ser disciplinada e não apenas instituída a carreira de professor. O citado inciso dispõe: “Instituição da carreira do magistério, subordinada a concurso de títulos e provas, e compreendendo, na medida das necessidades de cada escola, ou curso, as funções sucessivas de instrutor, assistente, professor adjunto e professor catedrático” [...] A emenda do deputado Raul Pila é, portanto, sob todos os aspectos, oportuna. Ela prevê as seguintes etapas na carreira: a) estágio de cinco anos junto à carreira de um professor catedrático ou adjunto; b) docência livre na qual o estagiário fará provas escritas, didáticas, defesa de teses e, em certos casos, prova prática; c) professor adjunto também mediante concurso de provas; d) professor catedrático mediante escolha entre os adjuntos por concurso de títulos e trabalhos julgados pela Congregação da escola (O ESTADO DE S. PAULO, 1949, p. 3).

Em verdade, é possível reconhecer que o debate sobre a carreira docente universitária organizada no eixo de poder das cátedras que aparecia, agora, agendado na tramitação inicial da LDB (e que se prolongaria por toda a década de 1950) era, de certa forma, a atualização das contradições inerentes ao funcionamento específico das cátedras no sistema de ensino superior brasileiro desde sua constituição.

Por um lado, a legitimação decorrente das exigências dos concursos de provas e títulos, os poderes intrínsecos à vitaliciedade e à inamovibilidade e a exclusividade de composição dos cargos de natureza administrativa e diretiva nas unidades de ensino impunham uma centralização, nas mãos dos catedráticos, do poder acadêmico e temporal no interior das instituições de ensino superior. Para Cunha (1999, p. 9) tais condições “acabaram por reforçar as microditaduras no interior mesmo das universidades: em nome da liberdade e da democracia, o que houve mesmo foi o reforço do poder incontido do catedrático”.

Por outro lado, a cátedra permitia, na conformação própria do campo acadêmico, condições para o exercício do trabalho intelectual e para a produção de conhecimento científico na medida em que, potencialmente, engendrava a convivência e o compartilhamento de rotinas, espaços e de iniciativas entre os intelectuais. Nas palavras de Fávero (2000), verifica-se, sem embargo, uma concentração nem sempre desejável de poder nas mãos dos catedráticos, o que permite reconhecer, na organização da cátedra, a emergência de um “núcleo integrador de inteligência”.

Essa experiência contraditória da cátedra se revela em depoimentos de estudantes e docentes que viveram aquele período. Jayme Tiomno, em depoimento concedido a Fávero (1992) assinala:

Minha oposição à cátedra na Universidade do Brasil advinha de a cátedra ser propriedade do catedrático; o assistente só podia fazer o que o catedrático dissesse [...]. Mas houve exceções: eu, por exemplo, dei os cursos que quis. Mas, no geral, a cátedra era impeditiva. Havendo pessoa competente na Universidade, que quisesse dar um curso, não podia; talvez como livre-docente sim, mas havia sempre um jeito de impedi-lo (apud FÁVERO, 1992, p. 271).

O depoimento de Cleonice Berardinelli ressalta ainda mais o caráter contraditório da cátedra:

Considerar que ser catedrático é alguma coisa negativa não me parece justo. O importante é saber quem é catedrático, quem é *aquele* catedrático. Como cada um vive o ser catedrático [...]. Portanto, acho e repito, não tenho nada contra a cátedra, desde que a cátedra seja considerada como um espaço de onde se pode organizar, onde se pode exercer uma ação de congraçamento, de aproximação, não permitindo que, dentro da mesma cadeira, cada um vá prum [sic] lado, sem uma direção. E quando digo isso, claro, não quero padronizar ninguém. As direções de cada um precisam ser respeitadas (apud FÁVERO, 1992, p. 88-9).

Se a carreira do magistério superior organizada pelas cátedras trazia, nas diferentes realidades institucionais, uma experiência contraditória de adesão e rejeição dos agentes do campo universitário, cabe reconhecer os traços dessa experiência contraditória no movimento singular de cada universidade, das características que foram conformando cada uma das escolas que as compunham e, ainda, o interior e a dinâmica das cadeiras. A superação das cátedras, vivenciada em cada uma dessas instituições, foi produzida numa conjugação dos constrangimentos e soluções legais instituídas no plano nacional ao longo da década de 1960 e da história de suas relações internas e das alianças, negociações e conflitos vivenciados, no plano intrainstitucional-, por seus agentes.

1.2 A CÁTEDRA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA USP E O CAMPO EDUCACIONAL: TENSÕES E CONTRADIÇÕES

Partindo da hipótese, segundo a qual as condições para a construção da autonomia da Faculdade de Educação da USP foram produzidas ao longo das décadas de 1950 e 1960, e tendo em vista que essa produção está localizada num momento de emergência dos departamentos proveniente da redefinição das estruturas de poder e de organização consubstanciadas pelas cátedras, é importante apresentar, ainda que de forma panorâmica, alguns traços das contradições, disputas e tensões experimentadas no interior das cátedras ligadas ao campo da educação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP no período anterior à constituição do departamento de educação.

O primeiro regimento interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi instituído por força do Decreto 12.038, de 07 de julho de 1941. Pequenas alterações foram realizadas a partir da edição de um segundo diploma legal – o Decreto 12.511, de 21 de janeiro de 1942. Esse conjunto de dispositivos foi produzido com os constrangimentos legais impostos pelo Decreto-Lei 1190, de 4 de abril de 1939, que instituiu a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e exigiu a reorganização de todas as instituições congêneres com base em seus padrões de gestão e funcionamento. No caso da FFCL/USP, essa reorganização precisou encontrar uma resposta específica às questões decorrentes da incorporação do Instituto de Educação da USP, das quais uma das mais delicadas era justamente a acomodação dos antigos catedráticos, assistentes e auxiliares do extinto instituto na carreira e na distribuição de poder na Faculdade de Filosofia.

A normativa federal delimitava a quantidade de cadeiras para cada seção da Faculdade Nacional de Filosofia. O formato ali definido foi o parâmetro adotado pela FFCL-USP para distribuir suas cadeiras (e seus catedráticos). Havia a previsão de um total de 49 cadeiras, distribuídas em quatro seções chamadas de fundamentais (Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia) e em uma seção nomeada de especial: Didática.

Quadro 1 Cadeiras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941)

continua

Nº	CADEIRA	PROFESSOR	CONDIÇÃO
1	Filosofia	João Cruz Costa	Contratado
2	História da Filosofia	Jean Mangüe	Contratado
3	Psicologia	Jean Mangüe/Cruz Costa ⁶	Interino(s)
4	Sociologia	Roger Bastide	Contratado
5	Política	Paul Arbousse-Bastide	Contratado
6	Estatística Geral e Aplicada	Luigi Galvani	Contratado
7	Crítica dos Princípios e Complementos de Matemática	Fernando Furquim de Almeida	Contratado
8	Análise Matemática	Omar Catunda	Contratado
9	Geometria Analítica, Projetiva e Descritiva	Giacomo Albanese	Contratado
10	Complementos de Geometria e Geometria Superior	Giacomo Albanese	Interino
11	Mecânica Racional e Mecânica Celeste	Gleb Wataghin	Interino
12	Física Geral e Experimental	Marcelo Damy	Contratado
13	Física Teórica e Física Matemática	Gleb Wataghin	Contratado
14	Química Geral e Inorgânica	Henrich Hauptamn	Contratado
15	Química Orgânica e Biológica	Henrich Rheinbold	Contratado
16	Físico-química e Química Superior	Henrich Rheinbold	Interino
17	Biologia Geral	André Dreyfus	Catedrático
18	Zoologia	_*	-
19	Fisiologia Geral e Animal	Paulo Sawaya	Catedrático
20	Botânica	Felix Rawitscher	Contratado
21	Geologia e Paleontologia	Ottorino Di Fiore	Contratado

⁶ Na ata da primeira reunião da Congregação (1941), registra-se que, para o ano de 1941, a Cadeira III da nova organização da FFCL encontrava-se sem professor contratado e que, nestes anos, a regência caberia a Jean Manguéuü e Cruz Costa.

continuação			
Nº	CADEIRA	PROFESSOR	CONDIÇÃO
22	Mineralogia e Petrografia	Reynaldo Saldanha da Gama	Contratado
23	Geografia Física	João Dias da Silveira	Contratado
24	Geografia Humana	Pierre Monbeig	Contratado
25	Geografia do Brasil	Pierre Monbeig	Interino
26	História da Civilização Antiga e Medieval	Eurípedes Simões de Paula	Contratado
27	Hist. da Civilização Moderna e Contemporânea	Jean Gagé	Contratado
28	História da Civilização Brasileira	Alfredo Ellis Junior	Catedrático
29	Etnografia e Língua Tupi-Guarani	Plinio Ayrosa	Catedrático
30	História da Civilização Americana	-	-
31	Economia Política e Hist. Doutrinas Econômicas	Paul Hugon	Contratado
32	Língua e Literatura Latina	Urbano Canuto Soares	Contratado
33	Língua e Literatura grega	Vittorio di Falco	Contratado
34	Filologia e Língua Portuguesa	Francisco da Silveira Bueno	Catedrático
35	Literatura Portuguesa	José Maria Marques da Cruz	Contratado
36	Literatura Brasileira	Mário de Souza Lima	Contratado
37	Filologia Românica	-	-
38	Língua e Literatura Francesa	Alfred Bouzon	Contratado
39	Língua e Literatura Italiana	Giuseppe Ungaretti	Contratado
40	Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana	Braulio Sanchez-Saez	Contratado
41	Língua e Literatura Inglesa e Anglo Americana	Douglas Renshaw	Contratado
42	Língua e Literatura Alemã	Pedro de Almeida Moura	Contratado
43	Psicologia Educacional	Cícero Christiano de Souza	Substituto
44	Administração Escolar e Educação Comparada	Milton da Silva Rodrigues	Interino

			conclusão
Nº	CADEIRA	PROFESSOR	CONDIÇÃO
45	História e Filosofia da Educação	Roldão Lopes de Barros	Catedrático
46	Didática Geral e Especial	Onofre de Arruda Penteadado	Catedrático
47	Estatística Educacional	Milton da Silva Rodrigues	Catedrático
48	Biologia Educacional	Maria de Lourdes Batista Santos	Substituta
49	Sociologia Educacional	Fernando de Azevedo	Catedrático

Fonte: Atas da Congregação da FFCL, Livro I, fls. 1-3⁷⁸

-* indica informação ausente

Três cadeiras não previstas na organização da FNFi existiam na FFCL-USP: Complementos de Geometria e Geometria Superior, Fisiologia Geral e Animal e Etnografia e Língua Tupi-Guarani. Além disso, a incorporação do Instituto de Educação da USP criou para a FFCL-USP uma especificidade quanto à sobreposição de cadeiras: a FFCL-USP contava com uma de Sociologia e outra de Sociologia Educacional; uma de Biologia Geral e outra de Biologia Educacional. Para ajustar a questão da sobreposição, porém, o Decreto 12.038/41 previa que, no momento em que houvesse a vacância das duas cadeiras com o designativo educacional, estas deveriam ser extintas.

Na segunda reunião da Congregação da FFCL após a edição do Decreto 12.038, Fernando de Azevedo, diretor da Faculdade e então titular da cadeira de Sociologia Educacional, apresentou uma resolução tomada pelo CTA, a partir de uma proposição sua, que preconizava a extinção *imediata* da Cadeira de Sociologia Educacional (Cadeira 49) e sua conversão em uma segunda de Sociologia, nos seguintes termos:

Considerando que o número de aulas atribuídas à cadeira de Sociologia (4ª cadeira) é excessivo, não podendo ser inferior a 16 ou 18 semanalmente, em obediência às disposições legais;

Considerando que esse número poderá aumentar ainda mais, se se der o desdobramento de turmas, e aumentará, certamente, para 24 aulas, no mínimo, quando for suprimida a cadeira de Sociologia Educacional;

⁷ De agora em diante, nas referências bibliográficas, a expressão “Atas da Congregação da FFCL” será abreviada para “Atas da Congregação”. Critério semelhante será adotado para a expressão “Atas do CTA da FFCL”, abreviada para “Atas do CTA”.

⁸ No quadro, os professores assinalados com asteriscos estiveram ausentes na primeira.

Considerando que não é possível exigir-se de um professor universitário tão levado número de horas, nem é possível que se lhe permita distribuir a maioria destas aos seus assistentes;

Considerando que a cadeira de Sociologia Educacional, de acordo com o artigo 77 do Decreto 12.038, de 1º de julho de 1941, deve ser suprimida quando vagar;

Considerando que a existência de duas cadeiras de sociologia permitirá melhor distribuição da matéria comum, nos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia e Didática;

Considerando que o reestabelecimento da 2ª Cadeira de Sociologia e a extinção da atual Cadeira de Sociologia Educacional não importará em qualquer aumento de despesa, propõe:

1º Fique reestabelecida, na FFCL da Universidade de São Paulo, a segunda cadeira de Sociologia.

2º Fica extinta a cadeira de Sociologia Educacional e transferido para a cadeira criada de acordo com esta proposta o atual professor catedrático respectivo (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 8).

Posta em discussão, a proposta exarada pelo CTA foi aprovada unanimemente pela Congregação da FFCL colocando um fim antecipado à cadeira de Sociologia Educacional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Após a Congregação deliberar a transformação da cadeira de Sociologia Educacional em Sociologia II, Milton da Silva Rodrigues solicitou a palavra para propor a ampliação das aulas de Estatística no curso de Pedagogia, colocando a disciplina como obrigatória também no terceiro semestre. Após sua intervenção, o professor de Estatística Geral (Luigi Galvani) disponibilizou-se para acolher, no curso de Estatística Geral ministrado para as Ciências Sociais, os alunos do curso de Pedagogia, caso o professor Milton considerasse necessário e adequado. A proposta da ampliação da oferta da disciplina em questão configurara um movimento para ampliar o espaço da cadeira 47 – Estatística Educacional – impedindo uma eventual supressão ulterior, sob o argumento elementar do número reduzido de aulas. De fato, em setembro de 1942, a ata da 17ª reunião da Congregação contém a seguinte passagem:

A seguir, o Sr. Diretor submete à discussão a proposta para ser concedida à cadeira de Estatística Educacional o regime de tempo integral. O professor Silveira Bueno pergunta sobre o andamento dos outros processos que deveriam ser postas sob o mesmo regime, dada a aprovação que tiveram da Congregação anteriormente. O Sr. Diretor dá as informações ao prof. Silveira Bueno dizendo que os processos já se acham em poder do exmo. Sr. Secretário da Educação. [...] O prof. Milton Rodrigues, que se havia retirado do recinto visto se tratar de assunto que lhe era diretamente pertinente, é chamado para dar esclarecimentos sobre as atuais condições da cadeira de Estatística Educacional de que é titular, as quais foram oferecidas oralmente pelo mesmo. Encerrada a discussão, a proposta é unanimemente aprovada (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 51-2).

Após a aprovação do regime de tempo integral, Milton da Silva Rodrigues encaminha junto ao Conselho Universitário opção por ela em detrimento da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada. Eram seus assistentes, na cadeira preterida, os licenciados Ernestina Giordano e José Querino Ribeiro.

Nem o regulamento da Faculdade Nacional de Filosofia estabelecido em 1939, nem os dois decretos que organizaram o Regimento da FFCL em 1941 e 1942 previam a eliminação da cadeira de Estatística Educacional. Entretanto, em abril de 1942, o professor catedrático de Estatística Geral e Aplicada, Luigi Galvani, retornou à Itália e seu posto ficou vago. Em vez de conduzir, para substituí-lo, um de seus dois assistentes à época, a reunião da Congregação de maio daquele ano indicou que o professor Milton Rodrigues, auxiliado por Eduardo Alcântara passaria a se ocupar das disciplinas da cadeira que se encontrava vaga e, em fevereiro de 1943, antes de iniciar o ano letivo, a 21ª reunião da congregação aprovou proposta de nomeação interina de Milton da Silva Rodrigues para a cadeira de Estatística Geral e Aplicada.

Este procedimento criava uma situação delicada, na medida em que impedia que Eduardo Alcântara (primeiro assistente de Luigi Galvani até então) ocupasse a cátedra interinamente (procedimento ordinário na FFCL). É bem provável que essa situação tenha gerado conflitos e provocado, duas reuniões depois, a proposta do próprio Milton Rodrigues à Congregação, solicitando o arquivamento do processo em que pedia a nomeação para interino da Cadeira de Estatística Geral e Aplicada e, ato contínuo, a nomeação de Eduardo Alcântara para ocupá-la interinamente até que fosse realizado um concurso.

Durante o ano de 1944, Eduardo Alcântara partiu para os Estados Unidos, deixando, mais uma vez, vaga a cadeira de Estatística Geral e Aplicada. Nesta oportunidade, Milton Rodrigues passou a ocupar, ao mesmo tempo, a regência da Cadeira de Estatística Educacional e a regência interina da cadeira de Estatística Geral e Aplicada. Na última reunião da Congregação daquele ano, o item 9 da ordem do dia foi assim registrado em ata:

Entra em discussão, sendo unanimemente aprovada a seguinte proposta do professor Milton Rodrigues, aprovada pelo CTA: “a atual cadeira de Estatística Educacional passa a denominar-se 2ª Cadeira de Estatística Geral e Aplicada e terá a seu cargo, também, o ensino de estatística educacional, mantendo-se a titularidade de seu catedrático original” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 95).

Assim como ocorrera de forma antecipada com a cadeira de Sociologia Educacional, ficava por este ato extinta a cadeira de Estatística Educacional na FFCL-USP.

Quanto à cadeira de Biologia Educacional, cuja titularidade pertencia a Antônio Ferreira de Almeida Junior desde a experiência autônoma do Instituto de Educação, a situação era distinta. Desde 1935, Almeida Junior esteve comissionado junto à Secretaria da Educação, ocupando diferentes cargos. Em 1936, o médico passou a ministrar aulas na disciplina de Medicina Legal, como assistente daquela cadeira na Faculdade de Direito do Largo de São

Francisco. Neste período de afastamento, fora, primeiro, substituído por Julio Baptista e, posteriormente, por Maria de Lourdes Baptista dos Santos. Na 10ª reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o diretor Fernando de Azevedo

comunica, ainda, que tendo tomado posse do cargo de professor catedrático de medicina legal da Faculdade de Direito o professor Antônio de Almeida Junior, ficou extinta a cadeira de Biologia Educacional, passando as atribuições da mesma à cadeira de Biologia do curso de História Natural, podendo, a critério do catedrático, permanecer a assistente daquela primeira cadeira, prestando serviços nesta (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 30).

Tais deslocamentos definiram a seguinte distribuição (Figura 1) de cadeiras na seção de Pedagogia da FFCL-USP⁹:

Figura 1. Organograma da distribuição de cadeiras na seção de Pedagogia

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa.

Nas três cadeiras da Seção de Pedagogia, as contradições e tensões relativas à carreira docente nos moldes do regime de cátedras se fizeram presentes ao longo dos anos 1940 e 1950.

Até a edição dos decretos que estabeleceram o regimento da FFCL-USP, o professor Milton da Silva Rodrigues ocupava duas cadeiras, acomodadas na faculdade desde a incorporação do IEUSP, ocorrida em 1938: a de Estatística Educacional e Educação

⁹ Vale ressaltar que a Cadeira de Didática Geral e Especial compunha uma seção distinta e não era parte da Seção de Pedagogia da FFCL-USP. As relações entre a cadeira de Didática e a Seção de Pedagogia foram se definindo e redefinindo ao longo do período em que eram parte da Faculdade de Filosofia, até encontrarem uma solução de composição no Departamento de Educação, criado em 1962, e na criação da Faculdade de Educação da USP, com os estatutos de 1969.

Comparada e a de Administração Escolar e Legislação do Ensino. O regimento aprovado estabeleceu uma reorganização, tornando Estatística Educacional uma cadeira exclusiva e transformando a segunda em Administração Escolar e Educação Comparada. A normativa também previu que o catedrático regente das duas cadeiras deveria escolher uma para ocupar definitivamente. Milton da Silva Rodrigues escolheu a de Estatística Educacional, abrindo, assim, o processo de sucessão para a cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada.

No mês de março de 1944, na 28ª reunião da Congregação, o item 2 da ordem do dia previa a aprovação de parecer do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, que indicava a nomeação interina de Ernestina Giordano para a cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada. A Congregação, entretanto, não aprovou a indicação do CTA.

O assunto é amplamente discutido, tendo tomado parte nos debates os professores Alfredo Ellis, Silveira Bueno, Roldão Lopes de Barros, Noemy Rudolfer, Pierre Monbeig, Roger Bastide, Paulo Sawaya e Milton Rodrigues. O professor Sawaya propõe adiamento da discussão, sendo sua proposta rejeitada. Encerrada a discussão, é posta a votos a proposta do C.T.A pelo sistema de voto secreto. Recolhidas as cédulas, são convidados para escrutinadores os professores Alfredo Ellis e Silveira Bueno, tendo se verificado o seguinte resultado: votaram “SIM”, 9 professores, “NÃO”, 16 professores, em “BRANCO”, 04 professores. Pelo resultado verificado, foi rejeitada a proposta do CTA (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 75).

Ernestina Giordano fazia parte do grupo de educadores que migrara do antigo Instituto de Educação para a Faculdade de Filosofia. À época do IEUSP, atuava junto à Seção de Pedagogia, em parceria com Roldão Lopes de Barros, com o qual já havia trabalhado na Escola Normal do Brás. Na edição de 14 de novembro de 1935 do Correio Paulistano, o anúncio sobre o *Curso de Férias para Administração Escolar* explicita que:

Estão encarregados do curso, ou de colaborar nos trabalhos de discussão, crítica e consultas bibliográficas, os professores Fernando de Azevedo, A. Almeida Junior, Roldão Lopes de Barros, Noemy Silveira Rudolfer, Onofre Penteado, Luiz C. Fleury, Carolina Ribeiro, Ernestina Giordano, Maria Antonieta de Castro, Iracema Silveira, Lenira Fracarolli, Celisa Ribeiro de Arruda, Estela Miranda de Azevedo e Maria José Cardoso Gomes (CORREIO PAULISTANO, 1935a, p. 2).

Em 10 de dezembro daquele mesmo ano, outro curso é anunciado pela Diretoria do Ensino, dessa vez intitulado “Método de Projetos”, sob a regência de Onofre Penteado, Ernestina Giordano e Adalvíia Toledo (CORREIO PAULISTANO, 1935b, p. 3).

Paralelamente à atuação como assistente no Instituto de Educação, Ernestina empreendeu atividades de destaque na Liga do Professorado Católico.

A Liga do Professorado Católico, nesta quinta-feira última, em sua sede, à rua Wenceslau Brás, 22, recebeu, carinhosamente, os diretores de grupos escolares do interior que fizeram o curso abreviado de Administração Escolar promovido pela Diretoria Geral do Ensino [...]

Os diretores foram saudados e recebidos pela professora Ernestina Giordano que, em seguida, conduziu os diretores a um agradável lunch (CORREIO PAULISTANO, 1935b, p. 2).

DIRETORIA ARQUIDIOCESANA DE ENSINO RELIGIOSO

Avisando aos nossos delegados e professores de religião que a reunião mensal de setembro será no próximo domingo, dia 25, às 10:30 horas, na Curia, levamos também ao seu conhecimento que por ocasião, será dada uma aula prática de catecismo às crianças de 4º ano pela exma. Professora Ernestina Giordano (CORREIO PAULISTANO, 1938, p. 2).

Ernestina Giordano não foi aluna da Faculdade de Filosofia da USP. Em 1942, concluiu sua graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia São Bento. Assim, no momento em que se abriu a sucessão para a cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, em 1943, a professora concluíra, havia menos de um ano, bacharelado em Pedagogia. Ainda que houvesse atuado por quase dez anos nos quadros do antigo Instituto de Educação e, recentemente, na Seção de Pedagogia, e nela ocupasse a posição de primeiro assistente da cadeira, do ponto de vista das hierarquias próprias do campo universitário era José Quirino Ribeiro, já inscrito para o exame de doutoramento, que se encontrava em posição de vantagem e ainda naquele ano alcançaria o grau de doutor. Além disso, segundo Bontempi Jr. (2001), Quirino Ribeiro era primeiro assistente da cadeira de História e Filosofia desde 1941 e, ainda assim, acumulava tarefas como assistente extranumerário da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada entre 23/04/1941 e 22/04/1942.

Parecia plausível, deste ponto de vista, a rejeição da Congregação à proposta feita pelo CTA. A situação, entretanto, não foi assim resolvida. Na 30ª reunião da Congregação da FFCL, Paulo Sawaya solicitou aos presentes atenção à leitura do parecer, emitido pela Comissão de Legislação e Recursos do Conselho Universitário, frente a um recurso impetrado por Ernestina Giordano contra a decisão da Congregação de não acolher a indicação de sua contratação feita pelo CTA:

O Decreto-Lei 15.211, de 21 de janeiro de 1942, que aprovou o regulamento da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo assim dispôs em seu artigo 81: a atual cadeira de Estatística e Educação Comparada da Seção de Educação fica desdobrada nas cadeiras de Estatística Educacional e de Administração Escolar e Educação Comparada. Parágrafo único: o atual catedrático terá de optar por uma dessas novas cadeiras em que a sua se desdobrou até o início do ano letivo de 1942. O professor Milton, catedrático da primeira cadeira de estatística e educação comparada, optou pela cadeira de Estatística Educacional, ficando vaga, deste modo, a cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada. Para reger esta cadeira, o CTA indicou a recorrente, D. Ernestina Giordano, primeira assistente da cadeira e professora com apreciáveis serviços prestados ao ensino. A congregação, entretanto, revogou essa indicação [...]. Há um ponto sobre o qual não há divergência entre a informação prestada pela Diretoria da Escola e aquela prestada pela recorrente, isto é, a respeito do modo pelo qual se compôs a Congregação que revogou o parecer do CTA. A recorrente declara e a Diretoria confirmou que da Congregação participaram também os professores contratados em regência interina. A recorrente

sustenta que a deliberação tomada é nula e inoperante por vício de constituição da Congregação, pois falta apoio legal à elevação dos interinos à condição de partícipes da Congregação (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 79).

Paulo Sawaya segue a leitura do parecer, no qual consta a manifestação da Diretoria da Faculdade de Filosofia defendendo a validade das decisões deliberadas, apoiando-se na redação do mesmo Decreto-Lei 15.211, que não realizava distinção entre os contratados para regência interina (em substituição) e aqueles contratados para cadeiras vagas. Entretanto, afirma Sawaya que a Comissão de Legislação e Recursos do Conselho Universitário rejeitou este argumento, informando que os Estatutos da Universidade de São Paulo prevaleceriam frente ao regulamento de um de seus institutos, já que “os estatutos da Universidade consentem aos institutos universitários de comporem suas congregações também com os professores contratados, mas não faz igual concessão aos professores indicados interinamente para qualquer cadeira” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 80) e posicionou-se da seguinte forma quanto ao mérito do recurso:

Considerando que a Congregação da FFCL, ao tomar a deliberação recorrida, participaram professores que não são catedráticos, mas professores em regência interina de cátedras transitoriamente vagas, sem entrar na apreciação das demais matérias ligadas à constante do processo, para o que teríamos necessidade de que todos os documentos pedidos fossem juntados aos autos, somos de parecer que deve se dar provimento ao recurso para se declarar insubsistente a deliberação tomada pela Congregação e reestabelecer a indicação do CTA. (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 81).

Sawaya esclarece à Congregação que, na sequência, solicitou a palavra na Reunião do Conselho, antes da votação do parecer, para defender a validade da deliberação da Congregação. Também esclarece que, apesar de sua defesa, o parecer foi aprovado, tornando inválida a deliberação que afastara Ernestina da regência interina da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada.

Sawaya ainda informa à Congregação que, na reunião do Conselho Universitário, o conselheiro Zeferino Vaz propôs uma nova regra para esse tipo de contratação na Faculdade de Filosofia: argumentando que o alto índice de professores contratados (mesmo aqueles em regência de cadeiras vagas) poderia gerar uma situação na qual “o próprio professor contratado poderia interferir no seu contrato e que tal condição geraria uma reciprocidade de interesses”, Zeferino Vaz defendeu que para essas situações o Conselho Universitário funcionasse como Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Afirma, por último, que apesar de suas tentativas de postergar a decisão a respeito da proposta de Zeferino Vaz, o Conselho Universitário a teria aprovado e, portanto, a partir das próximas contratações,

não caberia mais à Congregação da Faculdade de Filosofia deliberar sobre a regência interina das cátedras.

Finda a intervenção de Paulo Sawaya, os ânimos da Congregação ainda foram tensionados pela ponderação de Roldão Lopes de Barros. Aquele professor declarou que, seguindo o raciocínio estabelecido pelo parecer, todas as deliberações anteriores da Congregação estavam, também, nulas. Sawaya, então, afirmou que quanto a essa questão, encaminharia ao Conselho Universitário um ofício, solicitando que fossem referendadas todas as decisões anteriores tomadas.

Perante a situação estabelecida, diferentes professores se manifestaram, demonstrando-se indignados quanto ao que qualificaram ser um desrespeito à Congregação. Na reunião seguinte, Alfredo Ellis Jr. e Onofre Penteado propuseram que a Congregação apresentasse protesto junto ao Conselho Universitário, declarando “não conformar-se com a referida decisão por acha-la em desacordo com a lei” e que dela recorreria “a autoridades superiores”.

Apesar dos protestos e encaminhamentos adotados pela direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a contratação de Ernestina Giordano foi mantida. Em março de 1945, José Querino Ribeiro apresentou à Congregação um requerimento em que solicita revisão da decisão do Conselho Universitário que havia validado a contratação da professora. Em parecer, o professor Plínio Ayrosa manifesta-se, pelo CTA, impossibilitado de dar provimento ao pedido, uma vez que não haveria como a Congregação encaminhar decisão contrária à exarada pelo Conselho Universitário, e orientou Querino a entrar com o recurso naquela instância.

Somente em agosto de 1946, após o término do contrato de Ernestina Giordano, o assunto voltou à pauta do CTA. O registro da discussão naquele colegiado é o seguinte:

Em seguida entrou em discussão a situação atual da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, considerada vaga pelo CTA desde 17 de julho p.p., em virtude do término do contrato da Profa. Ernestina Giordano. Debatida a questão pelos senhores presentes, ficou unanimemente aprovado que: a) não podendo D. Ernestina Giordano ser nomeada interinamente para o cargo por ser professora efetiva da Escola Normal Pe. Anchieta; b) não podendo a referida cadeira ficar sem titular em pleno ano letivo; c) considerando que o CTA não teve tempo material para estudar com rigor o preenchimento desta cadeira para o qual se apresentaram dois candidatos; 1 – Se oficiasse ao MM Reitor, solicitando prorrogação do contrato de D. Ernestina Giordano até 31 de dezembro p.f., em caráter excepcional pelas razões apresentadas; 2 – Se distribuisse ao prof. Milton Rodrigues os processos de ambos a fim de que se elaborasse um parecer sobre o assunto para consequente aprovação dos órgãos competentes (ATAS DO CTA, Livro II, fls. 12).

Dias antes, o CTA houvera, ainda, recebido requerimento do licenciado Rafael Grisi, em que solicitava que se avaliasse também sua inscrição para a substituição interina da cátedra de Administração Escolar e Educação Comparada. Frente a tal circunstância, no mês de novembro, Milton Rodrigues apresentou seu parecer na reunião do CTA, manifestando-se pela nomeação de José Querino Ribeiro, nos seguintes termos:

O professor Milton Rodrigues, a quem, por despacho do Sr. Diretor, foi incumbido de relatar o caso, tendo lhe sido remetidos, por conseguinte os processos 287/45, 302/46, 371/46 e 384/46, concluiu seus pareceres favoravelmente ao Dr. José Querino Ribeiro. Posto em discussão, seus pareceres dados nos processos 287 e 384 foram os mesmos aprovados por três votos, abstendo-se de votar o Prof. Paulo Sawaya. Desses pareceres, destaca-se: “Do exame pormenorizado [...] sou levado a indicar a preferência do CTA à candidatura do Dr. Querino Ribeiro pelos seguintes motivos: 1º o candidato é doutor em Ciências por esta Faculdade, o que presume a satisfação de exigências que sabemos não serem pequenas; 2º o candidato possui maior número de concurso vencidos em assuntos pedagógicos; 3º O candidato possui prática em administração do ensino; 4º o candidato é autor de duas obras pedagógicas originais e de valor: a primeira “*A memória de Martin Francisco* sobre a reforma dos estudos na Capitania de São Paulo”, é um trabalho de pesquisa histórica e sociológica sobre o passado educacional brasileiro e a segunda, *Fayolismo na administração das escolas públicas* é um trabalho de erudição, no campo específico da cadeira [...]. Estou convencido de que este trabalho seria aceito, por banca exigente, como tese de concurso à cadeira (ATAS DO CTA, Livro II, fls. 18).

Quanto aos demais candidatos, Milton Rodrigues destaca o fato de não serem doutores e não possuírem trabalhos científicos de grande monta, mas apenas compêndios e obras de caráter didático.

Ainda naquele ano, Ernestina ingressou com novo requerimento, solicitando a reavaliação de sua inscrição, com a apresentação de um comprovante de sua docência em cursos de administração escolar. Como o requerimento foi apresentado ao Conselho Universitário, aquele colegiado deliberou que se realizasse diligência em todo o processo, o que impediu que, no início de 1947, Querino Ribeiro fosse nomeado para a regência interina da cátedra. Todavia, o contrato de Ernestina não foi renovado para o seguinte ano letivo. Na reunião de 21 de fevereiro, o CTA, analisando a situação, decide autorizar o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a nomear, excepcionalmente, um professor para a regência da cadeira entre os catedráticos Roldão Lopes de Barros, Onofre de Arruda Penteado e Milton Rodrigues. O escolhido foi Roldão Lopes de Barros. Durante todo o primeiro semestre de 1947 a situação permaneceu indefinida até que, em julho daquele ano, o Conselho Universitário deliberou em favor de José Querino Ribeiro e autorizou sua contratação para a regência da cadeira, enquanto não se realizasse concurso para nomeação definitiva do catedrático titular.

Cinco anos depois, na ocasião do concurso de cátedra, um outro conflito sucessório se estabeleceu. No ano de 1948, José Querino Ribeiro havia escolhido como uma de suas assistentes a professora Maria José Garcia [depois Werebe¹⁰], que havia realizado sua formação nos cursos de bacharelado e licenciatura em pedagogia entre 1943 e 1947. No final daquele mesmo ano, Maria José Garcia pleiteou e foi contemplada com uma bolsa de estudos e pesquisas e migrou para a França, onde permaneceu por dois anos. Para substituí-la na posição de primeiro-assistente, José Querino Ribeiro escolheu Carlos Correa Mascaro.

No dia 19 de abril de 1952, a ata da 236ª reunião do Conselho Técnico-Administrativo registrou a aprovação daquele colegiado quanto à realização de concurso para a cátedra de Administração Escolar e Educação Comparada. Como definia o regimento da FFCL, inicialmente o concurso previa um prazo para eventuais professores de outras cátedras interessados em se transferir. Não havendo interessados, o edital para inscrições foi publicado no dia 9 de maio daquele mesmo ano.

Como era previsto, José Querino Ribeiro inscreveu-se, na primeira semana de outubro. Dias depois, sua ex-primeira assistente, Maria José Garcia Werebe, também se inscreveu. Em maio do ano seguinte, a banca julgadora, composta por Milton da Silva Rodrigues, Mário de Sousa Lima, Antônio de Almeida Junior, Oswaldo Aranha Bandeira de Melo e José Gomes Campos avaliou ambos os candidatos. José Querino Ribeiro apresentou a tese *Ensaio de uma teoria da Administração Escolar*; Maria José Garcia Werebe apresentou a tese *Da situação atual do Ensino Francês*. A prova didática teve como tema *A Educação Física na Escola*. Findo o exame, ambos foram habilitados e José Querino Ribeiro foi indicado, em primeiro lugar, para assumir a cátedra. Por força das regras estabelecidas para provimento de cargos, Maria José Garcia Werebe recebeu o título de Livre-Docente.

Amélia Domingues Americano de Castro, que atuava como assistente da cadeira de Didática Geral e Especial à época da realização deste concurso assinala que

[...] todo mundo estranhou muito que ela [Maria José Werebe] tivesse se inscrito. Até porque o professor Querino era alguém que estava ali há muito tempo, trabalhando, na cátedra e era alguém já muito reconhecido na área de administração escolar, muito respeitado [...]. Depois, ficou uma coisa de que ela só queria o título de livre-docente... e conseguiu, né [sic]. Mas, assim, do ponto de vista de que ela era uma assistente, ficou muito estranho mesmo¹¹.

¹⁰ Maria José Garcia casou-se em 1949 com o psiquiatra polonês Samuel Werebe. No mesmo ano, o médico solicitou e obteve nacionalidade brasileira (O ESTADO DE S. PAULO, 23/06/1949, p. 2).

¹¹ Entrevista concedida ao pesquisador em 25/03/2015.

Também a Cadeira de História e Filosofia da Educação viveu, no final da década de 1940 e início da década de 1950, conflitos no eixo da sucessão de seu catedrático, Roldão Lopes de Barros, titular desde a incorporação do Instituto de Educação da USP à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Desde 1941 e até 1947, José Querino Ribeiro fora seu assistente (BONTEMPI Jr., 2001, 2011).

Entretanto, nos momentos em que permaneceu como regente da cadeira de História e Filosofia da Educação¹² durante toda a década de 1940, o catedrático de História e Filosofia da Educação por diversas vezes manifestou seu descontentamento com a sobrecarga de trabalho a ele conferida.

[02/12/1941 – 9ª reunião] O professor Roldão Lopes de Barros solicita a palavra e apresenta a situação em que se encontra a cadeira de História e Filosofia da Educação. Declara que, sem um assistente, torna-se inviável cumprir todos os compromissos da Cátedra e participar também das reuniões e de outras atividades exigidas. Pede que seja avaliada a possibilidade de manter os auxiliares técnicos na condição de assistentes de sua cadeira (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 26).

[18/11/1946 – 48ª reunião] O professor Roldão Lopes de Barros manifesta-se sobre a situação da cadeira de História e Filosofia da Educação afirmando que na Escola Normal, esta mesma cadeira é desmembrada em duas. Afirmo que há um acúmulo de trabalho na cátedra (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 143).

É plausível considerar que, a partir do momento em que a cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada tornou-se vaga com a renúncia de Milton da Silva Rodrigues e teve início o longo processo de sucessão no qual estiveram em disputa Ernestina Giordano e José Querino Ribeiro, este último tenha se afastado, relativamente, das atividades da cátedra de Roldão Lopes de Barros.

A partir de 1948, Laerte Ramos de Carvalho passou a ocupar a posição de primeiro assistente desta Cadeira. Hebe C. Boa-Viagem A. Costa, ex-aluna do curso, assim relata sua chegada:

Era 1948: quatro universitárias esperavam Dr. Roldão Lopes de Barros, professor de História e Filosofia da Educação do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP que ainda funcionava no terceiro andar da Escola Caetano de Campos, na Praça da República. Quando o mestre chegou, vinha acompanhado de um jovem que, pela idade, elas perguntaram-se: Seria um novo colega? Foi assim que vi, pela primeira vez, Laerte Ramos de Carvalho. Dr. Roldão fez as apresentações e, em seguida, informou-nos que o jovem era seu Assistente (COSTA, 2008, p. 19).

¹² Como assinala antes, no Regimento de 1941, a cadeira teve sua nomenclatura invertida (passou a chamar-se História e Filosofia da Educação).

Analisando os registros de presença nas atas de reunião da Congregação, no período de 1948 a 1951, Roldão Lopes de Barros gozou, ao menos, seis licenças (não há informação do tipo de licença concedido). A partir de julho de 1948, contam-se apenas cinco presenças do catedrático nas reuniões da Congregação da FFCL. Tais indícios permitem supor, como apontou Bontempi Jr. (2001) que Laerte Ramos de Carvalho já assumia quase de maneira plena a regência das aulas vinculadas à cadeira. A última presença anotada nos livros de ata da Congregação é de 11 de setembro de 1950; Roldão faleceu no dia 30 de agosto de 1951.

Laerte Ramos de Carvalho assumira, desde 1946, a atividade de imprensa junto ao Jornal *O Estado de São Paulo*, continuando uma linhagem histórica de articulistas sobre educação no periódico. Tal lugar fora herdado de figuras como Rangel Pestana e Fernando de Azevedo. Se, por um lado, “a contratação de Ramos de Carvalho fazia parte de um movimento maior de incorporação, pelo jornal, dos intelectuais formados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”; por outro lado, “a presença de Ramos de Carvalho entre os colaboradores, nessa especialidade historicamente tão cara ao jornal, da[ria] autoridade acadêmica a seu discurso educacional” (BONTEMPI Jr., 2001, p. 144)¹³.

Do ponto de vista da dinâmica interna da Faculdade de Filosofia, entretanto, é da ordem do *evento* a vacância da cátedra no momento em que ocorreu. Laerte Ramos de Carvalho já havia se inscrito como postulante ao doutoramento, elegendo, em 1944, como disciplinas subsidiárias História da Civilização Brasileira e História da Filosofia. No dia 4 de setembro de 1951, na primeira reunião do CTA após o falecimento de Roldão Lopes de Barros, o expediente foi aberto com um voto de pesar pelo acontecido e, na ordem do dia, foi lida uma carta do professor João Cruz Costa, “solicitando a substituição das matérias subsidiárias para o doutoramento do licenciado Laerte Ramos de Carvalho” (ATAS DO CTA, Livro III, fls. 63). O pedido foi aprovado pelo CTA. Naquele momento, Laerte Ramos de Carvalho ainda não havia defendido sua tese de doutorado. A defesa ocorreria no dia 26 de novembro daquele ano.

Os Estatutos da USP de 1934 previam, em seu artigo 84, que uma das condições para a inscrição para concursos de cátedra era a apresentação, pelo candidato, de diploma

¹³Para Bontempi Jr. (2001, p.) “o interesse de Ramos de Carvalho pelos assuntos educacionais não deve ser atribuído à filiação original do autor ao pensamento de Cruz Costa, já que seus estudos jamais apontaram nessa direção. Da mesma forma, a modalidade de investigação que o próprio Ramos de Carvalho desenvolveu em seus estudos filosóficos não tinha como desenlace lógico a inflexão para a educação. [...] a migração do assistente de Cruz Costa para o Curso de Pedagogia será, antes de tudo, motivada por uma razão extra acadêmica: seu engajamento ideológico com *O Estado de São Paulo*, desencadeado por sua contratação em 1946” (BONTEMPI Jr., 2001, p. 95).

profissional ou científico oficialmente reconhecido, onde se ministrasse o ensino da disciplina a cujo concurso se propunha. Com o diploma de licenciado em Filosofia (que Laerte portava), sua inscrição no concurso para a cátedra de História e Filosofia da Educação parecia ferir esta norma.

Esta foi, inclusive a justificativa acionada pela FFCL quando do concurso para a cátedra de Filosofia (de Cruz Costa), pois parte dos bacharéis em direito inscritos não conseguiram comprovar terem cursado as disciplinas ministradas na cátedra em disputa. Uma opção para corrigir essa "distorção" seria incluir, como disciplinas subsidiárias no doutoramento (cuja inscrição houvera sido feita sete anos antes) as matérias cuja cátedra de História e Filosofia da Educação se dedicava a ensinar. Essa maquinaria realizada foi interpretada como casuística – e ilegal – por Astrogildo Rodrigues de Mello. Na reunião da Congregação de 23/09/1952, o professor leu um longo manifesto sobre o caso:

Como devemos interpretar o artigo 84 dos Estatutos? Dentro desta Faculdade, não pode haver dúvidas da sua interpretação. Por várias vezes, esta Congregação já se manifestara especialmente por escrito, no recurso que promoveu junto ao Conselho Nacional de Educação. Realmente, se consultarmos o Anuário da Faculdade de Filosofia e o histórico do concurso da Cadeira de Filosofia, publicações oficiais desta Faculdade, podemos ler: pág. 115 do Anuário – Tomando conhecimento da resolução do Conselho Universitário, o Diretor da Faculdade determinou o cancelamento das inscrições de todos os candidatos que não satisfariam as exigências do artigo 84 dos Estatutos da Universidade, do que resultou ficarem asseguradas apenas as inscrições dos licenciados João Dias da Silveira e João Cruz Costa, únicos dentre os inscritos, rigorosamente enquadrados nas exigências legais [...] Portanto, é pacífico o ponto de vista desta Congregação que deve, eu entendo, em qualquer caso, o candidato apresentar diploma universitário do curso de que conste a matéria em concurso. No caso em vertente, sendo a cadeira do curso de Pedagogia, só os diplomados por esta Seção [...] é que podem, dentro da lei, concorrer ao presente concurso (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro II, fls. 139-140).

Astrogildo segue, afirmando que o doutoramento não é um curso e que, portanto, o documento indicado no artigo 84 seria o diploma de licenciado em Pedagogia. Mas – talvez antecipando eventuais contra-argumentos, segue:

Ainda que se admitisse que o doutoramento é um curso e seu diploma como válido para a inscrição no concurso, examinemos o caso em questão. Inscrito em 1944, ao doutoramento em Filosofia, escolheu como matérias subsidiárias História da Civilização Brasileira e História da Filosofia. Valendo-se, entretanto, de precedentes havidos, com a aprovação do CTA, troca, em 31 de agosto de 1951, as matérias escolhias em 1944, para as quais já havia recebido programas dos respectivos professores para as de História da Educação e Filosofia da Educação. Isto quer dizer que, se o Sr. Laerte Ramos de Carvalho tivesse cumprido a lei, isto é, se tivesse defendido tese dentro do prazo de três anos após a escolha para o cargo de assistente ou dentro dos prazos estabelecidos a mais, com benevolência, pelo C.T.A, hoje, S.S., não poderia evocar tal diploma para a inscrição no concurso (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro II, fls. 140).

E, para concluir sua intervenção, coloca em suspeita o movimento empreendido pelo candidato:

Porém, o que, pelo menos para mim, parece grave e que, sabido lá fora, certamente trará grande repercussão e desprestígio para a Faculdade é que S.S. troca, muda, as matérias subsidiárias após 7 anos, exatamente um dia após a vacância da Cadeira, isto é, no dia imediato ao falecimento do Prof. Roldão Lopes de Barros. Tanto que, para a elaboração dos programas das disciplinas em questão, o CTA designou o professor José Querino. Quero crer que tenha sido uma coincidência e que o citado Sr. Laerte Ramos de Carvalho, de há muito, tivesse em mente fazer a troca em questão. Porém, que aos olhos do grande público, parecerá coisa forjada, para permitir sua inscrição ao concurso, não padece dúvidas [...] O prestígio desta Faculdade será arranhado mais uma vez, e não faltarão os que, repetindo o que se diz à boca pequena, gritarão que esta Congregação, como cata-vento, muda de direção ao sabor dos interesses de seus apaniguados (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro II, fls. 141).

Apesar da exposição do professor, a inscrição de Laerte Ramos de Carvalho foi aprovada, por onze votos favoráveis e dois votos contrários, registrados em ata (Astrogildo de Mello e Onofre de Arruda Penteado Jr.). As razões e ponderações apresentados por Astrogildo de Mello deram substância e oportunidade para que o licenciado Rafael Grisi, também inscrito para o concurso, impetrasse recurso contra a realização do certame, solicitando o cancelamento da inscrição do concorrente. Com os trâmites para o julgamento do recurso, que chegou ao Conselho Nacional de Educação, as provas do concurso só ocorreram em 1955. Laerte Ramos de Carvalho venceu o certame com a tese *As reformas pombalinas da instrução pública*. Segundo Piletti (1988), uma vez concluído o doutoramento em 1951, “Laerte teve que se dedicar rapidamente à tese de Cátedra, viajando apressadamente a Portugal, onde fez suas pesquisas, para não perder os prazos do concurso”. Assinala, ainda, que Roque Spencer Maciel de Barros – assistente de Laerte Ramos de Carvalho desde os primeiros momentos da regência interina da cátedra – acompanhou sua elaboração. Em depoimento a Piletti, Maciel de Barros afirmou que: “Ele [Laerte] ditou a tese inteirinha para mim. E eu ia escrevendo à mão. Ele ia pensando, ditava, parava... E eu tinha de ficar atento, inclusive para lembrar o que ele já tinha dito. [Depois] passava a parte escrita para o Américo Bronze, que a datilografava em outra sala ao lado, na casa do professor Laerte” (PILETTI, 1988, p. 236).

A cátedra de Psicologia também não esteve imune às contradições que o regime de cátedra explicitava no que tange à organização da carreira do magistério universitário na FFCL/USP. Neste caso, Noemy da Silveira Rudolfer ocupava a titularidade da cátedra desde a incorporação do IEUSP pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Noemy Rudolfer havia acumulado, desde a época em que fora assistente de Lourenço Filho no Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal da Praça e adensado com

sua inscrição em coletivos e empreendimentos políticos e intelectuais [como a Associação Brasileira de Educação (ABE), o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), a Escola Livre de Sociologia e Política, entre outros] uma intensa rede de colaboração com pesquisadores nacionais e internacionais. Já havia consolidado seu nome nas principais instâncias de consagração do campo universitário e em arenas de caráter público, como as agências de fomento e financiamento do desenvolvimento e as políticas de formação empreendidas pela burocracia estatal.

Em 1941, Arrigo Angelini ingressou no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Sobre esse período, afirma o professor:

Inicialmente, gostaria de dizer que o meu curso de graduação foi em Pedagogia, pela então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, onde me formei em 1944, na terceira turma, em companhia de nove colegas. Naquele tempo, as turmas de alunos eram pequenas e ainda não havia a graduação em Psicologia. O que havia eram disciplinas dessa matéria, que figuravam nos cursos de Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais e também para a obtenção da Licenciatura em todas as áreas [...] o curso de Pedagogia era bastante carregado de disciplinas psicológicas. Era quase uma graduação em Psicologia, curso que ainda não existia (ANGELINI apud BARBOSA, 2011, p. 234).

Angelini ainda assinala as distinções entre a cadeira de Psicologia (seção de Filosofia) e a cadeira de Psicologia Educacional (seção de Pedagogia):

Na cadeira de Psicologia, até a chegada de Anita de Castilho e Otto Klineberg, o que se estudava de verdade era Filosofia, com Jean Mangué e Cruz Costa. A abordagem era filosófica e literária, não havia uma preocupação com a especificidade do fenômeno psicológico. Então, era no curso de pedagogia que o caráter científico da psicologia se expressava com mais força (ANGELINI apud BARBOSA, 2011, p. 241).

A cadeira de Psicologia Educacional pôde permanecer, até 1940, com os assistentes remanejados do antigo Laboratório de Psicologia Experimental do Instituto de Educação. No ano de 1940, dois deles tiveram seus contratos descontinuados, dois retornaram à Escola Normal Modelo e Anita de Castilho Marcondes Cabral pediu exoneração, tendo em vista a bolsa que recebeu para estudar nos Estados Unidos. Permaneceu como assistente da catedrática Noemy Rudolfer a licenciada Cecília Castro e Silva. Angelini afirma que esta última permaneceu com a professora Noemy até 1949. Entretanto, o psicólogo relata que:

No ano de 1944, quando me graduei em Pedagogia, fui indicado pela professora Noemy ao Diretor do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), o engenheiro Ítalo Bologna, para exercer as funções de assistente técnico naquela instituição [...]. Na mesma ocasião, a professora Noemy me acenou com a possibilidade de, posteriormente, me convidar para ser seu primeiro assistente na cátedra por ela exercida. Isto porque o cargo iria se vagar em futuro próximo, uma vez que a professora Cecília Castro e Silva, que o exercia, deveria casar-se com um americano e mudar-se para os Estados Unidos. [...] Com a criação do SENAI, o CFESP foi desativado. Em 1948 eu solicitei demissão do SENAI para assumir o cargo de Vice-Diretor do Colégio Estadual e Escola

Normal “Cardeal Leme” e em 1949 finalmente vagou-se o cargo de primeiro assistente da cátedra de Psicologia Educacional regida pela professora Noemy e esta, cumprindo o que havia prometido, convidou-me para o cargo que assumi em março daquele ano (ANGELINI, 2011 apud BARBOSA, 2011, p. 560).

Tanto o depoimento de Angelini quanto a análise empreendida por Barbosa (2011) omitem a presença de outra assistente da professora Noemy Rudolfer. Em 1942, Maria José de Barros Fornari Aguirre concluiu o curso de Pedagogia na FFCL. Após um breve estágio na Universidade do Chile, retornou ao Brasil em 1943 e passou a atuar como assistente da Professora Noemy Rudolfer, inicialmente como voluntária (auxiliar extranumerário) e, posteriormente, como segunda assistente. Maria José Aguirre, inclusive, foi a primeira professora a defender uma tese de doutorado sob a orientação de Noemy Rudolfer, na cadeira de Psicologia Educacional, em 1951. O trabalho de Angelini foi defendido em 1953.

Desde 1949, Angelini atuava como regente da cadeira, pois Noemy Rudolfer passou entre 1948 e 1953 por períodos longos de comissionamento oficial junto ao Ministério da Guerra e junto a governos de países latino-americanos, prestando consultoria. Segundo o próprio Angelini,

A Noemy realizou, neste período, muitas missões culturais em outros países; ocupou posições de destaque no Instituto de Seleção e Orientação Profissional do Rio de Janeiro, trabalhando ao lado de Emilio Mira y Lopez [...] O governo brasileiro manteve – não sei se ainda mantém – uma parceria de universidades brasileiras com a cátedra de Psicologia da Universidade de Assunção, no Paraguai. A Profa. Noemy foi indicada pelo governo para reger a cadeira, creio que foi para a instalação, em 1952 e para a regência por mais um ano, durante a qual eu a substitui na USP. [...] Durante o tempo em que foi professora na USP, Noemy afastou-se inúmeras vezes em licenças para cumprir compromissos no exterior, além daquele no Rio de Janeiro, no ISOP, como eu já sinalizei. E nessas ausências, eu, como seu primeiro assistente, sempre a substituí (ANGELINI, 2011 apud BARBOSA, 2011, p. 588).

Em 1954, Angelini prestou concurso de livre docência na cadeira de Psicologia Educacional e foi aprovado. No mesmo ano, o Conselho Técnico Administrativo emitiu, no dia 9 de setembro, parecer favorável à sua contratação, agora livre-docente, como professor cooperado, regendo a cadeira no lugar de Noemy Rudolfer. No dia 4 de novembro do mesmo ano, o CTA recebeu a comunicação da aposentadoria da professora Rudolfer, abrindo caminho para a sucessão definitiva da cátedra de Psicologia Educacional.

As tratativas para a realização do concurso tomaram todo o ano de 1955. No dia 19 de maio de 1956, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgava o início das provas naquele mesmo dia, às 13 horas, e informava:

Inscreveram-se três licenciados, o livre-docente Arrigo Leonardo Angelini, que vem regendo interinamente a cadeira, o médico Dr. Cícero Christiano de Souza, ex-assistente da cadeira de Psicologia e o Dr. José Severo de Camargo Pereira, assistente da cadeira de Estatística da mesma Faculdade.

As provas públicas realizar-se-ão nos seguintes dias: depois de amanhã, dia 21, às 13 horas, defesa da tese “Um novo método para avaliar a motivação humana”, do candidato Arrigo Leonardo Angelini; dia 22, às 19 horas, defesa da tese “Contribuições ao estudo da gênese dos traços psicológicos”, do candidato Cícero Christiano de Souza e dia 23, às 13 horas, defesa da tese “Contribuição para o estudo experimental do problema da percepção”, do candidato José Severo de Camargo Pereira (O ESTADO DE S. PAULO, 1956, p. 8).

Vale ressaltar que José Severo respondia pela disciplina Estatística no curso de Pedagogia, como assistente da cadeira de Estatística Geral e Aplicada II, regida por Milton da Silva Rodrigues. Sobre os dias de realização da prova da cátedra, Angelini (2011 apud BARBOSA, 2011, p. 570) assinala:

Durante a realização das provas, que eram públicas e assistidas por enormes plateias que lotavam o salão nobre da Faculdade e mesmo nas semanas precedentes à realização do certame, surgiram o que chamei de “verdadeiras torcidas”, cada uma a favor de um dos candidatos, evidentemente sem conhecimento dos méritos e títulos dos concorrentes. Não eram torcidas ruidosas, mas manifestações de preferência, comentadas e divulgadas entre alguns professores, e entre grupos de alunos, nas conversas de corredores e até em reuniões sociais da elite paulistana. Neste aspecto, São Paulo era ainda uma cidade um tanto provinciana. Senhoras da sociedade, elegantemente vestidas, eram vistas entre os presentes às sessões públicas de realização de provas.

Angelini salienta que os outros dois inscritos para o concurso não possuíam um percurso específico na área da psicologia educacional.

Com essa tese sobre *motivação humana* e mais a realização das outras três provas exigidas – escrita, didática e de títulos – realizei o concurso no qual se inscreveram outros dois candidatos: um médico psiquiatra, que possuía um doutorado em Psicologia (da outra cadeira, a do curso de Filosofia) um assistente da cadeira de Estatística que possuía um doutorado nesta disciplina. Apurados os resultados, eu obtive o primeiro lugar e fui indicado para ser efetivado como professor catedrático da cadeira de “Psicologia Educacional”; o médico obteve o segundo lugar que lhe conferiu o título de livre-docente e o outro candidato foi reprovado (ANGELINI, 2011 apud BARBOSA, 2011, p. 569).

A exemplo dos conflitos vivenciados na cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada e na cadeira de História e Filosofia da Educação, o resultado inicial do concurso não significou a imediata nomeação do vencedor:

Os resultados do concurso despertaram uma polêmica, não só na Faculdade, mas na elite paulistana também. O candidato reprovado, inconformado com sua reprovação, encaminhou ao Conselho da Universidade um recurso solicitando a anulação do concurso, alegando não razões de mérito dos concorrentes, pois estas não cabiam, mas irregularidades relativas à aplicação da legislação, por sinal, completamente improcedentes. [...]

Eu, com sobrenome Angelini, filho de imigrantes italianos, competi com dois candidatos, descendentes respectivamente de duas tradicionais famílias. Nem é preciso dizer que a “política” da Faculdade não me foi favorável. Entretanto, a banca examinadora soberana, na sua independência de julgamento, contrariou, por assim dizer, aquela “política” e considerando o melhor nível das minhas provas e, sobretudo, dos meus títulos – lembro-lhe que eu era o único livre-docente e professor interino da cátedra em concurso – classificou-me em primeiro lugar (ANGELINI, 2011 apud BARBOSA, 2011, p. 571).

Angelini relata como a Congregação da FFCL foi incluída no clima de desconfiança e hostilidade do concurso:

O professor de história, Astrogildo de Melo, relatou na Congregação da FFCL que havia comparecido a uma festa de casamento da alta sociedade, onde um grupo de convidados fazia o seguinte comentário a propósito do concurso: que a minha mulher, que tinha o sobrenome Rolim, era sobrinha do Arcebispo de São Paulo, na época, Dom Rolim e que esta teria solicitado a Madre Cristina [uma das professoras que julgaram a prova] que me aprovasse, interferindo, portanto, na decisão da banca examinadora. No entanto, nem a minha mulher era sobrinha do Arcebispo, pois o que havia era uma simples coincidência de sobrenomes e nem a Madre Cristina teria obedecido a suposta recomendação do prelado, uma vez que, dos cinco examinadores, foi ela a única que classificou o médico em primeiro lugar e eu em segundo. De modo que se ela sofreu alguma influência, foi, sem dúvida, da “política” reinante na Faculdade e não do Arcebispo (ANGELINI, 2011 apud BARBOSA, 2011, p. 571).

De fato, José Severo de Camargo Pereira impetrou recursos nas mais diferentes instâncias. Mas não pela razão apontada por Astrogildo Melo e apresentada no depoimento de Angelini. A edição de 27 de agosto de 1959 do jornal *O Estado de S. Paulo* noticiava a penúltima etapa do processo e um resumo das razões apontadas pelo recorrente:

As provas para provimento da cadeira foram realizadas de 1 a 26 de maio de 1956 e os resultados [...] foram ratificados pela Congregação da Faculdade sem qualquer impugnação ao julgamento da comissão examinadora, integrada pelos professores Antônio de Almeida Junior, madre Cristina Maria, Crodowaldo Pavan e Paulo Sawaya.

RECURSO

Conhecidas as notas, o concorrente José Severo Camargo, que não lograra habilitação, interpôs para o Conselho Universitário recurso de nulidade do concurso, alegando que a Congregação da Faculdade de Filosofia não tivera o quórum legal necessário, ao ratificar o parecer da comissão julgadora; que a apuração dos resultados finais do concurso se havia processado na ausência do requerente; e que não fora respeitado, em relação ao mesmo requerente, o prazo legal de 24 horas, que devia mediar entre a prova didática e a leitura da prova escrita (O ESTADO DE S. PAULO, 1959, p. 15).

Somente em 1960, após a tramitação dos recursos tanto na instância do Conselho Universitário quanto na instância da Secretaria de Estado da Educação e da justiça civil comum, o professor Arrigo Angelini pôde ser efetivamente nomeado e assumir, como titular, a cadeira de Psicologia da Educação da seção de Pedagogia.

Por fim, no caso da cadeira de Didática Geral e Especial (única da seção de mesmo nome) os conflitos e as tensões também se manifestavam com frequência. Ainda que a cátedra, sob a regência de Onofre de Arruda Penteado Junior, não tenha sido colocada, no período de 1938 a 1962 em disputa por sucessão (tendo em vista que este professor não se afastou de seu cargo titular ao longo do período), a configuração de "seção especial" e a relativa autonomia desta cadeira em relação à seção de Pedagogia fez emergir outras formas de disputa, tanto com relação às demais seções que compunham a FFCL quanto (naquilo que

tange às suas ligações com a Seção de Pedagogia) com relação à conformação do campo educacional na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Um exemplo dos conflitos de primeiro tipo emergiu logo nas primeiras reuniões realizadas pela Congregação após a aprovação, no início de 1942, da segunda versão do Regulamento Interno da FFCL.

A fim de atender ao dispositivo legal que exigia dos interessados no diploma de licenciado, a realização do curso especial de Didática, o regimento da FFCL organizou esta formação com um conjunto de seis disciplinas: Fundamentos Sociológicos da Educação, Fundamentos Biológicos da Educação, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Didática Geral e Didática Especial. Para a oferta das disciplinas de Didática Especial para cada uma das áreas previa-se a contratação de auxiliares de ensino.

Por isso, a Congregação precisou encontrar o regramento mais adequado para esta contratação. O fundamento jurídico para isso deveria ser o artigo 72 do regulamento, que previa:

Art. 72 – Haverá tantos programas de didática especial quanto são os cursos discriminados nos arts. 10 a 20, sendo os alunos obrigados a seguir o programa correspondente ao curso de bacharelado que tenham concluído.

Parágrafo Único: As aulas e a prática das metodologias especiais ficarão a cargo de assistentes das respectivas cadeiras indicados pelos professores das mesmas e com aprovação do Conselho Técnico-Administrativo (SÃO PAULO, Decreto 12.511, de 21/1/1942).

Os cursos descritos nos artigos 10 a 20 eram: Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia. Desta forma, para obedecer ao decreto – como era a proposta em discussão nesta 12ª reunião – fazia-se necessária a contratação de, nada mais nada menos, dez assistentes que se dedicariam a ministrar os programas de didática especial para cada um dos cursos.

Em vez de colocar a pauta na *ordem do dia* (que, portanto, exigiria uma antecipação da temática na convocação da reunião), Fernando de Azevedo incluiu no expediente o assunto, denotando que não considerava necessária uma discussão muito aprofundada. Na ata da sessão, o registro aparece da seguinte forma:

O Sr. Diretor declara que, para dar cumprimento ao parágrafo único do artigo 72 do Decreto 12.511, os cursos de matemática, física, química, história natural, filosofia, ciências sociais, geografia e história e letras deverão fornecer a didática especial, pelo que *solicita aos professores* a indicação de 8 primeiros assistentes para darem 4 vezes por semana *as aulas de didática especial junto à Cadeira de Didática Geral*. As indicações serão encaminhadas ao CTA e uma vez aprovadas, os assistentes serão nomeados para essa função pelo prazo de um ano (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 35-6, grifo nosso).

Da forma como a proposta se apresentava, a cadeira de Didática Geral passaria a contar com o maior número de assistentes nomeados em toda a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – o que poderia significar um acúmulo razoável de capital simbólico a Onofre de Arruda Penteado e um peso institucional bastante significativo para a seção especial de Didática.

Milton da Silva Rodrigues, Jean Gag, Emile Willems e Onofre de Arruda Penteado fizeram uso da palavra neste momento da reunio. Na ata da congregao no h referncia detalhada dos debates, mas registra-se que o primeiro destes catedrticos afirmou que, para evitar desgastes desnecessrios, a deciso poderia ser tomada posteriormente, uma vez que o “assunto precisaria ser melhor estudado”. Fernando de Azevedo, ento, props que uma comisso formada por Milton da Silva Rodrigues, Onofre Penteado, Jean Gag, Gleb Wataghin e Henrich Humboldt estudasse a questo e formulasse uma proposta, a fim de que a Congregao pudesse deliberar sobre a melhor maneira de atender o disposto no artigo 72.

A proposta construda pela comisso era bem menos generosa com a seo especial de Didtica: em vez de propor a contratao de oito assistentes para ministrarem as aulas de didtica especial nos diferentes cursos, a comisso apresentou uma proposta com metade deste nmero (quatro assistentes). Os outros quatro assistentes dedicar-se-iam realizao de atividades de pesquisa e prtica vinculadas s cadeiras de origem (e no cadeira de Didtica).

O assunto foi retomado na 13 reunio, quando o diretor Fernando de Azevedo, antes da Congregao analisar e discutir em reunio a proposta, indicou sua inviabilidade:

Discute-se a seguir o caso da indicao de assistentes para ministrar didtica especial. Comea o Sr. Diretor por salientar que no se poderia executar a proposta da comisso encarregada do estudo do assunto e composta dos professores Onofre Penteado, Jean Gag, Gleb Wataghin e H. Humboldt, concluindo no ser exequvel o disposto no artigo 69 do Decreto 12.038. Devia-se cuidar apenas de estudar a forma de aplicao daquele artigo. A ttulo de experincia, conclui, poder-se-ia designar um grupo de assistentes para os trabalhos prticos, em dois semestres, com 4 horas de aula semanais (ATAS DA CONGREGAO, Livro I, fls. 39).

Os professores Milton Rodrigues, Gleb Wataghin, Onofre Penteado, Andr Dreyfus e Henrich Hauptmann passaram, ento, a debater o tema. Uma parte dos argumentos girou em torno da definio das expresses “aulas prticas” e “prticas metodolgicas”. Tais nomenclaturas fariam referncia s prticas metodolgicas *do ensino* ou s prticas metodolgicas *da profisso*? Caso a segunda perspectiva fosse adotada, aulas de laboratrio ou de traduo, por exemplo, no deveriam ser ministradas sob a coordenao da cadeira de

Didática, mas sob a supervisão e orientação das cadeiras “científicas”. O texto registrado segue sinalizando a tentativa de conciliação de Fernando de Azevedo:

O Sr. Diretor propõe uma formula para que se harmonize o dispositivo regulamentar e os pontos de vista expostos pelos professores: que o trabalho de preparação profissional seja feito pelas próprias cadeiras, sem a necessidade de que os assistentes se desloquem para a cadeira de didática especial. Assim, a orientação será dada pelos professores das diversas cadeiras. Nestas condições, foi unanimemente aprovada pela Congregação: 1º) que os professores das diversas cadeiras proponham o nome dos assistentes que se encarregarão da respectiva metodologia especial; 2º) que esses nomes sejam aprovados pelo Conselho Técnico-Administrativo; 3º) que as aulas sejam dadas sob orientação do professor da própria cadeira; 4º) que as provas sejam realizadas perante a cadeira de Didática Geral e Especial em banca de que também participará o assistente que deu o curso (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 39-40).

A fórmula final do regime de contratação atendeu, em grande medida, aos interesses dos professores das cadeiras de conteúdo. Foram contratados apenas quatro auxiliares de ensino para a seção especial de Didática, considerando um auxiliar para cada uma das seguintes seções: Letras, Ciências Sociais, Ciências Naturais e Matemática. Os outros quatro auxiliares de ensino permaneceram vinculados às cadeiras de conteúdo com a indicação de que deveriam responsabilizar-se pelas atividades de natureza prático-metodológica. Onofre Penteado ainda pleiteou, no final do ano de 1942, em ofício encaminhado para o CTA, a contratação de mais dois auxiliares, considerando a quantidade de cursos e as distinções da seção de ciências naturais. Entretanto, nas atas daquele Conselho, sua solicitação fora rejeitada, com parecer de Milton da Silva Rodrigues.

A conciliação alcançada para o ano de 1943 fora, de certa forma, o estágio preliminar de outra solução para as relações entre a formação didática e a formação científica dos acadêmicos da Faculdade de Filosofia da USP. Se, neste primeiro momento, o curso de didática fora preservado no formato do Decreto 1.190/39, que lhe conferia certa integralidade na formação de caráter pedagógico dos futuros licenciados, seu formato seria seriamente questionado nos dois anos seguintes pelos professores ligados às seções de Ciências, Filosofia, Matemática e de Pedagogia.

Nos anos de 1944 e 1945, a desmobilização da estrutura centralizadora do Estado Novo permitiu que pautas anteriormente rejeitadas pudessem encontrar maior espaço na esfera pública e política. No caso do Ministério da Educação, a retirada de Gustavo Capanema e o mandato de Raul Leitão da Cunha (30 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946) ensejaram maior agilidade na tramitação e regulação autonomia universitária tanto no nível federal quanto no nível estadual. No primeiro caso, um exemplo dessa nova conjuntura política e de seus desdobramentos na gestão das universidades é a edição do Decreto-Lei nº

8.393, de 17 de dezembro de 1945, que concedeu à Universidade do Brasil autonomia administrativa, didática e financeira. No segundo caso, as discussões sobre a autonomia universitária da USP, retomadas e intensificadas no ano de 1944, com o Decreto-Lei 13.855, de 29 de fevereiro, criaram as condições necessárias para que esta pauta fosse novamente tratada como prioritária dentro e fora da universidade.

Neste clima, o questionamento à rigidez do Decreto 1.190/39 quanto ao regime de formação de licenciados sob o modelo da FNFi possibilitou que a Congregação da FFCL/USP construísse e mobilizasse sua agenda para convencer o Ministério da Educação daquilo que entendeu como sendo uma incoerência com a pauta da autonomia universitária. Em 1946, a substituição do ministro Raul Leitão da Cunha pelo ex-diretor da FFCL Ernesto de Souza Campos criou uma oportunidade ainda mais favorável para esta articulação. Transformando a questão da obrigatoriedade do regime didático da FNFi em um dos exemplos de aviltamento à autonomia universitária, o diretor da Faculdade à época, André Dreyfus liderou a construção de uma proposta de flexibilização da formação pedagógica para licenciados.

A proposta, em linhas gerais, previa que o quarto ano de formação – até então, dedicado exclusivamente à formação didática, para licenciados – fosse redefinido a fim de que pudesse comportar uma porção (menor) de formação pedagógica e um conjunto de estudos de especialização e aperfeiçoamento na área inicial de formação do bacharel. Na prática, em lugar de o quarto ano ser composto por seis disciplinas da área pedagógica distribuídas em dois semestres, ele deveria ser organizado com apenas duas disciplinas pedagógicas (Didática e Psicologia do Adolescente), dando oportunidade ao bacharel de preencher o restante do tempo disponível da formação em cursos voltados à formação “de conteúdo” de sua área.

Na ata da Congregação do dia 7 de março, registra-se o pedido do professor Ernesto de Sousa Campos para que a Congregação da FFCL “lhe enviasse sugestões de programas e demais dados referentes ao ensino secundário e superior a fim de que Sua Excelência pudesse estudá-los e introduzir reformas”. Menos de vinte dias depois, a proposta construída por André Dreyfus e pela Congregação da FFCL sobre a nova organização da formação didática tornou-se uma alternativa à organização do quarto ano da formação nas Faculdades de Filosofia de todo o país com a edição do Decreto-Lei 9.092/1946¹⁴.

¹⁴ Bontempi Jr. (2011, p. 188-207) analisa este episódio.

Na reunião da Congregação de 1º de abril daquele ano, registra-se a leitura de carta de Ernesto de Sousa Campos “na qual agradece ao Sr. Diretor, bem como à Congregação as homenagens de que fora alvo nesta Faculdade quando de sua recente visita a este instituto universitário”. Também se registrou a leitura de telegrama do Professor Djalma Hasselman (catedrático de química da FNFi) “felicitando o professor Dreyfus, bem como a Congregação desta Faculdade pela vitória obtida com a expedição do decreto-lei federal nº 9092, de 26 de março último, que ampliou o regime didático nas faculdades de Filosofia do país”.

Após tais manifestações, Dreyfus colocou em votação se a Congregação da FFCL desejava utilizar-se da possibilidade criada pelo Decreto-Lei 9.092/1946 (e adotar o modelo de formação com apenas duas disciplinas pedagógicas) ou se preferia manter-se fiel ao modelo preconizado originalmente nos estatutos de 1941 e 1942.

Em artigo publicado no primeiro bimestre de 1947 na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, André Dreyfus posiciona os leitores sobre o percurso do ano anterior, com menos ênfase nas relações íntimas entre a Congregação e o Ministro. Assinala que a “reforma da Faculdade de Filosofia” era um compromisso da Congregação da FFCL e destaca a “prontidão” e “solicitude” com as quais o Ernesto de Souza Campos acolheu as modificações propostas:

Seria estranho que um organismo em plena vitalidade não precisasse de modificações a fim de se aperfeiçoar. Se nas escolas velhas, onde o tempo já permitiu que tivesse chegado a uma organização satisfatória, reformas são necessárias, com muito mais forte razão isso há de ocorrer nos organismos jovens como é o caso de nossa Faculdade. De todas as modificações que se mostraram necessárias, a que mais se impôs à grande maioria da Congregação foi a da simplificação da formação pedagógica e a da criação dos cursos de especialização e aperfeiçoamento. [...]

O pedido da Faculdade de São Paulo foi solicitado e rapidamente atendido pelo professor Sousa Campos. O Decreto-Lei 9092, de 26 de março, sabiamente permitiu que as Faculdades de Filosofia brasileiras ser regessem pelo sistema antigo ou pelo novo, proposto por São Paulo. A Congregação resolveu por “unanimidade” adotar o novo regime, felicitar o ministro professor Sousa Campos e cumprimenta-lo pela liberal e democrática forma adotada para sua instituição (DREYFUS, 1947, p. 21-3).

A unanimidade da acolhida da proposta descrita no artigo de 1947, entretanto, precisa ser matizada. Embora a Congregação tenha escolhido o formato com apenas duas disciplinas pedagógicas, parte de seus membros entendia que a proposta apresentava problemas. Na reunião de 20 de dezembro de 1946, discutindo a implementação do “novo” modelo para o ano seguinte, é possível ler:

[Fernando de Azevedo] fez diversas perguntas sobre o referido decreto [9092/46] e sobre a portaria ministerial 328, de 13 de maio de 1946, dizendo que, com a modificação didática havida, o antigo curso de Didática fora “depenado”, o que foi corroborado pelo Prof. Onofre de Arruda Penteado Junior. Continuando com a

palavra, o professor Fernando de Azevedo critica em seguida a redação do decreto 9092 e da portaria dizendo que fizeram criar um curso solto de especialização no 4º ano. Diz novamente que o curso de Didática está sendo vilipendiado e “depenado” e propõe a volta do processo [que organizava os programas de 1947] ao CTA para reestudo (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 154-55).

Defendendo a posição do CTA e a aprovação do processo em tela, Milton da Silva Rodrigues faz uso da palavra e afirmou “que a Congregação da Faculdade não menosprezou a formação pedagógica do aluno, pois que é necessária” e que da forma como se propôs no novo regime, fora possível conjugar a especialização desejada e a formação didática para aqueles que iriam desempenhar o magistério secundário. Aroldo de Azevedo também faz uso da palavra, para afirmar que

o 4º ano atual não é uma peça solta, mas pelo contrário, peça solta no organismo da faculdade, como afirma o professor Fernando de Azevedo era o curso de Didática, pois que o aluno de um curso era obrigado a abandoná-lo completamente para se dedicar somente à Didática, quando isso não acontece atualmente, pois que o aluno continua no 4º ano os estudos dos três anos básicos (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 155).

Onofre de Arruda Penteado Junior solicita a palavra e assinala que “de fato, o curso de Didática fora anulado. Que esse curso tinha uma finalidade, qual seja, a formação pedagógica, isto é, formar professores e que a Congregação deveria voltar suas vistas para a formação de professores”. Por fim, a intervenção de Reynaldo de Ramos Saldanha da Gama é ilustrativa da permanência dos conflitos na Congregação em relação a este tema. O professor afirma que “as divergências surgidas são as mesmas de sempre e pede que se encerre as discussões, submetendo à votação o parecer do CTA”.

1.3 O GINÁSIO DE APLICAÇÃO E AS DISPUTAS ENTRE A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E A DIDÁTICA (1957-1962)

Editado no mesmo mês de março, dias antes da “vitória” da Congregação da FFCL, o Decreto Federal nº 9.053 que instituiu a exigência de que todas as Faculdades de Filosofia reconhecidas e autorizadas a funcionar no território nacional contassem com um *ginásio de aplicação* ensejaria novos embates entre a cadeira de Didática e as demais cadeiras da FFCL. Seguindo as diretrizes das leis orgânicas do ensino editadas nos anos finais da gestão de Gustavo Capanema, esta normativa legal estabelecia os mesmos critérios básicos de funcionamento que já ordenavam as demais escolas secundárias, mas delimitava alguns aspectos específicos que deveriam diferenciar a gestão e o ensino praticado nos ginásios de aplicação.

O artigo 5º do Decreto 9053/46 estabelecia que a direção e a responsabilidade pelo ginásio de aplicação caberiam, em cada instituição, ao catedrático de Didática Geral. O artigo 6º definia, por seu turno, que caberia aos alunos do curso de Didática, sob orientação do catedrático responsável por esta área e de seus assistentes, a oferta das disciplinas correspondentes às cadeiras do ginásio de aplicação. Caso não houvesse, na Faculdade, assistente e/ou aluno do curso de Didática em alguma área do conhecimento exigida no ensino ginásial e secundário, o artigo 7º exigia que a Faculdade contratasse professores licenciados, devidamente registrados, para a regência da cadeira e oferta das disciplinas. Por fim, o artigo 11 definia o prazo de um ano para que as Faculdades de Filosofia cumprissem as exigências do decreto.

A organização definida para os ginásios de aplicação permitia às cadeiras de Didática das Faculdades de Filosofia acumular um conjunto de prerrogativas que lhes conferia bastante poder. Em primeiro lugar, os ginásios se configuravam como uma instância privilegiada para o cumprimento da missão de formar professores para o ensino secundário que permitia às Faculdades de Filosofia a aproximação e o diálogo com os órgãos de gestão dos sistemas de ensino responsáveis pela educação básica. Em segundo lugar, as cadeiras de Didática passavam a contar com um locus de experimentação e produção de conhecimento na área do ensino reconhecidos tanto na estrutura universitária quanto no tecido social mais amplo. Em terceiro lugar, os ginásios de aplicação transformavam-se em instâncias de agregação de novos professores universitários, a partir da ampliação do quadro de assistentes que, vinculados à cadeira de Didática, poderiam empreender a conquista de novas posições na carreira.

Na FFCL da Universidade de São Paulo, o prazo de um ano estabelecido no Decreto 9.053/46 não mobilizou imediatamente a Congregação a adotar providências para criar o seu ginásio de aplicação. O primeiro registro de discussões sobre a temática se fez apenas na ata da 91ª reunião do CTA, realizada em 13 de dezembro de 1946, em que os conselheiros aprovaram, por unanimidade, que o diretor da Faculdade de Filosofia “ofici[ass]e aos poderes competentes, consultando sobre a possibilidade de se prorrogar por mais um ano as disposições do Decreto-Lei Federal nº 9053, de 12/03/1946 [...] considerando a impossibilidade material de se pôr em execução neste instituto o referido ginásio [de aplicação]” (ATAS DO CTA, Livro II, fls. 24).

A solução encontrada, inicialmente, pela FFCL, para atender o disposto na legislação foi a abertura de uma concorrência pública, na qual ginásios privados da capital pudessem

apresentar propostas de compra e/ou arrendamentos de prédios para a instalação do colégio já em 1947. Na reunião do CTA, realizada em 30 de janeiro de 1946, foram recebidas seis propostas de ginásios em funcionamento na cidade de São Paulo. Os nomes dos estabelecimentos não constam na ata da reunião e registra-se que “considerando a ausência de dois membros da Comissão [que avaliaria as propostas] – Prof. Onofre Penteado Jr. e Astrogildo Rodrigues de Mello -, o CTA aprovou a substituição desses dois professores pelos professores Milton da Silva Rodrigues e Paulo Sawaya”. Também neste dia, deliberou-se pela reunião de julgamento das propostas para o dia 1º de fevereiro de 1946 (dois dias depois).

Nenhuma das seis propostas foi aprovada pelo CTA – o que significou o adiamento indefinido da instalação do ginásio de aplicação. Somente no início do ano letivo de 1948 a proposta de criação do ginásio de aplicação foi retomada. Na ata da 126ª reunião do CTA, registra-se que a Faculdade havia recebido proposta de venda ou arrendamento do Ginásio Saldanha da Gama com vistas à instalação do ginásio de aplicação.

Submetida e debatida pelos Srs. Conselheiros, a proposta em questão foi rejeitada, por não convir aos interesses da Faculdade e nem aos da Prática de Ensino e tendo em vista, sobretudo, o que já foi anteriormente deliberado pelo próprio CTA, quando da concorrência procedida para a instalação do ginásio de aplicação, da qual participou o mesmo estabelecimento em apreço, tendo a Comissão então designada para estudar a questão concluído pela não aceitação das propostas que foram apresentadas (ATAS DO CTA, Livro II, fls. 80).

A iniciativa de constituir o ginásio de aplicação da FFCL parecia pouco prioritária para a Congregação da faculdade. Em ofício apresentado ao CTA no dia 18 de agosto de 1949, o professor Onofre de Arruda Penteado Junior assinala:

A justificativa da ausência de recursos financeiros não é suficiente, eis que em outras oportunidades, inclusive no momento de planejar a aplicação das verbas, se havia assinalado a importância deste empreendimento. [...] É urgente, pois, que se encaminhe a solução mais adequada para que se cumpra o disposto no Decreto 9053, eis que os prazos estabelecidos para a instalação do Ginásio de Aplicação estão sendo desrespeitados pela Faculdade de Filosofia. De nossa parte, acreditamos que essa situação compromete a formação já insuficiente dos licenciados (ATAS DO CTA, Livro III, fls. 13).

Sem que seu pedido fosse atendido, o professor Onofre de Arruda Penteado Jr. inicia, no mês de maio ano de 1950, tratativas para a realização de atividades de prática de ensino da cadeira de Didática Geral e Especial com o Colégio Estadual Franklin D. Roosevelt (o primeiro Ginásio do Estado) que funcionava, naquele momento, nas proximidades do Parque

Dom Pedro II, na Rua Frederico Alvarenga¹⁵. Segundo Amélia Americano de Castro, a intenção do catedrático era transformar o Ginásio do Estado em Ginásio de Aplicação.

A direção do colégio, em 1950, era ocupada pelo professor Martim Egydio Damy, que exercia o cargo desde 1936. É bastante plausível considerar que Onofre Penteado e Martim Damy houvessem estabelecido uma relação de proximidade anterior a 1950. No acervo da biblioteca do colégio (hoje situado em outro prédio, ao lado da Estação de Metrô D. Pedro II), pude encontrar uma edição do livro “Pedagogia Científica”, de Alfredo Miguel Aguayo, no qual é possível ler a dedicatória “ao meu amigo Martim Damy, com apreço”, e a assinatura de Onofre de Arruda Penteado com a indicação junho/1948.

Durante o ano de 1951, o governo do estado de São Paulo empreendeu a construção de um novo prédio destinado a um colégio, na Rua Gabriel dos Santos. Era bastante comum, à época, que os novos estabelecimentos de ensino iniciassem seu funcionamento vinculados a algum outro estabelecimento já em operação e fossem denominados de *Seção Autônoma* de tal colégio. Neste caso em particular, o novo estabelecimento seria vinculado ao Colégio Franklin Roosevelt. O prédio foi inaugurado em 1952:

Colégio Estadual Presidente Roosevelt

Por motivo de força maior, foi adiada para o dia 26 do corrente a cerimônia de instalação da seção autônoma do Colégio Estadual Presidente Roosevelt, à Rua Gabriel dos Santos, 30, que se achava marcada para hoje. Ao ato, que se revestirá de solenidade, deverão comparecer autoridades e pessoas gradas que serão saudadas, em nome do corpo docente do estabelecimento, pelo prof. Afonso Gutierrez. Nesta ocasião, o prof. Roland Corbisier proferirá a última aula do semestre, dissertando sobre o tema “Filosofia da Educação” (O ESTADO DE S. PAULO, 1952, p. 9).

Foi a partir deste novo estabelecimento que, ainda no ano de 1952, Onofre de Arruda Penteado Junior teria retomado junto à Congregação da FFCL as negociações para a instalação do Ginásio de Aplicação. Analisando o assunto, o CTA, em reunião realizada no final daquele ano, registra o pedido do professor Onofre e indica a composição de uma comissão para estudar a proposta de transformação da seção autônoma do Colégio Franklin Roosevelt em Ginásio de Aplicação da FFCL. Foram indicados para a Comissão José Quirino Ribeiro, Milton da Silva Rodrigues e Eurípedes Simões de Paula.

¹⁵ A denominação “Colégio Estadual Franklin Delano Roosevelt” foi decretada pelo interventor federal Fernando Costa, em 1945. O colégio em questão foi criado em 1893, a partir da transformação do curso anexo à Faculdade de Direito em Ginásio do Estado, por iniciativa de Bernardino de Campos. Com a transferência da Escola Normal para a Praça da República, as instalações do Ginásio ocuparam, inicialmente, o anteriormente edifício destinado a ela, na Rua da Boa Morte (atual Rua do Carmo). Em 1897, foi transferido para a rua Conde do Pinhal e em 1900, novamente transferido, passou a ocupar o prédio do Liceu de Artes e Ofícios, nas proximidades da Estação da Luz. Em 1925, passou a ocupar o prédio da rua Frederico Alvarenga. Por força de solicitação da justiça eleitoral, o prédio foi cedido para uso do Tribunal Eleitoral e o colégio passou a ocupar o prédio do Grupo Escolar Miss Browne, na Rua do Carmo. Em 1940, retornou ao prédio da Frederico Alvarenga.

Em vez de designar o catedrático de Didática Geral e Especial para ocupar a direção do Colégio, a proposta de convênio delineada no mês de março de 1953 indicava que tal tarefa deveria ser delegada ao recém-nomeado catedrático de Administração Escolar e Educação Comparada, José Querino Ribeiro. Não há registro quanto às eventuais discussões ou conflitos que definiram a suspensão da análise da proposta inicial da comissão. Entretanto, no dia 13 de março de 1953, a ata da reunião do CTA registra, no 15º ponto de pauta:

o Sr. Diretor consulta ao CTA sobre as providências a serem tomadas em face da atitude do Prof. Onofre Penteado Jr, renunciando à regência do curso de Pedagogia, entendendo os Srs. Conselheiros ser de toda conveniência que o assunto fosse estudado numa reunião conjunta do CTA e dos professores da Seção de Pedagogia (ATAS DO CTA, Livro IV, fls. 8-9).

De fato, na semana seguinte, dia 19 de março, uma nova reunião do CTA foi realizada, contando, além dos conselheiros, com as presenças dos professores Milton da Silva Rodrigues, José Querino Ribeiro, Laerte Ramos de Carvalho, Crodowaldo Pavan e Arrigo Angelini, “visto ser um dos objetivos desta reunião a discussão de problemas relativos ao curso de Pedagogia”.

Abertos os trabalhos, usou da palavra Prof. Fernando de Azevedo que historiou a existência desta disciplina desde a proposta de sua criação feita pelos profs. Milton da Silva Rodrigues e Roldão Lopes de Barros. Salientou que faltou o dispositivo legal incluindo a disciplina no curso de Pedagogia, donde não ter ela existência legal. Teceu considerações em torno desta disciplina, considerando-a útil, porém não necessária. Nesse mesmo sentido, expondo o mesmo ponto de vista, falou também o Prof. Milton da Silva Rodrigues, julgando mesmo que a extinção desta disciplina é a melhor solução. Após longa troca de ideias com os demais professores convidados, o Prof. Fernando de Azevedo formulou a seguinte proposta: 1) que a denominação da disciplina fosse alterada para Teoria Geral da Educação; 2) que passe a ser ministrada no 4º ano, aliviando-se, assim, o currículo das três series fundamentais; 3) que se contrate um professor especializado, nacional ou estrangeiro, para ministrar o curso. Tendo essa proposta coincidindo com o pensamento unanime dos professores do curso de Pedagogia, submeteu-se à apreciação do Conselho (ATAS DO CTA, Livro IV, fls. 9-10).

O Conselho, composto à época por Eduardo de Oliveira França, Mário de Souza Lima, Fernando de Azevedo, Aroldo de Azevedo, Paulo Sawaya e Victor Lentz aprovou as três propostas, com abstenção registrada, nas três votações, pelo primeiro conselheiro.

Mesmo com essa movimentação, é bastante plausível que a pauta do ginásio de aplicação não tenha se transformado em algo desejável a toda a Congregação da FFCL. Na edição de 27 de junho de 1953, na seção *Notas e Informações*, o texto “Ginásio de Aplicação”, provavelmente¹⁶ escrito por Laerte Ramos de Carvalho, assinala:

¹⁶ Bontempi Jr (2001) analisou um conjunto de artigos publicados no Jornal *O Estado de S. Paulo* entre 1947 e 1962 (período em que Laerte Ramos de Carvalho atuava no periódico como editorialista). O autor assevera que teve acesso a dois tipos de textos: “os artigos assinados, que expressam a opinião de quem os escreveu e os

Não é de hoje que se erguem críticas, aliás em grande parte justificáveis, à eficiência didática dos professores licenciados. Por esse motivo, falou-se na criação dos chamados ginásios de aplicação, nos quais os futuros licenciados poderiam adquirir, sob a orientação de professores, os conhecimentos e os hábitos indispensáveis ao exercício do magistério. Não nos parece, todavia, que o ginásio de aplicação seja o melhor modo de resolver o problema. Quando, em 1950, se discutiu a criação de uma escola de aplicação¹⁷ junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Congregação desta aprovou um lúcido parecer do prof. Fernando de Azevedo, no qual se condenava a iniciativa proposta ao mesmo tempo em que se sugeriam outras soluções: “Para a prática de ensino e para experiências e pesquisas pedagógicas, no plano do ensino secundário, o de que necessita a cadeira de didática geral e especial não é de um ginásio modelo, com suas classes homogêneas, de número restrito de alunos, situado à sombra da Faculdade, mergulhado em sua atmosfera e posto sob sua direção, em que tudo seja medido, ordenado e classificado. Não é nesse ambiente 'artificial' que devem fazer prática de ensino e se devem preparar os alunos-professores que, uma vez obtida a licença, se dispersarão, para cumprirem sua missão, no exercício do magistério de suas disciplinas, em escolas secundárias, as mais diversas, sem instalações e sem aparelhamentos, com classes numerosas e as mais heterogêneas populações escolares, recolhidas em todas as camadas sociais” (O ESTADO DE S. PAULO, 1953, p. 3).

Continuando sua argumentação, o articulista ainda sinaliza as vantagens do exercício da prática de ensino em colégios regulares e assevera o perigo de transformar as Faculdades de Filosofia em algo que não seria de sua vocação inicial:

A prática de ensino tão indispensável aos futuros professores pode muito bem ser realizada nos estabelecimentos oficiais e particulares existentes. Um acordo das faculdades com os órgãos administrativos a que estão subordinadas as escolas seria o primeiro passo no caminho para a solução do problema. [...]

O empenho pela criação dos ginásios de aplicação patenteia, antes de tudo, um incessante esforço no sentido de transformar as faculdades de filosofia numa simples escola de preparação de candidatos ao magistério médio. Ora, não foi este, sem dúvida, o objetivo dos fundadores da Universidade de São Paulo. Não é admissível que os interesses da preparação pedagógica prevaleçam sobre os interesses da formação de especialistas de elevado nível, nos diferentes domínios do saber humano (O ESTADO DE S. PAULO, 1953, p.3).

Segundo Amélia Americano Domingues de Castro, as tensões geradas naquele momento teriam sido aumentadas com a proposta, construída pela comissão que estudava o convênio para a criação do Ginásio de Aplicação, de não permitir ao catedrático de Didática Geral e Especial a ocupação do posto de diretor do colégio¹⁸.

editoriais, pelos quais responde a direção do jornal, e foram por isso, tratados em separado. Os editoriais analisados [em sua investigação] são aqueles que tiveram sua autoria reconhecida pela filha de Laerte, Prof^a. Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho, e que se encontram disponíveis no Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo” (BONTEMPI Jr., 2001, p. 22).

¹⁷ Em verdade, a discussão referida pelo articulista girou em torno do projeto de lei, apresentado pelo Deputado Rubens do Amaral, que pretendia criar o chamado Instituto Pedagógico, vinculado à FFCL e composto por uma escola normal, uma escola primária, um ginásio e um colégio que destinar-se-iam às atividades de aplicação.

¹⁸ Outra situação em que há tensão semelhante é a da solicitação de Onofre de Arruda Pentead Junior à Congregação de autorização para publicar, pela gráfica da Faculdade, em 1952, a Revista de Pedagogia. A proposta foi apresentada no segundo semestre de 1951, a fim de reservar orçamento para o ano seguinte. Na 215ª reunião do CTA, o assunto foi analisado com base no parecer do conselheiro Victor Leinz: “Processo 1184-51, referente à publicação da revista 'Pedagogia': aprovado parecer do relator, Prof. Leinz, constante do referido

O encaminhamento do convênio para criação do Ginásio de Aplicação da FFLC só foi retomado no ano de 1955 e assumido por uma nova comissão, composta por Eurípedes Simões de Paula, Onofre de Arruda Penteado Junior, Maria José Garcia Werebe e José Querino Ribeiro. Das tratativas desta comissão, elaborou-se o termo de convênio submetido ao governo do estado em meados de março de 1956 e assinado em 28 de fevereiro de 1957. A escolha do colégio foi assim justificada pelo então Secretário de Educação, Vicente de Paula Lima, em matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 13 de julho de 1956:

O Colégio de Aplicação foi estudado com a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, com os professores de diversos pontos de vista a respeito, com o Grêmio dos Estudantes. O Colégio escolhido é o “Presidente Roosevelt”, seção da Rua Gabriel dos Santos, indicado sob todos os pontos de vista. Já nos entendemos, inclusive, com os pais dos alunos, cuja associação será representada no Conselho Diretor do Colégio; outra inovação que, esperamos, dê bons frutos.

Esse é o único colégio em condições, já que não tem corpo docente próprio, nem administrativo. Não há, por conseguinte, catedráticos que possam oferecer dificuldades à prática de ensino dos universitários (O ESTADO DE S. PAULO, 1956, p. 7).

No modelo de gestão definido para o Colégio de Aplicação, o lugar da cadeira de Didática Geral e Especial aparecia bem mais discreto do que previa o Decreto de 1946. A alternativa da Faculdade de Filosofia foi constituir uma estrutura composta por dois órgãos: o Conselho de Administração e o Conselho Deliberativo. A este último, caberia escolher, a partir de uma lista tríplice encaminhada pelo catedrático de Didática Geral e Especial e, após concurso de provas e títulos e entrevistas, o diretor executivo do Colégio.

processo, e no qual são solicitados alguns esclarecimentos adicionais ao proponente, prof. Onofre Penteado e ainda sugerindo que a revista em apreço seja editada e dirigida por uma associação congregando os interessados em Pedagogia, existentes na Faculdade”.

Figura 2. Organograma do Modelo de gestão do Colégio Aplicação

Fonte: elaborado pelo pesquisador a partir dos dados da pesquisa

O Conselho Deliberativo seria composto por nove membros: seis da Seção de Pedagogia, dois da Seção de Didática e pelo Diretor Executivo. Este Conselho seria parte do Conselho de Administração que contaria, além disso, com três representantes da Congregação da FFCL *estranhos à seção de Pedagogia e à Cadeira de Didática Geral e Especial*, por um representante da Associação de Pais e Mestres e por um representante do corpo docente do Colégio.

Warde (1995 [1980], p. 114), afirma que já em 1957, “passaram a ser realizados, com êxito, estágios de prática de ensino dos alunos da Faculdade” e que “foram oferecidos cursos, seminários e palestras com vistas à discussão de princípios do ensino e renovação metodológica, tanto para o pessoal do colégio quanto para educadores de outras instituições”. Afirma, ainda, que, no período de 1957 a 1961, o diretor executivo do Ginásio, escolhido pelo Conselho Deliberativo, fora José Augusto Dias, terceiro assistente da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, regida por José Querino Ribeiro.

No ano de 1958, Maria José Garcia Werebe propôs que, na estrutura do Ginásio de Aplicação da FFCL fosse criado um Serviço de Orientação Educacional. Em que pese a

existência da orientação educacional em outras instituições semelhantes, o que a livre-docente pretendia com a criação deste serviço no Ginásio da FFCL era algo distinto:

[...] os objetivos que nos propomos alcançar com o Serviço de Orientação Educacional do Colégio não se limitam aos que são normalmente atribuídos aos serviços congêneres. Os nossos são mais ambiciosos. Em primeiro lugar, é óbvio, visamos oferecer aos alunos a melhor e mais completa assistência, em todas as áreas de orientação e será na medida em que atingirmos plenamente esse desígnio que poderemos alcançar os outros que temos em mira. Temos a intenção de dirigir as nossas atividades no sentido de transformar o serviço num centro de pesquisas e estudos no campo da Orientação Educacional, a fim de contribuir para o desenvolvimento em nosso meio, de tão importante setor da educação. Esperamos, dentro de algum tempo, poder facilitar o trabalho dos orientadores das nossas escolas secundárias, seja proporcionando-lhes a oportunidade para estagiar em nosso serviço, seja oferecendo-lhes os resultados de nossas investigações e estudos, bem como o material necessário para o bom desempenho de suas funções (WEREBE, 1960, p. 131).

Embora haja, nessa iniciativa, um caráter fundador (posto que se tratava de um serviço de orientação educacional instalado no Ginásio de Aplicação recém constituído e com características bastante singulares), é preciso situar a proposta de Werebe numa história mais longa desta área na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. De 1942 a 1946, o governo brasileiro realizou uma reforma na legislação de diversos ramos do ensino através da edição de Decretos-Leis, conhecidos como Leis Orgânicas do Ensino. Os Decretos-Lei 4.073/1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial), 4.244/1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário), 6.141/1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial) e 9.613/1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola), estabeleceram a obrigatoriedade da oferta de orientação educacional/orientação educacional e profissional, com os objetivos fundamentais de: a) “cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha de sua profissão, ministrando-lhes esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a família” e b) “cooperar com os professores no sentido da boa execução dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar por que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica” (arts. 81 e 82 da Lei 4.244/1942)¹⁹.

Por força da exigência expressa nesses diplomas legais, o governo do estado de São Paulo celebrou, a partir de 1947, uma série de cooperações com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo a fim de oferecer cursos livres de aperfeiçoamento profissional para a formação de orientadores educacionais no âmbito do

¹⁹ Redação idêntica ou com ligeiras alterações foi obedecida nos demais decretos-lei citados.

programa Escola Universitária de São Paulo, que propunha diferentes atividades de formação para os professores do magistério público oficial do Estado:

CURSOS DE FÉRIAS DA ESCOLA UNIVERSITÁRIA DE S. PAULO

Acham-se abertas às inscrições para os seguintes cursos intensivos de férias promovidos pela Escola Universitária de São Paulo: Curso de Aperfeiçoamento de Orientação Educacional, Curso de Aperfeiçoamento de Português, Curso de Diretor de Grupo Escolar, Curso de Educadores Sanitários, Curso Prático de Orientação Educacional e Curso para Ingresso no Instituto Caetano de Campos (O ESTADO DE S. PAULO, 1947, p. 10).

A FFCL também promovia cursos de orientação educacional fora deste programa:

CURSO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Terá início no dia 4 de julho um Curso de Orientação Educacional organizado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e sob o patrocínio do Departamento de Cultura e Assistência Social da Reitoria da Universidade de São Paulo, oferecido aos diretores, orientadores educacionais e professores de educação das escolas secundárias e normais, oficiais e particulares e também aos bacharéis e licenciados em Pedagogia por Faculdades de Filosofia [...]

Participarão do curso, além de docentes da Faculdade de Filosofia, vários conferencistas de renome nacional (O ESTADO DE S. PAULO, 1948, p. 11).

Na seção Notas e Informações do O Estado de São Paulo, de 03 de julho de 1948, o texto *Orientação Educacional, um problema*, provavelmente escrito por Laerte Ramos de Carvalho expressa, de maneira clara, quem era o professor responsável por essas atividades. Após denunciar o “esdrúxulo modo pelo qual ocorrem e se desenvolvem os nossos problemas educacionais” e explicitar que “as gravíssimas necessidades da escola brasileira nunca mereceram grande consideração por parte de nossas autoridades administrativas”, o articulista avalia a criação da orientação educacional em nosso meio em um momento em que “não possuí[a]mos nem condições nem recursos”. Mas celebra:

A seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por intermédio da cadeira do prof. José Querino Ribeiro, principal responsável pela iniciativa, resolveu tomar posição no problema. É claro que a organização de um curso sobre tão controvertida questão não pode deixar de ser organizado senão em caráter de experiência. Rigorosamente, não se trata apenas de formar orientadores, uma vez que isso implicaria no reconhecimento de uma configuração doutrinária inexistente, mas sobretudo de alcançar-se, por intermédio dessa iniciativa, a formação, em melhores termos, de um problema equívoco e mal posto [...] A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pela primeira vez no Brasil, se decide a tratar, usando dos seus próprios recursos, um assunto que até agora merecia apenas a atenção de nossos educadores e pseudotécnicos do ensino (O ESTADO DE S. PAULO, 1948, p. 3).

Assim, no ano em que Querino Ribeiro decide nomear Maria José Garcia [Werebe], recém-formada em Pedagogia, para assistente da cadeira de Administração Escolar (1948), as atividades na área de formação de orientação educacional já estavam em andamento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sob a direção daquele docente.

Em 1952, quando ambos disputaram a cátedra, e Maria José Garcia Werebe, preterida na indicação da Congregação, tornou-se livre-docente, as atividades relativas à orientação educacional são progressivamente delegadas a ela, por decisão de Quirino Ribeiro. Neste mesmo ano, submete-se ao CTA (Processo 1298/52) um anteprojeto que previa constituição de um serviço de orientação educacional com o objetivo de atender estudantes de escolas públicas secundárias mediante atividades de estágio dos alunos do curso de pedagogia que frequentassem a disciplina de Orientação Educacional, sob regência de Werebe. O processo permaneceu sem tramitação até o dia 20 de janeiro de 1954, quando o CTA designou comissão composta por Paulo Sawaya (presidente), José Querino Ribeiro e Arrigo Angelini a fim de analisar a proposta.

Não há, nos registros de ata do CTA, menção ao resultado do trabalho dessa comissão ao longo dos anos de 1954, 1955 e 1956. É bastante plausível supor que a criação do Colégio de Aplicação tenha criado as condições para que a demanda voltasse a ser analisada, ajustada às necessidades legais que impunham a constituição de um serviço deste tipo. Assim, no dia 5 de dezembro de 1957, o CTA resolveu aprovar o parecer favorável ao “substitutivo do anteprojeto de criação do Serviço de Orientação Educacional”, acompanhando a posição de seu relator, Milton da Silva Rodrigues, que assim se manifestara:

O substitutivo retro baseia-se no projeto que tive a honra de apresentar a este CTA e reúne, além disso, as opiniões acordes dos demais professores do curso de Pedagogia. Eu próprio, quando procurado pelo Prof. J. Querino Ribeiro, já me manifestei favorável ao substitutivo. Confirmo, agora, perante os meus ilustres colegas do CTA, esta opinião. Reitero, porém, ser necessário, conforme consta na minha proposta, iniciar conversações com o eminente Diretor de Ensino Secundário do MEC, remetendo-lhe cópias das diversas peças deste processo (ATAS DO CTA, Livro IV, fls. 127).

A proposta original de criação do Serviço de Orientação Educacional, de 1952, vinculava-o diretamente à Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada e previa que o catedrático responsável designaria professor livre-docente ou assistente com título de doutor para sua coordenação. Na versão aprovada em 1957, este Serviço de Orientação Educacional passava a ser vinculado ao Colégio de Aplicação e sua coordenação restava a cargo do professor responsável pela disciplina de Orientação Educacional (Maria José Garcia Werebe).

No início de 1958, o Ministério da Educação baixou a Portaria 105, com o objetivo de regulamentar provisoriamente a profissão de orientador educacional. Poderiam registrar-se naquele órgão para o exercício desta atividade os licenciados por Faculdades de Filosofia que cumprissem estudos de especialização em Orientação Educacional, com duração mínima de

um ano e estágio obrigatório. Além desses, o Ministério concederia registro aos profissionais que, antes da data da edição da portaria, houvessem sido aprovados em concursos de provas e títulos em estabelecimentos oficiais de ensino.

Perante a regulamentação editada, o CTA analisou, em setembro, uma outra proposta, desta vez, com o objetivo de criar um curso de especialização em orientação educacional na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta segunda proposta foi recusada.

A institucionalização do Serviço de Orientação Educacional na estrutura do Colégio de Aplicação e a designação de Maria José Garcia Werebe para dirigi-lo provocou uma divisão de poder na condução das atividades de ensino: enquanto a cadeira de Didática Geral e Especial continuava responsável pela seleção e orientação do corpo docente do colégio, a disciplina autônoma de Orientação Educacional passou a responder pelo atendimento e orientação do corpo discente e pela mediação entre os alunos e os professores, feita com o apoio da equipe de alunos da disciplina regida por Werebe.

Ainda assim, segundo Warde (1990, p. 119), o período entre 1957 e 1961 não fora marcado por conflitos significativos na condução e funcionamento do Colégio. Warde sinaliza “um satisfatório clima político-administrativo reinante nas seções de Pedagogia e Didática da FFCL no que diz respeito ao C.A [Colégio de Aplicação]” e atribui a atuação de Onofre de Arruda Penteado Junior e ao fato de o Colégio não se afigurar como lugar destacado de disputa, parte da explicação por essa situação:

é de se supor que além do fato de estar na Presidência do Conselho Deliberativo um dos maiores interessados na existência e bom funcionamento do CA – Onofre de Arruda Penteado Jr., professor catedrático de Didática Geral e Especial – e, portanto, interessado em granjear esforços para o Colégio – deve ter colaborado muito o fato de não ter emergido, naquele período nas Seções de Pedagogia e Didática, nenhuma oposição significativa de interesses político-administrativos que repercutissem no C.A. negativamente. Provavelmente porque as precárias condições de existência do Colégio, os ainda restritos resultados ali conseguidos, ainda não o colocassem como “lugar” de disputa (WARDE, 1990, p. 119).

Esses dois fatores terão alterações no início dos anos de 1960, com a aposentadoria de Onofre de Arruda Penteado Junior e as alterações no funcionamento do Colégio produzidas quando da assinatura do segundo convênio com a Secretaria de Estado da Educação.

1.4 MOMENTOS FINAIS DA DÉCADA DE 1950: AS CADEIRAS NA VÉSPERA DA CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

O cenário geral de conflitos nos quais se viam envolvidos os intelectuais do campo da Educação na estrutura da cátedra na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras expressava uma dinâmica de negociações e conflitos articulada à estrutura das cadeiras das seções de Pedagogia e Didática. As sucessões dos catedráticos e as composições que os titulares das cátedras realizavam para organizar seu grupo de assistentes são, ao mesmo tempo, expressão e causa dos conflitos aqui sinalizados anteriormente.

No final da década de 1950, o currículo do curso de Bacharelado em Pedagogia era assim composto:

Quadro 2. Currículo do Curso de Bacharelado em Pedagogia, no final da década de 1950

SÉRIE	DISCIPLINA	CADEIRA
Primeira	Complementos de Matemática	Crítica dos Princípios e Complementos da Matemática
	História da Filosofia	História da Filosofia
	Sociologia	Sociologia II
	Fundamentos Biológicos da Educação	Biologia Geral
	Psicologia Educacional	Psicologia Educacional
Segunda	Estatística	Estatística II
	História da Educação	História e Filosofia da Educação
	Fundamentos Sociológicos da Educação	Sociologia II
	Psicologia Educacional	Psicologia Educacional
	Administração Escolar	Administração Escolar e Educ. Comparada
	Higiene Escolar	Biologia Geral
Terceira	História da Educação	História e Filosofia da Educação
	Psicologia Educacional	Psicologia Educacional
	Pedagogia	Didática Geral e Especial
	Educação Comparada	Administração Escolar e Educ. Comparada
	Filosofia da Educação	História e Filosofia da Educação
	Estatística	Estatística II
	Administração Escolar	Administração Escolar e Educ. Comparada

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

Participavam, assim, da formação dos pedagogos, as cadeiras específicas da seção de Pedagogia (Psicologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Administração Escolar e Educação Comparada) e as cadeiras vinculadas às outras seções: Crítica dos Princípios e

Complementos da Matemática, História da Filosofia, Sociologia II, Biologia Geral, Estatística II. Para aqueles que, além do diploma de bacharel, desejassem o diploma de licenciado, haveria a obrigação, ainda, de cursar a disciplina Teoria Geral de Educação (que nascera com a retirada da Cadeira de Didática Geral e Especial desta formação). Para os demais licenciandos, participavam, de modo obrigatório da formação oferecida, a cadeira de Didática Geral e Especial e a cadeira de Psicologia Educacional. As cadeiras da seção de Pedagogia contavam com a seguinte composição (Figuras 3 a 5):

Figura 3. Organograma das Cadeiras da seção de Pedagogia

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

Figura 4. Organograma das Cadeiras da seção de Pedagogia

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

Figura 5. Organograma das Cadeiras da seção de Pedagogia

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

Na seção de Didática, a composição era a seguinte:

Figura 6 Organograma da seção de Didática

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

Foi com esta estrutura que os agentes do campo educacional distribuídos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras delinearam, no final da década de 1950 e início da década de 1960, a transformação das duas seções (Pedagogia e Didática) em um único departamento: o Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Importa frisar que, a partir do momento em que o Colégio de Aplicação tornou-se parte da estrutura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, os professores que ministravam aulas para as diferentes disciplinas do ensino secundário passaram, paulatinamente, à condição de comissionados e auxiliares de ensino vinculados à cadeira de Didática Geral e Especial, conformando-a em outros moldes. Esta temática será aprofundada posteriormente.

CAPÍTULO II

A DEPARTAMENTALIZAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS E A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.1 O NOVO REGULAMENTO DA FFCL E A BUSCA DA FORMA IDEAL: CÁTEDRA OU DEPARTAMENTO?

Heladio Antunha afirma que a experiência das cátedras na universidade brasileira, especialmente na Universidade de São Paulo, precisa ser compreendida em conjugação com a própria expansão e consolidação do ensino superior no Brasil. Para o autor,

Pode-se admitir que, de início, quando a tarefa do professor universitário se reduzia a ministrar aulas (isto é, apenas ao ensino) para um reduzido número de alunos, a cátedra tenha sido uma instituição relativamente funcional, podendo cada catedrático responsabilizar-se por todas as tarefas docentes de sua área. No entanto, com o crescimento do número de alunos, ocorreu uma natural ampliação das atividades docentes, ao mesmo tempo que, com a introdução da investigação e com a vertiginosa expansão dos conhecimentos registrados nos últimos tempos, a cátedra precisou alargar-se, deixando de ser o posto de um único professor para se tornar progressivamente o local de trabalho de diversos docentes, com diferentes níveis de atuação e de responsabilidade. Imperceptivelmente, a cátedra sofreu um processo de divisão de sua área de estudos em diversas disciplinas ou subáreas, ao mesmo tempo em que ocorria a fatal multiplicação dos docentes encarregados de novos campos e das novas tarefas (ANTUNHA, 1974, p. 136).

Analisando, em 1971²⁰, a supressão do regime de cátedras em sua tese de Livre Docência, o mesmo autor ainda assevera que não era seu objetivo “repetir todas as surradas críticas a propósito do regime”. Mas, que, as consequências de sua longa duração provavelmente se fariam sentir “por muito tempo ainda”, pois, se o regime havia mudado, “os personagens permanecem e a estrutura de poder universitário que sucedeu à anterior continua[va] solidamente nas mãos dos [então] professores titulares” (ANTUNHA, 1974, p. 140)

²⁰ A escrita do texto (e a defesa) da Livre Docência ocorreu em 1971. A publicação de seu trabalho, na coleção editada pelo CRPE, aconteceu em 1974.

De fato, a superação do regime de cátedras na Universidade de São Paulo não deve ser compreendida como uma ruptura institucional inesperada ou unanimemente indesejada por seu corpo docente. A departamentalização que encontrou sua forma final em decorrência da Reforma Universitária de 1968 e da reestruturação dos estatutos da USP em 1969 foi produzida lenta e contraditoriamente nas duas décadas anteriores, com o acúmulo e a sucessão de soluções parciais para os problemas relacionados à carreira docente e à gestão administrativa e acadêmica das faculdades.

Tanto o decreto 12.038/1941 quanto o Decreto-Lei 12.511/1942, que instituíram e ordenavam a estrutura e o funcionamento da FFCL, já preconizavam que as cadeiras daquela escola pudessem ser “instituídas como departamentos, na forma do regulamento interno [da Faculdade]”.²¹ A análise das atas do Conselho Técnico Administrativo e da Congregação da FFCL permite compreender que foi com base nessa prerrogativa que, por exemplo, as três cadeiras ligadas à área de Física (Mecânica Racional e Mecânica Celeste, Física Geral e Experimental e Física Teórica e Física Matemática) se organizaram, já no ano de 1942, em um departamento de Física. Da mesma maneira, as cadeiras ligadas à área de Química (Química Geral e Inorgânica e Química Analítica; Química Orgânica e Química Biológica; Físico-química e Química Superior) se organizaram, também em 1942, como um departamento de Química. Também nessa mesma lógica, em 1946, as cadeiras ligadas à área de Geografia (Geografia Física, Geografia Humana e Geografia do Brasil) organizaram o departamento de Geografia, bem como as cadeiras ligadas à área de Sociologia (Sociologia I e Sociologia II) criaram o departamento de Sociologia.

É bastante plausível considerar as soluções parciais deste momento como mecanismos de ajustes às relações internas da dinâmica institucional de cada cadeira e de afirmação e ampliação de capital simbólico e força de atuação dos acadêmicos nas instâncias de definição dentro e fora da Faculdade de Filosofia. Embora com alguma fragilidade do ponto de vista de sua posição institucional formal – visto que ao longo das décadas de 1940 e 1950, o regulamento interno da Faculdade não definiu critérios para sua constituição ou funcionamento, nem os inscreveu como unidades distintas das cátedras nas estruturas institucionais de gestão – os departamentos criados na década de 1940 gozavam de reconhecimento interno (por parte da Congregação da FFCL e do Conselho Universitário, por exemplo) e externo (pelas instâncias governamentais e de financiamento de pesquisa, pela

²¹ Parágrafo único do artigo 26 do Decreto 12.038/1941 e Artigo 29 do Decreto-Lei 12.511/1942.

imprensa e por outros agentes que dialogavam com o campo acadêmico). Na edição de 26 de agosto de 1942²² do jornal *O Estado de S. Paulo*, lê-se:

DEPARTAMENTO DE QUÍMICA DA FACULDADE DE FILOSOFIA

Os professores, assistentes e alunos do Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, por intermédio dos Srs. H. Rheibold S. Matias e Fernando Altenfelder Silva telegrafaram ao Presidente Getúlio Vargas informando a s. exa. que esperavam o seu pronto aproveitamento na luta pela Pátria e pela liberdade. Idêntico telegrama foi passado ao Sr. Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra (O ESTADO DE S. PAULO, 1942, p. 5, grifo nosso).

No mesmo periódico, a edição de 25 de fevereiro de 1944²³ noticiava:

A Estada do prof. Dreyfus nos EE. UU.

NOVA YORK (24) (R.) – O Dr. André Dreyfus, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo declarou hoje aos jornalistas que “o Reitor da Universidade vai enviar um arquiteto aos Estados Unidos a fim de estudar o plano de construção da “cidade universitária”, em Butantã, na capital paulista”. Acrescentou que o governo do Estado havia prometido a soma de meio milhão de dólares só para o Departamento de Física da Faculdade e revelou que estava procurando contratar cinco professores americanos e promover a vinda de doutorandos brasileiros aos Estados Unidos, por um período de dois anos (O ESTADO DE S. PAULO, 1944, p. 1).

Internamente, no momento em que a Faculdade de Filosofia deliberou pela adoção do regime de formação de licenciados com menor composição didática, em 1946, os departamentos já instituídos foram reconhecidos como instâncias para definição das propostas de currículo de cada curso apresentadas à Congregação:

Com a palavra, o professor Catunda esclareceu sua senhoria que na sua seção já se haviam adiantado [no estudo dos currículos] e que em reunião dos professores *de cada departamento* se haviam estabelecido dois currículos: um para física e outro para matemática (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I [1946], fls. 115, grifo nosso).

Em outras oportunidades, nas quais a Congregação tomava conhecimento ou deliberava sobre o recebimento de recursos financeiros em forma de doação, os departamentos já instituídos aparecem como lugares de destinação das verbas:

Aberta a sessão pelo Sr. Diretor e verificada a presença de número legal, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. No expediente, pediu a palavra o professor Paulo Sawaya para declarar que a Fundação Rockefeller havia doado ao *departamento de zoologia* a importância de 500 dólares, soma essa que havia sido despendida nos Estados Unidos com aparelhos necessários ao referido *departamento* (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I [1946], fls. 138, grifo nosso).

Por fim, na relação com o Conselho Técnico Administrativo, a que cabia indicar à Congregação os licenciados para a contratação de professores na condição de regentes

²² Neste período, o jornal *O Estado de S. Paulo* estava sob intervenção. Abner Mourão respondia pelo jornal, na função de diretor designado pelo Conselho Nacional de Imprensa.

²³ Neste período, o jornal *O Estado de S. Paulo* estava sob a presidência de Pelágio Lobo. Abner Mourão ocupava a direção de redação e Francisco de Castro Ramos ocupava o posto de Diretor-Gerente.

interinos de cátedra, os departamentos já instituídos também figuravam como instâncias de negociação e consulta:

Continuando, entra em discussão a proposta do CTA de se contratar, também por um ano, o Prof. Hans Stammreich para a regência da cadeira de Física Superior. [...] O Sr. Diretor lê uma carta do citado professor na qual s.s. diz: “Sr. Diretor. Informado de que o CTA da Faculdade, em sua última reunião, aprovou a indicação de meu nome para reger a cadeira de Física Superior deste Instituto, *a partir de tratativas com o departamento de Física* deste Instituto Universitário, venho pela presente exprimir a V. Ex.^a e aos membros do Conselho os sentimentos de um profundo reconhecimento pela confiança com que fui honrado. Cumpre-me, entretanto, aproveitar-me do ensejo para informar a V. V. Ex.^a que, de acordo com entendimentos havidos com os membros do *departamento de Física*, e por razões de ordem pessoal, só poderei aceitar esse honroso cargo pelo prazo de um ano, no qual espero corresponder à honra desta indicação (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I [1946], fls. 161, grifo nosso).

As soluções parciais que conjugavam a cátedra e essa forma preliminar de departamento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP estenderam-se pela segunda metade da década de 1940 e, praticamente, por toda a década de 1950. Expressão dessa solução de consenso, reconhecida como razoável pela FFCL, pode ser identificada em texto escrito, provavelmente por Laerte Ramos de Carvalho na seção *Notas e Informações*, do jornal O Estado de S. Paulo em sua edição de 03/03/1948:

Estamos muito longe a esse respeito da compreensão ampla que tiveram os criadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Contando com o que havia de melhor no corpo docente dos diversos institutos de ensino superior existentes no Estado e emprestando a esses elementos irrestrito apoio, o governo Armando de Sales Oliveira proporcionou um “clima” graças ao qual foi possível a transplantação, para meio tão pobre de recursos, de um organismo que exige tantos cuidados como o é uma faculdade de filosofia, ciências e letras. Hoje, possuímos um Instituto que é um legítimo orgulho de nossa terra. Os *departamentos* que nele funcionam desenvolvem pesquisas científicas que fazem de São Paulo um dos centros mais importantes de estudos sul-americanos. O *departamento de física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* é o melhor exemplo do que afirmamos. Isso para não falar do nível homogêneo de estudos alcançados pelo *departamento de química*, eficientemente dirigido pelo professor Rheimbold e dos *departamentos de biologia, sociologia, matemática, geografia e história, etc* (O ESTADO DE S. PAULO, 1948, p. 3, grifo nosso).

Uma vez aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, foi posta à prova essa experiência institucional de sobreposição e convivência da cátedra e do departamento na Faculdade de Filosofia (e em toda a Universidade de São Paulo).

A longa tramitação do texto da LDB no Legislativo nacional não foi suficiente para construir a superação definitiva da cátedra. Embora bastante enfraquecida, ela permaneceu presente no diploma legal resultante das votações e da sanção presidencial no artigo 76, que afirma que “nos estabelecimentos federais de ensino superior, os diretores serão nomeados pelo Presidente da República dentre os professores catedráticos efetivos em exercício, eleitos em lista triíplice pela congregação respectiva, em escrutínios secretos”. Os departamentos, por

seu turno, encontram indicação e guarida no artigo 78, que institui a representação discente nos “conselhos departamentais”.

A LDB previa um prazo de cento e oitenta dias para que as instituições de ensino superior ajustassem seus estatutos ao novo ordenamento jurídico nacional. O prazo seria, assim, encerrado na segunda quinzena de junho de 1962. No dia 27 de maio daquele ano, a seção *Notas e Informações* do jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe o texto *Cátedra ou Departamento*, provavelmente de autoria de Laerte Ramos de Carvalho. No texto, a superação da cátedra era apresentada como uma tarefa urgente, cuja execução deveria ser assumida pelas universidades, valendo-se dos “elementos legais idôneos” e da autonomia prevista naquele diploma legal:

Na Lei de Diretrizes e Bases encontram-se os elementos legais idôneos para a realização de uma reforma profunda de nossas instituições universitárias. A autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, consagrada no art. 80 da referida lei criou, por si só, especiais condições para uma ampla reformulação dos problemas mais instantes do ensino superior brasileiro. Esta revisão, aliás, constitui imposição da própria lei (O ESTADO DE S. PAULO, 1962, p. 3).

Segue o articulista, sugerindo que o fato de a LDB não ter apresentado um conjunto de procedimentos mais detalhados não deveria servir de justificativa para que não se realizassem revisões e reestruturações de fôlego:

Se é verdade que a lei revoga apenas as disposições contrárias ao que nela se estabelece, não é menos verdade que efeitos práticos de alcance estrutural e funcional dela decorrentes somente serão alcançados se a legislação vigente se adaptar aos princípios inovadores que deverão agora orientar, de acordo com a mesma lei, a reconstrução de todo o sistema educacional. A Lei de Diretrizes e Bases não deve ser encarada apenas como um conjunto de disposições a serem acrescentadas à nossa tumultuada legislação educacional: como lei complementar à Constituição, ela é o princípio de uma nova ordenação do ensino brasileiro (O ESTADO DE S. PAULO, 1962, p. 3).

Partindo da premissa que apontava os dispositivos da LDB como elementos catalisadores de uma reestruturação do funcionamento da universidade brasileira, o autor confrontava de forma crítica o espírito tímido da reestruturação dos estatutos da USP em processo nas comissões de Legislação e Recursos e de Ensino e Regimentos do Conselho Universitário, especialmente no que tange à questão das cátedras e dos departamentos:

O anteprojeto [dos novos estatutos da USP], todavia, representa um tímido esforço no sentido de introduzir as inovações de que tanto carece a atual estrutura da Universidade de São Paulo. A organização do quadro docente, por exemplo, não traduz nenhuma das substanciais alterações que o progresso dos trabalhos de pesquisa e ensino andam a reclamar. Realmente, o artigo 65 dispõe que o “ensino na Universidade será distribuído em cátedras” e o parágrafo único do mesmo artigo acrescenta: “A enumeração das cátedras de cada Estabelecimento de ensino superior constará do Regulamento respectivo”. Parece-nos que a experiência de quase trinta anos de existência da Universidade de São Paulo justifica plenamente a instituição não de cátedras, mas de departamentos, como unidades básicas para o

desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa. (O ESTADO DE S. PAULO, 1962, p. 3, grifo nosso).

Após descrever em linhas gerais como seriam constituídos os departamentos, o texto aumentava o tom da crítica ao afirmar que o anteprojeto elaborado pelas comissões do Conselho Universitário “consagrou, infelizmente, uma organização inteiramente desatualizada ao fazer das cátedras a unidade básica do ensino superior” e alertava que seus redatores teriam, inclusive, admitido “implicitamente as desvantagens da organização por cátedras” na medida em que previam dispositivos atenuantes de seu poder, tais como a) a previsão no artigo 70 do referido anteprojeto, de extinção das cátedras presentes em mais de um instituto universitário de modo que viessem a tornar-se vagas, desde que houvesse, para tanto, anuência das congregações de cada estabelecimento e do Conselho Universitário, unificando a sua regência; b) a reunião de cátedras afins em um único departamento; c) a possibilidade de os alunos cursarem uma disciplina de uma cadeira de outro estabelecimento, desde que houvesse anuência do CTA e d) a possibilidade de uma mesma cadeira ou parte dela, sob a regência de um mesmo professor, ser comum a mais de um estabelecimento de ensino superior.

Concluindo sua avaliação, o articulista foi taxativo:

Seria aconselhável que o artigo 65 [do anteprojeto] tivesse a seguinte redação: O ensino na Universidade será organizado em Departamentos. Parágrafo Único: A enumeração dos Departamentos de cada unidade de ensino superior constará no Regulamento respectivo (O ESTADO DE S. PAULO, 1962, p. 3).

Os estatutos da USP aprovados em 1962 e consolidados no Decreto 40.346, de 07 de julho de 1962 não acolheram a proposta do jornal. O texto final daquele diploma legal manteve a convivência entre as cátedras e os departamentos e deslocou para a Congregação de cada unidade a tarefa de encontrar a fórmula singular que essa convivência deveria encontrar em seu domínio.

A carreira universitária não foi modificada em sua estrutura fundamental, que continuava sobre a égide da cátedra. O artigo 77 descrevia a composição do corpo docente em cinco categorias obrigatórias: instrutor, professor-assistente, professor de disciplina, professor associado e professor catedrático. O parágrafo único do mesmo artigo afirmava que além destes, poderiam fazer parte do corpo docente os instrutores voluntários, os professores colaboradores e os livres-docentes.

Manteve-se também a vitaliciedade e o formato já consagrado de concurso de provas e títulos para professor catedrático (artigo 78), com a possibilidade da extinção da cátedra por ocasião de sua vacância, a critério da Congregação (artigo 80). O pré-requisito da livre

docência para a inscrição no concurso de cátedra foi definitivamente consagrado (artigo 83), com a possibilidade de a Congregação julgar dispensável essa exigência quando, excepcionalmente, considerasse suficiente a atividade científica comprovada do candidato relativamente à área da cátedra em concurso.

Os estatutos também mantiveram os critérios de pré-requisito e de obrigatoriedade da realização regular (de cinco em cinco anos) dos concursos de livre docência (arts. 95 a 99). Também estabeleceram a obrigatoriedade de os professores-assistentes serem portadores de título de doutor ou de livre-docente (art. 105) e a prerrogativa do catedrático propor ao CTA a nomeação e exoneração de professores-assistentes (art. 109). Quanto aos instrutores, o pré-requisito inicial estabelecido era a conclusão de curso superior (artigo 106) e sua nomeação ou exoneração era prerrogativa do catedrático (art. 107). Caso o bacharel ou licenciado contratado como instrutor não comprovasse a aprovação em curso de pós-graduação no prazo máximo de quatro anos de sua contratação, ele seria automaticamente desligado (art. 108).

Os departamentos, bem menos citados, são apresentados nos estatutos de 1962 como constituídos de cátedras ou disciplinas autônomas, afins (art. 60), e como uma das modalidades organizativas cabíveis para adoção pelas distintas Congregações, visando a agregar suas cátedras ou disciplinas e realizar suas atividades de ensino e pesquisa (art. 61).

A reorganização realizada pela USP em 1962, a partir dos constrangimentos da LDB de 1961, indica, assim, de modo geral, uma resistência institucional em abandonar ou mitigar os efeitos da cátedra na estrutura de poder da Universidade. Importa compreender, a partir desta constatação, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras processou e respondeu a essa reorganização geral da Universidade.

2.2 A ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DA FFCL: O ANTEPROJETO DA COMISSÃO E A PROPOSTA FERRI

Uma vez sancionado o decreto que instituía os novos estatutos da USP de 1962, no dia 14 de agosto daquele ano, no expediente da sessão da congregação da FFCL, o diretor Mário Guimarães Ferri comunica que “de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, depois da aprovação dos Estatutos da Universidade, a Faculdade tem o prazo de seis meses para elaborar seu regulamento”. Além disso, o diretor também afirma que “para esse fim, já foi designada uma comissão integrada pelos professores Milton da Silva Rodrigues, Simão

Mathias, Antônio Cândido de Mello e Souza, Laerte Ramos de Carvalho, Otavio Ianni e Carlos Correa Mascaro” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 62). Esta comissão, presidida pelo primeiro integrante, teria de apresentar até meados de setembro um anteprojeto de regulamento.

O anteprojeto elaborado pela comissão deveria, antes de ser submetido à Congregação, receber a análise e o parecer do CTA. Na ata da reunião do dia 4 de outubro, presidindo reunião daquele Conselho, Mario Guimarães Ferri “diz que os conselheiros já devem ter recebido cópia do projeto do Regulamento da Faculdade, o qual será apreciado nas próximas reuniões do CTA” e propõe “que conste em ata um voto de agradecimento ao prof. Milton da Silva Rodrigues e aos demais membros da Comissão encarregada de elaborar o referido anteprojeto, pelo trabalho relevante prestado à Faculdade” (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 190).

Na semana seguinte, em reunião realizada no dia 11 de outubro, iniciar-se-iam as discussões do anteprojeto. Todavia, a ata registra a seguinte passagem:

O Sr. Presidente diz que havia convocado esta reunião para ser apreciado o anteprojeto do regulamento da Faculdade, mas como o Prof. Milton Rodrigues, presidente da Comissão designada para esse fim não se encontra presente, pergunta se o CTA concorda em discutir assunto. O CTA pronuncia-se favoravelmente, uma vez que a matéria seja apreciada apenas em suas linhas gerais (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 191).

Com esta deliberação tomada, Mario Guimarães Ferri introduz como participante da reunião um convidado não integrante do CTA:

O Sr. Presidente comunica que, por indicação do Prof. Milton Rodrigues, participará desta reunião o Prof. Roque Maciel de Barros, que colaborou na elaboração do anteprojeto em apreço e que poderá fornecer algum esclarecimento na ausência daquele professor (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 191).

Circunscrita esta primeira discussão do CTA apenas aos pontos mais gerais da proposta elaborada pela Comissão, registra-se na ata da reunião que

Tecem-se várias considerações, criticando, principalmente, a questão da organização dos departamentos que, da forma prevista, absorveriam as cátedras, tirando delas a sua autonomia, contrariando a própria Constituição que prevê a liberdade de cátedra e os próprios Estatutos da Universidade. Considera-se que os departamentos devem ser formados de acordo com as necessidades inerentes das próprias cadeiras, não havendo razão para uma associação rígida e obrigatória. São apresentadas várias sugestões pelos senhores conselheiros, com relação à matéria e, principalmente, quanto à organização dos departamentos de acordo com suas atribuições didáticas e administrativas (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 191).

Assumindo a defesa do anteprojeto elaborado pela comissão, Roque Spencer Maciel de Barros “manifestou-se defendendo os critérios adotados no anteprojeto em discussão, salientando que a intenção da comissão é pugnar pelas normas estabelecidas, mesmo que seja

necessário lutar para a modificação dos Estatutos da Universidade” (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 191).

Na intervenção de Maciel de Barros, nota-se claramente um alinhamento à posição expressa provavelmente por Laerte Ramos de Carvalho (integrante da comissão) no texto de maio de 1962, publicado em *Notas e Informações* do *O Estado de S. Paulo*, qual seja: uma crítica ao fato de os Estatutos da Universidade, ao acomodarem a permanência do regime de cátedras e reforçarem sua prevalência na organização da USP, estariam, no lugar de atender ao indicativo de reestruturação do ensino superior preconizado pela LDB, conservando as estruturas consideradas já obsoletas inerentes à cátedra.

O anteprojeto da comissão, de fato, preconizava que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo deveria ser organizada em departamentos, constituídos por cátedras ou disciplinas afins. Preconizava, ainda, que, uma vez em vacância, as cátedras seriam extintas. Além dessa previsão, o texto apresentado definia que os catedráticos estavam subordinados às decisões e encaminhamentos definidos nos conselhos departamentais, que passavam a funcionar como instâncias de deliberação acadêmica e administrativa no interior das seções. Por fim, vinculava a cada departamento uma dotação orçamentária própria e descrevia um conjunto de atribuições de caráter administrativo que o chefe do departamento deveria assumir para fazê-lo funcionar adequadamente.

Buscando apaziguar o clima tenso da primeira reunião, Ferri assevera que se tratava apenas de uma discussão preliminar, que deveria ser retomada e aprofundada nas próximas reuniões do CTA, com a presença do presidente da comissão que redigira o anteprojeto, Milton da Silva Rodrigues.

Na segunda reunião, realizada em 16 de outubro, Ferri comunicou, ainda no expediente que Milton da Silva Rodrigues lhe encaminhara uma carta “comunicando sua intenção de não comparecer às reuniões que forem [fossem] dedicadas à discussão do anteprojeto de regulamento a fim de dar maior liberdade para debates sobre o mesmo”. Também informou aos presentes que “da mesma forma que na reunião anterior, encontra[va]-se presente o professor Roque Spencer Maciel de Barros, no impedimento do professor Milton Rodrigues, com o fim de participar dos debates”.

Iniciada a discussão, Querino Ribeiro assumiu a palavra para alertar aos demais conselheiros que, em caso de rejeição da organização em departamentos conforme apresentara a comissão, seria “necessária uma revisão de todo o anteprojeto, pois esta é[era] a sua parte

essencial”. Roque Spencer Maciel de Barros “aduz que esta é [seria] a função precisa do CTA: oferecer um substitutivo ou dar um parecer sobre o referido anteprojeto”.

O incômodo instituto do departamento permaneceu mobilizando os ânimos da reunião. O confronto da lógica obrigatória que o anteprojeto traduzia com a lógica de sugestão estabelecida nos Estatutos da USP foi o eixo discursivo das argumentações dos conselheiros:

O Sr. Presidente lê vários artigos dos Estatutos da USP que dispõem sobre o assunto. O professor Cândido da Silva Dias diz que devemos elaborar um regulamento que se enquadre nos Estatutos da Universidade e que não vê possibilidade de os departamentos serem criados de acordo com as normas sugeridas no presente anteprojeto, com reunião compulsória de cadeiras, perdendo estas sua autonomia (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 192).

A fim de encaminhar a deliberação do colegiado, Ferri sinalizou que os presentes deveriam, inicialmente, decidir apenas se concordavam com a organização departamental compulsória – ainda que se pudesse prever outra distribuição dos departamentos – ou se desejariam uma organização departamental de caráter “mais plástico, permitindo que elas [as cadeiras] se reunissem de acordo com suas afinidades e interesses administrativos”. Submetida esta questão aos conselheiros, votaram contrariamente ao princípio da departamentalização compulsória Cruz Costa e Cândido da Silva Dias; votaram favoravelmente ao mesmo princípio: José Querino Ribeiro, Fuad Saad (representante discente), Luiz Amaral (representante discente). O conselheiro Rui Ribeiro Franco declarou abstenção. A pedido, registraram-se em ata duas manifestações:

[...] o Sr. Fuad Saad faz a seguinte declaração de voto: “a favor, pois são essas as aspirações dos estudantes no atual momento” [...] o Sr. Presidente pede que conste em ata o seguinte: “é contra a organização de departamentos, como instituída neste anteprojeto, na forma de reunião compulsória de cadeiras” (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 193).

Com a vitória do princípio da organização departamental do anteprojeto, Candido da Silva Dias propôs que o CTA não produzisse um parecer sobre os seus detalhes e que a peça fosse encaminhada à Congregação imediatamente. Submetida à votação dos conselheiros, esta proposta foi inicialmente aprovada. Finalizada a votação, Ferri solicitou a palavra para afirmar sua contrariedade à proposta, pois “a apreciação preliminar do CTA facilitaria o pronunciamento da Congregação”. Entretanto, como o CTA houvera decidido o encaminhamento do anteprojeto daquela maneira, o diretor da Faculdade afirmou que mandaria distribuir cópias aos professores da Congregação, tanto do anteprojeto quanto dos Estatutos da Universidade, para que todos analisassem e submetessem, por escrito, as propostas de emendas a fim de facilitar o trabalho de deliberação.

De fato, no dia 14 de novembro de 1962, a ata da reunião da Congregação registrou como quarto item da ordem do dia a discussão do anteprojeto de regulamento da Faculdade. Ferri, que presidia a reunião, apresentou aos membros da Congregação o histórico da discussão no CTA, frisando sua posição contrária ao encaminhamento da matéria à Congregação sem um parecer prévio de mérito daquele Conselho, e que tanto as cópias das atas do CTA que discutiram o anteprojeto quanto às sugestões, críticas e emendas encaminhadas pelos docentes das cadeiras de Zoologia, pelo professor Astrogildo de Mello e também suas ponderações pessoais quanto ao mérito do anteprojeto seriam distribuídas a todos antes que se iniciassem os debates.

Justificando a importância da matéria e o prazo disponível para sua deliberação, Ferri propôs aos presentes, na sequência, que a Congregação pudesse ser considerada em convocação permanente, reunindo-se uma vez por semana. A proposta foi aceita.

Integrante da comissão que elaborou o anteprojeto, Laerte Ramos de Carvalho tomou a palavra para afirmar que “os debates deveriam ser orientados de forma a abreviar as discussões” e, ainda, que a comissão havia trabalhado longamente, e que apesar das várias objeções levantadas, “o seu propósito foi apresentar algo que representasse um programa da nossa organização, como também dar um regime mais plástico ao regulamento dentro das limitações do Estatuto”. Afirmou, ainda, que “quando a comissão optou pela organização dos departamentos, não desprezou o aspecto humano, isto é, não quis dar caráter compulsório à organização destes”. Acrescenta, por fim, que ouviria as opiniões dos colegas e que depois procuraria fazer a defesa do projeto original (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 88).

A fim de contrapor o relato de Ferri, Roque Spencer Maciel de Barros também solicitou a palavra para afirmar que na ocasião das discussões no CTA “não afirmara que a organização em departamentos era compulsória. Disse[ra] que o anteprojeto apresentava uma tentativa, um ponto de partida, podendo as cadeiras reunir-se de acordo com orientações estabelecidas”. Frente a essa ponderação, Ferri responde que “o assunto fora interpretado pelo CTA daquela forma e assim foi submetido à [sic] votos” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 88-9).

Eurípedes Simões de Paula, por sua vez, explicitou que, na condição de representante da Congregação da FFCL junto ao Conselho Universitário e, portanto, tendo a obrigação de defender o projeto do regulamento naquela instância, não se havia convencido de que era aquela a melhor redação e que seria “portanto, difícil, a sua defesa junto àquele órgão, não

vendo possibilidade de ser aprovado, pois [o anteprojeto] contrariava, em muitas partes, os Estatutos da Universidade que por ele fora [antes] defendido”.

A ata da reunião ainda apresentou a avaliação inicial de Eduardo França que

Com a palavra, diz que leu o anteprojeto e cumprimenta a comissão que o elaborou. É um conjunto harmonioso, contém inovações e apresenta uma tentativa de sistematização, principalmente das partes de estrutura. Admira o trabalho, mas não concorda com o sistema. O trabalho é bem realizado e não apresenta desarmonias internas, entretanto, se aceitasse o ponto de partida seria levado a [sic] aceitação do todo. Infelizmente, não concorda com esse primeiro. A organização dos departamentos é compulsória no texto. São perigosas as ampliações previstas. Considera, ainda, que no regime atual, os departamentos que funcionam bem são aqueles que se organizaram em torno de uma cadeira e de um catedrático. Esta experiência nos obriga a uma reflexão especialíssima (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 88).

Neste momento, Laerte Ramos de Carvalho argumentou que “o departamento deve ser a expressão de uma equipe de trabalho”. Ao que respondeu Eduardo França, afirmando que

As cátedras têm sido responsabilizadas por coisas que acontecem não por culpa destas, mas do ensino. O símbolo desta Faculdade é a Cátedra e acrescenta que, a seu ver, parece que não estamos acertando com a minimização do professor. Não devemos proceder à discriminação das atividades em corpos coletivos. A cátedra deve ser mantida como unidade básica de trabalho e caberá aos catedráticos corrigir seus defeitos ao invés de diluí-la numa organização departamental [...]

O professor Eduardo França retoma a palavra considerando, ainda, que observa um equívoco: muda-se o rótulo, mas o conteúdo é o mesmo. Tira-se do catedrático a sua autonomia e cria-se a figura do diretor de departamento. A orientação dada ao departamento será modificada cada vez que mudar o seu diretor. Poderá, desta forma, criar uma escola, formar discípulos? O ideal do catedrático é ter condições para a realização dessas finalidades, o que não acontece com a diluição das cátedras nos departamentos. A departamentação põe em risco a própria unidade da escola. As atribuições dadas aos departamentos, inclusive nas questões orçamentárias, transformarão estes, em pouco tempo, em pequenas faculdades (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 89).

Laerte Ramos de Carvalho assumiu a palavra, na sequência, para defender a ideia – constante no anteprojeto – de garantir aos departamentos dotação própria, ainda que respeitada uma administração central. Eduardo França o contrapõe, afirmando que “essas modificações poderão [poderiam] gerar uma forma administrativa incontrolável [...] Devemos evitar o ilhamento que criará [criaria] uma situação difícil para a administração da Faculdade”. Afirmou, ainda, que “a Congregação, atualmente, não funciona como se desejaria por ser números e, de acordo com o anteprojeto, ficaria ainda maior”, que, no texto elaborado pela comissão “os departamentos funcionarão como mais uma etapa burocrática, atividade que não lhes deve caber” e que “devemos facilitar o trabalho para favorecer as atividades didáticas e de pesquisa” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 89).

Na sequência, após alguns debates em que tomaram a palavra outros docentes, a ata registra a intervenção de Paulo Sawaya

fazendo considerações em torno do anteprojeto e dizendo que, a seu ver, estamos inovando. Cadeiras e departamentos existem em outros países e todos têm as mesmas dificuldades. Não vê com a supressão da cátedra a supressão de certos professores, pois o departamento não elimina os catedráticos. Faz considerações em torno da forma dos departamentos, opinando que estes devem funcionar só na parte didática e oferecendo o que estiver de acordo com seus recursos. Que devemos chegar a um acordo nessa parte didática, como também um acordo espontâneo entre os professores para que possam ser estipulados os trabalhos e pesquisas que serão feitos e abrir possibilidades para a colaboração de outros professores (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 90).

Identificando a conjuntura desfavorável e a rejeição ao anteprojeto expressa nos comentários dos demais docentes, Laerte Ramos de Carvalho tomou a palavra para propor um regramento do debate:

Proponho que as discussões sobre o anteprojeto de regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras obedeam às seguintes normas: 1. Que seja estabelecido um prazo aos membros da Congregação para que apresentem emendas ao referido anteprojeto; 2. Que estas emendas sejam encaminhadas, seja à atual comissão de Regulamento, seja à outra comissão constituída pela Congregação, a fim de que recebam parecer; 3. Que as discussões da Congregação se façam em torno dos artigos do anteprojeto e das emendas; sendo considerados aprovados os artigos que, não sofrendo emendas, não fiquem em contradição com outros artigos emendados; 4. Que as emendas sejam comunicadas aos membros da Congregação (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 90).

Crodowaldo Pavan argumentou que a proposta de Laerte Ramos de Carvalho tolheria o debate e que seria “premature o caminho proposto”, sugerindo que o anteprojeto ainda fosse discutido livremente, a fim de “formar uma consciência geral, pois há uma conceituação diferente entre os senhores professores com referência à matéria”. Apesar desta ponderação e de outras no mesmo sentido, a proposta de Laerte Ramos de Carvalho é posta em votação e aprovada.

Tendo em vista que Milton Rodrigues encontrava-se afastado da Faculdade, Ferri propôs que Simão Mathias passasse a presidir a comissão de elaboração (e, agora, revisão) do anteprojeto de regulamento. Também propôs que Roque Spencer Maciel de Barros passasse a fazer parte da comissão oficialmente, “tendo em vista sua valiosa contribuição a [sic] formulação do anteprojeto em discussão”.

A ata também registra a solicitação, feita por Roque Spencer Maciel de Barros, para que “os professores Antônio de Cândido Mello e Souza e Carlos Corrêa Mascaro, membros da comissão de Regulamento, sejam convocados para todas as reuniões da comissão ou da Congregação em que seja debatido o anteprojeto de regulamento”. Essa solicitação parece indicar que, durante a elaboração do anteprojeto, esses dois professores não participaram de maneira tão efetiva quanto os demais.

No dia 23 de novembro de 1962 ocorreu a segunda reunião destinada à discussão do anteprojeto de regulamento. Inicialmente, Julio Garcia Morejon retomou a questão dos departamentos, afirmando que a proposta deveria ser bem ponderada, pois, uma vez aprovado o modelo, um terço dos professores seria chefe de departamento, ocasionando, portanto, um desvio de suas atividades didáticas. Nesse sentido, o professor recebeu o apoio expresso de Josué Camargo. Em seguida, Egon Shaden teceu considerações em torno da vantagem dos departamentos na coordenação de cursos da faculdade, pois “muitas vezes os cursos que são ministrados em mais de uma seção, não estão bem entrosados”. Roque Spencer Maciel de Barros asseverou que, de fato, essa foi uma preocupação do anteprojeto “e cita o item 207 do capítulo 2, acrescentando que haverá sempre um departamento responsável por um curso” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 91-2).

Adiante, a ata registra nova ponderação de Julio Morejon, em que o professor assinalava a necessidade de se definir, no anteprojeto, o número de departamentos “sem o que as discussões seriam inócuas”. Afirmava, ainda que “o *departamento* de Letras já vinha estudando há algum tempo a sua divisão em três departamentos: um de letras clássicas, um de letras vernáculas e outro de letras modernas”.

Após algumas discussões em torno da necessidade e oportunidade de definir-se, naquele momento, o número de departamentos, a ata da reunião registra a posição de Mário Guimaraes Ferri, segundo a qual

a Faculdade, de acordo com o Conselho Federal de Educação e os Estatutos da Universidade, deve organizar-se em departamentos. Deverá, portanto, ser resolvido o que se entende por departamentos e quais poderão ser formados pela reunião de cátedras afins, pela reunião de cátedras e disciplinas e, ainda, uma terceira hipótese, reunião apenas de disciplinas autônomas afins (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 92).

Na sequência, Florestan Fernandes advertiu que haveria algum espaço legal para a defesa da continuidade da cátedra, mas que, em sua opinião, elas deviam ser suprimidas a fim de que não permanecessem na organização departamental. Também afirmou que “o obstáculo não estaria nas limitações dos departamentos, mas em se saber qual filosofia de trabalho seria adotada”. No final de sua intervenção, o sociólogo conclamou a Congregação a definir, de maneira objetiva, se preferiria adotar a organização por departamentos ou se continuaria com as cátedras. Este chamado foi apoiado por Laerte Ramos de Carvalho, que afirmou que “resolvido este problema [departamento ou cátedra], poder-se-ia partir para a discussão de outras questões para o aprimoramento do anteprojeto”.

A partir deste momento, a reunião foi tomada por um conjunto de posicionamentos dos professores favoráveis à manutenção da cátedra ou que enxergavam na solução departamental um aviltamento aos direitos dos catedráticos já titulares, em contraposição aos professores que traziam à tona os benefícios do novo modelo.

Após esse momento, Paulo Sawaya assumiu a palavra para dizer que estava “satisfeito em ver que todos se preocupam com o problema”. E, denotando sua posição favorável à mudança, exclamou: “Renovamos ou desaparecemos!”. Seguiu sua intervenção considerando a complexidade da solução departamental, mas que “o departamento traz deveres e direitos e, para sua organização, deverá [deveria] haver uma renúncia de privilégios em benefício de todos e harmonia na sua organização” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 92-3).

Considerando a intervenção de Sawaya como uma síntese favorável ao princípio departamental, a reunião da Congregação deslocou suas discussões para a questão da enumeração dos departamentos. A esse respeito, Laerte Ramos de Carvalho assinalou que a Congregação deveria discutir e decidir como desejava compor em quantidade e diversidade os departamentos e informar à comissão responsável pela redação do regulamento, a fim de que se levassem em conta as especificidades de cada seção.

Morejon foi o primeiro a apresentar uma proposta de enumeração dos departamentos. Embora não haja, na ata ou em outros documentos disponíveis nos arquivos consultados na Faculdade de Filosofia um registro desta divisão, é possível identificar que a Congregação a rejeitou.

Mario Schenberg [...] acha que a proposta do professor Morejon contém um número muito grande de departamentos, julgando ser necessário evitar-se a diversificação. Para tanto, é de opinião que hajam [sic] departamentos grandes constituídos por várias divisões ou seções, cada uma com larga autonomia de pesquisa e administração, fixada caso a caso pelo regulamento do departamento. Seguem-se debates em torno desta proposta, sendo sugerido que o Prof. Schenberg a apresente por escrito, a fim de ser encaminhada à comissão para parecer (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 97).

Durante a reunião, além de Morejon e Mário Schenberg, quatro outros docentes apresentaram propostas distintas para a organização dos departamentos: Domingos Valente, Aroldo de Azevedo, Anita Cabral, Omar Catunda e o diretor da Faculdade, Mário Guimarães Ferri.

Todas as propostas foram apresentadas por escrito para que fossem encaminhadas diretamente à comissão, fossem analisadas e recebessem um parecer. Entretanto, o diretor Ferri, entregando a presidência da sessão para o professor Cândido Lima da Silva Dias,

solicita a palavra para afirmar que “como diretor da Faculdade, testemunhou que é extremamente difícil dirigir uma Faculdade como a nossa com o seu desenvolvimento e complexidade”. E que “é de opinião que devemos evoluir para um sistema diferente do adotado atualmente, mas, sem que seja quebrada a unidade da faculdade”. Após essas ponderações, inicia a leitura de sua proposta de organização departamental:

1. Que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se organize em Departamentos; 2. Que os Departamentos se formem: a) pela reunião de duas ou mais cadeiras afins; b) pela reunião de uma ou mais cadeiras com uma ou mais disciplinas autônomas afins; c) pela reunião de duas ou mais disciplinas autônomas afins; 3. Que os Departamentos sejam considerados como os órgãos responsáveis pelas atividades de ensino e pesquisa em setores definidos e delimitados do saber; 4. Que os departamentos não tenham senão um mínimo de atividades burocráticas que deverão ser realizadas pelas seções administrativas da Faculdade; 5. Que cada departamento seja administrado por um diretor (órgão executivo) e por um conselho departamental (órgão deliberativo); 6. Que os departamentos se reúnam para fins de coordenação do ensino, em divisões que abranjam áreas maiores do saber e, por isso mesmo, reúnam grupos de afinidades menores; 7. Que não haja subordinação administrativa dos departamentos às divisões e que para fins administrativos, os departamentos continuem subordinados diretamente aos órgãos diretivos da Faculdade; 8. Que cada divisão tenha um coordenador eleito por todos os componentes dos conselhos de departamentos que a congregam; 9. Que os coordenadores das divisões e mais dois representantes do corpo docente componham o Conselho Departamental, que assumirá as atribuições do atual CTA; 10. Que as divisões se reúnam em câmaras, que distribuirão entre si funções da atual Congregação, de acordo com suas especialidades, exceto aquelas indicadas como privativas da Congregação nos Estatutos da Universidade de São Paulo; 11. Que a Congregação da Faculdade de Filosofia preserve apenas as atribuições de interesse geral a todos os setores da Faculdade (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro V, fls. 98-9).

Domingos Valente, Aroldo de Azevedo, Mario Schenberg, Anita Cabral e Omar Catunda, em sequência, solicitaram a palavra para declarar que abriam mão de suas propostas em favor da proposta de Ferri. Após as ponderações dos presentes, a Congregação tomou conhecimento do quadro explicativo da distribuição departamental (Figura 7) que compunha o modelo de organização para a Faculdade elaborado pelo diretor, documento que se tornará base para a discussão da composição dos departamentos a partir daquele momento.

Figura 7 Organograma da Distribuição departamental

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

2.3 AS EMENDAS À PROPOSTA FERRI E A CONSTRUÇÃO DA VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO DA FFCL

Após a leitura e discussão da proposta de Ferri, diferentes professores manifestaram o desejo de votar a aceitação ou rejeição do modelo apresentado. Crodowaldo Pavan, entretanto, assinalou que, mesmo concordando com a divisão apresentada pelo diretor e com os princípios gerais que ela traduzia, não enxergava a oportunidade adequada de sua votação por haver ainda pontos não definidos pela Congregação. Ferri, por sua vez, sinalizou que também não era favorável à votação sobre aceitação ou rejeição de sua proposta, pois considerava que a comissão deveria, preliminarmente, emitir parecer a ser apreciado pela Congregação.

Tendo assumido novamente a presidência da sessão, Ferri submeteu à congregação a deliberação sobre o encaminhamento de sua proposta à Comissão, para que aquele colegiado emitisse seu parecer e, em sequência, este parecer fosse apreciado, já na próxima sessão, pela Congregação. Josué Mendes propôs, entretanto, que houvesse um tempo maior para que fossem apresentadas emendas ou sugestões. A Congregação decidiu que não haveria tempo hábil para cumprir os prazos legais de elaboração do regulamento caso fosse concedida maior dilatação do tempo.

Anita Cabral e Arrigo Angelini submeteram, pouco antes do final da reunião, uma proposta comum na qual sugeriam que fosse criada, apartada da divisão de Filosofia, uma divisão de Ciências Psicológicas, congregando as cadeiras de Psicologia e Psicologia Educacional. Roque Spencer Maciel de Barros submeteu uma segunda proposta, de que se garantisse, no Conselho Departamental, a participação de dois representantes dos professores-assistentes. Ambas as propostas foram acolhidas para encaminhamento à Comissão.

No dia 5 de dezembro de 1962, a Congregação da FFCL tomou conhecimento do parecer elaborado pela comissão composta por Laerte Ramos de Carvalho, Simão Mathias, Roque Spencer Maciel de Barros e Carlos Corrêa Mascaro. No documento não constam referências à participação de Antônio Cândido de Mello e Souza e de Rui Franco. Assim, é plausível considerar que a análise da proposta de Ferri fora conduzida apenas pelos três docentes da Seção de Pedagogia e pelo catedrático de Química.

O parecer da comissão é dividido em duas partes: na primeira, são analisados os itens 1 a 11, e na segunda parte é analisada a proposta de divisão da Faculdade em Câmaras, Divisões e Departamentos.

Inicialmente, a comissão, “depois de cuidadosa discussão da proposta do Prof. Mario Guimarães Ferri, bem como das emendas aditivas à mesma proposta, apresentadas pelos Professores Mario Guimarães Ferri, Arrigo L. Angelini e Roque Spencer Maciel de Barros”, recomendava, em seu relatório, a aprovação da matéria. Entretanto, apresentava algumas ressalvas quanto aos itens 1 a 11 (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 100).

No item 2 da proposta original, em que estavam descritas as formas de composição dos departamentos, a comissão recomendou que se incluísse a palavra “atuais” antes da menção às cadeiras, a fim de “resguardar o próprio conceito de departamento como verdadeira nova unidade de ensino e de pesquisa [pois] uma vez composto o departamento, seus docentes passariam a ser do departamento e não das cadeiras (que não mais existiriam)” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 101).

No item 4, que tratava das funções burocráticas dos departamentos, a comissão sugeriu que fosse ressaltada a autonomia financeira dessas novas unidades, capaz, em sua avaliação, de evitar entraves burocráticos. “Os departamentos teriam anualmente dotações globais, orçamento próprio, prestando, no fim de cada exercício, contas de sua execução ao diretor da faculdade” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 101-2).

No item 7, a comissão divergiu de Ferri, propondo que as divisões fossem instâncias de administração da faculdade, localizadas entre o departamento e a Congregação. Para isso, recomendava, inclusive, a criação de secretarias de divisão, em sua visão “essenciais, em virtude da diversificação dos currículos introduzida pela LDB, diversificação esta que exigirá[ia] pessoal especializado e estreitamente ligado aos problemas dos diferentes cursos”. Advogava, ainda, que “a variedade dos critérios de promoção, os problemas de adaptação curricular criados pelas transferências, os diferentes tipos de currículo que poderão existir em cada curso, tudo está[ria] a recomendar uma descentralização dos trabalhos de secretaria” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 102).

Na segunda parte – que se refere ao quadro de distribuição dos departamentos, divisões e câmaras – a comissão recomendou a aprovação, em princípio, da forma adotada para as Câmaras e para as Divisões, mas entendeu que “a proposta quis apenas dar um exemplo, sem insistir na existência específica de tais e tais departamentos”. Assinalou a comissão, ainda, que os departamentos propostos no quadro pareciam atender aos interesses do ensino, mas que, no caso, por exemplo, da proposta feita para a Divisão de Educação “os próprios professores dela (o que nos leva a afirmá-lo é o fato de três deles fazerem parte desta comissão) desejam[va] a existência de um único departamento”.

Ainda sobre a divisão dos departamentos, a comissão avaliou improcedente a criação de uma Divisão de Artes, apresentada como uma das emendas aditivas de Ferri. Para a comissão, era procedente a criação de um departamento de Artes, mas acomodado na Divisão de Letras. Orientou a comissão, ainda que quanto a possível forma de organização deste departamento [de Artes], a “Congregação se dirigisse “ao departamento de Letras, em especial ao Prof. Antônio Cândido de Mello e Souza, membro desta comissão e infelizmente impossibilitado de comparecer à reunião que elaborou este parecer” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 102).

A comissão declarou, por fim, em seu parecer, que a Congregação deveria acolher a emenda proposta por Arrigo Angelini e Anita de Castilho e Marcondes Cabral de criar-se uma Divisão de Ciências Psicológicas, com um departamento de Psicologia composto pelas cadeiras existentes de Psicologia e Psicologia Educacional.

A proposta de Roque Spencer Maciel de Barros, de incluir representação dos professores assistentes nos conselhos departamentais, foi acolhida no parecer da comissão, com voto contrário de Carlos Corrêa Mascaro, que alegou fundamentar sua discordância no fato de “a nova estrutura prevista basear-se num processo de maior integração entre os elementos participantes dos departamentos, não sendo lícito pensarmos [...] em representação de grupos parciais de docentes escalonados hierarquicamente”.

Na leitura e análise do parecer da comissão, a Congregação da FFCL apresentou, de maneira geral, oposição à ideia da autonomia financeira dos departamentos e à proposta da criação de secretarias de divisão – pontos que destoavam da proposta original de Ferri – apresentando como argumentos a excessiva burocratização das decisões que tal desenho poderia engendrar.

Também houve debate quanto à substituição do CTA pelo Conselho Departamental composto por membros indicados pelos departamentos. Pela rejeição à essa proposta, manifestou-se Eduardo França:

[...] pois o CTA, órgão que tem funcionado satisfatoriamente, trabalha pensando na Faculdade como Unidade. Mudando sua composição, seus membros, serão delegados dos departamentos. Estes membros não mais pensarão no conjunto, mas no departamento que representam. Manifesto minha posição favorável à composição do CTA [ou Conselho Departamental] por membros indicados pela Congregação (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 102-3).

Pela aceitação do novo modelo, manifestou-se Crodowaldo Pavan, afirmando ser o CTA, nos moldes em que vinha funcionando, um órgão que não contava com representantes

de todos os departamentos. Estes representantes, reunidos, defenderiam os interesses da Faculdade como um todo, de maneira a não privilegiar nenhuma das divisões.

Na sequência, a Congregação decidiu iniciar a votação da proposta de Ferri, a partir do parecer da Comissão. Sem maiores alterações, os itens 1 a 3 da proposta foram aprovados neste dia enquanto os demais – bem como o quadro de distribuição dos departamentos – passaram a constar da pauta da próxima sessão.

Antes do final da reunião, os professores da seção de Letras (em proposta coletiva) e, individualmente, os professores Paschoal Senise, Domingos Valentim, Mario Schenberg e Aroldo de Azevedo apresentaram à Congregação emendas referentes à organização das câmaras, divisões e departamentos da proposta de Ferri. A Congregação decidiu encaminhar as emendas dos professores à comissão para análise e solicitou a apresentação de parecer daquele colegiado com brevidade.

A reunião realizada em 11 de dezembro foi destinada à análise dos demais itens da primeira parte da proposta de Ferri e à análise das propostas alternativas, apresentadas em forma de emendas, para a distribuição das Câmaras, Divisões de Departamentos da Faculdade de Filosofia. Quanto aos itens 4 a 11, a Congregação rejeitou, inicialmente, as alterações feitas pela comissão que conferiam maior autonomia financeira aos departamentos e criavam secretarias de divisão. O encaminhamento deliberado pelo colegiado foi o deslocamento dessa discussão para um momento posterior à elaboração do regulamento da faculdade e que fosse mantida a forma já consagrada de destinação de recursos para os departamentos e o modelo centralizado de administração das questões de ordem burocrática da Escola. À exceção deste ponto, os demais itens sugeridos pela comissão em seu parecer foram acolhidos pela Congregação e a proposta de Ferri foi globalmente validada.

No que se refere às propostas alternativas de organização das Câmaras, Divisões e Departamentos, a comissão, em seu parecer, informa que decidiu não examinar a proposta de Mário Schenberg, “por considerar que esta foi prejudicada em virtude de votações anteriores” e que “efetivamente, o professor Schenberg propusera um tipo de organização departamental que o próprio critério de composição dos departamentos sugerido na proposta Ferri já aprovada exclui da deliberação da colenda Congregação” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 103).

Quanto à proposta de Senise, afirma o parecer não se tratar de uma alteração na composição das câmaras, divisões e departamentos, mas da organização do conselho

departamental. Em resumo, Senise propusera que o Conselho Departamental fosse composto por seis membros efetivos e seis suplentes, eleitos pela Congregação, com mandato de três anos, além de dois representantes do corpo discente. A eleição dos membros deveria garantir que o total de membros (doze, entre titulares e suplentes) representasse todas as divisões da faculdade. Para garantir que houvesse, de fato, essa representação, “cada suplente, além de substituir o respectivo titular em seus impedimentos, poderia ser convocado sempre que a sua convocação fosse julgada conveniente”, especialmente quando a temática discutida no Conselho Departamental fosse referente à sua Divisão. A comissão manifestou-se favorável à alteração proposta por Senise e recomendou que o regimento interno da Congregação definisse com clareza os critérios da representação das divisões. Quanto à proposta de Domingos Valentim, a comissão entendeu que ela se referia apenas à lista de departamentos, sem cuidar das divisões e das câmaras e que as alterações em relação à lista original da proposta de Ferri eram muito pequenas, razão pela qual resolvera a comissão não a analisar em particular.

Quanto à proposta dos professores de Letras, a comissão decidiu acolher a criação de duas divisões: a divisão de Letras Clássicas e Vernáculas e a divisão de Letras Modernas, bem como a vinculação do Departamento de Artes a esta última. Por fim, a comissão acolheu plenamente as propostas da emenda de Aroldo de Azevedo e propôs para a deliberação da Congregação uma segunda proposta de organização da Faculdade (Figura 8):

Figura 8. Organograma da nova proposta de Organização da Faculdade

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

Quanto à composição do Conselho Departamental, para atender à proposta aprovada de representação das divisões a comissão propôs que fossem formados seis grupos de divisão e que cada grupo tivesse direito a um titular e um suplente. Os grupos propostos foram os seguintes:

- a) Grupo I: Divisão de Filosofia e Divisão de Educação
- b) Grupo II: Divisão de Ciências Sociais e Divisão de História e Geografia
- c) Grupo III: Divisão de Letras Clássicas e Vernáculas e Divisão de Letras Modernas e Artes
- d) Grupo IV: Divisão de Ciências Físicas e Ciências Químicas
- e) Grupo V: Divisão de Ciências Geológicas e Ciências Biológicas
- f) Grupo VI: Divisão de Ciências Matemáticas e Psicologia

A comissão justificou que “o último grupo talvez não tenha a composição lógica ideal, mas, tratando-se apenas de critérios para a eleição de membros para o CD [Conselho Departamental], não apresenta desvantagem real”.

Após a leitura da proposta final da comissão, Querino Ribeiro sugeriu que em vez de os grupos indicarem um titular e um suplente, o Conselho fosse formado por doze representantes, sendo um de cada divisão. Opuseram-se a essa proposta Laerte Ramos de Carvalho, Crodowaldo Pavan e Mário Ferri, justificando que a ampliação do número de membros no Conselho Departamental geraria transtornos à sua operação, considerando que ele seria o substituto do CTA. Os três professores defenderam a ideia original de Senise, que sugeria a composição de seis titulares e seis suplentes. A proposta de Senise foi mantida pela Congregação, com voto contrário de seis integrantes.

Na reunião do dia 17 de dezembro, Aroldo de Azevedo submeteu à Congregação uma proposta para a criação de mais uma câmara, intitulada de Ciências Naturais. Desta forma, as divisões de Ciências Geológicas e Ciências Biológicas (antes parte da Câmara de Ciências Físicas e Matemáticas) foram redistribuídas nesta Câmara.

Durante toda a discussão que envolveu as deliberações sobre as divisões e câmaras, os departamentos foram tratados como sugestões. Na reunião de 21 de dezembro, a Congregação deliberou que na próxima reunião seriam discutidos se os departamentos listados até então seriam mantidos ou se haveria alguma alteração. Assim, no dia 27 de dezembro, a Congregação, após discutir um a um os departamentos propostos, decidiu excluir apenas dois

departamentos: Astronomia e Psicologia do Desenvolvimento. Todos os demais departamentos listados anteriormente foram mantidos.

Finalizado o debate, a fim de tornar mais clara a função do Conselho Departamental, Senise propôs que ele passasse a ser denominado Conselho Interdepartamental. Em 7 de fevereiro de 1963, a reunião da Congregação aprovou o texto final do regulamento a ser encaminhado ao Conselho Universitário. Neste documento, são mantidas as cinco câmaras descritas na proposta de dezembro (Filosofia e Educação, Ciências Humanas, Ciências Físicas e Matemáticas, Ciências Naturais e Letras). Os vinte e oito departamentos também são mantidos, com a alteração do nome do departamento de Psicologia Social e Diferencial para Psicologia Experimental e Social.

Na versão final do regulamento também constavam definidas as disciplinas que seriam ministradas sob a égide de cada Departamento. No caso do Departamento de Educação, a ata registra a proposta inicial dos professores da Seção de Pedagogia e Didática:

Quadro 3. Proposta inicial dos professores da Seção de Pedagogia e Didática

Disciplinas do Departamento de Educação	
1. Filosofia da Educação	11. Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica
2. História da Educação	12. Currículos e Programas
3. Administração Escolar	13. Higiene Escolar
4. Didática Geral	14. Estatística Aplicada à Educação
5. Orientação Educacional	15. Assistência Social
6. Sociologia da Educação	16. Técnicas de Planejamento Educacional
7. Educação Comparada	17. Didática Especial de Letras
8. Técnicas Audiovisuais em Educação	18. Didática Especial de Ciências Experimentais
9. Teoria e Prática da Escola Média	19. Didática Especial das Ciências Humanas e Sociais e da Filosofia
10. Teoria e Prática da Escola Primária	20. Didática Especial da Matemática.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

Após a aprovação deste rol de disciplinas, Roque Spencer Maciel de Barros e José Querino Ribeiro apresentaram uma emenda, propondo uma organização mais enxuta, com dez disciplinas:

1. Filosofia da Educação
2. História da Educação
3. Administração Escolar
4. Didática Geral
5. Didática Especial
6. Orientação Educacional
7. Educação Comparada
8. Métodos e Técnicas de Ensino e de Pesquisa Pedagógica
9. Estatística Aplicada à Educação
10. Assistência Escolar e Higiene Educacional

Roque Spencer ainda propôs que fosse mantida no Departamento de Ciências Sociais (ao qual havia sido submetida a Cadeira de Sociologia II) a disciplina de Sociologia da Educação.

Importa assinalar que neste rol, inicialmente aprovado pela Congregação, as disciplinas da antiga cadeira de Psicologia Educacional não são incluídas. A Congregação discutiu separadamente as disciplinas desta cadeira, com a criação do Departamento de Psicologia Educacional, a partir da intervenção de Arrigo Angelini (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 137):

Em discussão, a proposta do professor Arrigo Angelini, na qual menciona as disciplinas que deverão constar do regulamento. Usam da palavra o Sr. Presidente, fazendo considerações quanto à disciplina “Psicologia das Matérias Escolares” e os professores Domingos Valentim e Anita Cabral com referência [sic] à disciplina denominada “Testes e Medidas em Educação. Após essas considerações é submetido a votos o seguinte:

1. Psicologia do Desenvolvimento
2. Psicologia da Aprendizagem
3. Psicologia do Ensino das Matérias Escolares
4. Psicologia do Excepcional
5. História da Psicologia Educacional
6. Psicometria
7. Psicologia da Personalidade.

Com a finalização da proposta de regulamento da FFCL no ano de 1963, desconstruiu-se a separação formal entre as seções de Pedagogia e Didática. Elas foram unificadas em um único departamento (o Departamento de Educação). Também se formalizou a separação entre a cadeira de Psicologia Educacional e a antiga seção de Pedagogia. Arrigo Angelini e seus

antigos assistentes passaram a compor um departamento próprio (o Departamento de Psicologia Educacional), estruturado dentro da Divisão de Psicologia.

Também foi confirmada a lógica segundo a qual a disciplina de Sociologia da Educação deveria ser ofertada pelo Departamento de Sociologia e, que não haveria oportunidade ou necessidade de criar ou incluir esta como uma disciplina do departamento de Educação (Figura 9). Lógica distinta, entretanto, foi adotada no caso de Estatística. Para esta última, em lugar de vincular-se ao Departamento de Estatística, da Divisão de Ciências Matemáticas, a solução adotada foi criar, dentro do Departamento de Educação, uma disciplina específica de Estatística Aplicada à Educação (Figura 10).

Figura 9 Organograma das disciplinas do Departamento de Educação

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

Figura 10 Organograma das disciplinas dos outros Departamentos

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

No dia 19 de fevereiro de 1963, no expediente da sessão da Congregação da FFCL, o diretor Mário Guimarães Ferri apresentou aos demais docentes um comunicado, concluindo o processo de elaboração do regulamento interno, que, entre outras redefinições de estrutura, propunha a departamentalização da Escola:

Senhores membros da Congregação. Desejo, nesta oportunidade, comunicar-lhes que tive o prazer de encaminhar para providências devidas, ao Magnífico Reitor, o novo Regulamento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Congratulo-me com os membros da Congregação por termos concluído praticamente no prazo estipulado a elaboração final do referido documento que, certamente, marcará uma época na história da nossa Faculdade. Aproveito o ensejo para agradecer a colaboração de todos: membros docentes e discentes da Congregação, Secretário e funcionários administrativos, bem como todos que, direta ou indiretamente, prestaram qualquer colaboração. É de justiça pôr em destaque o relevante serviço prestado pela comissão que se encarregou do preparo do anteprojeto, da elaboração de parecer às emendas propostas e da redação final do Regulamento: professores Antônio Cândido de Mello e Souza, Carlos Correa Mascaro, Laerte Ramos de Carvalho, Milton da Silva Rodrigues, Paschoal Ernesto Senise, Simão Mathias e Roque Spencer Maciel de Barros (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 170).

Na sequência, o diretor também anunciou que não seria capaz de defender uma parte das deliberações da Congregação que constavam do documento final:

É meu dever, nesta oportunidade, lembrar à Congregação que há alguns itens que foram aprovados contra o meu voto: Artigo 9º e Artigo 21º. Isso não tem a menor importância, pois, num sistema democrático de relações humanas, o que importa é o voto da maioria que deve ser, de qualquer forma, prestigiado. Há, todavia, um ponto que desejo esclarecer: como membro do Conselho Universitário, terei de debater e defender o Regulamento proposto pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Não me sinto capaz de defender os pontos em que fui vencido sem ser convencido. Assim, desejo tornar bem claro que não poderei fazer, no Conselho Universitário, defesa desses pontos. Por esse motivo, peço à Congregação que me libere deste encargo (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 170).

Mário de Souza Lima, em sequência, defendeu que tal liberação era justa e Querino Ribeiro o acompanhou, afirmando que nada impediria o diretor de expor os argumentos apresentados por ele mesmo durante as discussões.

O primeiro ponto de divergência entre a posição de Ferri e o Regulamento construído pela Congregação referia-se à autonomia financeira dos departamentos. O texto final aprovado foi o seguinte:

Art. 9º - Os Departamentos terão autonomia financeira, com orçamento próprio, elaborado pelo respectivo Conselho de Departamento, dentro das verbas que lhe forem atribuídas pelo Conselho Departamental.
 § 1º - Os Departamentos deverão prestar contas da execução de seu orçamento ao Diretor da Faculdade, no fim de cada exercício.
 § 2º - As seções de Compras e de Contabilidade da FFCL estabelecerão as normas gerais de prestação de contas que deverão ser seguidas por todos os Departamentos (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 151).

É preciso lembrar que, ainda no início da tramitação do anteprojeto, no CTA, Ferri já havia se posicionado contra a autonomia financeira dos Departamentos, alegando que tal situação comprometeria a gestão dos recursos da Faculdade e tornaria os Departamentos instâncias burocráticas adicionais, indesejadas para as deliberações de conjunto da Faculdade. No momento da aprovação final do texto, Ferri assim se manifestou:

Este modelo, além de criar um excesso de carga administrativa para os Departamentos, compromete o princípio da unidade. Os Departamentos não podem competir por recursos ou criar desigualdades nesse sentido. Os recursos da Faculdade não são tão expressivos a ponto de se permitir que cada Departamento construa uma proposta sua de orçamento (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 136).

No mesmo sentido, alegando os riscos de desagregação e burocratização da estrutura da FFCL, Ferri divergiu da previsão, aprovada, de que se criasse, em cada divisão, órgãos de Secretaria. O Regulamento proposto pela Congregação afirmava que:

Art. 21 – Em cada Divisão, haverá uma Secretaria Divisional, chefiada por um ajudante de Secretaria, e à qual compete:

- a) receber da Secretaria Geral da Faculdade, uma vez despachada, as fichas de matrículas dos alunos nas matérias pertencentes aos cursos a cargo da Divisão;
- b) Manter o registro da vida escolar dos alunos matriculados até os exames finais em cada ano letivo, devolvendo-os então à Secretaria Geral

§ 1º - O ajudante de Secretaria ficará subordinado diretamente ao Coordenador da respectiva divisão, mas obedecerá às normas organizadas pela Secretaria Geral e baixadas pelo Diretor da FFCL

§ 2º - Quando a Divisão for composta por um único Departamento, em lugar da Secretaria Divisional, haverá uma Secretaria Departamental, nos mesmos moldes e com as mesmas funções (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VI, fls. 151).

2.4 A VIGÊNCIA DO REGULAMENTO SEM A APROVAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

De fato, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras cumpriu todos os prazos previstos para a elaboração, discussão e aprovação de seu novo Regulamento por parte da Congregação. Entretanto, a tramitação do documento no Conselho Universitário era longa: inicialmente, a peça era submetida à Consultoria Jurídica da Reitoria que, após emitir seu parecer, encaminhava o documento à Comissão de Regimentos, onde recebia uma segunda avaliação (e um novo parecer) para, então, ser incluído nas pautas de reunião do Conselho.

No mesmo período em que a FFCL encaminhou seu novo Regulamento para análise e aprovação do Conselho Universitário, as demais escolas da USP também encaminharam. A análise da síntese das pautas de reunião do Conselho Universitário do ano de 1963 e 1964

registram o início das discussões dos Regulamentos (RANIERI, 2005), mas não há registro da análise e apreciação do Regulamento da FFCL por aquele colegiado.

É preciso considerar que o ano de 1964 foi atravessado pela instauração do regime militar com o golpe e pela edição do Ato Institucional nº 1, em 9 de abril, que provocou a instauração do primeiro Inquérito Policial Militar (IPM) na Universidade de São Paulo. Esses acontecimentos provocaram uma alteração significativa do clima e da rotina das instâncias de deliberação da instituição²⁴.

O último registro de ata de reuniões da Congregação da FFCL do ano de 1964 é de uma sessão extraordinária realizada em 23 de dezembro daquele ano. O primeiro registro de reuniões do ano de 1965 é de uma sessão extraordinária convocada para o dia 17 de março, que não obteve quórum suficiente, sendo reagendada para o dia 19 de março, quando efetivamente foi realizada. É plausível, assim, supor que não houve reuniões da congregação nos meses de janeiro e fevereiro de 1965.

Todavia, foi justamente neste período que a Congregação da FFCL recebeu o parecer da Consultoria Jurídica da Reitoria e dos relatores responsáveis pela apreciação inicial do texto do Regulamento da unidade no Conselho Universitário: Pedro de Alcântara, Antônio Adamastor Correa, Wanderley Nogueira da Silva, Henrique Tastaldi, Eurípedes Simões de Paula, Abrahão de Moraes e Antônio de Guimarães Ferri. O diretor da Faculdade, após receber essas peças, as encaminhou à comissão de elaboração do Regulamento para que analisasse o teor dos documentos emitidos pela Consultoria e pelos relatores do Conselho, a fim de se manifestar sobre as emendas (aditivas, supressivas ou substitutivas), bem como sobre as considerações de ordem mais geral manifestas.

Na reunião de 19/3/1965, registra-se que a comissão de elaboração, naquele momento, estava reduzida a três docentes: Simão Mathias, Laerte Ramos de Carvalho e Roque Spencer Maciel de Barros. Após a lembrar aos presentes que toda a documentação houvera sido distribuída aos professores da Congregação anteriormente, Rui Ribeiro Franco, vice-diretor que conduzia a sessão, sugeriu que o parecer da comissão fosse aprovado em bloco, sem prejuízo de eventuais emendas e que essas fossem encaminhadas por escrito, a fim de acelerar a discussão e deliberação do colegiado. Também sugere que a Congregação se considere em

²⁴ Não é objetivo desta tese analisar com aprofundamento as múltiplas implicações deste atravessamento ao longo do período entre 1964 e 1968 em toda a Universidade de São Paulo. Entretanto, algumas das repercussões específicas na dinâmica institucional da FFCL serão abordadas no capítulo reservado às considerações finais.

convocação permanente até que o parecer fosse analisado. Essas duas sugestões são acolhidas pelos presentes²⁵.

No dia 29/3/1965, ainda sob a condução de Rui Ribeiro Franco, a sessão permanente da Congregação foi reaberta. Naquele dia, eram previstas a discussão e deliberação do documento elaborado pela comissão em duas etapas: a) uma primeira, em que a comissão analisaria as recomendações e emendas propostas ao texto original de forma mais ampla, em diferentes aspectos pontuais, e uma segunda etapa, que se referia exclusivamente ao parecer da comissão a respeito das recomendações e emendas ao regime disciplinar da FFCL e aos procedimentos de revalidação de diploma para o reconhecimento de títulos expedidos por faculdades estrangeiras.

O teor do parecer da comissão denota certo desconforto com a quantidade de alterações propostas tanto pela Consultoria Jurídica da Reitoria quanto pelos pareceres elaborados pelos relatores do Conselho Universitário:

1 – A comissão seguiu, como norma básica de seu trabalho, o Parecer do Conselheiro Moacyr Amaral Santos, aprovado pelo C.O. a 3 de novembro de 1964, e de acordo com o qual “o Conselho Universitário não tem competência, salvo quando funcione como Congregação, para emendar os Regulamentos dos Estabelecimentos de Ensino, mas tão somente apreciá-los do aspecto da legalidade das suas disposições, deixando de aprovar aqueles que considerar contrários aos estatutos ou às leis do país”. Dessa forma, a Comissão, embora aceitando, às vezes, sugestões de pormenor que aperfeiçoam o Regulamento da FFCL e encaminhando-as a V. Excia., deixou de considerar outras muitas, seja por não lhe parecerem vantajosas, seja por se estriarem numa visão de problemas universitários que, por mais defensável que seja, não corresponde àquela que a Congregação da FFC adotou, ao firmar as normas que devem reger sua vida, nos domínios do ensino e da pesquisa (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 13).

Após esta introdução, o parecer da comissão examinava, primeiramente, as sugestões e emendas propostas pela Consultoria Jurídica da Reitoria. Das 62 emendas propostas, a comissão manifesta parecer favorável ao acolhimento de 49 itens, contrário ao acolhimento de dez itens, pelo acolhimento parcial de outros dois itens e encaminha um item, sem parecer, para que a Congregação discuta e delibere por tratar-se, no entender da comissão, de temática controversa.

Como exemplo do desconforto causado pelas propostas de emendas, é possível assinalar o trecho do parecer da comissão que assinalava a negativa do acolhimento da emenda 6, proposta pela Consultoria Jurídica. Esta emenda incidia na autonomia concedida aos Departamentos da FFCL para que os seus conselhos pudessem deliberar pela dispensa de

²⁵ Cf. Atas da Congregação, Livro VIII, fls. 11.

atividades didáticas do diretor enquanto exercesse tal função, sugerindo que tal prerrogativa fosse suprimida. Os pareceres dos relatores do C.O em relação a este ponto apresentaram divergências na interpretação, que foram utilizadas pela comissão para argumentar pela manutenção do texto original da FFCL. Nesta oportunidade, resta clara a intervenção de Ferri – diretor da FFCL e um dos relatores no C.O. – a fim de, como já fizera na oportunidade da discussão do Regulamento no âmbito da FFCL – limitar a autonomia dos departamentos. A comissão responde assertivamente ao movimento do diretor:

A emenda contida na observação nº 6 trata de matéria controversa, que merece algumas considerações. Em primeiro lugar, como mostra o conselheiro Wanderley Nogueira da Silva (fl. 69), não há violação [apontada pela Consultoria Jurídica] do princípio estatutário na medida. Em segundo lugar, a dispensa das atividades didáticas a juízo do Conselho do Departamento, do diretor, é, em muitos casos, não só justificável, mas necessária. O receio do conselheiro Antônio G. Ferri (fl. 78) não nos parece justificado pois, é óbvio, cada Conselho de Departamento, só concederá a seu diretor a dispensa das atividades didáticas quando o volume de trabalho administrativo o exigir e quando as condições do ensino o permitirem. Julgar de outra forma seria imaginar irresponsáveis os conselhos e seus diretores, o que nos parece sumamente injusto (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 13).

Quanto ao parecer do Conselheiro Pedro de Alcântara, composto por 26 emendas, a comissão decidiu pelo acolhimento de apenas sete. As quatro primeiras, que versavam de temas acolhidos também do parecer da Consultoria e outras três (emendas 5, 6 e 10) referentes a substituição de termos considerados ambíguos pelo relator do Conselho Universitário. Ao finalizar a análise das propostas de Pedro de Alcântara, a Comissão da FFCL afirmou que as demais emendas estariam “ligadas a opiniões do conselheiro Pedro de Alcântara, opiniões que, por mais respeitáveis que pareçam [parecessem] à Comissão, não são as da Congregação da FFCL, razão pela qual nos abst[iv]emos de discuti-las” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 16).

Quanto ao parecer do Conselheiro Antônio Adamastor Correia, composto por treze propostas de emenda, a comissão decidiu acolher apenas uma. Quanto ao parecer de Wanderley Nogueira da Silva, a comissão o elogiou por ter-se oposto, em geral, às mesmas emendas que, propostas pela Consultoria Jurídica, haviam sido rejeitadas no parecer da comissão da FFCL:

A comissão já teve oportunidade de apoiar-se neste parecer, ao discutir as emendas propostas pela Consultoria Jurídica. Concorde plenamente com ele, sentindo apenas não poder aproveitar o que diz sua análise do item 25 a respeito da possibilidade de admissão de alunos sem curso secundário nos cursos superiores, desde que provem sua habilitação real (por intermédio da publicação ou apresentação de trabalho, por exemplo). Não pode, contudo, a FFCL abrir essa possibilidade no seu regimento se não o permitem os Estatutos, motivo pelo qual a Comissão se sentiu obrigada a aceitar a emenda da Consultoria Jurídica (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls.16).

Quanto ao parecer do conselheiro Abrahão de Moraes, a comissão da FFCL afirmou que, embora plenamente de acordo com as ideias apresentadas pelo professor, não julgava adequada ou oportuna a conclusão sinalizada, que solicitava a reelaboração do Regulamento inicialmente aprovado pela FFCL, pois considerava que o texto atendia “à medida das opiniões da Congregação da Faculdade e às exigências dos Estatutos, ainda que não seja o ideal” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 17).

Por fim, o parecer do diretor da FFCL, Mario Guimarães Ferri foi julgado intempestivo e inoportuno pela Comissão, que assinalou que “as observações do professor Antônio G. Ferri, em parte, já haviam sido discutidas no exame de outros pareceres e que “parece[ia] à Comissão que suas emendas de redação não pode[riam]m ser aceitas, pois modifica[va]m o sentido e o alcance dos dispositivos nomeados” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 17).

Após a análise dos pareceres em matérias gerais, a comissão apresentou parecer acolhendo as sugestões de alteração quanto ao regime disciplinar e ao processo e regramento da revalidação de diplomas e de reconhecimento de títulos. Tais alterações decorriam das alterações realizadas nos Estatutos da USP nos anos de 1963 e 1964 e que, portanto, não estavam no horizonte da Congregação na época da elaboração de sua proposta de Regulamento. Apesar de elogiado durante a reunião, o rigor demonstrado pela comissão de revisão frente às propostas da Consultoria Jurídica foi considerado, pelo diretor da FFCL, um elemento que poderia dificultar a tramitação do Regulamento da FFCL nas instâncias superiores da USP.

Na reunião da congregação realizada em 2 de setembro, o tema do Regulamento retornou à ordem do dia, a partir da devolução, por parte do Conselho Universitário, do documento à Congregação da FFCL, com novas propostas de emenda (desta vez, em relatório do conselheiro Nilo Andrade Amaral) e da análise feita pela comissão a respeito do acolhimento ou rejeição ao seu conteúdo.

A comissão da FFCL emitiu parecer em que propunha à Congregação a rejeição integral das emendas propostas pelo relator. A proposta da comissão foi aprovada, e o registro da intervenção de Julio Morejon explicita o clima instalado pela disputa da tramitação:

O prof. Julio Garcia Morejon tece alguns comentários sobre a matéria tendo em vista as modificações propostas pelo Conselheiro Nilo Amaral. É de opinião que a Congregação acertou em aprovar o parecer da Comissão de Regulamento desta Faculdade, pois acha que, neste momento, não devem mais ser introduzidas modificações substanciais em projeto que já foi estudado e discutido longamente. Aduz o professor que, não fosse reconhecido o excesso de zelo dos conselheiros,

poder-se-ia supor que a Congregação da Faculdade estaria sendo questionada em sua capacidade de reger seu próprio funcionamento (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 60).

Em 4 de novembro de 1965, mais uma vez o tema retorna à Congregação. O alerta implícito na intervenção de Julio Morejon em setembro levou o diretor da FFCL a adotar cuidados extras na apresentação do tema, pois o Conselho Universitário, mais uma vez, havia proposto emendas ao texto encaminhado pela Congregação da FFCL. Ferri iniciou, detalhando o processo vivido até aquele momento e alertando que havia obtido cópia da ata da reunião do C.O. que discutira e deliberara sobre o tema. Afirmou, ainda, que a ata havia sido encaminhada, por ele, à comissão responsável pelo texto na FFCL “para que apreciassem os trabalhos do Colendo Conselho Universitário” e que “a Comissão trabalhou arduamente e, em curto prazo, apresentou o parecer que foi distribuído” e que seria discutido naquele momento (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, p. 71). Após a introdução de Ferri, Simão Mathias interveio,

Expondo o pensamento da comissão que é contrário às emendas propostas pelo Conselho Universitário, as quais introduzidas, alteram o espírito do regulamento. Entretanto, a Comissão atendeu às ponderações do Sr. Diretor, que visaram não recusar, nesta altura, as emendas, a fim de não atrasar ainda mais a aprovação total do regulamento (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 71).

A fim de reforçar a posição conciliatória que assumira, o diretor tomou a palavra,

Esclarecendo que o regulamento da Faculdade foi encaminhado aos órgãos competentes da Reitoria há quase três anos e que qualquer pedido implicará no retorno da matéria às Comissões do Conselho, sendo necessário, para a sua tramitação, mais um longo período de tempo. [Afirma o Diretor que] parece, portanto, conveniente aceitar-se o que foi aprovado e obter-se a promulgação do regulamento. Posteriormente, a Congregação poderá apresentar, se assim o desejar, as modificações que julgar necessárias, encaminhando-as ao Conselho Universitário (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 71).

Após tal apelo, o diretor submeteu a matéria à discussão da Congregação. O primeiro a intervir foi Paschoal Senise, alegando “estranhar que o Colendo Conselho Universitário tenha entrado no mérito do regulamento rejeitando vários artigos aprovados pela Congregação” e que discordava que a Faculdade devesse “se submeter a essas exigências”, que, em alguns casos, em sua avaliação, “envolviam questões de princípio”. Assinalou o professor, ainda, que “as reformas [no Regulamento] foram feitas [pela FFCL] de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases e que caracterizavam o espírito universitário, visavam o aprimoramento do nosso ensino” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 72). Aumentando o tom, o professor assim concluiu sua intervenção:

Devemos estar preparados para a não aceitação dessas exigências impostas pelo Conselho Universitário que estão em desacordo com os critérios adotados pela Congregação quando aprovou o seu projeto de regulamento. Aquele órgão não pode

nos obrigar a incluir artigos que os Estatutos Universitários não exigem (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 72).

Sua manifestação foi acompanhada por Roque Spencer Maciel de Barros, que asseverou que a Congregação “não deveria capitular diante das exigências do Conselho Universitário” e que o assunto deveria ser rediscutido.

Buscando garantir que a proposta do Conselho Universitário fosse acolhida pela Congregação da FFCL, Ferri interveio, lendo alguns trechos da ata da reunião do C.O que analisara o Regulamento da FFCL, e salientou que “teve todo o cuidado para que o Regulamento da Faculdade não fosse alterado naquilo que não infringisse às leis” e que, como o Regulamento não havia, em sua avaliação, “sido fundamentalmente modificado, pareceu-lhe que as emendas poderiam ser aceitas, o que viria permitir sua breve promulgação, nada impedindo, entretanto, que posteriormente, a Congregação apresentasse novas emendas” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 72).

Confrontando a avaliação do diretor, Roque Spencer Maciel de Barros solicitou a palavra para lembrar que, quando da elaboração do regulamento, a preocupação da Comissão havia sido a criação de departamentos como unidades de ensino. “Entretanto, as cátedras figuram de tal forma na proposta do Conselho Universitário que ficou desfigurado o ponto de vista inicial” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VIII, fls. 72).

Perante os comentários desfavoráveis ao acolhimento da proposta do C.O., Ferri colocou em votação o tema. A Congregação manifestou-se pelo acolhimento do parecer da comissão e pela rejeição às emendas propostas pelo Conselho Universitário, por nove votos a oito, registrando abstenções dos professores Simão Mathias, Paulo Sawaya, Chaim Samuel, Paul Hugon e Alberte Audubert.

Ferri submeteu, então, à Congregação, questionamento a respeito de qual providência dever-se-ia assumir a partir desta negativa. Acolhendo proposta de Aroldo de Azevedo, o colegiado da FFCL decidiu reencaminhar o documento à Comissão, para que ela efetuasse novos estudos e emitisse um parecer atualizado da matéria. Vencido o ano de 1965, o Regulamento proposto pela FFCL a partir da LDB de 1961 retornava ao ponto de partida na tramitação universitária.

Somente no mês de maio de 1966, a comissão apresentou à Congregação seu parecer sobre as emendas propostas pelo Conselho Universitário. Não há, na ata da sessão, qualquer referência ao seu teor. Submetido a votos, o parecer da comissão é aprovado. Ferri solicitou, entretanto, que, no lugar de encaminhar o documento integral ao Conselho Universitário, a

Congregação o autorizasse a encaminhar à Reitoria “somente a parte de interesse do Colendo Conselho Universitário”. Sua solicitação foi aprovada.

É preciso ressaltar que Ferri ocupava, desde 1964, o cargo de vice-reitor e, em alguns momentos, substituíra o titular. Dessa maneira, para além de suas eventuais inclinações políticas ou de ordem conceitual por esta ou aquela proposta de reestruturação é bastante compreensível a insistência do catedrático em conduzir o apaziguamento das relações entre as instâncias superiores (a Reitoria e o C.O) e a Congregação da FFCL. Entretanto, é plausível relacionar a dificuldade em conduzir a aceitação, por parte da Congregação da FFCL, com as alterações e reconstruções feitas pelo Conselho Universitário e pela Reitoria em sua proposta de regulamento e com outros dois fatos que transformarão a arena das discussões em torno do modelo organizativo da FFCL no ano de 1966.

A questão da Reforma Universitária estava em pauta, de maneira mais evidente na agenda política, científica e acadêmica do país desde a promulgação da LDB de 1961, envolvendo diferentes atores sociais. Os dispositivos inovadores sinalizados por aquele diploma, ao lado da manutenção de dispositivos conservadores até então existentes no ensino superior brasileiro ensejava a reconfiguração instituições. O Conselho Federal de Educação, ocupando posição de destaque como formulador do regramento infraconstitucional e como intérprete legítimo da LDB, encampou também o debate e a proposição da Reforma Universitária ao longo dos anos iniciais da década de 1960. Essa proposição ganhou contornos mais efetivos com a edição do Decreto-lei 53, em 18 de novembro de 1966. Com o objetivo de fixar princípios e normas de organização para as universidades federais, o referido diploma legal sinalizou, definitivamente, a imposição da agenda da reforma universitária no país, uma vez que exigia que, em 90 dias a contar de sua publicação, todas as universidades federais deveriam apresentar ao Conselho Federal de Educação seus estatutos ajustados às determinações exaradas.

Antunha (1974, p. 208) advoga que, na Universidade de São Paulo, oito dias antes da publicação do Decreto-lei, o reitor houvera instituído uma comissão para elaborar indicações para a reestruturação da instituição. De fato, foram as Portarias GR-278, de 14/10/1966 e GR-282 de 28/10/1966 que formaram esta comissão, com o objetivo de apresentar ao Conselho Universitário as medidas consideradas adequadas para a reestruturação da Universidade. Analisando as duas portarias, nota-se que a Comissão foi composta por Mário Guimarães Ferri (seu presidente e, à época da designação, vice-reitor) Tharcisio Damy de Souza Santos, Luiz de Freitas Bueno, Carlos da Silva Lacaz, Eurípedes Malavolta, Erasmo Garcia Mendes,

Roque Spencer Maciel de Barros, Guilherme Oswaldo Arbens e Paulo Carvalho Ferreira. A posse da comissão se deu, efetivamente, na data citada por Antunha (10/11/1966).

Nesse contexto, as duas pautas (o Regulamento da FFCL e a Reestruturação da USP) se entrelaçam e passam a ser tratadas como uma unidade, inclusive por parte da Congregação da FFCL. Parte dos desdobramentos dessa conjunção será tratada mais adiante. Por hora, importa sublinhar que, apesar da indefinição do Conselho Universitário quanto à aprovação do regulamento elaborado pela Congregação da FFCL, seus dispositivos foram largamente acionados para organizar a vida institucional da escola a partir de 1962. A criação do Departamento de Educação foi uma das expressões deste movimento.

2.5 A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA FFCL

O Departamento de Educação da FFCL delineado na proposta de Regulamento aprovada pela Congregação foi composto pelas cadeiras de Administração Escolar e Educação Comparada, História e Filosofia da Educação, Didática Geral e Especial e pela disciplina autônoma de Orientação Educacional.

Até 1963, os cursos de Pedagogia e de Didática estavam organizados de forma independente, embora tendessem à unidade, seja pelo seu conteúdo, seja pelos seus propósitos. Visando a integrar os estudos no campo da educação em função destes dois cursos, foi criado, naquela data, o Departamento de Educação da Faculdade, compreendendo quatro setores: Administração Escolar e Educação Comparada, História e Filosofia da Educação, Metodologia Geral do Ensino e Orientação Educacional. Desde a sua criação, o Departamento de Educação assumiu a responsabilidade pela orientação geral do curso de Pedagogia, reformando completamente sua estrutura e procurando dar uma unidade maior aos estudos no campo da Educação realizados na Faculdade (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1966, p. 34).

O relato, transcrito do Guia da Divisão de Filosofia e Educação e editado em 1966, apresenta o conagraçamento das seções de Pedagogia e Didática de forma quase espontânea e obliterando as dinâmicas que presidiram a essa conjugação. Entretanto, é preciso distinguir o processo que permitiu a aglutinação das cadeiras de Administração Escolar e Educação Comparada, História e Filosofia da Educação e a disciplina autônoma de Orientação Educacional do processo que permitiu a agregação da cadeira de Didática Geral e Especial ao Departamento de Educação.

Quanto ao primeiro, Maria Cecília Cortez Christiano de Souza, que fora aluna do curso de Ciências Sociais e aluna do curso de Pedagogia nos anos 1960, sinaliza que a criação

do Departamento de Educação esteve fortemente relacionada ao início da gestão de Laerte Ramos de Carvalho no Centro Regional de Pesquisas Educacionais²⁶, em 1961:

Mesmo quando pertencia à Faculdade de Filosofia, o Departamento de Educação foi um dos primeiros que veio para a Cidade Universitária e ele ocupava algumas salas do antigo CRPE. O Departamento foi pra Cidade Universitária, muito por atuação, por força mesmo, do professor Laerte Ramos de Carvalho que dirigia o CRPE. O curso da Filosofia [Ciências Sociais] eu fiz lá na Maria Antônia, que era um ambiente totalmente diferente: reunia todos os departamentos da Filosofia, mas ainda ficava a Psicologia (funcionava no mesmo prédio da Maria Antônia), a Faculdade de Economia era quase em frente e a FAU, duas quadras ali depois²⁷.

Criado em 1956, a partir de uma diretriz do INEP e ligado ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), o CRPE/SP foi instalado num edifício, construído pelo governo federal, para a instalação do Instituto do Professor Primário, na Cidade Universitária (Butantã). Para o funcionamento do Centro, celebrou-se um convênio, com vigência prevista para cinco anos, renovável, entre o INEP e a Universidade de São Paulo. No período entre 1956 e 1961, o Centro foi dirigido por Fernando de Azevedo e o regulamento proposto pelo sociólogo para sua estruturação previa a existência de um Conselho Administrativo (sem poder de deliberação), composto por dois docentes eleitos pelo Departamento de Sociologia e Antropologia, dois docentes eleitos pela Seção de Pedagogia e dois docentes escolhidos pelo Diretor do Centro, dentre os que compunham a Congregação da FFCL.

A primeira composição do Conselho Administrativo (agosto de 1956 a agosto de 1959) contou com os professores Egon Schaden e Florestan Fernandes (eleitos pelo Departamento de Sociologia e Antropologia), José Querino Ribeiro e Laerte Ramos de Carvalho (eleitos pelos professores do curso de Pedagogia) e Antônio Cândido de Mello e Souza e Milton da Silva Rodrigues (escolhidos por Fernando de Azevedo). O mandato do Conselho era de três anos, com possibilidade de recondução.

A segunda composição do Conselho Administrativo (agosto de 1959 a agosto 1962) contou com os professores Egon Schaden e Ruy Galvão de Andrada Coelho (Departamento de Sociologia e Antropologia), José Querino Ribeiro e Laerte Ramos de Carvalho (eleitos pelos professores do curso de Pedagogia) e Eurípedes Simões de Paula e Milton da Silva Rodrigues (escolhidos por Fernando de Azevedo).

²⁶ Para uma análise da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, consultar o trabalho de Libania Nacif Xavier (2000) e, para uma análise específica da criação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, consultar a dissertação de Marcia dos Santos Ferreira (2001).

²⁷ Depoimento concedido ao pesquisador em 8/2/2015.

Em 4 de fevereiro de 1961, seis meses antes do encerramento da vigência do convênio, Fernando de Azevedo informou ao Conselho Administrativo, em reunião, que havia solicitado sua demissão diretamente ao Diretor do INEP (Anísio Teixeira) quatro dias antes. Informou ainda que aquela autoridade lhe solicitara a indicação de um substituto interino, até que se definisse o novo diretor do Centro. A indicação de Fernando de Azevedo foi Milton da Silva Rodrigues, que já respondia por essa função nos períodos de ausência do sociólogo.

Segundo Ferreira (2001), Milton da Silva Rodrigues procedeu, em julho de 1961, reuniões com o Conselho Administrativo, a fim de discutir os termos em que seria renovado o convenio firmado em 1956. Dessas discussões, duas decisões importantes são destacadas: a mudança da função do Conselho, que deixaria de ser administrativo e passaria a ser deliberativo e a proposição de eleições para o cargo de diretor. As duas inovações foram acolhidas pelo Termo de Convênio²⁸ assinado em 31/8/1961.

As eleições para diretor do CRPE/SP e para a composição do Conselho Deliberativo aconteceram em setembro. Para ocupar a direção, Laerte Ramos de Carvalho foi o escolhido e, para compor o Conselho, elegeram-se Arrigo Angelini e Samuel Pfromm Netto (Cadeira de Psicologia Educacional, Departamento de Psicologia), Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni (Departamento de Sociologia e Antropologia) e Maria José Garcia Werebe e Carlos Correa Mascaro (Seção de Pedagogia). A posse foi noticiada na edição de 12 de novembro do jornal *O Estado de S. Paulo*:

CRPE: dada posse ao novo Conselho

Tomou posse, na manhã de ontem, na Cidade Universitária, o novo Conselho Deliberativo do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo. Compareceram à cerimônia presidida pelo professor Mario Guimarães Ferri, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, o professor Moreira Souza, representando o professor Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Sr. Guilherme Dutra da Fonseca, representando o secretário de Educação, o professor José Querino Ribeiro, representando o Reitor da USP e o professor Milton da Silva Rodrigues, ex-diretor do CRPE.

Foi aberta a seção pelo prof. Mario Guimarães Ferri que convidou os membros do Conselho Deliberativo a assinarem o termo de posse: prof. Arrigo Leonardo Angelini, catedrático de psicologia educacional; professora Maria José Garcia Werebe, livre-docente e professora de Orientação Educacional; prof. Carlos Correa Mascaro, assistente da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada; prof. Samuel Pfromm Netto, assistente da cadeira de psicologia educacional; prof. Fernando Henrique Cardoso, assistente da cadeira de Sociologia I [...] O prof. Otavio Ianni, também assistente da cadeira de Sociologia I, não compareceu à

²⁸ TERMO de Acordo celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura, e a Reitoria da Universidade de São Paulo, aprovado pelo senhor Ministro da Educação e Cultura, para Manutenção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, de 31 de agosto de 1961. *Pesquisa e Planejamento*, n. 5, p. 221-3.

sessão, por se encontrar viajando. Tomará posse quando voltar (O ESTADO DE S. PAULO, 1961, p. 31).

Após assumir a direção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, Laerte Ramos de Carvalho submeteu ao CTA proposta para a migração das atividades das cadeiras que ministravam aulas no curso de Pedagogia para a Cidade Universitária, ocupando algumas das salas do edifício do CRPE. No dia 30 de janeiro de 1962, na 604ª reunião daquele colegiado, o item 4 do expediente da Diretoria trouxe a temática:

A seguir, o Sr. Diretor diz que, conforme comunicação do Prof. Laerte Ramos de Carvalho, foram elaborados os planos para a transferência das cadeiras do Curso de Pedagogia, isto é, Psicologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Administração Escolar [e Educação Comparada], Estatística II, Teoria Geral da Educação [disciplina autônoma], e Orientação Educacional para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Nesse sentido, os respectivos professores apresentaram os requisitos essenciais para as adaptações necessárias. A seguir, lê o ofício enviado pelo Diretor daquele Centro encaminhando plantas das dependências que serão ocupadas pelas mencionadas cadeiras, bem como, comunicando a aprovação, pelo Conselho do CRPE, do plano de mudança que foi elaborado de comum acordo com os professores daquelas cadeiras. As transferências serão iniciadas já para este semestre letivo (ATAS DO CTA, Livro V, fl. 139).

As atividades das cadeiras de História e Filosofia da Educação, Administração Escolar e Educação Comparada, Estatística II (Estatística Educacional, disciplina sob regência de José Severo Gomes), Psicologia Educacional e a disciplina autônoma de Teoria Geral da Educação do Curso de Pedagogia passarão a ocupar este espaço já no início do ano de 1962. De acordo com o depoimento de Bernadete Gatti, que frequentou o curso de Pedagogia entre 1959 e 1962²⁹, permaneceram no prédio da Maria Antônia a cadeira de Didática Geral e Especial e a disciplina autônoma de Orientação Educacional. A primeira mantinha relação com os cursos de licenciatura da FFCL e com o Colégio de Aplicação, localizado nas proximidades da Maria Antônia, o que postergou sua migração para o Butantã; a segunda migrou para as instalações do CRPE no 2º semestre do ano de 1963.

Sobre as relações estabelecidas entre a regência da cadeira de História e Filosofia da Educação, a Direção do CRPE-SP e a Direção do Departamento de Educação da FFCL, Bontempi Jr. (2001, p. 245) assevera que, naquele período (1961 – 1965), houve uma intensificação e ampliação das pesquisas na área de História da Educação. Em 1962, assinala o pesquisador, Laerte Ramos de Carvalho instituiu o Serviço de Documentação e Intercâmbio, cuja responsável passou a ser Flora de Barros Degni, que já trabalhava como bibliotecária do CRPE-SP desde 1956. Bontempi Jr. afirma, ainda, que

²⁹ Depoimento concedido ao pesquisador em 05/03/2015.

Não resta dúvida que a relação simbiótica entre a Cadeira XLV [História e Filosofia da Educação] e o CRPE-SP, promovida na gestão de Ramos de Carvalho, contribuiu para que fossem realizados alguns dos projetos de pesquisa que originaram as teses defendidas pelos licenciados de seu grupo. Mediante essa relação institucional, os doutorandos, dedicados a suas pesquisas individuais, cooperavam, com sua bagagem acadêmica, com as pesquisas encetadas pelo Centro e, em troca, contavam com as instalações e o precioso auxílio de funcionários treinados, como os do Serviço de Documentação e Intercâmbio. Além disso, a renovação do convênio quinquenal INEP-USP [1961], garantiu a contribuição obrigatória do INEP para o custeio do Centro, mediante importância anual nunca inferior a 20% da verba global a ele concedida para a manutenção da rede de centros pelo Orçamento da República (BONTEMPI Jr., 2001, p. 246).

O pesquisador também assinala que Laerte Ramos de Carvalho promoveu a fusão das antigas divisões de “Pesquisa Educacional” (DEPE) e de “Pesquisa Social” (DEPS) sob a direção de um único Coordenador de Divisão e que, a partir da análise do funcionamento do CBPE e dos CRPEs, empreendida por Xavier (2000), tal medida, possivelmente, pretendeu ajustar uma espécie de desproporção, uma vez que até então, enquanto a Divisão de Pesquisa Social já havia alcançado uma projeção significativa no meio intelectual, “a pequena repercussão dos trabalhos realizados pela DEPE estaria a expressar uma certa indefinição no que se refere à [sua] função específica” (BONTEMPI Jr., 2001, p. 247).

De fato, as posições ocupadas simultaneamente por Ramos de Carvalho no início da década de 1960 permitiram que o catedrático (e a cadeira de História e Filosofia da Educação) alcançassem a liderança do processo de aglutinação das cadeiras do curso de Pedagogia rumo ao Departamento de Educação utilizando, em parte, o poder simbólico (e material) do CRPE. Não é outra a análise apresentada por Celso Beisiegel (2003, p. 363):

Nesse ano [1961], com a renovação do convênio entre o MEC e a USP, a Direção do Centro foi atribuída a Laerte Ramos de Carvalho, que então dirigia o Departamento de Educação da FFCL [ainda não formalizado]. No ano seguinte, o Departamento de Educação e o Curso de Pedagogia passaram a funcionar nas instalações do CRPE. Funcionando no mesmo prédio e dirigidas pelo mesmo professor, as duas instituições estreitaram bastante suas relações. Nos anos seguintes, houve progressiva participação dos professores e licenciados do Departamento de Educação nos cursos e atividades do CRPE e, depois, diversos pesquisadores do Centro foram contratados, por diferentes setores do Departamento de Educação da FFCL.

Quanto ao segundo plano, referente à agregação da Seção Especial de Didática, é possível localizar a emergência desse processo a partir do mês de janeiro de 1962, quando o catedrático de Didática Geral e Especial – Onofre de Arruda Penteado Junior – afastou-se das atividades na FFCL. O período de afastamento se estenderia até a aposentadoria, em 1963, ensejando a necessidade de sua substituição (primeiro interina e, posteriormente, por concurso). Nessa ocasião, Rafael Grisi (livre-docente) apresentou ao CTA (protocolo 2221/62) um ofício, “comunicando que reassumiu seu cargo de assistente na cadeira de

Didática Geral e Especial”. O objetivo de Grisi era habilitar-se para a regência interina da cátedra, uma vez que Amélia Americano Domingues de Castro ainda não havia alcançado esta distinção universitária. O diretor da FFCL, ao apresentar a situação aos conselheiros do CTA, em reunião realizada no dia 12 de abril daquele ano, esclareceu que “o processo de contratação do referido professor, para reger o curso de Teoria Geral da Educação está[va] em andamento e que, portanto, o professor Rafael Grisi devia retornar ao seu cargo [de assistente], como o fez”.

Os membros do Conselho passam, então, a discutir a substituição e posterior sucessão da Cadeira de Didática Geral e Especial. Ferri lembrou aos conselheiros que Rafael Grisi e Maria José Garcia Werebe eram livres-docentes, mas de outra cadeira (Administração Escolar e Educação Comparada), que Amélia Americano Domingues de Castro “sempre foi a assistente da cadeira em apreço” e que esse fato deveria ser levado em consideração. Após tal intervenção, o diretor colocou em pauta o assunto da substituição. A ata da reunião registra que diferentes conselheiros fizeram uso da palavra, mas não apresenta o teor das ponderações. Em deliberação final, o CTA resolveu indicar o professor José Querino Ribeiro para substituir o Professor Onofre de Arruda Penteado Junior. Tal indicação, entretanto, não fora recebida de maneira confortável pelo catedrático:

O professor Querino Ribeiro pede a palavra e passa a mencionar diversos fatos relacionados com a cadeira de Didática Geral e Especial, quer quanto ao pessoal como também quanto ao funcionamento da mesma, achando necessária a reestruturação do seu mecanismo e que providências substanciais deverão ser propostas para o seu bom funcionamento (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 155).

Na reunião seguinte do CTA, em 26 de abril de 1962, Querino Ribeiro foi mais assertivo:

O professor Querino Ribeiro pede a palavra para solicitar que seja consignado, com relação ao seu pronunciamento na reunião anterior, sobre o problema de substituição da Cadeira de Didática Geral e Especial, o seguinte: “Ao ser indicado, só aceitaria se as formas estruturais de que a cadeira carece e eu mesmo apresentei, na substituição anterior, pudessem ser levadas a estudo e encaminhamento de solução na presente circunstância, o que, ao que me lembro, foi reconhecido e aceito por todos como necessário” (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 156).

Amélia Americano Domingues de Castro lembra que, naquele momento, o professor Onofre de Arruda Penteado Junior encontrava-se bastante distante das atividades da Cadeira, o que gerava “um clima de insegurança e uma competição entre os professores”. Também recorda que as relações entre o professor Onofre e os demais catedráticos estavam bastante

desgastadas e que havia uma leitura negativa, a seu juízo um pouco injusta, a respeito de como a Cadeira de Didática Geral e Especial conduzia suas atividades³⁰.

De fato, na mesma reunião de 26 de abril, o diretor deu conhecimento aos conselheiros de um requerimento, apresentado pelo professor Rafael Grisi, no qual solicitava providências a fim de ser nomeado, interinamente, para substituir Onofre de Arruda Penteado Junior durante seu afastamento. Informou, ainda, o diretor, que responderia ao referido professor lhe comunicando a decisão do CTA pela indicação de José Querino Ribeiro.

A aceitação, por parte do CTA – e da Congregação – das condições apresentadas por Querino Ribeiro para assumir a substituição da Cadeira de Didática Geral e Especial significavam uma verdadeira intervenção do catedrático na Seção de Pedagogia na Seção de Didática. Sua primeira ação foi mapear o número de instrutores e auxiliares de ensino que ministravam aulas, seminários ou orientavam estágios sob a responsabilidade daquela Cadeira. Na ata da 616ª reunião do CTA, de 17 de maio de 1962, no expediente, os primeiros resultados deste trabalho foram apresentados:

Pede a palavra o Prof. Querino Ribeiro para se referir ao que já foi dito por ele, com relação a situação da cadeira de Didática Geral e Especial e apresenta o quadro do pessoal docente remunerado e não remunerado. Mostra que muitos não recebem vencimentos, apesar de ministrarem aulas, seminários e orientação de estagiários. Comunica ao CTA que irá apresentar um relatório circunstanciado para estudo e pronunciamento, a fim de serem tomadas as medidas necessárias para a criação de cargos e pedidos de contratos, ficando dessa forma corrigida a situação da cadeira no que se refere ao seu pessoal docente (ATAS DO CTA, Livro V, fl. 161).

Também no que diz respeito ao lugar de primeiro-assistente da Cadeira, que se encontrava em litígio desde o retorno de Rafael Grisi, o professor Querino Ribeiro definiu a situação, solicitando ao professor que passasse a colaborar, na condição de livre-docente, na regência dos cursos e disciplinas da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada e confirmou Amélia Americano Domingues de Castro como primeiro-assistente.

Ainda em relação a Rafael Grisi³¹, que aguardava, antes de pleitear a regência interina da cadeira de Didática, sua contratação para a disciplina autônoma de Teoria Geral da Educação, Querino comunica ao CTA que:

³⁰ Depoimento concedido ao pesquisador em 26/02/2015.

³¹ Menos de dois meses depois, Rafael Grisi foi novamente confrontado no Conselho Técnico Administrativo. Na reunião, realizada em 12 de junho de 1962, o vice-diretor do CTA dá ciência aos conselheiros de uma carta enviada à Diretoria da FFCL pelo Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, encaminhando cópia de ofício subscrito por professores daquela Faculdade e dirigido ao Prof. Onofre de Arruda Penteado Jr., fazendo considerações em torno dos problemas e dificuldades da administração do Prof. Rafael Grisi quando diretor da referida unidade. Não constam registrados em ata debates em torno do documento, nem

Em reunião dos professores do Curso de Pedagogia, foi concluído o estudo sobre o currículo mínimo, tendo sido considerado sem oportunidade, no momento, a inclusão da disciplina Teoria Geral da Educação. Solicita que, desse currículo, que será enviado à Reitoria, seja anexada uma cópia ao processo do Prof. Rafael Grisi (ATAS DO CTA, Livro V, fl. 161).

Assumindo a regência interina da cadeira de Didática Geral e Especial, Querino Ribeiro assumiu a presidência do Conselho Deliberativo do Colégio de Aplicação da FFCL a partir de 1962. Sua intervenção naquela organização também se manifestou com brevidade. Em reunião realizada no dia 28 de junho de 1962, o CTA apreciou e aprovou a proposta, por ele elaborada, de reforma do regimento interno do Colégio, com parecer favorável de Cruz Costa. Em agosto do mesmo ano, Querino Ribeiro submeteu ao CTA a proposta de celebração de um convênio entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e a Secretaria da Educação [do Estado de São Paulo] para “coordenação científica do trabalho dos orientadores educacionais das escolas secundárias estaduais” e para o “planejamento dos concursos de títulos e provas para provimento efetivo do cargo de Orientador Educacional” na rede pública de ensino do Estado. A proposta recebeu parecer favorável de Milton Rodrigues, que foi aprovado. Afirmando a urgência da proposição, o diretor da FFCL sugere e o CTA delibera, ainda, encaminhar a aprovação do Convênio diretamente à Secretaria da Educação, “*ad referendum*” da Congregação.

O movimento final de intervenção de Querino Ribeiro na Cadeira de Didática Geral e Especial se manifestou na condução do processo sucessório da Cadeira e sua reorganização didática. No mês de abril de 1963, Querino Ribeiro submeteu ao CTA proposta de realização de concurso para a Cadeira de Didática Geral e Especial. Aprovada naquele Conselho, a proposta foi encaminhada para deliberação da Congregação, em reunião realizada no dia 2 de agosto de 1963. Entretanto, no mesmo momento em que aquele colegiado pôs o tema em discussão, o próprio Querino Ribeiro solicitou o adiamento da discussão do concurso “por alguns dias, pois o Departamento de Educação está[va] estudando o assunto e pretende [pretendia] apresentar uma proposta substitutiva a ser apreciada na próxima reunião da Congregação” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VII, fls. 8). Após alguns debates, a proposta de adiamento foi aprovada com três votos contrários e sete abstenções.

seu inteiro teor. Entretanto, é plausível que o acúmulo dos movimentos de disputa empreendidos por Grisi na FFCL, em momentos anteriores e sua última investida rumo à regência interina da cadeira de Didática Geral e Especial tenham contribuído fortemente para instauração de um clima de tensão entre ele e os demais docentes do curso de Pedagogia e da Seção de Didática.

De fato, em 11 de setembro, reunião seguinte da Congregação, o item 5 da ordem do dia foi o Processo 1264/63:

Transformação da Cadeira de Didática Geral e Especial – O Sr. Presidente lê aos presentes a proposta apresentada pelo Departamento de Educação, justificando e propondo a transformação da Cadeira de Didática Geral e Especial em Metodologia Geral do Ensino. Diz, em seguida, que a proposta está em discussão. O professor Querino Ribeiro se manifesta dizendo que este é o ponto de vista do departamento e que a proposta ora apresentada é a que se referiu na última reunião da Congregação, quando se discutia a abertura do concurso e quando pediu adiamento da discussão. O prof. Milton Rodrigues salienta a necessidade de ficar bem claro, a fim de evitar dúvidas, que será extinta a cadeira de Didática Geral e Especial e criada a de Metodologia Geral do Ensino, devendo, nesse sentido, ser oficiado à Reitoria. Não havendo outras manifestações, é a proposta submetida a votos e aprovada (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VII, fls. 13-4).

A análise do item 9 da ordem do dia da mesma reunião não deixa dúvidas a respeito da construção do processo sucessório da cadeira:

Inscrição ao concurso de Livre-Docência da Profa. Amélia Americano Domingues de Castro (Cadeira de Didática Geral e Especial). Diz o presidente que deverá ser votada, inicialmente, a aceitação da inscrição e a idoneidade do candidato. Procedida a votação, é convidado para escrutinar o Prof Ary França. Verificou-se o seguinte resultado: sim, 11 votos. Passa-se a eleição dos nomes para a constituição da comissão examinadora [...] Apurou-se o seguinte resultado: Prof. José Querino Ribeiro, 11 votos; Prof. Laerte Ramos de Carvalho, 11 votos. Eleitos, portanto, os referidos professores. Passa-se em seguida, à eleição dos suplentes [...] Verificou-se o seguinte resultado: Prof. Roque Maciel de Barros, 9 votos; Arrigo Angelini, 6 votos (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VII, fls. 14-5).

Em outubro daquele mesmo ano de 1963, após a inscrição de Amélia Americano de Castro no exame para a livre docência, José Querino Ribeiro afastou-se de suas atividades da FFCL. Não há registro a respeito do tempo de afastamento. Entretanto, na reunião realizada em 14 de outubro, o diretor da FFCL informou à Congregação que deveria ser indicado substituto para, a título precário, reger a cadeira de Didática Geral e Especial. Informou, ainda, que o professor José Querino Ribeiro havia sugerido que o Departamento de Educação fosse consultado sobre o assunto e que, após efetuar tal consulta, a resposta do departamento teria sido a indicação do nome da professora Amélia para a substituição. Submetida a votos, a indicação foi acolhida pela Congregação (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VII, fls. 24).

No dia 20/12/1963, a Congregação da FFCL analisou o relatório da Comissão Examinadora do concurso de Livre Docência da Cadeira de Metodologia Geral do Ensino (antiga Didática Geral e Especial). O relatório foi aprovado por unanimidade, transformando a professora Amélia Americano Domingues de Castro em livre-docente. Na segunda reunião do ano seguinte, realizada em 14/02/1963, o processo 1210/62, que tratava da contratação da professora Amélia Americano para reger a cadeira de Metodologia Geral do Ensino foi apreciado pela Congregação, que deliberou favoravelmente, permitindo sua nomeação. Nesta

mesma reunião, a Congregação recebeu e apreciou, sob protocolo nº 1811/63, a proposta de criação do Departamento de Educação:

Item 7 – Proc. 1811/63 – Criação do Departamento de Educação. Tendo sido a documentação distribuída, a matéria entra em discussão. Esclarece o Sr. Presidente que, de acordo com a documentação distribuída, o Prof. José Querino Ribeiro comunica que, a título precário, foi constituído o Departamento de Educação já em 1962, fazendo parte integrante as cadeiras de Administração Escolar e Educação Comparada, História e Filosofia da Educação, Didática Geral e Especial e a disciplina autônoma de Orientação Educacional, tendo sido indicado para Diretor o Prof. Laerte Ramos de Carvalho. Assim sendo, solicita o pronunciamento da Congregação para seu funcionamento normal. Não havendo manifestações em contrário, é aprovada (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VII, fl. 42).

CAPÍTULO III

O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA FFCL (1962 – 1969)

Como se depreende da intervenção de Querino Ribeiro no momento de apreciação do processo que solicitava o pronunciamento da Congregação a respeito do funcionamento regular do Departamento de Educação, a liderança de Laerte Ramos de Carvalho já era um fato. A partir do segundo semestre de 1963, a maior parte dos encaminhamentos relativos ao funcionamento do curso de Pedagogia e aos cursos da Cadeira de Metodologia Geral do Ensino passaram a ser apresentadas aos órgãos de deliberação da Faculdade pelo catedrático. Na ata da reunião da Congregação de 26/11/1963, por exemplo, lê-se o seguinte item:

Prot. 6930/63 – O Prof. Laerte Ramos de Carvalho envia ofício solicitando providências no sentido de ser transferida a inscrição da Profa. Amélia Americano Domingues de Castro ao concurso de Livre Docência à cadeira de Didática Geral e Especial para a cadeira de Metodologia Geral do Ensino, em face da Portaria G.R. 119, de 12/11/1963, do Magnífico Reitor, que extinguiu aquela cadeira e criou esta última [...] Não havendo manifestações em contrário, a matéria é submetida a votos e aprovada (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro VII, fls. 26).

Apesar de já compor o Departamento de Educação, a cadeira de Metodologia Geral do Ensino, regida por Amélia Americano Domingues de Castro permaneceu no prédio da Maria Antônia até o momento em que todas as instalações da FFCL foram de lá retiradas. Em 1966, no Guia da Câmara de Filosofia e Educação, editado pela Faculdade, lê-se o seguinte:

Todos os setores do Departamento acham-se instalados em condições insatisfatórias. O Setor de Metodologia Geral do Ensino é o que se encontra em situação mais precária, dispondo apenas de duas pequenas salas, no edifício da rua Maria Antônia, 294, para abrigar o professor responsável, seus dezesseis assistentes e um funcionário administrativo. Os demais estão instalados provisoriamente em dependências do CRPE de São Paulo, dispondo cada um de apenas duas salas. Todas as aulas do curso de Pedagogia são ministradas no referido edifício do CRPE, em quatro salas cedidas por esta instituição. As aulas do curso de licenciatura, a cargo dos Setores de Metodologia Geral do Ensino e de Administração Escolar são ministradas em locais diferentes: as primeiras no prédio da rua Maria Antônia e as últimas no edifício da Botânica, na Cidade Universitária (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1966, p. 51-2).

Embora tenha havido algumas flutuações no período entre 1962 e 1965, a distribuição dos docentes que compunham o Departamento tornou-se estável a partir daquele ano. Sua configuração pode ser visualizada no Quadro 4, que segue.

Quadro 4. Docentes do Departamento de Educação da FFCL (1964-1965)
Diretor do Departamento: LAERTE RAMOS DE CARVALHO³²

SETOR / CADEIRA DE ADMINSITRAÇÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO COMPARADA	SETOR/CADEIRA DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	SETOR/CADEIRA DE METODOLOGIA GERAL DO ENSINO	SETOR/DISCIPLINA AUTÔNOMA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
Catedrático: José Querino Ribeiro	Catedrático: Laerte Ramos de Carvalho	Catedrático (em substituição): Amélia Americano Domingues de Castro Professor Colaborador (voluntário) Angel Diego Marquez (UNESCO)	Professora Responsável (Livre-Docente): Maria José Garcia Werebe Professor Colaborador (voluntário) Jean Orechioni (Orientador Pedagógico junto ao Consulado Francês de São Paulo)
Assistentes: Carlos Correa Mascaro Moysés Brejon	Assistente: Roque Spencer Maciel de Barros	Assistentes: Rafael Grisi Hygino Aliandro	-
Instrutores: Anita Fávero Martelli João Gualberto de Carvalho Meneses José Augusto Dias José Carlos de Araújo Melchior Maria Aparecida Bortoletto Roberto Moreira	Instrutores: Heládio Cesar Gonçalves Antunha João Eduardo Rodrigues Villalobos José Mario Pires Azanha Maria de Lourdes Mariotto Toniolo Rui Afonso da Costa Nunes	Instrutores: Aida Costa (vinculada ao Departamento de Letras) Ana Maria Pessoa de Carvalho Antonio Machado Fonseca Neto Bernardo Issler Clara Alterman Colotto Edna Chagas Cruz Gilda Cesar Nogueira de Lima Hortência Maria Gomes Fassina João Teodoro D’Olim Marote Maria Aparecida Rodrigues Cintra Nélío Parra Scipioni Di Pierro Neto Sylvia Magaldi Instrutores Voluntários: José de Arruda Penteado Mildred Talarico Biagione	Instrutores: Celso de Rui Beisiegel Maria Amelia Azevedo Goldberg Sylvia Leser de Melo Pereira Cloves da Silva Bojikian

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

³² Laerte Ramos de Carvalho licenciou-se da FFCL para exercer mandato de Reitor da Universidade de Brasília no período de agosto de 1965 a novembro de 1967.

Além de suas relações orgânicas com o CRPE de São Paulo e da gestão do Colégio de Aplicação, o Departamento de Educação também era responsável pela direção de outros dois órgãos existentes na estrutura da Faculdade de Filosofia: o Centro de Estudos de Administração Escolar e o Serviço de Informação Educacional e Profissional.

O Centro de Estudos de Administração Escolar emergiu, na FFCL, no contexto da realização – coordenada por José Querino Ribeiro – do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, em 1961 (evento no qual foi criada a ANPAE) e capitaneou a realização das duas edições seguintes do evento³³. Institucionalizado em 31/1/1962, por força do decreto 39.726, o Centro estava sob a responsabilidade da Cadeira de Administração Escolar. Seus objetivos eram: (1) promover e estimular estudos e pesquisas nos domínios da Administração Escolar; (2) promover a formação de administradores escolares, técnicos, pesquisadores e pessoal docente médio e superior no setor da Administração Escolar, bem como colaborar com órgãos interessados em estudos gerais e especiais da matéria; (3) promover o intercâmbio de pessoal e documentação com centros nacionais e estrangeiros, no interesse do desenvolvimento dos estudos e do aprimoramento das técnicas de Administração Escolar e (4) valorizar os títulos de formação universitária de administradores escolares e promover seu registro nos órgãos competentes para fins de exercício profissional no país. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1966. p. 40)³⁴. A organização do Centro previa a sua divisão em uma Seção de Pesquisas, uma Seção de Cursos e uma Seção da Revista de Administração Escolar. Ao lado dessas três seções, também era prevista a existência de uma Biblioteca.

O Serviço de Informação Educacional e Profissional – SINEP foi criado a partir de solicitação de Maria José Garcia Werebe à Congregação, que o instituiu oficialmente no final de 1965. De acordo com a solicitação da professora, os objetivos do Serviço eram realizar e divulgar, por meio de publicações especializadas, estudos e pesquisas sobre as oportunidades

³³ ARF (2012), ao discutir as contribuições de Carlos Correa Mascaro e Moyses Brejon para os estudos de Administração Escolar, relata de forma mais detalhada a realização do I Simpósio de Administração Escolar e a emergência da ANPAE.

³⁴ Quanto ao quarto objetivo, importa frisar que a formação de administradores escolares, naquele momento, estava em transição. Aqueles que se destinavam à administração das escolas de ensino primário ainda eram formados por cursos de aperfeiçoamento realizados nos Institutos de Educação. Estes cursos não eram considerados como de ensino superior. A formação daqueles que se destinavam à administração das escolas de ensino secundário começava a ser feita nos cursos de Pedagogia. Nas Atas do Conselho Técnico Administrativo da FFCL da década de 1960 foram julgados, em diferentes ocasiões, pedidos de matrícula dos alunos egressos do curso de aperfeiçoamento para Administradores Escolares do Instituto Caetano de Campos que desejavam aproveitar os estudos realizados para ingressar nos dois anos finais do curso de Pedagogia. Todos os pedidos foram recusados sob a alegação de que os estudos concluídos pelos alunos não poderiam substituir a formação universitária.

educacionais e ocupacionais e manter intercâmbio com instituições, nacionais e estrangeiras da área. A direção do SINEP era responsabilidade da própria docente de Orientação Educacional e sua estrutura previa quatro setores: Documentação, Pesquisas e Inquéritos, Publicações e Informação³⁵.

Ainda no final do ano de 1962, o Departamento de Educação propôs e a Congregação da Faculdade de Filosofia aprovou a reestruturação do Curso de Pedagogia. De maneira geral, a lógica proposta pelo Departamento de Educação dividia o curso de pedagogia em dois núcleos: uma parte destinada à formação comum de todos os alunos e outra destinada a uma formação específica, a partir da escolha efetuada e do cumprimento de pré-requisitos, entre áreas de concentração (os *conjuntos*). O Guia de 1966 relata da seguinte maneira esse processo:

Até o ano de 1962, o curso de Pedagogia era uniforme para todos os alunos, adotando-se o currículo estabelecido pelos padrões federais. Assim estruturado, este curso era por demais ambicioso, pretendendo dar uma formação em setores variados da educação, o que era feito em plano muito superficial. Para o ano de 1963, o Departamento de Educação [...] aproveitou a oportunidade oferecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para imprimir uma nova orientação ao curso de Pedagogia, dando-lhe uma organização diversificada e dinamizando os seus objetivos. A estrutura do curso foi então modificada, desdobrando-o em três setores fundamentais que definem, ao lado de uma formação básica comum, propósitos diferentes visando ao preparo melhor de especialistas que possam atender aos diferentes cargos compreendidos pela profissão de educador. Os três setores, denominados conjuntos, são, atualmente, os seguintes: Administração Escolar, História e Filosofia da Educação e Orientação Educacional. O conjunto de História e Filosofia da Educação não funciona, atualmente, no período noturno (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1966. p. 53-4).

O número de estudantes que ingressavam no curso de Pedagogia naquele período não era alto. A divisão desse número em três conjuntos tornava ainda menor o grupo que, reunido para estudar algumas disciplinas específicas, se organizava em torno dos professores de cada área de concentração. Elba Siqueira de Sá Barreto, que ingressou no curso de Pedagogia da FFCL em 1962, afirma a esse respeito que:

Para o meu curso, havia 30 vagas. Havia 33 finalistas para o último exame de seleção, que era de língua estrangeira. Inglês... não sei se havia outra opção, mas eu não sabia muito francês e fiz inglês. Ficaram só dezesseis. E não se preenchiam as vagas. Era uma ociosidade. Na minha turma, teve apenas 16 alunos, no período diurno. Eu entrei em 1962.

Eu fiz o primeiro ano e achei muito decepcionante. Mas aí, eles fizeram uma reforma criando três áreas de concentração, que eles chamavam de conjuntos. Tinha o de Filosofia, tinha o de Administração Escolar e um que estava a Mariinha [Maria José Garcia Werebe], o de Orientação Educacional [e Assistência Social]. Aí eu

³⁵ Importa assinalar que a criação deste Serviço colocou em conflito a disciplina de Orientação Educacional (e sua livre-docente) com a Cadeira de Psicologia, regida por Anita Marcondes Cabral. Esta temática será tratada posteriormente.

optei pelo de Filosofia e fiquei felicíssima. Nós éramos apenas seis alunas nesse conjunto. Praticamente aulas particulares³⁶.

Uma parte das explicações para o ingresso restrito ao curso de Pedagogia pode ser localizado nas memórias de Helena Coharik Chamilian a respeito do concurso vestibular:

Eu já entrei no curso de Pedagogia funcionando na Cidade Universitária [...] O vestibular era segmentado nos diversos departamentos da Faculdade de Filosofia. Então, no vestibular [de Pedagogia] havia exames escritos e orais. Eu me lembro que tínhamos exame oral de História, Literatura, uma língua estrangeira. [...] Então, o contato com alguns professores renomados do curso de Pedagogia se deu já no exame vestibular. Nós fazíamos provas assustadoras para jovens que tinham de dissertar ou responder as questões, ali, oralmente. [...]. Eu me lembro do exame de Literatura que foi com o Roque Spencer Maciel de Barros que me fez perguntas sobre o [livro] São Bernardo. De inglês, eu não me lembro do examinador. Mas me lembro da circunstância de receber um texto, de cerca de dez linhas, para tradução. Eu não me lembro se tínhamos um tempo, uns minutos, para traduzir primeiro por escrito, mas tínhamos de apresentar oralmente³⁷.

Marta Chagas de Carvalho, ingressando em 1964, também se recorda do exame vestibular com traços semelhantes àqueles trazidos por Helena Coharik Chamilian. Com um examinador distinto para Literatura, a prova oral tomou outro caminho:

Eu me lembro muito do vestibular. Havia provas orais. Eu lembro que fui arguida pela Professora Maria José Garcia Werebe, pelo professor José Eduardo Rodrigues Villalobos... A Werebe foi de Francês, o Villalobos foi sobre literatura. Me lembro muito bem da prova de Literatura. Villalobos (que mais tarde seria meu orientador) era o terror das pessoas e eu tive uma boa prova com ele. E veja, não era uma arguição sobre este ou aquele livro... era de outro jeito. Ele perguntava o que você tinha lido nos últimos meses, no último ano e a partir dali, pedia que você comentasse, discorresse, sobre algum aspecto daquela obra, sobre algum elemento³⁸.

Marta Wolak Grosbaum, que foi aluna do curso de Pedagogia entre 1962 e 1965 também recorda do seu vestibular com o mesmo grau de dificuldade. Recorda, inclusive, de sua reprovação no exame de língua estrangeira:

Bom, eu prestei vestibular pra USP e pra PUC. Na USP, eram exames eliminatórios: você fazia um, esperava o resultado, ia *pro* segundo, *pro* terceiro, tal...e a última era língua [estrangeira]: inglês ou francês. E eu não sabia nem inglês e nem francês. Ainda achava que eu me virava melhor em inglês do que em francês. Bom, a PUC eu fiz o vestibular e logo passei, pronto. Na USP, tinha de esperar os resultados. E eu fui reprovada no exame de inglês [...] No exame oral de inglês, quem me examinou era um professor de Estatística, que se chamava Severo (e que era muito severo mesmo) [...] E o texto – nunca vou esquecer – o texto que ele pediu *pra* eu traduzir [...] era um texto que falava da Igreja [...] Bom, fui mal, fui reprovada³⁹.

³⁶ Depoimento concedido ao pesquisador em 15/01/2015.

³⁷ Depoimento concedido ao pesquisador em 10/12/2014.

³⁸ Depoimento concedido ao pesquisador em 10/02/2015.

³⁹ Depoimento concedido ao pesquisador em 03/02/2015. Marta Grosbaum foi reprovada no exame vestibular, mas, ao concluir o primeiro ano do curso de Pedagogia na PUCSP, prestou exames de transferência para o curso de Pedagogia da USP e foi aprovada, ingressando no 2º ano, no conjunto de Orientação Educacional. Em 1963, solicitou sua matrícula no conjunto de orientação educacional. Mesmo sendo aluna do 3º ano, teve sua solicitação aprovada e frequentou as disciplinas deste conjunto.

A parte comum do curso de Pedagogia era organizada conforme se apresenta no Quadro 5, que segue. Não constam, no quadro, as disciplinas de Biologia Educacional e Higiene Escolar (vinculadas à cadeira de Biologia Geral), a disciplina de Complementos de Matemática (vinculada à cadeira de mesmo nome) e a disciplina de Estatística aplicada à Educação (vinculada à cadeira de Estatística II). Essas disciplinas tiveram oferta fixa nos anos de 1962 e 1963, mas, a partir de 1964, sua oferta foi irregular. Complementos de Matemática, quando ofertada, era ministrada no primeiro semestre do primeiro ano. Estatística, quando ofertada, era ministrada no segundo semestre do primeiro ano. As disciplinas da cadeira de Biologia Geral, quando ofertadas, eram ministradas no segundo ano. A partir de 1965, Estatística Aplicada à Educação passou a integrar o Conjunto de Administração Escolar e Biologia e Higiene passaram a integrar o Conjunto de Orientação Educacional⁴⁰.

As disciplinas do primeiro semestre eram consideradas pré-requisitos (aprovação obrigatória) para a matrícula nas disciplinas correspondentes, linha a linha, do segundo semestre. A mesma lógica se estabelecia para a matrícula nos anos seguintes.

Quadro 5. Disciplinas do Curso de Pedagogia – Parte Comum

			continua
			Disciplinas
		1º Semestre	2º Semestre
1º ANO		Filosofia da Educação	Filosofia da Educação
		Teoria e Prática da Escola Primária	Teoria e Prática da Escola Primária
		Psicologia Educacional	Introdução à Orientação Educacional
		Sociologia Geral	Sociologia da Educação
		Introdução à Economia	Administração Escolar
2º ANO		História da Educação	História da Educação
		Psicologia da Educação	Psicologia da Educação
		Sociologia da Educação	Técnicas Audiovisuais da Educação
3º ANO		Psicologia da Educação	Didática: Metodologia do Ensino Médio

⁴⁰ A despeito de constarem ou não na parte comum do curso, Biologia e Higiene eram parte das disciplinas obrigatórias do Conjunto C (Orientação Educacional). Estatística era parte obrigatória do Conjunto B (Administração Escolar e Educação Comparada).

conclusão

Disciplinas		
	1º Semestre	2º Semestre
3º ANO	Psicologia da Educação	Didática: Metodologia do Ensino Médio
4º ANO	Prática de Ensino	Prática de Ensino
		Filosofia da Educação

Fontes: Elaborado pelo pesquisador a partir das informações disponíveis em: Atas da Congregação, Livro VII, fls. 28-9; Programas Aprovados pela FFCL em (1962, 1963, 1964, 1965, 1967 e 1968) e Guia da Divisão de Filosofia e Educação (1996).

Importa assinalar – apesar de não ser objeto desta tese – a presença e atuação dos professores das outras cadeiras e departamentos da FFCL na formação geral (e também dos conjuntos). Helena Coharik Chamilian recorda que:

As disciplinas do curso eram semestrais, mas principalmente, o dado mais importante, é que, especialmente no primeiro e no segundo ano, uma parte delas não era dada pelos docentes do Departamento de Educação. Isso é relevante de dizer porque eu tive professores muito ilustres nesse primeiro ano. A exemplo da Maria Alice Foracchi, que era do curso de Ciências Sociais. Era um curso memorável que me marcou muito, e o professor Douglas Monteiro⁴¹.

Quanto à parte diversificada do currículo (os conjuntos), houve pouca variação na distribuição das disciplinas no período de 1963 a 1967, de forma que os Quadros apresentados (Quadros 6 a 8), a seguir foram baseados nas informações constantes no Guia da Divisão de Filosofia e Educação, editado em 1966:

⁴¹ Depoimento concedido ao pesquisador em 10/12/2014.

Quadro 6. Disciplinas do Conjunto A – História e Filosofia da Educação – Pré-requisitos: Aprovação em dois semestres de Filosofia da Educação (1º ano)

Período	Disciplinas	
	1º semestre	2º semestre
2º ANO	História da Filosofia (Cadeira de História da Filosofia)	História da Filosofia (Cadeira de História da Filosofia)
	História da Educação	História da Educação
3º ANO	História da Filosofia	História da Filosofia
	História da Educação	História da Educação
	Educação Comparada	Educação Comparada
4º ANO	História da Educação	História da Educação
	História da Filosofia	História da Filosofia
	Filosofia da Educação	Filosofia da Educação
	História da Educação – Trabalho de Pesquisa (optativa)	

Fonte: elaborado pelo pesquisador a partir das informações apresentadas em: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1966, p. 54-8).

Quadro 7. Conjunto B – Administração Escolar – Pré-requisitos: Aprovação em dois semestres de Filosofia da Educação (1º ano)

Período	Disciplinas	
	1º semestre	2º semestre
2º ANO	Administração Escolar	Administração Escolar
	Estatística (Cadeira de Estatística II)	Estatística (Cadeira de Estatística II)
3º ANO	Administração Escolar	Administração Escolar
	Economia (Cadeira de História das Doutrinas Econômicas)	Economia (Cadeira de História das Doutrinas Econômicas)
	Psicotécnica	Sociologia do Trabalho
4º ANO	Administração Escolar	Administração Escolar
	Educação Comparada	Educação Comparada

Fonte: elaborado pelo pesquisador a partir das informações apresentadas em: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1966, p. 54-8).

Quadro 8. Conjunto C – Orientação Educacional – Pré-Requisitos: Aprovação em Introdução à Orientação Educacional e Sociologia Geral

Período	Disciplinas	
	1º semestre	2º semestre
2º ANO	Biologia (Cadeira de Biologia Geral) Sociologia (Cadeira de Sociologia I)	Higiene (Cadeira de Biologia Geral) Sociologia (Cad. Sociologia I)
3º ANO	Psicologia Social (Cadeira de Psicologia) Estatística Aplicada (Cadeira de Estatística II) Orientação Educacional: problemas de ajustamento	Psicologia Social (Cadeira de Psicologia) Estatística Aplicada (Cadeira de Estatística II) Orientação Educacional: problemas de ajustamento
4º ANO	Teoria da Orientação Educacional Antropologia (Cadeira de Antropologia) Dinâmica de Grupo Estudos de Oportunidades de Ocupação	Teoria da Orientação Educacional Antropologia (Cadeira de Antropologia) Dinâmica de Grupo

Fonte: elaborado pelo pesquisador a partir das informações apresentadas em: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1966, p. 54-8).

Como se identifica pela denominação dos conjuntos, cada uma das duas cadeiras que se aglutinaram para formar o Departamento de Educação respondia pela oferta dos conjuntos A e B, enquanto a disciplina autônoma de Orientação Educacional, oferecida pela livre-docente Maria José Garcia Werebe respondia pelo conjunto C⁴².

Além das aptidões e interesses individuais que cada aluno poderia desenvolver antes do ingresso no curso de Pedagogia e ao longo do primeiro ano, a escolha dos estudantes pelo conjunto que desejariam cursar a partir do segundo ano era feita com base na apresentação dos programas pelos professores que responderiam pelas disciplinas de cada uma das áreas de concentração. Sobre este processo, Helena Coharik Chamilian lembra

O curso estava estruturado em três conjuntos: Orientação, Administração e História e Filosofia da Educação. E eu optei por História e Filosofia da Educação, então a lembrança mais viva são desses últimos anos [...] Na verdade, minha primeira opção teria sido Administração. Mas, um professor de cada uma dessas áreas marcou com

⁴² Importa frisar que o Conjunto A, nomeado em 1966, de História e Filosofia da Educação, apareceu, na primeira versão da divisão de conjuntos, apenas como Filosofia da Educação. A partir de 1964, o nome História e Filosofia da Educação é adotado definitivamente. Da mesma maneira, nos anos de 1963 e 1964, o conjunto C apareceu, nos documentos, com o nome de Orientação Educacional e Assistência Social. A partir de 1965, há ocorrências concomitantes do nome composto e do nome simples, como adotado no Guia: Orientação Educacional.

a gente um horário para apresentar cada um dos conjuntos. E eu estava muito dividida entre Administração e História e Filosofia [...] Quem apresentou o conjunto [de História e Filosofia] foi o [João Eduardo Rodrigues] Villalobos. Ele chegou com um desafio: “Vocês querem fazer esse conjunto? Então a bibliografia é toda estrangeira. Quem lê alemão? Quem lê italiano? Quem lê francês? Quem lê inglês?”. E eu pensei acho que aqui eu vou encontrar um desafio! Optei por isso. Foi só isso⁴³.

A distribuição do interesse dos alunos pelos conjuntos pode ser observada na Tabela 1, que segue. A partir dos registros disponíveis no Guia da Divisão de Filosofia e Educação de 1966 e no documento *Programas para o Curso de Pedagogia e Diversos Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* (1972), o quadro abaixo apresenta dados referentes ao número de alunos matriculados em cada conjunto em 1964, 1965 e 1966. Não foi possível localizar dados dos outros anos, mas considerando o fluxo escolar e a duração do curso de Pedagogia, é plausível considerar os dados existentes como representativos de todo o período de vigência da lógica dos conjuntos.

Tabela 1. Distribuição do interesse dos alunos pelos conjuntos

Conjuntos	Alunos Matriculados					
	1964		1965		1966	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
História e Filosofia da Educação	13	-*	16	-	21	-
Administração Escolar e Educação Comparada	19	9	29	13	36	16
Orientação Educacional	51	13	88	17	98	25

Fontes: elaborado pelo pesquisador a partir das informações apresentadas em: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1966) e Faculdade de Educação da USP (1972).

-* indica valor nulo.

Vale ressaltar que os conjuntos de Orientação Educacional e Administração Escolar e Educação Comparada despertavam maior interesse dos alunos, em parte, porque se vocacionavam de maneira mais evidente para a atuação como especialistas no ensino fora da Universidade. Cada um dos conjuntos mantinha características muito singulares no que tange

⁴³ Depoimento concedido ao pesquisador em 10/12/2014.

à formação oferecida aos estudantes. Essas características se explicitam tanto nos currículos das disciplinas quanto na relação estabelecida entre os alunos e destes com seus professores. Na memória de Marta Chagas de Carvalho essa distinção assim se coloca:

Eu me lembro que era muito setorizado. Quem fazia outro conjunto não tinha muita conversa. Até porque eu acho que as divisões já se colocavam, ou já estavam começando no interior do corpo docente e acabavam se espalhando também no corpo discente⁴⁴.

3.1 O CONJUNTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

O grupo de docentes vinculados ao conjunto de História e Filosofia da Educação foi organizado por Laerte Ramos de Carvalho. Seu assistente (Roque Spencer Maciel de Barros) e os instrutores que foram agregados posteriormente, professavam e seguiam uma forma específica de produzir, sistematizar e transmitir história e filosofia da Educação⁴⁵.

As disciplinas do curso de pedagogia oferecidas por este conjunto, tanto na parte geral quanto na parte específica (esta segunda, exclusivamente no período diurno) eram regidas pelos assistentes, pelos instrutores e pelo próprio Catedrático (Quadro 9). Com alguma variação no período de 1962 a 1967, o quadro abaixo reúne as informações sobre seus responsáveis, com base nos programas aprovados pela Congregação da FFCL no período.

Quadro 9. Disciplinas do curso de Pedagogia oferecidas no conjunto de História e Filosofia da Educação

continua	
Disciplina	Docente(s) Responsável(is)
Parte Geral	Filosofia da Educação - 1º ano (2 semestres)
	João Eduardo Rodrigues Villalobos
	José Mario Pires Azanha (noturno)
	História da Educação – 2º ano / 1º Semestre
	Maria de Lourdes Mariotto Toniollo
	História da Educação – 2º ano / 2º Semestre
	Roque Spencer Maciel de Barros

⁴⁴ Depoimento concedido ao pesquisador em 10/02/2015.

⁴⁵ A tese de Bontempi Jr. (2001) a respeito da Cadeira de História e Filosofia da Educação detalha o processo de constituição deste grupo de intelectuais, suas preferências teóricas e seus processos de formação e de produção de conhecimento e pesquisa na área.

conclusão

	Disciplina	Docente(s) Responsável(is)
Parte Específica – Conjunto A	Filosofia da Educação – 4º ano/ 2º Semestre	Laerte Ramos de Carvalho ⁴⁶
	História da Filosofia – 2º ano (2 semestres)	Mario Leônidas Casanova ⁴⁷
	História da Educação – 2º ano (2 semestres)	Roque Spencer Maciel de Barros
	História da Filosofia – 3º ano (2 semestres)	João Eduardo Rodrigues Villalobos Mario Leônidas Casanova
	História da Educação – 3º ano/ 1º Semestre	Rui da Costa Nunes
	História da Educação – 3º ano/ 1º Semestre	João Eduardo Rodrigues Villalobos Heládio Antunha
	História da Filosofia – 4º ano / 1º Semestre	João Eduardo Rodrigues Villalobos José Mario Pires Azanha
	História da Educação – 4º ano/2º Semestre	Roque Spencer Maciel de Barros João Eduardo Rodrigues Villalobos Heládio Antunha
	Filosofia da Educação – 4º ano / 1º Semestre	Laerte Ramos de Carvalho

Fonte: elaborado pelo pesquisador, a partir dos dados da pesquisa

O conjunto de História e Filosofia da Educação se posicionava de forma bastante distante com relação ao curso de Filosofia e ao curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tal situação era distinta daquela vivida pelas disciplinas da área de Sociologia (que permaneciam atreladas às cadeiras de Sociologia I e II) e também distinta das disciplinas de Psicologia da Educação (que, a partir de 1962, passaram a integrar o Departamento de Psicologia Educacional). O depoimento de Maria Cecília Cortez Christiano de Souza explicita traços dessa singularidade:

Com a vinda para o CRPE, havia uma divisão quase geográfica, no início, mas também uma divisão teórica e ideológica muito marcada. Os professores da

⁴⁶ Em seus períodos de afastamento, o catedrático foi substituído por Roque Spencer Maciel de Barros. Quando o curso era oferecido no período noturno, a substituição se dava em favor de João Eduardo Rodrigues Villalobos.

⁴⁷ Mario Leônidas Casanova estava oficialmente vinculado à Cadeira de História da Filosofia da Seção de Filosofia da FFCL. Mas atuou como docente no curso de Pedagogia ao longo da década. No momento em que a Faculdade de Educação alcançou sua autonomia, a pedido de Laerte Ramos de Carvalho, Casanova foi lotado no Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, definitivamente.

Filosofia [Maria Antônia] eram chamados pelo pessoal daqui [da Educação] de *marxistas*. [...] E os professores daqui eram chamados pelos de lá de neo-kantistas, neo-idealistas da Vila Pirajussara. Então, embora todos se conhecessem, havia mesmo uma diferença entre eles⁴⁸.

Com recordações semelhantes às da professora, Elba Siqueira de Sá Barreto assinala certa concentração dos estudos da área de filosofia do Conjunto A que organizava a formação dos seus estudantes em algumas correntes filosóficas específicas, de forma distinta a que se adotava na Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia:

Na Filosofia, nós fomos pajeadas, praticamente, pelo Villalobos. Nós tínhamos aula direto, a semana inteira, com ele. Eu fiz um ótimo curso de Filosofia Clássica... até Kant. Depois de Kant, dispersou um pouco, os professores se interessavam muito pouco. Tivemos um pouquinho de Schopenhauer, um pouquinho de Pfänder, da ética da fenomenologia... E o Roque dava algumas coisas, mas o grosso do curso a gente fez com o Villalobos. Eram muitas aulas por semana. Com ele, no segundo ano, a gente leu toda a filosofia clássica, os poetas elegíacos. Tivemos um outro professor, que eu não me lembro, mas que deu filosofia medieval [provavelmente, Rui da Costa Nunes⁴⁹]. Depois fizemos com o Casanova um curso de Descartes, depois estudamos muito a Crítica da Razão Pura, mas a Filosofia contemporânea, a gente quase não estudava. Era um curso clássico. A filosofia, digamos *up to date*, não era muito ensinada. Os *marxistas* eram os professores da Filosofia⁵⁰.

No caso da turma de Marta Chagas de Carvalho, a figura de referência da qual se recorda não é Villalobos:

Eu me lembro também que, por alguma razão, o professor Roque Spencer Maciel de Barros quis tutelar essa turma. Ele pegou praticamente todos os cursos. Todos os cursos de Filosofia da Educação, História da Filosofia... todos com ele. Teve alguma colaboração da Maria de Lourdes Mariotto e eu me lembro que o Villalobos deu aula um semestre. Mas, o professor Roque acompanhou a turma e se encarregou da formação [...]. Acho que talvez ele estivesse interessado em extrair corpo docente dali⁵¹.

A vocação filosófica do conjunto A e suas distinções com a Filosofia ensinada no curso da Maria Antônia também são evidenciadas na memória de Marta Chagas de Carvalho sobre a escolha pelo curso de Pedagogia:

Minha vontade, um pouco anteriormente à decisão de fazer Pedagogia, era fazer Filosofia. Mas, nesses assuntos acadêmicos, de vida intelectual, eu era muito influenciada pelo meu pai [Laerte Ramos de Carvalho]. Naquele momento, já existiam ou estavam sendo montados os conjuntos. Acho que ele estava muito empolgado com isso e algumas daquelas rixas e divisões dos anos 1960 já estavam aparecendo, isso era 1963-1964 [...]. Então, ele me convenceu de que eu aprenderia

⁴⁸ Depoimento concedido ao pesquisador em 08/12/2014.

⁴⁹ Em depoimento concedido ao pesquisador no dia 11/2/2015, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, afirmou que o professor era um medievalista reconhecido e ministrava os conteúdos relativos a este período da História da Filosofia. Belmira foi aluna de Rui da Costa Nunes ainda em Sorocaba, antes daquele professor tornar-se docente na FFCL e, no período de 1971 a 1978, Rui a orientou em seu trabalho de mestrado.

⁵⁰ Depoimento concedido ao pesquisador em 15/01/2015.

⁵¹ Depoimento concedido ao pesquisador em 10/02/2015.

mais filosofia fazendo o conjunto de História e Filosofia do que fazendo o curso de Filosofia⁵².

Outra figura bastante referida na memória das ex-alunas do Conjunto A foi José Mario Pires Azanha. O instrutor era responsável por ministrar algumas das disciplinas do conjunto, mas também por realizar e, a partir da segunda metade dos anos 1960, coordenar projetos e atividades de pesquisa e assessoramento junto ao CRPE. Elba Siqueira de Sá Barreto lembra que:

O Zé Mario Azanha coordenava um programa do INEP, pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais: o PATE. Programa de Assistência Técnica aos Estados do Nordeste. O Nordeste era a grande vedete, era o lugar de maior radicalização, onde a miséria ficava mais difícil e naquela discussão de mudança radical da sociedade, a gente mirava muito o Nordeste como o lugar da extrema exploração e da pobreza e que, portanto, exigia uma intervenção. E o programa do INEP tinha uma concepção interessante. A professora Lisete também entrou neste programa. Ele tinha uma concepção de não-intervenção deliberada. Era um programa de apoio às Secretarias de Educação. As Secretarias de Educação do Nordeste que se dispusessem a ter apoio técnico, elas se inscreviam nesse programa e nós, que éramos assistentes técnicos, aqui de São Paulo, nós estudávamos, líamos uma bibliografia enorme de gestão, de política educacional, e íamos para lá, pra fazer o que o Secretário entendesse que era necessário, tecnicamente. A gente não saía daqui com uma tarefa específica. Eu fui para o Sergipe, para Aracaju [...] Naquele ano, em Aracaju, nos fizemos a Reforma Administrativa da Secretaria, por exemplo⁵³.

O Guia da Divisão de Filosofia e Educação, de 1966, sintetizou informações referentes aos programas aprovados em 1965 (que foram mantidos para o ano de edição do guia). Confrontando este documento aos programas aprovados pela Congregação no período de 1962 a 1967, bem como com o documento *Programas para o Curso de Pedagogia e Diversos Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*⁵⁴ (1972), é possível verificar que este último traduz de forma mais próxima as principais recorrências dos programas ao longo da década. Quanto às disciplinas oferecidas por este conjunto para todos os alunos da Pedagogia, os conteúdos listados no Quadro 10, a seguir:

⁵² Depoimento concedido ao pesquisador em 10/02/2015.

⁵³ Depoimento concedido ao pesquisador em 15/01/2015.

⁵⁴ Este documento foi utilizado, ao longo da década de 1970, como base para os processos de reingresso daqueles que, retornando ao curso de Pedagogia para cursar novas habilitações, desejavam aproveitamento de estudos realizados anteriormente e para instruir a adaptação curricular dos alunos transferidos de outras Faculdades.

Quadro 10. Disciplinas oferecidas no conjunto Filosofia da Educação para todos os alunos da Pedagogia

	Conjunto	Período	Disciplinas	
			1º semestre	2º semestre
Filosofia da Educação		1º ANO	<p><i>Introdução à Educação</i></p> <p>1.O significado filosófico da educação.</p> <p>2.Educação e Ciência</p> <p>3.Educação e Ética.</p> <p>4.Educação e Política</p>	<p><i>Noções gerais da Filosofia</i></p> <p>1. Os problemas básicos da Filosofia e as tendências filosóficas principais.</p> <p>a) O problema do conhecimento;</p> <p>b) O problema moral;</p> <p>c) O problema estético;</p> <p>d) A lógica;</p> <p>e) Os problemas metafísicos.</p>
		2º ANO	<p>5.Os ideais da educação grega.</p> <p>6.Educação helenística e romana.</p> <p>7.O cristianismo e a educação.</p> <p>8.A educação medieval</p>	<p>f) O homem moderno e a reformulação do universo pedagógico.</p> <p>g) A revolução rosseauiana.</p> <p>h) A problemática da pedagógica do oitocentos.</p> <p>i) O sentido da pedagogia contemporânea.</p>
		4º ANO	<p><u>Os fundamentos filosóficos da educação</u></p> <p>1. A atitude científica: as diferentes áreas do conhecimento científico da realidade educacional. Descrição e análise.</p> <p>2. A atitude filosófica como atitude crítica. A educação e a filosofia: Ética e educação. A educação como processo finalístico. O problema dos fins.</p>	

Fontes: Elaborado pelo pesquisador a partir das informações disponíveis em: Programas Aprovados pela FFCL em (1962, 1963, 1964, 1965, 1967 e 1968), Guia da Divisão de Filosofia e Educação (1996) e Programas para o Curso de Pedagogia e Diversos Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1972).

Quanto aos conteúdos listados para as disciplinas cursadas exclusivamente pelos alunos do conjunto, a distribuição era a seguinte:

Quadro 11. Conteúdos listados para as disciplinas cursadas exclusivamente pelos alunos do conjunto

continua

Conjunto	Período	Disciplinas	
		1º semestre	2º semestre
História da Filosofia	2º ANO	1. O pensamento racional e o nascimento da filosofia. 2. A filosofia jônica. 3. A reflexão sobre o ser: os eleatas. 4. O pitagorismo. 5. Empédocles, Anaxágoras e o atomismo. 6. A filosofia humanista: os sofistas e Sócrates.	<u>Platão</u> 1. Problemas gerais referentes ao estudo de Platão. 2. A evolução do pensamento platônico. 3. A teoria platônica do conhecimento e do ser. 4. A teoria ética, política e pedagógica de Platão.
		1. De Homero a Píndaro: do herói guerreiro ao guerreiro olímpico. 2. Os ideais da educação espartana. 3. A evolução do estado jurídico ateniense. 4. A sofística como pedagogia. 5. Educação e autonomia: Sócrates. 6. Filosofia e retórica: Platão e Isócrates. 7. A educação helenística e romana. 8. O cristianismo e a educação	<u>Tragédia Grega e Educação</u> 1. O nascimento da tragédia. 2. A significação educativa da tragédia esquiliana. 3. Sófocles. 4. A tragédia de Eurípedes
História da Filosofia	3º ANO	1. Patrística e Filosofia. 2. A Filosofia na Alta Idade Média. 3. O Renascimento do Século XII. 4. A Filosofia no Mundo Árabe. 5. A Filosofia no Século XIII. 6. O fim da Idade Média.	1. O Empirismo: John Locke e Francis Bacon. 2. Racionalismo: Descartes. 3. O sistema racionalista de Spinoza.
		1. A educação na Alta Idade Média. 2. O Renascimento Carolíngio. 3. O Renascimento do Século XII. 4. As Universidades, o método escolástico e as teorias pedagógicas. 5. Renascimento e a educação humanística. 6. Educação humanística na Itália. 7. Educação Humanística no norte da Europa. 8. Reforma e Educação. Influências educacionais dos Protestantes. 9. A Contra-Reforma Católica	
História da Filosofia	4º ANO	1. Kant e a Crítica da Razão Pura (curso monográfico) 2. O problema da Liberdade e a Educação	Hermann Hesse: Literatura e Filosofia (curso monográfico)

Conjunto	Período	Disciplinas	
		1º semestre	2º semestre
História da Educação	4º ANO	1. O homem moderno e a reformulação do universo pedagógico.	<i>John Dewey</i> a) A obra filosófica; b) a obra pedagógica;
		2. A revolução rousseauriana: a) o homem, b) a obra, c) o significado histórico de seu pensamento pedagógico	c) os fundamentos filosóficos e o significado histórico de sua pedagogia
		3. A problemática da teoria pedagógica no século XIX.	
		4. O sentido da pedagogia contemporânea	
Hist. da Educação Brasileira ⁵⁵		1. A Contra-Reforma Católica e a Educação Jesuítica.	
		2. <i>Ratio Studiorum</i> .	
		3. As reformas pombalinas.	
		4. A Educação no Império.	
		5. A Educação na primeira república.	
		6. Os reformadores da Educação.	
		7. O manifesto dos pioneiros da Educação Nova.	
		8. A Educação Brasileira: problemas e desafios	

Fontes: Elaborado pelo pesquisador a partir das informações disponíveis em: Programas Aprovados pela FFCL em (1962, 1963, 1964, 1965, 1967 e 1968), Guia da Divisão de Filosofia e Educação (1996) e Programas para o Curso de Pedagogia e Diversos Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1972).

Nas memórias das ex-alunas do conjunto, as aulas das disciplinas de História da Filosofia e História da Educação eram fortemente marcadas pela preleção e exposição erudita de seus professores, bem como pela carga adensada de leituras exigidas para acompanhá-las. Marieta Nicolau, aluna do conjunto em meados da década de 1960, lembra que:

O professor Roque Spencer Maciel de Barros era uma figura brilhante, tinha uma cultura geral assombrosa. Ele recitava de cor as tragédias gregas de uma forma que eu ficava deslumbrada, sabe? [...] Eu peguei a Maria Antônia uma parte. Daí eu fiz um ano na Maria Antônia e fui pra Inglaterra. Tive de parar o curso. E aí, eu consegui reassumir quando eu voltei. [...] Na Maria Antônia, eu fiz disciplinas

⁵⁵ Esta disciplina apareceu de forma distinta apenas em apenas dois dos programas consultados entre 1962 e 1967. Tal condição confirma a análise de Bontempi Jr. (2011). O pesquisador, analisando os traços definidores do ensino na cadeira de História e Filosofia da Educação assinala que “em verdade, a História da Educação Brasileira não existia como ‘disciplina específica’, aparecendo com algum destaque nos cursos da Cadeira XLV apenas nos momentos em que os problemas da educação estavam em maior evidência do lado de fora da Faculdade” (BONTEMPI Jr., 2011, p. 233).

básicas: [Complementos de] Matemática, Biologia, que a gente fazia na Glete. Não lembro muito das outras⁵⁶.

O professor João Eduardo Villalobos era outro que eu admirava muito. Ele era muito competente, educado, mas bem sisudo assim... todo mundo morria de medo dele. E, eu me lembro que uma vez, ele deu um livro pra nós lermos, o *Demian*, e eu, como tinha muita experiência de escola, eu sei que eu escrevi um trabalhinho e – morrendo de medo pelas exigências do Vilallobos – e aí ele gostou do meu trabalho. Então eu fiquei muito, não sei se lisonjeada ou assustada. E aí, ele pôs o trabalho na porta da sala dele e mandou que os outros alunos fossem ler⁵⁷.

Bontempi Jr. (2011) assinala a preferência pela Filosofia instaurada na cadeira de História e Filosofia da Educação:

Na cadeira de História e Filosofia da Educação, a Filosofia permaneceu fornecendo os princípios gerais, prevalecendo como a matéria preferida, não só dos regentes, mas também do assistente Roque Spencer Maciel de Barros e do auxiliar João Eduardo Rodrigues Villalobos, ambos licenciados em Filosofia (BONTEMPI Jr., 2011, p. 236).

Em depoimento concedido ao pesquisador, o próprio Roque Spencer assinala que:

a gente considerava a Pedagogia, particularmente, como uma espécie de dependência de algo que era mais genérico e mais importante, que era a história do pensamento, de uma forma geral, e dentro da história do pensamento, a História da Filosofia. Então, interessava à gente menos as técnicas pedagógicas do que o problema de fins da educação, para que educar, etc., em função de um contexto, de uma ideia de formação do homem, que é um problema filosófico, fundamentalmente. E era por aí que a gente conduzia, em geral os cursos (BARROS, 1998 apud BONTEMPI Jr., 2011, p. 236).

Esse desejo de garantir aos estudantes uma formação aprofundada no campo da história do pensamento ou da história da Filosofia que lhes permitisse enquadrar adequadamente a questão pedagógica como subsidiária da questão maior da formação do homem é parte das recordações de Bernardete Gatti sobre o curso de Pedagogia que frequentou:

O curso era muito denso. Vou te dar só um exemplo: professor de filosofia. No primeiro dia, ele já chega com uma lista de 80 livros, metade em inglês, metade em francês. Não perguntava se você lia, se você não lia. E ele disse que ele ia desenvolvendo as matérias, fazendo as citações, depois nós tínhamos que ler determinados capítulos que ele ia indicando. A mesma coisa com psicologia. [...] E nós tínhamos provas. Pesadas, individuais, dissertativas. [...] E o noturno não era diferente, também era um curso bastante pesado. [...] De certa forma, ainda era a ideia da formação do filósofo, talvez algo parecido ao da Escola Normal Superior Francesa⁵⁸.

Por outro lado, a proximidade garantida pelo número pequeno de alunos, permitia aos professores conhecer e dar-se a conhecer de forma também mais acentuada ao longo do

⁵⁶ Depoimento concedido ao pesquisador em 27/01/2015.

⁵⁷ Depoimento concedido ao pesquisador em 27/01/2015

⁵⁸ Depoimento concedido ao pesquisador em 05/03/2015.

tempo, quando havia disponibilidade pessoal para tanto. Helena Coharik Chamilian recorda que:

Quem fez a aproximação e nos olhou como pessoas, com todo seu brilhantismo, foi o Professor Laerte. Eu lembro que no último dia de aula, ele devolveu os nossos trabalhos e nos deu, para cada um de nós, as nossas características: você tem tais características intelectuais. Eu acho que foi um presente. Porque, ao mesmo tempo nos tira de uma situação aérea, nos coloca no chão, mas com uma delicadeza firme. Foi impressionante, assim, inesquecível⁵⁹.

A partir de 1965, na memória das suas ex-alunas, o conjunto de História e Filosofia da Educação passa a atrair maior hostilidade dos outros dois conjuntos, especialmente com a ida de Laerte Ramos de Carvalho para a Reitoria da Universidade de Brasília. Elba Siqueira de Sá Barreto assinala que:

O Laerte já estava em Brasília e, claro, a gente ficou com um pé atrás, porque ele teria aderido ao governo militar. Mas a gente lutava por uma transformação radical da sociedade e tinha toda uma aprendizagem de militância que vinha dos movimentos sociais, da igreja e mesmo dos outros professores do curso que, muitas vezes se posicionavam. Agora, depois que eu saí, em 1966, a Faculdade começou a entrar num período, eu acho, de obscuração política... o Roque, inclusive. Ele e o Villalobos tinham participado da Campanha em Defesa da Escola Pública, com o Florestan Fernandes... e, de repente, a faculdade começou a ficar muito fechada, muito conservadora, muito reacionária pros meus padrões, sabe? Naquele período a gente era tão radical...⁶⁰.

Da mesma maneira, Helena Coharik Chamilian recorda de outros contornos possíveis do lugar do Conjunto de História e Filosofia da Educação em relação aos demais conjuntos:

A orientação tinha a Maria José Werebe. Então, a orientação tinha essa marca da contestação, não é? O pessoal da Administração, eu acho, era o mais conservador. E o pessoal da História e Filosofia tinha um embate que não era uma coisa, assim “nós somos conservadores e ponto”. Não. Eram pontos de vista muito diferentes. Mas, eu diria a você que, embora eles não fossem marxistas, eles eram tão sólidos na formação filosófica quanto o que se via na Filosofia da Maria Antônia. Então, o que acontecia era assim: nós não tínhamos assim a filosofia *up to date*. Quem nos deu essa filosofia mais atual, um pouco, foi o Laerte. Mas, ele veio com a lógica, com todas as discussões epistemológicas do final do século XIX e pra todo o século XX. Então, nos aproximou do debate. Ele era anticomunista, isso ele era mesmo. O Roque também, ligado ao Estadão e tal. O Vilallobos, não. O Vilallobos era um intelectual independente. E internamente, eles eram diferentes entre si. Não se alinhavam tanto. Era mais quando se fazia necessário um discurso exterior⁶¹.

Frente à memória de Chamilian, João Gualberto de Menezes, instrutor do Conjunto de Administração Escolar, tem outra leitura:

O problema é que você está falando sobre um momento muito difícil para a Universidade. Em 1963, eu tinha sido membro do comando da greve do magistério, que durou mais de três meses e, mais ainda, era um movimento contestatório [...]. O Querino não se incomodava nem censurava a gente por isso. E isso também criava,

⁵⁹ Depoimento concedido ao pesquisador em 10/12/2014

⁶⁰ Depoimento concedido ao pesquisador em 15/01/2015.

⁶¹ Depoimento concedido ao pesquisador em 10/12/2014.

especialmente neste grupo da Cadeira de Filosofia, uma certa resistência, porque este grupo era muito mais ligado... Você imagina só: o Laerte foi nomeado Reitor da Universidade de Brasília, por ato do Presidente Castelo Branco, em 1965. O primeiro Reitor saiu, que foi o Darcy, entrou o segundo Reitor, que era o professor Zeferino, e aí o Zeferino também não quis ficar mais, devido ao movimento do Regime Militar, e foi nomeado o Laerte [...]. Então, esse momento de políticas era uma época muito complicada para você sobreviver (ARF, 2012, p. 181).

A ida de Laerte Ramos de Carvalho para a Universidade de Brasília alçou Roque Spencer Maciel de Barros à condição de liderança do Conjunto de História e Filosofia da Educação. Do ponto de vista da organização curricular do conjunto ou da lógica de oferta das disciplinas, essa situação não significou muitas alterações, permanecendo o conjunto com características muito semelhantes⁶².

3.2 O CONJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO COMPARADA

O conjunto de Administração Escolar e Educação Comparada organizou-se em torno da figura de José Querino Ribeiro. Anita Fávaro Martelli recorda-se que, tendo concluído em 1961 o curso de Pedagogia, foi convidada pelo Catedrático para a função de instrutora:

[Durante o curso de Pedagogia] eu fui auxiliar de secretaria com o Professor Querino por dois anos [durante o dia] e tinha aulas à noite. [...] Eu me formei em 1961 e eu comecei a ajudar como instrutora voluntária logo em seguida. O meu contrato saiu quando nós mudamos para o Centro Regional. Em 1962, começou o curso de Pedagogia e eu comecei como docente, também voluntária (apud ARF, 2012, p. 161).

Martelli recorda a proximidade de Quirino com Carlos Correa Mascaro e Moyses Brejon, e da chegada de José Augusto Dias, bem como da composição posterior do restante do quadro dos instrutores:

Eu participava das reuniões, que na época, então, eram com o Professor Querino, o Professor Mascaro, o Professor Brejon e, logo depois, o Professor José Augusto [Dias]. Durante muito tempo ficaram só eles dentro da Cadeira de Administração. A chegada do Professor João Gualberto, do Roberto Moreira e do professor Melchior foi depois (apud ARF, 2012, p. 161).

As disciplinas do curso de pedagogia oferecidas por este conjunto, tanto na parte geral quanto na parte específica eram regidas pelos assistentes, pelos instrutores e pelo próprio

⁶² No plano do Departamento, entretanto, o momento em que Laerte Ramos de Carvalho licenciou-se da Faculdade de Filosofia significou uma reconfiguração da gestão, especialmente quando José Querino Ribeiro também precisou se afastar, comissionado junto à Reitoria. Por um cerca de um ano (1966-1967), Maria José Garcia Werebe respondeu pela direção do Departamento. A partir de 1967, escolhido por seus colegas, Roque Spencer Maciel de Barros a substituiu. As disputas entre a disciplina autônoma de Orientação Educacional e as cadeiras de História e Filosofia da Educação e Metodologia Geral do Ensino tornariam-se, a partir daquele momento, mais explícitas e profundas, sobretudo na conjuntura de forte tensão da crise dos excedentes, da crise do Colégio de Aplicação e da crise em torno das Comissões Paritárias da Reestruturação da USP.

catedrático. Com alguma variação no período de 1962 a 1967, o Quadro 12, abaixo reúne as informações sobre seus responsáveis:

Quadro 12. Responsáveis pelas disciplinas oferecidas

	Disciplina	Docente(s) Responsável(is)
Parte Geral	Administração Escolar – 1º ano/1º Semestre	Anita Martelli
	Administração Escolar – 2º ano/1º Semestre	Anita Martelli Moyses Brejon
	Administração Escolar – 2º ano/2º Semestre	Anita Martelli Moyses Brejon
	Administração Escolar – 3º ano/1º Semestre	Carlos Correa Mascaro José Querino Ribeiro
	Administração Escolar – 3º ano/2º Semestre	Moyses Brejon José Querino Ribeiro
	Administração Escolar – 4º ano/1º Semestre	José Augusto Dias José Querino Ribeiro
	Educação Comparada – 4º ano (2 semestres)	José Augusto Dias

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa

Querino Ribeiro desempenhou, ao longo da década de 1960, atividades junto ao Conselho Estadual de Educação e à Secretaria de Estado da Educação. Da mesma maneira, Carlos Correa Mascaro, por diferentes oportunidades ocupou funções e cargos junto a órgãos estaduais, federais e à UNESCO. Entretanto, na memória de Anita Martelli, a presença do catedrático era bastante evidente na condução das atividades do conjunto naquele período. A memória relatada pela docente também denota um clima de franca integração:

A atuação deles sempre foi voltada para aulas, o professor Brejon menos do que o professor Mascaro e o professor Querino. O professor Querino dava aula, todos eles davam aula, mas o professor Brejon, menos... O Mascaro, quando ele começou a assumir as funções no Centro Regional, depois no INEP, ele deixou um pouco de dar aula. O professor Querino, mais pro final [da década de 1960] foi delegando, também, porque os mais novos iam entrando, como o Roberto Moreira, que é mais ligado à parte de Planejamento. [...] Agora, a gente era muito entusiasmado para aulas, para reuniões (nós fazíamos reuniões toda semana), sempre em contato, um em contato com o outro, procurando ajudar (apud ARF, 2012, p. 165-6).

A proximidade entre os integrantes da Cadeira é lembrada ainda com maior detalhamento por João Gualberto:

A cátedra [em geral] não funcionava em forma de departamento, não, mas o Querino e o Mascaro eram bastante liberais e nós nos dávamos muito bem, com todo o respeito que tínhamos por eles, mas, na verdade, nós tínhamos uma amizade de frequentar casa, de jantarmos juntos. Então, era um catedrático que estava lá na cátedra, ainda mais o Querino com o temperamento dele, muito brincalhão e todo dia tinha uma história pra contar, ou um fato ou uma anedota, e o Mascaro, também, uma pessoa muito afável, de modo que nas reuniões as decisões não eram decisões de cátedra. Nós íamos lá para a sala do Departamento e lá...[decidíamos] (apud ARF, 2012, p. 175).

José Augusto Dias recorda de sua chegada ao conjunto e da dinâmica que José Querino estabelecera para acolher os instrutores mais jovens no início da regência de aulas:

Quando eu cheguei à Cadeira de Administração Escolar havia, então, três professores: o catedrático José Querino Ribeiro e os dois assistentes Carlos Correa Mascaro e Moisés Brejon. Eu já estava, naquela época, trabalhando na própria Universidade, porque eu era diretor do Colégio de Aplicação. Lá, então, eu tive uma convivência mais próxima com o próprio professor Querino, que tinha participação no Conselho Deliberativo do Colégio. Depois de algum tempo que eu estava no Colégio, fui convidado para trabalhar na Cadeira e deixei as minhas atividades de diretor de escola para ser professor. A primeira tarefa que me foi atribuída pelo professor Querino era a de fazer os seminários das aulas dele: ele dava as aulas e depois os seminários ficavam por minha conta. Então, começou assim a minha convivência com os três (apud ARF, 2012, p. 171).

Entretanto, apesar de ser uma espécie de “monitor” de Querino Ribeiro, diferente de Anita Martelli, Augusto Dias refere, em sua avaliação, a liderança de Carlos Correa Mascaro em relação às iniciativas da cadeira:

Eu devo muito ao Mascaro, também, porque ele tomava a iniciativa e delegava. No caso do I Simpósio de Administração Escolar, na criação da ANPAE, foi iniciativa do Mascaro que acabou ficando no nome do Querino porque ele [Mascaro] era assistente do Querino, e ele tomava as iniciativas e, então, me chamou para fazer as tarefas. [...] [Mais adiante], o Laerte Ramos de Carvalho, que era Reitor da Universidade de Brasília, tinha uma viagem a fazer com seus professores e o Mascaro me pôs no meio. Ele disse: “Você vai também e a sua tarefa lá vai ser a de entrar em contato com o Andrew Halpin.” Porque o Halpin [...] foi um professor de Psicologia da Educação e ele estava para vir para o Brasil. O Mascaro tinha entrado em contato com ele e queria que ele viesse e falou: “Você vai lá com o Laerte, vai lá procurar o Halpin e, então, acerta com ele a vinda dele para o Brasil” (apud ARF, 2012, p. 171).

Também João Gualberto refere à liderança de Mascaro no momento em que ingressou como instrutor na Cadeira de Administração Escolar:

No caso do professor José Augusto Dias, eu não me lembro exatamente, mas no meu caso, eu entrei em 1963 como instrutor [voluntário] e, depois, em 1963 ainda, em março, saiu meu contrato como instrutor da Cadeira. Então, o José Augusto fazia as atividades com o Querino e eu fazia as atividades com o Mascaro. O Mascaro era professor das disciplinas [que eu acompanhava]... Então, Introdução à Administração, Administração de Pessoal, as matérias da disciplina era o Mascaro quem dava, e eu ia junto com ele na sala de aula e algumas aulas ele mesmo dava e outras eu dava. Os seminários eu também fazia e ficava mais ou menos incumbido de fazer o registro na folha, a chamada dos alunos [...] (apud ARF, 2012, p. 175-6).

Sobre a vocação formativa do Conjunto de Administração Escolar, José Augusto Dias recorda que

esse curso [conjunto] tinha por finalidade, como dizia o professor Querino, dar noções de Administração ao professor [da Escola Normal] porque naquela época ainda não havia a habilitação em Administração Escolar e quem fazia o curso de Pedagogia era pra ser professor [da Escola Normal]. Então, dizia o Querino: “Quem vai ser professor precisa conhecer Administração Escolar, em primeiro lugar, porque um professor pode, eventualmente, vir a ser diretor”. Naquela época, era assim: na hora de escolher um diretor de escola, dava-se oportunidade a um professor. Então, as vezes, provisoriamente, ele tinha de assumir a direção da escola. E dizia ele [Querino]: “O professor também participa da administração da escola”. Então, a existência do curso de Administração Escolar, naquela época, não era para formar administradores, era para dar ao professor uma noção do que era uma administração de uma escola (apud ARF, 2012, p. 172).

A memória dos instrutores do conjunto denota que as aulas das disciplinas do Conjunto de Administração Escolar e Educação Comparada mantinham metodologia e clima distintos daqueles observados no conjunto de História e Filosofia da Educação.

Os alunos do Conjunto de Administração Escolar tinham, como disciplinas obrigatórias cursadas fora da Seção de Pedagogia, as disciplinas de Estatística (cadeira de Estatística II), Economia (cadeira de História das Doutrinas Econômicas), Psicotécnica (cadeira de Psicologia) e Sociologia do Trabalho (cadeira de Sociologia II).

No que se refere aos conteúdos de ensino, a única disciplina oferecida para todos os alunos da Pedagogia, na parte comum do curso, era Administração Escolar (2º semestre do 1º ano). Nos programas consultados de ensino da década de 1960 e no documento *Programas para o Curso de Pedagogia e Diversos Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, os temas constantes para ensino nesta disciplina eram apenas dois: “Da Administração Geral à Administração Escolar” e “Administração do Sistema Escolar Brasileiro”.

Quanto às disciplinas frequentadas pelos estudantes que optavam pelo Conjunto de Administração Escolar e Educação Comparada, o Quadro 13, que segue apresenta a relação dos conteúdos privilegiados na década de 1960:

Quadro 13. Relação dos conteúdos privilegiados no Conjunto

Conjunto	Período	Disciplinas	
		1º semestre	2º semestre
Administração Escolar	2º ANO	1. Administração Escolar (Teoria Geral).	1. Administração Escolar (Planejamento e Organização). 2. Psicotécnica
	3º ANO	1. Assistência à Execução. 2. Avaliação de Resultados. 3. Elaboração de Relatório (Trabalho Integrado com a disciplina de Estatística)	1. Direção de Unidade e Sistema. 2. Administração Escolar – Administração de Pessoal e Administração de Materiais.
Administração Escolar	4º ANO	1. Fundamentos filosóficos e políticos da Administração Escolar. Posição da Administração Escolar no campo dos estudos pedagógicos (Pressupostos filosóficos e políticos da Educação Brasileira) 2. Teoria Geral da Administração 3. O sistema escolar: objetivos, estrutura e articulação: a) O Ensino Elementar e Normal; b) o Ensino Técnico de Nível Médio; c) O Ensino Secundário e Superior.	1. Legislação Escolar do Estado de São Paulo, principalmente a de organização dos quadros de pessoal. 2. A Lei de Diretrizes e Bases: Problemas de Administração e Financiamento Escolar 3. Os estudos de Administração Escolar na formação do professor. Opção: Curso monográfico, na área de administração escolar, delimitado a partir da escolha feita pelo professor em comum acordo com a turma.
Educação Comparada		1. Grandes problemas escolares e suas perspectivas de solução em lugares e épocas diferentes: a) Escola Pública b) Articulações da escola primária com os demais níveis c) Sistemas de Administração Escolar: estrutura e funcionamento	1. Teoria e Método da Educação Comparada e o lugar dos estudos de Educação Comparada na formação do professor.

Fontes: Fontes: Elaborado pelo pesquisador a partir das informações disponíveis em: Programas Aprovados pela FFCL em (1962, 1963, 1964, 1965, 1967 e 1968), Guia da Divisão de Filosofia e Educação (1996) e Programas para o Curso de Pedagogia e Diversos Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1972).

Sobre as inclinações de conteúdos e temáticas da área de Administração Escolar do conjunto, Myrtes Alonso, que atuava junto ao CRPE e à ANPAE com José Querino Ribeiro e Carlos Correa Mascaro assinala que o modo de condução e as escolhas feitas para as disciplinas do conjunto entusiasmavam os optantes pelos estudos desta área, pois os alunos

descobriam aí um caminho ainda pouco explorado, embora promissor. Buscar nas teorias clássicas de Administração os elementos inspiradores para o desenvolvimento da Administração Escolar era uma ideia avançada na época e pouco assimilada por aqueles educadores apegados estritamente ao “pedagogismo” predominante, com bases psicológicas e mais tarde sociológicas. Na tentativa de vencer tais barreiras, os Professores da Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada buscavam as novidades que despontavam na área de recursos humanos, como o TWI e outros tantos modelos usados nas empresas. Para tanto, abriram oportunidades de estágio e visitas a empresas como formas de introduzir os estudantes no mundo mais amplo da Administração, o que levou alguns alunos a fazerem suas opções por essa área de atuação. Mas tudo isso era ainda muito novo e a educação mantinha-se distante de tudo o que estivesse fora da escola e do ensino formal, o que viria a ocorrer bem mais tarde (ALONSO, 2007 apud ARF, 2012, p. 187).

3.3 O CONJUNTO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Diferentemente dos conjuntos A e B, o conjunto C do Departamento de Educação não foi constituído em torno de uma cadeira, mas de uma disciplina: a disciplina de Orientação Educacional. Esta disciplina tornou-se autônoma em 1961.

A disciplina de Orientação Educacional constituiu, até 1961 uma das disciplinas da Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada. Em 1957, a livre-docente desta Cadeira [Maria José Garcia Werebe] assumiu as aulas da disciplina, tendo sido contratada especialmente e exclusivamente para sua regência em 1961, quando da criação do curso de especialização em Orientação Educacional. A partir desta data, a disciplina desligou-se da referida cadeira, constituindo uma disciplina autônoma do Departamento de Educação (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1966, p. 33).

A condição de Maria José Garcia Werebe era singular no grupo de docentes da Seção de Pedagogia antes mesmo da criação do Departamento de Educação. Como livre-docente, ela estava em posição hierarquicamente superior aos assistentes das cadeiras (Amélia Americano Domingues de Castro, Roque Spencer Maciel de Barros, Carlos Correa Mascaro e outros). Mas, sem ocupar uma cátedra, não gozava das mesmas prerrogativas e do mesmo poder simbólico e administrativo dos catedráticos (Laerte Ramos de Carvalho, José Querino Ribeiro, Onofre de Arruda Penteado Junior).

O lugar distinto de Werebe na Seção de Pedagogia também se evidenciava nas atividades promovidas pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Na edição de 3 de setembro de 1959, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiava o Simpósio sobre Problemas

Educacionais Brasileiros, realizado na oportunidade do lançamento do estudo “Diagnóstico de uma situação educacional”. Na segunda noite do evento, as discussões foram em torno do financiamento da educação brasileira, da qualidade do ensino industrial e de seus desafios, da qualidade do ensino secundário e seus desafios, da qualidade da escola primária e de seus desafios e sobre o ensino superior. Raja Nassar, diretor do Serviço de Medidas e Pesquisas Educacionais da Secretaria de Estado da Educação, abriu a mesa dedicada ao ensino secundário apresentando a conferência “Rendimento e Deficiências do Ensino Secundário Brasileiro”. Após sua apresentação, o primeiro debatedor convidado foi Florestan Fernandes. Na sequência, “tomaram parte os professores José Querino Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Maria José Garcia Werebe e Darcy Ribeiro” (O ESTADO DE S. PAULO, 1959, p. 10).

Mais adiante, o periódico noticiava a comunicação de Florestan Fernandes sobre a escola primária, e afirmava que

os oradores seguintes, profa Maria José Garcia Werebe e Dante Moreira Leite, referiram-se ao problema das relações entre o sociólogo e o pedagogo. A professora Maria José Garcia Werebe disse que o trabalho apresentado [por Florestan] é o de um sociólogo, pois não apresentou uma análise pedagógica da questão escolar (O ESTADO DE S. PAULO, 1959, p. 10).

A autonomização de sua disciplina, em 1961, concorre para ampliar e consolidar essa posição diferenciada em relação aos assistentes e para aproximá-la das prerrogativas do exercício da cátedra. Embora não pudesse contar com assistentes, a professora passou a contar com instrutores para auxiliar a regência das aulas e para realizar atividades de pesquisa junto à disciplina.

Em 1962, findo o prazo inicial de cinco anos do convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a Faculdade de Filosofia para a manutenção do Colégio de Aplicação, são discutidas várias alterações para sua continuidade. Segundo Warde (1990), ao lado de mudanças que contribuíram para melhorar as condições de trabalho (ampliação do número de professores, pagamento de horas de estudo), também foi possível discutir e aprovar a vinculação direta do Colégio de Aplicação ao Departamento de Educação.

Aproveitando a experiência do Serviço de Orientação Educacional do Colégio de Aplicação (criado em 1958), as tratativas entre a Secretaria de Educação e a Faculdade de Filosofia também permitiram, em 14 de dezembro de 1962, a celebração de um segundo convênio, especificamente ligado à disciplina de Orientação Educacional. Por força do acordo, caberia a esta disciplina a oferta de serviços de assessoria técnica e científica ao

trabalho dos orientadores educacionais das escolas secundárias estaduais, recebendo-os também como estagiários em épocas especiais, bem como a assessoria técnica à secretaria na seleção de orientadores educacionais para as escolas da rede oficial de ensino. O tema foi discutido na reunião de 624ª do CTA, realizada em 2/8/1962:

Proc. 160/57- Convênio entre a Secretaria da Educação e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo para a coordenação científica dos serviços de Orientação Educacional. O Sr. Presidente lê ofício enviado pelo prof. Querino Ribeiro, na qualidade de Presidente do Conselho Deliberativo do Colégio de Aplicação e em seguida o texto do convênio encaminhado pelo mesmo. Com a palavra, o professor Querino Ribeiro, dando alguns esclarecimentos sobre o mencionado convênio, salientando que as medidas propostas visam, principalmente a coordenação científica do trabalho dos orientadores educacionais das escolas secundárias estaduais, bem como, ficar a cargo do Serviço de Orientação do Colégio de Aplicação o planejamento dos concursos de títulos e provas para o provimento efetivo do cargo de Orientador Educacional (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 172-3).

A ata, na sequência, registra a aprovação do Convênio. Por força da urgência alegada para sua assinatura, o CTA decidiu encaminhá-lo diretamente à Secretaria de Estado da Educação sem que fosse apreciado antes pela Congregação:

O CTA, apreciada a matéria, aprova o parecer do relator Prof. Milton Rodrigues, cujos termos são os seguintes: “Trata-se de um projeto de Convênio a ser firmado pela Secretaria de Educação e a Faculdade de Filosofia [...]. Evidente é que, com isso, ambas as entidades lucram: a Secretaria da Educação, por ter à sua disposição conselhos de pessoas competentíssimas, a Faculdade, por dispor, com isso, de um vasto campo de observação e práticas necessárias à formação de seus alunos”. [...] O CTA, considerando, ainda, a urgência da matéria, resolve que o convênio seja encaminhado à Secretaria da Educação *ad referendum* da Congregação (ATAS DO CTA, Livro V, fls. 172-3).

Neste mesmo ano de 1962, conforme relata Elba Siqueira de Sá Barreto, Maria José Garcia Werebe “estava produzindo uma obra, que revolucionou o que a gente sabia sobre educação brasileira”⁶³. A obra em referência é o livro *Misérias e Grandezas do Ensino no Brasil*, editado em 1963, pela Difel. Marta Volak Grosbaum recorda da direção de Maria José Garcia Werebe no Conjunto de Orientação Educacional a partir de 1963:

Eu escolhi Orientação Educacional, que quem conduzia esse curso era Maria José Garcia Werebe, que era uma grande professora, mas que no tempo da ditadura teve de ir embora pra França, nunca mais voltou. [...] Tanto que depois, fiquei mais um ano pra fazer especialização em Orientação. Nesse conjunto, eu fui colega de turma da Guiomar Namó de Melo, que foi Secretária de Educação. [...] Fomos colegas de faculdade, fizemos política universitária juntas, tal...⁶⁴

Diferentemente dos relatos das depoentes que cursaram os conjuntos A e B, aquelas que cursaram o conjunto de Orientação Educacional frequentavam aulas tanto no prédio do CRPE (Butantã) quanto nos prédios da Maria Antônia e da Alameda Gleite, pois ao longo dos

⁶³ Depoimento concedido ao pesquisador em 03/02/2015.

⁶⁴ Depoimento concedido ao pesquisador em 03/02/2015.

três anos do conjunto, algumas disciplinas (Biologia, Higiene, Sociologia, Psicologia) ainda estavam instaladas na região central da cidade:

Olha, a gente fazia algumas disciplinas no Butantã, outras na Maria Antônia e eu lembro que alguma disciplina ainda era na Alameda Gleite, se não me engano, de Biologia. Mas, pra ir pro Butantã, nós tínhamos problemas de condução. Poucos ônibus chegavam até lá... Mas isso era importante: a gente tinha contato com alunos da sociologia, da biologia, da psicologia. Tudo isso ali no Prédio da Maria Antônia, ali no saguão⁶⁵.

No que se refere aos conteúdos de ensino, o conjunto C oferecia apenas uma disciplina para os alunos de todos os conjuntos: Introdução à Orientação Educacional, ministrada nos primeiros anos pela própria Maria José Garcia Werebe e, a partir de 1967, com regência compartilhada entre esta docente e Maria Amélia Azevedo Goldberg. O programa da disciplina registrado no documento *Programas para o Curso de Pedagogia e Diversos Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* apresenta a seguinte organização:

1. Definição, objetivos e campo da orientação educacional.
2. Origem, evolução e atualidade da função de Orientação Educacional no Brasil.
3. Necessidade histórica, social, psicológica e pedagógica da Orientação Educacional nas Escolas.
4. Posição da Orientação Educacional numa unidade escolar: suas relações com a administração e com a docência.
5. Áreas da Orientação Educacional.
6. A escola em face do aluno desajustado.
7. A educação familiar diante das necessidades básicas da criança.
8. O problema do ajustamento dos jovens nas sociedades modernas.
9. A Orientação Educacional no Brasil.
10. Formação e carreira do Orientador Educacional (FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP, 1972, p. 9).

No segundo ano, eram oferecidos dois semestres da disciplina de Sociologia (Cadeira de Sociologia I) as disciplinas de Biologia e Higiene Aplicada à Educação, oferecidas pela cadeira de Biologia Geral. Não havia nenhuma disciplina específica oferecida pelo Conjunto.

No terceiro ano, os alunos deste conjunto frequentavam dois semestres de Psicologia Social (Cadeira de Psicologia) e dois semestres de Estatística Aplicada (Cadeira de Estatística II). Ao lado destas, frequentavam também dois semestres de uma disciplina sob regência de Maria José Garcia Werebe com o apoio de Silvia Leser de Melo, denominada *Orientação Educacional: problemas de ajustamento*.

Orientação Educacional – Problemas de Ajustamento

1º semestre:

1. Ajustamento e desajustamento: conceituação
2. Mecanismos de defesa e de ajustamento

⁶⁵ Depoimento concedido ao pesquisador em 03/02/2015.

3. Conflitos emocionais: caracterização

4. Conflitos familiares

5. Conflitos de valores

2º Semestre

1. Desadaptação social e delinquência infanto-juvenil

2. Análise de alguns problemas de desajustamento: furto, mentira, indisciplina, agressividade, timidez, etc.

3. Orientação e reeducação de crianças desajustadas

4. Educação Sexual

5. Disciplina e autogoverno na escola (FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP, 1972, p. 9).

No quarto e último ano, os alunos do Conjunto C frequentavam a disciplina de Antropologia (Cadeira de Antropologia) por dois semestres, a disciplina de Dinâmicas de Grupo (cadeira de Psicologia) por dois semestres, ao lado de duas disciplinas conduzidas por Maria José Garcia Werebe: Teoria da Orientação Educacional (2 semestres) e Estudos de Oportunidades de Ocupação⁶⁶.

Teoria da Orientação Educacional

1º semestre:

1. Definição, objetivos e campo da orientação educacional

2. Origem, evolução e atualidade da função de Orientação Educacional no Brasil.

3. Necessidade histórica, social, psicológica e pedagógica da Orientação Educacional nas Escolas

4. Organização do Serviço de Orientação Educacional numa unidade escolar: Dificuldades e Problemas

5. Funções do Orientador Educacional

6. Planejamento da Orientação Educacional

7. Áreas da Orientação Educacional e seus problemas

8. A Orientação Educacional em face de alguns problemas especiais

9. As relações familiares e os conflitos entre pais e filhos

10. A Orientação Educacional no Brasil

11. Formação e Carreira do Orientador Educacional

2º Semestre: Seminários temáticos:

I – O tema “Educação Familiar” na literatura

II – Delinquência infantil e juvenil

Bibliografia para os seminários

1. Carta ao pai – Franz Kafka

2. Les Thibault – Roger Martin du Gard

3. Vipère au poing – Hervé Bazin

4. L'enfant – Jules Vallés

5. Mémories d'une jeune fille rangée – Simone de Beauvoir

6. Promesse de l'aube – Romain Gary

7. Lè Pere – André Perrin

8. Diário de Anne Frank

9. Le Circle de l'Obscurité – Dr. Fr. Werthan

10. Poema Pedagógico – Makarenko (FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP, 1972, p. 9).

⁶⁶ Esta disciplina teve oferta irregular durante o período. Apareceu, pela primeira vez, nos programas de 1965, repetindo-se em 1966. Em 1966, o nome da disciplina constante no Programa é “Elementos de Orientação Profissional”, com o programa idêntico. Em 1967, não há registro de sua oferta, reaparecendo em 1968.

Elementos de Orientação Profissional

1. Definição, objetivos, fundamentos e limitações da Orientação profissional
2. Histórico e necessidade da Orientação Profissional
3. Relações entre Orientação Vocacional, Orientação Profissional, Seleção Profissional e Organização Científica do Trabalho
4. Da Orientação Educacional à Orientação Profissional: Ajustamento profissional e ajustamento geral
5. Caracterização do Processo de Orientação Profissional e suas diferentes etapas
6. Elementos básicos da Orientação Profissional: conhecimento do indivíduo, conhecimento das profissões e exigências e limitações econômicas sociais.
7. Exame de Orientação Profissional
8. Conhecimento das Profissões
9. Métodos e Técnicas de aconselhamento profissional
10. Problemas e dificuldades da Orientação Profissional
11. Orientação Profissional no Brasil (FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP, 1972, p. 9-10).

O temário das três disciplinas de Orientação Educacional denota uma escolha bibliográfica, teórica e ideológica sensivelmente diferente do enquadramento das disciplinas oferecidas pelos demais conjuntos. É plausível supor que tal fato, aliado ao contato mais íntimo com as disciplinas das cadeiras que permaneciam na Maria Antônia e que eram nominadas de *marxistas* pelos filósofos do Departamento de Educação conferia aos alunos do conjunto C uma formação bastante distante daquela ofertada nos conjuntos A e B. Marta Grosbaum lembra que:

O pessoal da Filosofia estudava mais os clássicos, a filosofia grega, a filosofia escolástica, a filosofia moderna... no máximo eles estudavam Kant... Nada de materialismo histórico, nada de marxismo. A pecha de marxista ficava muito no conjunto da Werebe, na Orientação Educacional. Ela tinha um tipo de abordagem muito progressista, muito a frente daquilo que o pessoal do Departamento de Educação, os outros professores, estavam pensando e ensinado. Ela mandava a gente ler Makarenko, Kafka, e eu lembro que ela também mandava a gente ler muita sociologia, muita filosofia... era uma coisa muito diferente, mesmo. A gente estudava antropologia com o pessoal da sociologia, por exemplo, antropologia cultural, se eu não me engano⁶⁷.

Outra característica muito específica do Conjunto C era a exigência de *estágio em orientação educacional*.⁶⁸ Geralmente realizado nos dois últimos semestres do curso, com uma carga horária de 50 horas de atendimento, o estágio estreitava ainda mais os laços dos alunos com a regente da disciplina e seus instrutores:

Ela [Werebe] orientava o estágio que a gente fazia de Orientação Educacional. E eu fiz o estágio no Colégio de Aplicação. E ela fazia uma orientação super bacana: a gente atendia alguns alunos (poucos alunos, dois ou três casos) e ela fazia supervisão desse trabalho que a gente fazia com os alunos. E, anos depois eu a encontrei e ela disse que não se esqueceu mais de mim porque, na época eu tinha 21, 22 anos de idade (e devia parecer 18) e eu atendi um menino, um rapazinho do colegial, filho de

⁶⁷ Depoimento concedido ao pesquisador em 03/02/2015.

⁶⁸ Para o curso de especialização em orientação educacional, o estágio exigia uma carga horária maior: 150 horas.

um pastor que me mandaram atender porque ele ia mal na escola. E eu estabeleci uma relação com ele de grande empatia e ele começou a abrir comigo questões da relação dele com o pai dele. Me trouxe o diário dele e aí, um dia, o menino falou: agora eu quero perguntar de você. E eu disse: não, mas sou eu quem pergunto. E ele disse: “mas eu quero perguntar de você porque eu tô apaixonado”. [...] Aí, eu fiquei desesperada e fui procurar a Maria José e disse: “o que que eu faço, agora?”. E ela me disse: “se você acha que você não tem nenhum envolvimento afetivo maior com ele, você pode continuar com o caso. Deixe bem claro pra ele a situação e vai. Agora, se você acha que está envolvida, eu sugiro que você largue. [...] E ela disse: eu quero acompanhar de perto, porque você estabeleceu um vínculo importante com ele⁶⁹”.

O relato de Marta Grosbaum assinala uma forte aproximação do conjunto – e da disciplina – de Orientação Educacional com as práticas de atendimento terapêutico e, sobretudo, orientação e seleção profissional da área da Psicologia. Essa aproximação, na dinâmica interna da Faculdade de Filosofia, trouxe algumas tensões na relação com a Cadeira de Psicologia, ocupada por Anita Cabral no período. Em diferentes momentos, as atas da Congregação registram debates em torno dos domínios específicos de cada área e do poder e legitimidade da formação conduzida por cada uma das cadeiras.

Os alunos do curso de Psicologia, após concluírem o primeiro ano, podiam, por regras legais estabelecidas à época, realizar o trabalho de Orientação Educacional (portanto, concorriam com os alunos formados pelo Conjunto C). Por outro lado, a legislação também previa que a orientação e seleção profissional era tarefa exclusiva do psicólogo.

Na reunião de 15/12/1966, a pauta da sessão ordinária da Congregação apresentava como item 5 da ordem do dia o Processo 1221/66, que tratava de proposta, feita por Maria José Werebe, para a criação de um Serviço de Informação Educacional e Profissional junto ao curso de especialização em orientação educacional do Departamento de Educação.

O serviço previsto por Werebe pretendia realizar pesquisas e estudos no campo da Orientação Educacional, oferecer apoio às unidades de ensino secundário oficiais no campo da formação em orientação educacional e vocacional e catalogar, organizar e disseminar informações sobre o atendimento em orientação educacional realizado. Atividades semelhantes eram previstas para a Cadeira de Psicologia. Não por outra razão, Arrigo Angelini solicitou “vistas” ao processo e ele foi retirado da pauta, não retornando mais à Congregação (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX).

Mais adiante, na reunião da Congregação de 24/05/1967, constam da pauta duas outras propostas de Maria José Garcia Werebe em sentido semelhante: a) conferir ao conjunto de

⁶⁹ Depoimento concedido ao pesquisador em 03/02/2015.

Orientação Educacional uma carga horária suficiente, na área de psicologia clínica que possibilitasse aos egressos o exercício legal do atendimento psicológico e a orientação profissional a adolescentes e jovens e b) transformar o curso de especialização em Orientação Educacional em curso de especialização em Orientação Educacional e Profissional. Importa esclarecer que Maria José Garcia Werebe era esposa de Samuel Werebe, médico e psiquiatra que atuava na área de Orientação Vocacional e se consolidara como uma referência na área. Marta Grosbaum lembra que:

Na época do vestibular, minha mãe, meus pais, me encaminharam para uma orientação vocacional. Quem fazia testes desse tipo era o Samuel Werebe que era, por coincidência, marido da Maria José. Eu não conhecia ainda a Maria José, mas era uma coincidência. Ele era muito forte nessa área, atendia muita gente. Tinha uma fama de ser muito bom, dava conferências sobre o tema⁷⁰.

Posta a matéria em discussão, Anita Cabral solicitou a palavra para pedir que constasse em ata a seguinte manifestação:

Lamento que me caiba nesta oportunidade o que me parece um dever, qual seja, alertar para a possibilidade de estar sendo, com as medidas ora solicitada pela Disciplina de Orientação Educacional (a cuja ilustre professora rendo preito de grande estima e admiração) e com as práticas a ela relacionadas – infringida a Lei n. 4119/62 que regulamentou o Curso de Psicologia e a profissão de Psicólogo, venho solicitar o adiamento da discussão dos dois processos em pauta nesta reunião, a qual, pelo reduzido número de participantes, está a demandar redobrada cautela em suas deliberações. Para esse fim, peço licença para lembrar os termos da lei referida: “Artigo 13: Ao portador do diploma de psicólogo é conferido o direito de ensinar psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de psicólogo. § 1º - Constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) solução de problemas de ajustamento. § 2º - É de competência do Psicólogo a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, p. 92).

Após a leitura dos termos selecionados da legislação, Anita Cabral explicita as posturas que considera aviltarem seu fundamento:

Função expressamente privativa do Psicólogo é, pois, a orientação profissional. Promovendo a realização da orientação profissional, inclusive oferecendo esse serviço em circular endereçada a todos os professores da faculdade, o Serviço de Orientação Educativa da disciplina de Orientação Educacional não parece ater-se à determinação legal. Promovendo o ensino e o treino em orientação profissional para os alunos daquela disciplina – inclusive mandando-os à Cadeira de Psicologia credenciados como “estagiários de orientação profissional” (sic) a fazer levantamento da bibliografia e material de testes projetivos – as mais delicadas técnicas psicológicas para diagnóstico da personalidade – também parece sobrepassar os ditames da lei citada (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, p. 92).

Por fim, conclui a docente de Psicologia Anita Cabral aconselhou a Congregação a rejeitar os pedidos formulados por Werebe, retomando a possibilidade da existência de cursos

⁷⁰ Depoimento concedido ao pesquisador em 03/02/2015.

de pós-graduação (aperfeiçoamento e especialização) em Orientação Educacional como campo autônomo, mas também apresentando defesa da distinção entre a Orientação Educacional e a Orientação Profissional, que – em sua avaliação – os projetos em discussão estariam ameaçando:

Os pedidos ora em discussão situam-se na linha das atividades aludidas. Se antes era possível evitar tomar conhecimento destas, a consagração que a elas se pede nas implicações dos processos em pauta não pode ser passada em silêncio por quem foi, na qualidade de presidente da Associação Brasileira de Psicólogos, que o encaminhou, a signatária do chamado “substituto de São Paulo”, acolhido pelo Congresso Nacional em substituição ao Ante-Projeto do Ministério da Educação. O referido Ante-Projeto propunha que a formação do Orientador Educacional se fizesse como parte integrante do Curso de Psicologia: assim, o aluno que concluisse o 1º ano do Curso de Psicólogo já seria Orientador Educacional – não Orientador Profissional. Esta última função seria permitida só aos portadores de diploma de Psicólogo. A lei 4119 não inclui a mesma previsão e o ensino de orientação educacional passou a ser feito em um ano de Curso de pós-graduação, aberto a diplomados em vários cursos, mesmo em cursos cujo currículo não inclui matéria psicológica. Parece que as outras Faculdades tomam cuidado para que a distinção legal seja observada – embora, como em todos os campos vizinhos, possam ocorrer às vezes problemas de fronteira. Quer me parecer que, neste caso, esta Faculdade ganharia em imitar aquelas (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, p. 92-3).

3.4 A DISCIPLINA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E SEUS CONFLITOS NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

As investidas da disciplina (e do Conjunto) de Orientação Educacional no campo considerado exclusivo da Psicologia na FFCL foram intensificadas a partir do ano de 1966. Parte da explicação para esse fato pode ser encontrada no caminho encontrado pelo Departamento de Educação para a substituição do catedrático Laerte Ramos de Carvalho, quando de sua nomeação para o cargo de Reitor da UnB.

Consolidado o afastamento de Laerte, o Departamento de Educação passou a contar com apenas um catedrático (José Querino Ribeiro). Nessa conjuntura, coube ao titular da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada ocupar a função de diretor. Tal situação vigorou entre agosto de 1965 e janeiro de 1966. A partir do mês de fevereiro de 1966, as atas da Congregação e do CTA registram que Maria José Garcia Werebe passou a responder pelo Departamento de Educação⁷¹ ao mesmo tempo em que Carlos Correa Mascaro (assistente da Cadeira de Administração Escolar) passou a substituir José Querino Ribeiro.

⁷¹ Não há referência se a professora passou a ocupar essa função por força de eleição entre os docentes do Departamento ou se por escolha do Diretor da FFCL. Ambos os procedimentos eram passíveis de ser adotados à época.

Denota-se um afastamento do catedrático, embora não tenham sido encontrados registros que expliquem as razões deste afastamento.

De fato, não havendo catedráticos em regência no Departamento, a função hierarquicamente mais valorada era a de Livre-Docente. E, dentre os quatro professores que possuíam tal titulação (Maria José Garcia Werebe, Roque Spencer Maciel de Barros, Rafael Grisi e Amélia Americano Domingues de Castro), a primeira era a que acumulava maior tempo de exercício, além de ser responsável pela coordenação de um dos conjuntos.

Do lugar de diretora substituta do Departamento de Educação, Maria José Garcia Werebe empreendeu mudanças no funcionamento do Colégio de Aplicação. Uma das mais significativas foi a indicação de Clovis da Silva Bojikian para substituir José Augusto Dias na direção do Colégio. Menos do que preterir Augusto Dias, tratava-se de um ajuste, na medida em que Dias fora indicado para substituir Mascaro na regência de aulas, por força de seu afastamento para cumprir atividades junto à UNESCO. Entretanto, havia a expectativa de que o substituto fosse também instrutor da Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada (como vinha ocorrendo desde a criação do Colégio de Aplicação). Bojikian não o era; estava ligado à disciplina de Orientação Educacional.

Warde (1990) assinala que o Setor de Orientação Educacional do Colégio de Aplicação foi se tornando hegemônico, por uma espécie de hipertrofia, que lhe conferiu atribuições, responsabilidades e poderes que até então eram compartilhados com outros dois setores do Colégio: o Setor de Orientação Pedagógica, que era coordenado pela cadeira de Metodologia Geral do Ensino (com Amélia Americano Domingues de Castro) e a Presidência do Conselho Deliberativo, que sempre esteve sob a responsabilidade da Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, que pôde, no período de 1957 a 1966, indicar o diretor do Colégio.

Tal situação conduziu o Colégio (e o Departamento de Educação) a um clima de tensão envolvendo as duas cadeiras (Administração Escolar e Metodologia Geral do Ensino) e a disciplina de Orientação Educacional. Foi neste clima que, em 6 de dezembro de 1966, o convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi renovado. Werebe, conduzindo o processo de negociação junto à Secretaria, buscou construir elementos que consolidassem o espaço de poder alcançado pelo Serviço de Orientação Educacional, o que teria acirrado ainda mais essa tensão, exigindo que fossem tomadas medidas a fim de definir e organizar as áreas de atuação, competência e responsabilidade dos três grandes setores do Colégio: a Direção Executiva, o Serviço de

Orientação Educacional e o Serviço de Orientação Pedagógica (WARDE, 1990, p. 129-30). Como medida para o enfrentamento da crise, constituiu-se uma comissão, por indicação do Conselho do Departamento, a fim de elaborar uma proposta para a reorganização administrativa do Colégio, definindo as tarefas e responsabilidades de cada um dos setores.

A tarefa de reformulação foi destinada, por decisão do Conselho do Departamento de Educação, a uma comissão composta por Maria José Werebe, Amélia A. Domingues de Castro [...], Clóvis da Silva Bojikian (diretor executivo do C.A [nomeado por Werebe] desde 1966) e o professor José Augusto Dias da área de Administração Escolar [que houvera ocupado a direção do Colégio durante o período anterior]. [...]

A comissão designada para aquela reformulação chegou a um anteprojeto que obteve a aprovação de três de seus membros, excetuando Amélia Americano. (WARDE, 1990, p. 130).

Warde (1990) assevera que a discordância de Amélia Americano estava associada ao fato de a proposta do anteprojeto

Colocar nas mãos do Diretor toda a responsabilidade das diretrizes didático-pedagógicas, sem que se estabelecessem vínculos entre essas diretrizes e o Setor de Metodologia [o que] acabaria por romper a linha de atuação do setor junto ao colégio (WARDE, 1990, p. 134).

No dia 3/10/67, quando o Conselho do Departamento de Educação, em reunião, deveria analisar o anteprojeto da comissão, Amélia Americano Domingues de Castro apresentou sua posição contrária à proposta. Ainda segundo Warde (1990), alguns membros do Conselho propuseram, naquela oportunidade, que a direção do Colégio fosse entregue à Cadeira de Metodologia Geral do Ensino. De fato, tal medida era a mais comum em instituições congêneres, como previa inicialmente a legislação federal que estabelecera a obrigatoriedade de as Faculdades de Filosofia organizarem e manterem escolas nesse modelo. Colocada em votação, a proposta foi aprovada unanimemente.

Segundo Janotti (s/d), os encaminhamentos de reformulação da organização do Colégio decididos na reunião do Conselho do Departamento fizeram com que Clovis Bojikian entendesse que seu mandato duraria apenas até o fim do ano. O diretor, então, passou a comunicar aos professores e alunos sua saída próxima do Colégio. Marta Wolak Grosbaum lembra que:

A Maria José Werebe nos contou que a decisão era para enfraquecer a Orientação Educacional. E foi uma pena, porque nós tínhamos um trabalho muito forte ali com os meninos. Eles gostavam muito e era um trabalho muito bem feito, de acompanhamento de atendimento individual. Essa mudança assim, de uma hora pra outra, causou mesmo uma agitação muito grande no Colégio⁷².

⁷² Depoimento concedido ao pesquisador em 3/2/2015.

Na semana seguinte, Amélia Americano de Castro distribuiu aos professores do Colégio de Aplicação um documento intitulado *Sobre o Colégio de Aplicação*, no qual anunciava formalmente e explicava aos docentes as decisões tomadas na reunião de 3/10/67. É possível ler no documento o seguinte trecho:

Um Colégio de Aplicação é uma instituição ‘sui generis’, cuja função específica exige tipo especial de organização. Caracteriza seu papel de escola-laboratório, de instituição auxiliar de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em sua tarefa de formação do magistério para escolas de nível médio. Nada impede, ainda, que amplie suas funções, servindo a formação de outros profissionais especialistas em Educação (CASTRO, 1967 apud WARDE, 1990, p. 133).

Nota-se a referência quase explícita ao lugar do Setor de Orientação Educacional, que, embora pudesse ser admitido, a fim de formar “outros profissionais especialistas em Educação” não devia caracterizar fundamentalmente a vocação do Colégio de Aplicação. Mais adiante, a docente de Metodologia segue:

Predominantemente, é à formação de professores que serve um Colégio de Aplicação. Primeiro, por ser este o contingente numericamente mais significativo que dele necessita. Segundo, porque a formação de professores continua a ser o maior problema do sistema educacional brasileiro e, enquanto não houver melhoria da qualidade do corpo docente, nem mesmo os demais especialistas em Educação – técnicos, administradores, orientadores, etc. – poderão atingir pleno sucesso em suas realizações. Na base do trabalho pedagógico está o professor (CASTRO, 1967 apud WARDE, 1990, p. 133).

No dia 11/10/1967, em reunião, o Departamento de Educação elegeu Roque Spencer Maciel de Barros seu novo diretor. A notícia do clima de agitação no Colégio, com assembleias de alunos e pais para discutir as decisões do Conselho de Departamento chegaram os conselheiros, que propuseram a exoneração de Bojikian da função de Diretor, mantendo-o na função de instrutor da disciplina de Orientação Educacional. Janotti (s/d, p. 5) assinala os desdobramentos desta decisão:

Ao saber que a demissão do diretor era fato consumado, os alunos entraram em greve. Pretendendo contornar as dificuldades do momento, o diretor do Departamento de Educação, Prof. Roque Spencer Maciel de Barros, suspendeu as aulas até o dia 19 [de outubro]. Nesse meio tempo, foram negadas duas solicitações da Profª. Maria José Werebe para reabrir as discussões sobre o anteprojeto, assim como várias outras, no mesmo sentido, em forma de abaixo-assinados. Todavia, a repercussão da greve atingiria os estudantes universitários. Os alunos do Curso de Pedagogia da FFCL divulgaram manifesto, datado de 12 de outubro, contra as arbitrariedades do Departamento. Denunciavam o acontecido como um golpe que o grupo reacionário havia perpetrado contra a prática da Orientação Educacional na Faculdade, privilegiando a Metodologia do Ensino, que já dirigia o Setor de Orientação Pedagógica do colégio e pelo anteprojeto ficaria também responsável pela direção. Vinculavam esse golpe com a reestruturação da USP sob as diretrizes dos acordos com o governo norte-americano, denominado MEC/USAID. O movimento estudantil alastrava-se; concentrações e assembleias discutiam os rumos da Universidade, propugnando por uma administração paritária de alunos, professores e funcionários (JANOTTI, s/d, p. 5).

No dia agendado para o retorno das aulas (19/10/1967), um grupo de alunos do C.A. acompanhados por lideranças estudantis da FFCL realizavam piquete de greve com o objetivo de obstruir a entrada dos demais estudantes. Com a chegada de carros de polícia com sirenes ligadas, os manifestantes entraram no edifício. “Realizaram, então, uma rápida assembleia que decidiu ocupar o Colégio e considera-lo território livre” (JANOTTI, s/d, p. 6). Os alunos exigiam a demissão da nova diretora (a professora Julieta Ribeiro Leite, que, até então, exercia a função de coordenadora do curso ginásial) e a participação dos alunos e professores na elaboração do novo regimento da instituição. No mesmo dia, realizou-se reunião do CTA. Na ocasião, Roque Spencer Maciel de Barros solicitou a palavra, no expediente, a fim de prestar esclarecimentos aos demais docentes sobre a situação, com o auxílio de Amélia Americano Domingues de Castro

O professor Roque Spencer Maciel de Barros faz uma exposição dos acontecimentos e reporta-se à decisão do Conselho do Departamento de Educação no sentido de que a direção do Colégio de Aplicação ficasse subordinada à Cadeira de Metodologia Geral do Ensino, devendo ser designada uma pessoa para as funções de Diretor, a fim de serem eliminadas as dualidades administrativas. Após outros esclarecimentos, declara que a crise resultou porque os alunos foram informados pelo próprio professor Clovis Bojikian, que havia sido proposta modificação do regulamento do colégio e que mesmo indicado não mais aceitaria as funções que até então vinha exercendo. Os alunos, face à essas informações, resolveram entrar em greve. Continuando, diz o professor Roque Spencer Maciel de Barros que, em reunião posterior, ficou resolvido, à vista dos acontecimentos, afastar este professor, pois não mais tinha condições de continuar na direção. Os pais dos alunos resolveram interferir apresentando sugestões para a organização da administração do Colégio (ATAS DO CTA, Livro IX, p. 153).

Após essa intervenção, o diretor do Departamento solicita, ainda, que conste em ata, o texto do ofício que designou a Professora Julieta Ribeiro como diretora do Colégio e passa a relatar os eventos do dia 19, afirmando que vários alunos tentaram “impedir a entrada da Diretora. Logo após chegaram policiais do DOPS, mas estes, a pedido da Diretoria, não invadiram o prédio, tendo sido solicitado que os alunos que se encontravam dentro do edifício, abandonassem o local” (ATAS DO CTA, Livro IX, p. 154).

Em seguida, Maciel de Barros informa à Congregação que o Departamento de Educação fora por ele convocado e, em reunião, deliberou a seguinte proposta:

Proposta aprovada pelo Conselho do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 19 de outubro de 1967 – Em face das lamentáveis ocorrências com o Colégio de Aplicação, o Conselho do Departamento de Educação resolve propor ao C.T.A a devolução do Colégio de Aplicação à essa Secretaria de Estado. Essa decisão do Conselho do Departamento foi maduramente tomada, esgotando todos os recursos de entendimento possíveis. O Conselho do Departamento, ao tomar essa atitude, não abdica da responsabilidade de vir a organizar um estabelecimento modelo de ensino médio, que venha a cumprir, assentado em bases mais sólidas, os atuais objetivos do Colégio de Aplicação e mesmo ampliá-los. O Conselho do Departamento de Educação não poderia, de

maneira alguma, continuar a manter sua orientação (ATAS DO CTA, Livro IX, p. 154).

Foram convidados a participar da reunião, naquele momento, os professores Heladio Antunha, João Eduardo Rodrigues Villalobos, José Augusto Dias, Moyses Brejon e Maria José Garcia Werebe. Assumiu a palavra a professora de Metodologia Geral do Ensino para dizer que “foi para o Departamento uma decisão dolorosa propor a entrega do Colégio à Secretaria de Educação” e que todo o trabalho até então realizado havia se tornado “inútil, frente a uma situação insustentável”. Informa ainda que “nunca houve nenhuma recusa quanto ao recebimento de sugestões” e que a diretoria indicada pelo Departamento “já havia estabelecido um esquema que previa a participação dos alunos no Conselho”. A ata da reunião registra que, após a intervenção de Amélia Americano prosseguiram debates, sem transcrever, entretanto, seu teor. Após esse momento, os professores que não compunham o CTA se retiraram da reunião e o CTA deliberou pela não aceitação da proposta de denúncia do convênio, alegando que, ao tomar essa decisão, “poder-se-ia dar margem a comentários desfavoráveis em relação à Faculdade” (ATAS DO CTA, Livro IX, p. 154-5).

A ocupação do Colégio permaneceu nos três dias seguintes. Na madrugada do dia 22 de outubro, o diretor da FFCL e o diretor do Departamento de Educação, tendo sido avisados da disponibilidade dos alunos para negociar o fim do movimento, dirigiram-se ao local. Ao chegarem, foram informados de que os estudantes realizariam, inicialmente, uma Assembleia e, em seguida, suas lideranças receberiam os dois professores para organizar a desocupação do prédio, se atendidas as pautas acordadas.

Acreditando que os alunos estavam apenas ganhando tempo, os professores procuraram o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Cel. Sebastião Ferreira Chaves, pedindo que o prédio fosse cercado e que se concedesse prazo para a retirada dos alunos. O Secretário atendeu o pedido e encarregou o Delegado Adjunto Alcides Cintra Bueno Filho, da Dependência Especializada de Ordem Política e Social para sua execução. A ação se efetivou no mesmo dia, às 2h30, quando chegaram ao Colégio carros de polícia com sirenes ligadas, transportando investigadores e guardas. Estes não se limitaram a ficar do lado de fora, invadiram a escola, desocupando-a em poucos minutos (JANOTTI, s/d. p. 6).

O relato do diretor da FFCL, Erwin Rosenthal, registrado um mês depois dos acontecimentos na ata da reunião da Congregação da FFCL explicita que:

A polícia não deveria ter entrado no estabelecimento, mas apenas estabelecido um cordão de isolamento. Quando ingressou no Colégio, fê-lo não apenas sem, mas mesmo contra a expressa manifestação da vontade minha e do Sr. Diretor do Departamento de Educação. Entretanto, relembro que não houve ato de violência física e que a polícia compareceu, o que nunca me canso de dizer, para cumprir o seu dever, isto é, para proteger os próprios do Estado, que haviam sido ilegalmente invadidos, contra os desmandos daqueles que, pelo menos no caso em pauta, se encontravam fora da lei (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, p. 132).

E segue, justificando seu lugar e as decisões que tomou, bem como a sua avaliação sobre a postura dos estudantes em movimento:

Eu havia sido chamado à 1 hora e trinta minutos da manhã por um pai de aluno, acompanhado de dois professores, para “por cabo às desordens que estão ocorrendo”; cheguei às 2 da madrugada no Colégio e os alunos estavam apresentando as suas “exigências” a uma comissão de pais. Admitiram o vice-diretor em exercício desta Faculdade, que pretendia leva-los pela razão e o bom senso ao abandono de sua posição insustentável, apenas depois de quase duas horas de espera! Que não se diga, portanto, que os pobres alunos estivessem sonolentos ao tratar a nós e a outros professores desta Faculdade com descortesia. Muito pelo contrário: para evitar quaisquer choques ou necessidade de repressão, tínhamos ido ao extremo de permitir que eles marcassem o encontro e o local da “conversa” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, p. 132).

Os acontecimentos de outubro de 1967 no C.A. tiveram ampla repercussão na imprensa e na cena política do Estado. Parte dos registros desta repercussão permitem um contraponto aos registros do diretor da FFCL e às justificativas do Diretor do Departamento de Educação.

Na edição de 13/10/1967 do periódico A Folha de S. Paulo, a manchete em destaque na capa era *Entrou em greve o Colégio de Aplicação*⁷³. O longo texto iniciava com a informação de que “oitocentos rapazes e moças do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da USP” haviam decretado greve geral por tempo indeterminado, como protesto pelo afastamento do diretor do estabelecimento. Seguiu, explicando a origem do movimento:

Princípio

A crise começou quando o Conselho do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia [...] rejeitou o projeto de reestruturação apresentado pelo diretor.

Nesse projeto, a Diretoria teria autonomia na direção da Escola, e teria liberdade de ação nos setores de Metodologia e de Orientação que, até agora, existiam em plano de igualdade com a Diretoria, na Administração. No entender de alunos e professores, a situação é causa de seguidos desentendimentos e excessiva burocratização da administração.

Outro ponto de discórdia é a determinação do Conselho do Departamento de Educação que confere o cargo de diretor a um professor do Setor de Metodologia Geral do Ensino. Essa resolução, tomada em reunião do dia 3 último, foi entendida como manobra destinada a afastar o diretor.

A crise culminou ontem quando o Conselho do Departamento se reuniu para julgar o professor Clovis acusado de subversão e incitação do corpo discente a um movimento de revolta (FOLHA DE S. PAULO, 13/10/1967, p. 1).

O periódico segue, apresentando as consequências da decisão do Departamento. Com depoimentos de alunos e de pais de alunos, a matéria denota que a notícia do afastamento do professor foi recebida de forma negativa e teria ensejado o movimento grevista, construído pelos alunos do Colégio de Aplicação com o apoio dos alunos da Pedagogia e da FFCL que

⁷³ Cf. Folha de S. Paulo, 13/10/1967, p.1.

realizavam estágio na instituição. Segundo o jornal, os estudantes acusavam o Setor de Metodologia Geral de “tentar boicotar a modernização do ensino que vem [vinha] sendo realizada na Escola”. E que consideravam “que o problema não é simplesmente de substituição de diretor, mas de aceitação ou não de uma mentalidade inovadora de ensino”. Noticiava a previsão da realização de assembleias e outras atividades para os dias seguintes. A matéria também traz a posição de Bojikian sobre o momento da crise. Segundo o jornal, por temer prejudicar os alunos ou o Colégio, o diretor

é cuidadoso no falar: “a experiência mostrou que a estrutura do Colégio precisa ser mudada, sobretudo por apresentar multiplicidade de comandos. Há momentos em que surgem atritos, divergências de orientação, etc. Havia uma certa dificuldade para estabelecer a arca de competência de cada um. Por isso, apresentamos o nosso pensamento ao Conselho do Departamento de Educação, pedindo nova estrutura para o Colégio, a fim de fazer-se um comando único. Apresentei, então, projeto pelo qual o comando passaria para um diretor e este seria escolhido pelo próprio Conselho. O setor de orientação educacional escolheria os orientadores.

O projeto foi rejeitado sendo apenas aprovado o princípio de que deveria haver um comando único, mas a cargo da Cadeira de Metodologia Geral do Ensino. Procurei imediatamente os alunos do Colégio para evitar informações deformadas, que chegariam alguns dias depois.

A reação poderia ser de júbilo, satisfação pela minha saída, mas foi de descontentamento, e não posso me responsabilizar pelas consequências” (BOJIKIAN apud FOLHA DE S. PAULO, 1967a, p. 1).

Para finalizar a matéria, o jornal apresenta a posição da professora Amélia Americano de Castro, que, afirmando não poder opinar quanto ao movimento dos alunos em si e sobre a greve instalada, avaliava que o movimento dos alunos era normal e natural “porque eles gostavam do diretor”. Mas que considerava que os estudantes estariam “levando o movimento, de certo modo, muito além da realidade”. E seguia, afirmado que:

É normal também que em qualquer instituição haja modificações de sua estrutura. O Colégio de Aplicação já teve três regimentos diferentes. Agora, o Departamento de Educação propôs nova modificação no regulamento, vinculando a direção do estabelecimento à Cadeira de Metodologia Geral do Ensino (CASTRO apud FOLHA DE S. PAULO, 1967a, p. 1).

Na edição de 14/10/1967 o mesmo jornal trazia a notícia:

AGORA É A VEZ DA PEDAGOGIA

Os universitários do curso de Pedagogia da USP deflagraram greve até segunda-feira à noite, em solidariedade aos estudantes do Colégio de Aplicação, também em greve desde anteontem contra o afastamento do prof. Clovis da Silva Bojikian.

Os estudantes de Pedagogia que estagiam no Colégio de Aplicação acham que a “exoneração do diretor não representa apenas uma mudança em cargo de diretoria, mas completa modificação na estrutura da Escola, prejudicial aos seus estudos práticos” – disse ontem a universitária Cora Reis, representante dos estudantes de Pedagogia que compareceu à Assembleia dos alunos do Colégio de Aplicação.

Os alunos do Colégio de Aplicação decidiram na assembleia de ontem que o movimento grevista continuará até que o Conselho do Departamento de Educação, ao qual está subordinada a direção da Escola aceite o projeto de reestruturação apresentado pelo professor José Augusto Dias, já rejeitado pelo Conselho (FOLHA DE S PAULO, 14/10/1967b, p. 6).

Quanto à posição do corpo docente, o periódico afirmava que teve acesso a um manifesto, assinado por dez professores do Colégio (quase todos eles da cadeira de Metodologia Geral do Ensino) em que o grupo explicita que retira a solidariedade inicialmente declarada ao diretor exonerado “por considerarmos suas atitudes incompatíveis com princípios que, no nosso entender, devem nortear a ação pedagógica da nossa Escola”. O manifesto, segundo apurou o jornal, dizia ainda que os professores reprovavam a atitude de Bojikian, pois este não deveria ter permitido “a movimentação dos alunos e muito menos que convocassem pais e professores para opinarem sobre decisão do Departamento de Educação da Faculdade”. O manifesto também acusa o professor de ter apoiado as assembleias e as reuniões dos alunos no dia 9 de outubro.

O desenrolar da crise foi tratado amplamente na *Folha de S. Paulo*. No dia 23 de outubro, dia seguinte ao conflito envolvendo a polícia, o jornal trouxe longa reportagem, na página 3 do primeiro caderno, intitulada Pode terminar hoje a greve no Colégio de Aplicação⁷⁴. No texto, um relato dos acontecimentos informava aos leitores que a invasão do Colégio pela polícia significou o uso de força contra parte dos alunos, pais e professores. Janotti (s/d), analisando a cobertura da imprensa no período analisa a matéria publicada no dia 24/10/1967, no jornal *Folha da Tarde*. A autora assevera que, em tom sensacionalista,

a Folha da Tarde estampava matéria enfatizando que houve espancamento de estudantes confirmado por um guarda civil que teria declarado: eles apanharam sim, são delinquentes. Na mesma página os diretores do CA e da FFLCH afirmavam não ter havido violência. Sob a manchete *Pediram intervenção* encontram-se detalhes não mencionados nos demais jornais, que expunham aspectos do comportamento temeroso de membros do Conselho do Departamento de Educação - responsáveis pelo pedido de intervenção ao Secretário da Segurança Pública – que solicitaram um guarda civil para proteger suas residências porque vinham recebendo ameaças. A coluna termina dando os endereços dos ameaçados, talvez um traço de humor do repórter? (JANOTTI, s/d. p. 12).

No dia seguinte aos acontecimentos no Colégio de Aplicação, Maria José Garcia Werebe redigiu um ofício, endereçado ao diretor Erwin Rosenthal. O ofício foi compartilhado com os conselheiros do CTA em reunião realizada no dia 9 de novembro. No documento, a professora afirma que

Os acontecimentos que se desenrolaram na noite de ontem, naquele estabelecimento [o CA], com a invasão policial determinada pelo Diretor do Departamento de Educação e da atual direção do Colégio, com as violências de que foram vítimas os alunos que ali se encontravam, deixaram-me perplexa e incapaz, agora, de vislumbrar um caminho para salvar aquela instituição. Custa a crer que professores de cadeiras educacionais de nossa Faculdade tenham sido os responsáveis pelo espetáculo deprimente que se passou ontem no Colégio, nada fazendo para impedir

⁷⁴ Cf. Folha de S. Paulo, 23/10/1967, p. 3

que alunos, inclusive crianças, fossem agredidos pelos policiais. Os professores e um orientador que se encontravam no recinto do estabelecimento não foram poupados pelos policiais. Durante toda a crise do Colégio revelaram estes professores pouca habilidade no trato com os jovens. Mas o recurso aos meios indignos para submetê-los evidencia sua total inépcia como educadores, ainda mais depois que os alunos se dispunham a deixar hoje o Colégio para tentar, junto a V. Excia. uma solução para a crise (ATAS DO CTA, Livro IX, p. 156).

Após dar aos conselheiros ciência das sugestões contidas em outro ofício, encaminhado por Werebe, para encerrar crise no Colégio, Rosenthal também leu e solicitou que se registrasse, em ata, o ofício que ele havia encaminhado como resposta à professora. Após agradecer as sugestões e o envio de um relatório circunstanciado dos acontecimentos referentes à demissão de Bojikian, o diretor assinala, no texto do ofício:

Quanto ao terceiro ofício, recebido no dia 23, quero informar que dei conhecimento do seu conteúdo aos professores do Departamento de Educação, diretamente atingidos. No que me respeita, cabe apenas manifestar a minha estranheza pela apresentação precipitada – e por isso mesmo pouco exata – dos fatos e das conclusões a que a senhora chegou, ofensivas para docentes a cujo trabalho educativo devo o mesmo elevado respeito que me infunde também a obra realizada por Vossa Excelência (ATAS DO CTA, Livro IX, p. 158).

A recepção do ofício de Werebe, com seu tom de crítica assertiva e com as acusações que fez ao corpo docente do Departamento de Educação, ensejou protestos levados a público na reunião da Congregação da FFCL, realizada em 16 de novembro (uma semana após a reunião do CTA). Na ocasião, Roque Spencer Maciel de Barros solicitou a palavra ainda no expediente para rebater às acusações da professora. Também faz uso da palavra, com a mesma finalidade, Amélia Americano de Castro.

A atitude de Werebe de desaprovar publicamente os seus colegas de Departamento e de nomeá-los, por sua “inépcia” e “pouca habilidade no trato com os jovens”, responsáveis pelo “espetáculo deprimente” de violência registrado, tornou sua convivência e permanência no grupo praticamente insustentáveis.

Segundo Celeste Filho (2006, p. 154), tal condição, colocada no horizonte dos processos de negociação pela reestruturação da USP teve desdobramentos quanto ao lugar do setor de Orientação Educacional. O autor assinala que, no contexto das discussões promovidas pelas chamadas *comissões paritárias*, a professora de Orientação Educacional, que participava na condição de representante dos livres-docentes, pautou a criação de um Centro de Orientação Educacional e Psicológica, que seria mantido sob a responsabilidade dos setores de Psicologia e de Orientação Educacional. Essa medida permitiria o deslocamento das atividades da disciplina autônoma da professora para o curso de Psicologia

e para o Instituto de Psicologia, cuja criação vinha sendo discutida naquele momento. Segundo o pesquisador,

Maria José Garcia Werebe lutou com obstinação para que o setor de Orientação Educacional não fosse eliminado no processo de reformulação universitária. Neste sentido, teve apoio incisivo do último diretor da FFCL – Eurípedes Simões de Paula e, também de Simão Mathias – membro, em 1968, da Comissão Paritária da FFCL e membro da comissão do Conselho Universitário que em 1969 definiria a estrutura dos novos Institutos formados com a reforma da USP.

Em fevereiro de 1969, Maria José Garcia Werebe apela diretamente ao Conselho Universitário (Ofício 142/69, de 14/2/1969), para que o Setor de Orientação Educacional fosse transferido do Departamento de Educação para o nascente Instituto de Psicologia (CELESTE FILHO, 2006, p. 154).

Analisando as atas do Conselho Universitário dos anos de 1968 e 1969, Celeste Filho (2006) avalia que houve um tratamento especial à solicitação de Werebe. Diversos outros ofícios e manifestações de professores desagradados pelas escolhas da comissão da reestruturação chegaram ao colegiado, mas, o autor constatou, na investigação realizada, que apenas o caso de Werebe foi discutido. No dia 17/3/1969, consta na ata da reunião do Conselho Universitário a seguinte passagem:

Lucio Penna de Carvalho Lima afirma que a argumentação da Profa. Maria José Garcia Werebe convenceu a ele, ao Prof. Simão Mathias e a outros membros da comissão que cuidou dos Institutos predominantemente básicos. Luis Ferreira Martins pondera que o grupo que funciona no referido Setor se definiu pelo Instituto de Psicologia, na dúvida, fica com o grupo. Elza Salvatori Berquó concorda. O Conselheiro Eurípedes Simões de Paula também expende pronunciamento favorável à integração do Setor de Orientação Educacional no Instituto de Psicologia. [...] Em votação, a proposta de passagem do Setor de Orientação Educacional para o Instituto de Psicologia é aprovada por vinte e cinco votos contra três (ATAS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA USP, 17/3/1969, Livro 36, fls. 6-7 apud CELESTE FILHO, 2006, p. 155).

Celeste Filho (2006) analisa que o movimento empreendido por Werebe desagradou ainda mais o Departamento de Educação e seus antigos colegas. Assinala o autor que, na ocasião, Roque Spencer Maciel de Barros e Amélia Americano Domingues de Castro intervieram junto ao Conselho Federal de Educação, com a mediação de Valnir Chagas, solicitando parecer quanto ao lugar indicado para a disciplina de Orientação Educacional. Chagas define que a Orientação Educacional seria parte da formação oferecida nos cursos de Pedagogia (e não de Psicologia). É nessa conjuntura que, dias depois, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras deveria julgar a prorrogação do contrato de Maria José Garcia Werebe no Departamento de Educação, para a regência da disciplina autônoma a que estava vinculada desde 1961. O CTA emitiu parecer favorável, entretanto, na discussão realizada pela Congregação, Amélia Americano de Castro solicitou a palavra e manifestou-se contrária a tal medida, alegando que eram motivos suficientes para a não renovação do contrato da professora:

1) A Crise no Colégio de Aplicação quando da proposta de revisão do regulamento [...] A posição da Profa. Maria José Garcia Werebe foi favorável aos alunos e contra o Departamento de Educação. 2) Cada vez mais se exige trabalho em equipe, em nível de departamento. Entretanto, vemos um membro de departamento divergir totalmente da orientação adotada e atuar contra suas decisões (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro XI, fls. 167-168).

Os debates acalorados não permitiram a conclusão da votação naquele dia 30/9/1968. Somente em 2/10/1969 a votação foi retomada e a proposta de renovação do contrato foi aprovada com um voto de diferença: 17 votos pela renovação e 16 votos contrários a ela. Na reunião da Congregação de 26 de novembro daquele mesmo ano, entra em pauta a proposta de transferência de Maria José Garcia Werebe do Departamento de Educação para o Departamento de Psicologia Social e Experimental. A professora Carolina Bori, então respondendo por este último, manifestou-se favorável à proposta e permitiu, assim, que o pedido da professora fosse aprovado pela Congregação.

Essa situação redefiniu a composição do Departamento de Educação nos últimos dias de 1969. Com a transferência de Werebe para o Departamento de Psicologia Social e Experimental, apenas as três cadeiras que compunham aquele primeiro Departamento: a Cadeira de História e Filosofia da Educação, a Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada e a Cadeira de Metodologia Geral do Ensino. Com algumas alterações, é esta a configuração que, processada a Reestruturação da USP, será adotada para organizar os três departamentos da Faculdade de Educação autônoma.

3.5 A REESTRUTURAÇÃO DA USP E A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

O trabalho realizado pela comissão instituída pela Reitoria em outubro de 1966, para elaborar as diretrizes que deveriam nortear a reestruturação da USP foi recebido e tratado na dinâmica institucional da Faculdade de Filosofia como uma oportunidade para colocar em pauta a reorganização de seu próprio funcionamento, delineado em 1963 e consolidado na proposta de um novo regulamento construída e aprovada pela Congregação. De fato, os trabalhos da comissão iniciados em 10 de novembro de 1966, tornaram-se pauta da Congregação da FFCL já em sua reunião extraordinária do dia 25 de novembro, quando Florestan Fernandes solicita a palavra, durante o expediente e

se manifesta tecendo considerações sobre a questão da reestruturação da Universidade de São Paulo. Diz *que confia plenamente na comissão designada pelo Magnífico Reitor*, a qual é presidida pelo Prof. Mário Guimarães Ferri e integrada, entre outros, por mais dois nomes da Faculdade: os Profs. Roque Spencer Maciel de

Barros e Erasmo Garcia Mendes, *razão pela qual não há motivos de preocupação*. O assunto [diz o sociólogo] entretanto, tem causado apreensões entre os docentes pelo fato de ser a nossa faculdade a que, possivelmente, sofrerá as maiores transformações. Acha, portanto, oportuno que os nossos professores tenham o ensejo de debater longa e profundamente a matéria. *Sabe que é pensamento do Sr. Diretor ouvir os professores* mas, é de opinião que comecem desde logo os debates para que as sugestões sejam encaminhadas à Comissão. Continuando, ressalta que esta Faculdade não pode sofrer qualquer transformação a não ser que esta corresponda ao consenso de todos os seus professores. *Torna-se necessário que o Sr. Diretor convoque a Congregação quantas vezes for preciso para que a matéria seja amplamente discutida* (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, fls. 22, grifo nosso).

A intervenção de Florestan Fernandes parece cuidadosamente calculada para, ao mesmo tempo, legitimar e comprometer a posição dos professores Ferri, Maciel de Barros e Garcia Mendes com mecanismos menos centralizados de produção e discussão do documento que a Comissão submeteria ao Conselho Universitário. Ao sinalizar a necessidade da convocação da Congregação para discutir a matéria, Florestan enseja transformar aquele colegiado em protagonista do processo de construção da proposta.

Roque Spencer Maciel de Barros, na sequência da intervenção de Florestan Fernandes, reposiciona a questão na perspectiva da Comissão, declarando que era “pensamento desta [daquela] promover reunião geral dos docentes para *ouvir, obter informações e coligir dados necessários*.” Além disso, assevera que “é um trabalho longo e que a comissão apenas se reuniu duas vezes”. E finaliza afirmando que a comissão “não pretende[ia] realizar um trabalho isoladamente e apresenta-lo à consideração superior” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, fls. 23, grifo nosso).

No dia 15 de dezembro, em reunião presidida por Eurípedes Simões de Paula, o assunto retorna novamente ao colegiado. Simões de Paula informa que o item está em discussão por sugestão de Florestan Fernandes e que pretende designar uma comissão de professores da Congregação para, no âmbito da Faculdade, estudar o assunto e apresentar o seu pensamento à comissão designada pelo Reitor. Mário Guimarães Ferri entrevistou, pontuando sua atuação como presidente da comissão de reestruturação afirmou:

Foi sempre sua intenção trazer o assunto ao debate da Congregação. Aduz que, antes de se afastar da Diretoria [da FFCL], enviou a todos os professores circular enumerando alguns quesitos para serem respondidos e, desta forma, ter uma base para iniciar os trabalhos. Na referida circular, ficou explícito que, após estes contatos iniciais, a matéria será, em ocasião oportuna, submetida à apreciação da Congregação. Continuando, comunica que, nas reuniões públicas convocadas para debate da matéria, também declarou que a comissão, quando elaborar o seu parecer, este será submetido à discussão na Universidade (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, fls. 30).

Após a intervenção de Ferri e os debates que dela se seguiram, Eurípedes Simões de Paula propôs a composição da comissão da FFCL envolvendo os professores Florestan

Fernandes, Antônio Brito da Cunha, Simão Mathias, Aziz Ab'Saber, Arrigo Leonardo Angelini, Nabor Ricardo Rüegg e Erwin Rosenthal. Simões de Paula também sinalizou que convidaria, para participar das reuniões posteriormente, o presidente do Diretório Acadêmico. A proposta é aprovada pela Congregação.

A gestão de Mário Guimarães Ferri parecia despertar a simpatia de seus colegas ou, ao menos, atender às necessidades da Congregação até aquele momento. No dia 13/2/1967, o primeiro item da pauta do dia da reunião do colegiado tratava da indicação dos nomes que deveriam compor a lista tríplice a ser submetida ao Reitor para que fosse escolhido o novo diretor da Faculdade. A distribuição dos cinquenta votos válidos, no primeiro turno, foi favorável a Ferri, com 36 indicações, seguido por Eurípedes Simões de Paula (vice-diretor em exercício), com 29 indicações. Os outros dois escolhidos, em votações seguintes, foram Eurípedes Simões de Paula e Paschoal Senise.

O clima de tranquilidade na Congregação, entretanto, se transformou a partir de março, com a crise instaurada por força da questão dos excedentes. Por força de determinação federal, as universidades estavam obrigadas a matricular todos alunos aprovados em exames vestibulares. Ferri apresenta a matéria à Congregação, asseverando que, em reunião convocada pela Reitoria, o assunto havia sido discutido por todos os diretores e que, não tendo sido possível convocar a Congregação da FFCL anteriormente, desejava compartilhar o relatório que produziu sobre a situação na Escola. O documento, após apontar questões de princípio, sinalizava à Reitoria os esforços já empreendidos em 1966 para tornar possível o acolhimento de excedentes na Faculdade:

Defrontado com o problema de excedentes, em 1966, o CTA da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, após ouvir os diversos departamentos e cadeiras interessados, decidiu permitir sua matrícula de acordo com os números seguintes, resolvendo praticamente todos os casos: Excedentes em 1966 – Ciências Sociais: 12; Física: 61; Geologia: 17; História Natural e Ciências Biológicas: 9; Matemática: 23; Pedagogia: 4; Psicologia: 31. Total: 157 (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, fls. 51).

E apresentava a decisão do CTA de, para o ano de 1967, aumentar 160 vagas nos cursos da Escola, a fim de prevenir problemas de matrícula. Nesse sentido o relatório ressaltava que era evidente o “real empenho da Faculdade em entender, na medida do possível, aos interessados”, mas informava à Reitoria que a Escola não poderia ampliar ainda mais a abertura, sob pena de gerar prejuízos muito grandes para o ensino e a pesquisa. Concluindo, o relatório alertava que, no ano de 1967, o problema mais grave se referia ao curso de Psicologia e que não havia qualquer possibilidade de equacioná-lo.

Após a leitura do documento, Florestan Fernandes solicitou a palavra para defender que a Faculdade fizesse um esforço para atender aos excedentes da Psicologia, e questionou a Congregação se ela estaria correspondendo à responsabilidade que lhe cabia no problema. Sugere que outros cursos da FFCL se recusaram a acolher excedentes e que seria possível equacionar a situação oferecendo essas vagas aos interessados. Perante tal posição, Arrigo Angelini e Anita de Castilho Marcondes Cabral, falando em nome do curso de psicologia, lamentaram a existência da situação que impedia alguns alunos de se matricular, mas lembraram que o esforço feito pela faculdade em 1966 e também em 1967 significava seu compromisso possível. Na mesma linha, o representante do corpo discente, Márcio Alves Falleiros declarou que os alunos reconheciam a impossibilidade da Faculdade receber os excedentes, mas achava “conveniente que se divulgassem as listas com os nomes, pois muitos talvez tivessem a possibilidade de serem admitidos em outros cursos” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, fls. XX).

O movimento estudantil, liderado pelas suas entidades, empreendeu, entretanto, uma forte mobilização que culminou com a declaração de greve, pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia e com a posterior ocupação do prédio da Maria Antônia. Em tentativas sucessivas de negociação com o grupo, a direção da Faculdade de Filosofia entendeu ter envidado os esforços que podia para equacionar o problema e que os estudantes demonstravam um grau de intransigência intolerável. Em 27 de abril de 1967, consta na ata da Congregação o seguinte registro:

O Sr. Presidente historia detalhadamente os acontecimentos verificados desde o acampamento dos estudantes na porta principal desta Faculdade e a posterior tomada do saguão do andar térreo. Declara que nesta ocasião se dirigiu aos estudantes solicitando que se retirassem, pois não havia mais possibilidades de atendimento dos excedentes de Psicologia e Ciências Biológicas, segundo declarações dos professores desses cursos e que a faculdade já havia admitido 209 excedentes e não poderá, com novas admissões, correr o risco de baixar o nível do ensino e da pesquisa. Continuando, diz que os dirigentes do Grêmio estiveram na Diretoria quando, então, foi mantido longo diálogo esclarecendo os pontos básicos do problema. Diz da Assembleia realizada no salão do Grêmio, quando os estudantes se comprometeram a desocupar as dependências da Faculdade [...]. Relata fatos desagradáveis verificados com estudantes durante o período em que permaneceram na Faculdade. Finalizando, diz que, diante deste problema precisa do apoio da Congregação, não só moral, mas também de uma comissão de professores para aconselhamento no sentido de ser encontrada uma solução para o caso (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, fls. 79).

Após o apelo de Ferri, vários professores se manifestam. Em sua maioria, apoiam o diretor, expressando solidariedade e se dispondo a compor o grupo de mediação com os estudantes. Diferente é a voz de Florestan Fernandes que, tomando a palavra afirma que a Faculdade não estava diante de um problema exclusivo de excedentes, mas de estrutura da

Universidade e manifesta-se favorável a aceitação de todos os excedentes, pois “não aceitando os excedentes, estaremos [estariam] negando o direito de viverem no futuro”. Segue, ainda, exortando seus colegas, afirmando que “os professores da Universidade não podem ficar complacentes diante de uma situação que não permite resolver o problema da procura dos estudantes” (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, fls. 79).

Eurípedes Simões de Paula e Emilia Viotti da Costa tomam a palavra a fim de equacionar a questão, propondo uma comissão para construir uma resposta da Faculdade ao problema. Seguem-se outras ponderações dos professores no sentido de apresentar alternativas para o acolhimento dos excedentes, que terminam com a elaboração de um documento, endereçado à Reitoria, com as condições mínimas para a aceitação dos alunos que ainda não haviam conseguido vaga. A proposta, redigida em sua versão final por Simão Mathias, angaria a simpatia de Florestan Fernandes e também de Everaldo Gonçalves, que representava o corpo discente na reunião. O trecho final da ata da reunião registra que:

A vista da proposta do Prof. Simão Mathias, aprovada [o Sr. Presidente] espera que os alunos voltem à normalidade e que desocupem o saguão esta noite, pois, caso contrário, não poderá tolerar que a situação atual perdure. O Prof. Florestan Fernandes propõe um voto de confiança ao Sr. Diretor que é aprovado unanimemente, e que poderá convocar a Congregação para a assistência que for necessária (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, fls. 81).

É impossível desatrelar a forte mobilização estudantil em torno das pautas especificamente universitárias do contexto mais amplo de contestação do regime militar e de suas truculentas restrições à liberdade. E é impossível desatrelar essa situação do processo de discussão da reestruturação da USP em curso. As tensões engendradas no primeiro semestre de 1967 impactaram profundamente a discussão do documento da Comissão de Reestruturação na Congregação da FFCL. A trabalhosa conciliação dos pontos de vista divergentes quanto à mobilização dos estudantes e, quanto à pauta dos excedentes revelava cisões já emergentes no grupo de professores da FFCL.

Exatamente na semana em que se iniciava a crise no Colégio de Aplicação, no dia 6 de outubro, a Congregação da FFCL discutiu, pela primeira vez, o texto prévio do relatório de trabalho da Comissão de Reestruturação da USP. Coube ao professor Carlos Benjamin de Lyra elaborar um parecer preliminar, analisando aquele relatório, a fim de guiar a análise da Congregação. Dois pontos fundamentais do parecer de Benjamin Lyra foram discutidos. O primeiro era a proposta presente no relatório preliminar da Comissão, de se iniciar a reestruturação da USP com a reorganização da Faculdade de Filosofia em institutos básicos, semelhantes à lógica adotada na UnB. A Congregação, embora aprovando o princípio,

rejeitava que se iniciasse o processo apenas na Faculdade de Filosofia e que não houvesse, no documento elaborado pela Comissão, previsão para o momento em que o mesmo processo atingiria as escolas profissionais da USP. O segundo era a proposta de transformar a Universidade de São Paulo numa Fundação.

A Congregação, após discutir esses dois pontos, deliberou pela aprovação de uma proposta de parecer de Roque Spencer Maciel de Barros, alterada com as sugestões de Emilia Viotti da Costa. Os dois primeiros itens do parecer sintetizam a posição do colegiado:

1. A Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras manifesta seu inteiro acordo com os princípios gerais aprovados pela Comissão de Reestruturação da Universidade de São Paulo, opondo-se, apenas, à transformação da universidade em fundação. Compreende que o objetivo da Comissão [de Reestruturação] foi o de obter a maior autonomia possível para a USP; não concorda, entretanto, que esse seja o caminho para consegui-la.
2. Concebendo a Universidade como um conjunto ordenado, voltado para todo o saber, preocupada com a conservação, a transmissão e a criação nos vastos domínios da filosofia, das letras, das ciências, das artes e da tecnologia; ciente que não há limites rígidos entre a investigação pura e a aplicada, entre a “ciência teórica” e a técnica, acredita a Congregação que o 2º princípio aprovado pela Comissão de Reestruturação não deve valer apenas para o campo da cultura teórica, das “ciências fundamentais” ou básicas, mas deve estender-se à Universidade inteira, toda ela reorganizada em função desses organismos que poderiam chamar-se Institutos, Centros ou outro nome qualquer, desaparecendo as atuais Faculdades, isoladas, fechadas em si mesmas e fundamentalmente voltadas para a formação profissional (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro IX, fls. 118-119).

O final do ano de 1967 foi marcado pelo episódio do Colégio de Aplicação e por suas consequências nas relações entre os professores da FFCL. No início do ano de 1968, aceleraram-se os trabalhos da Comissão de Reestruturação que pôde concluí-los no final de junho daquele ano, consolidando o Memorial que ficaria posteriormente conhecido como Relatório Ferri.

Celeste Filho (2006) analisa com profundidade a recepção do trabalho da Comissão, sobretudo entre o corpo discente que, articulado aos professores que propugnavam uma construção mais coletiva da reestruturação da Universidade, exigiam que o documento fosse discutido em coletivos formados por docentes e discentes, nas diferentes unidades da USP, as chamadas *comissões paritárias*.

Criadas a partir da pressão do próprio movimento estudantil e de uma fração importante das diversas classes docentes de não catedráticos, essas comissões foram instauradas de forma inicialmente não oficial e, em alguns dos departamentos, ganharam espaço institucional. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, as comissões encontraram maior apoio e adesão oficial junto aos cursos de Ciências Sociais e História. No caso do

Departamento de Educação, seu Conselho posicionou-se contrário à medida e declarou-a, inclusive, um desvio da normativa legal.

Não é outra a posição defendida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em texto publicado na seção *Notas e Informações*, provavelmente escrito por Roque Spencer Maciel de Barros:

Talvez não seja este o momento mais propício para discutir, em termos racionais e exclusivamente pedagógicos, o problema da reestruturação da Universidade de São Paulo; talvez neste momento, o mais importante seja salvar a instituição criada por Armando Salles de Oliveira de sua destruição. De fato, outra coisa não será, senão a destruição da USP, a sua conversão em instrumento dos totalitários que a querem para base de suas operações contra qualquer possibilidade de evoluirmos no caminho da autêntica democracia.

Todavia, com a esperança de que, de uma ou de outra forma, a ordem volte a reinar na instituição, com a anulação de decisões tomadas sob pressão e a dissolução de todas as comissões paritárias constituídas em frontal desrespeito à lei vigente – que só admite a representação estudantil por meio de Diretórios Acadêmicos legitimamente formados – cremos que é conveniente não nos esquecermos que há um plano racional e coerente de reestruturação da Universidade de São Paulo, sobre o qual já fizemos um comentário, examinando a sua filosofia inspiradora (O ESTADO DE S. PAULO, 1968, p.3).

Em texto escrito pouco tempo depois, em 1974, Heladio Antunha assinala uma avaliação semelhante a respeito do caráter inoportuno e ameaçador das paritárias:

Como nunca, a universidade brasileira esteve, então, ameaçada em um dos seus princípios fundamentais: na ideia de que a autoridade e a hierarquia universitárias devem basear-se na evidência do mérito objetivamente comprovado e na maior experiência e maturidade. A instituição das comissões paritárias – e algumas chegaram a funcionar “de fato”, mesmo na USP, como pode paralelo ao dos órgãos tradicionais como o Conselho Universitário, as Congregações e os Conselhos de Departamento – representava, na prática, a transferência da autoridade e do governo universitário para os estudantes mais radicais e aos professores a eles associados, criando-se, assim, os elementos indispensáveis para se transformar a instituição num instrumento de luta política, num bastião ideológico e numa base logística para as incursões revolucionárias contra o regime vigente. O período das paritárias foi, na realidade, em muitos casos, um momento de delírio coletivo, em que estudantes e alguns professores chegaram a “posar para a história” e pronunciar frases de efeito, que a crônica da USP merece registrar: “São as minorias que fazem a história”. “Todo o poder para as paritárias” e outras de teor semelhante (ANTUNHA, 1974, p. 183-4).

É importante que se considere o discurso expresso tanto no texto do jornal *O Estado de S. Paulo* quanto na análise de Antunha, a partir do contexto de sua produção e da posição de seus autores, sob pena de apreender de forma parcial o que significou o movimento das paritárias na USP. Entretanto, para os limites deste trabalho, importa assinalar que, de fato, se aquele movimento pôde acumular vitórias parciais ao longo do processo, não logrou êxito em deslocar o lugar de debates do modelo universitário para fora do Conselho Universitário e das instâncias sob seu controle.

Se, de um lado, a mobilização estudantil e de frações de classes docentes em diferentes institutos em comissões paritárias possibilitou a leitura, discussão e contraposição desses

sujeitos a diferentes pontos elencados no relatório, de outro lado, a posição do Reitor era restritiva: a análise do Memorial e o processo de reestruturação deveriam ocorrer com a participação e mando exclusivo do Conselho Universitário. Em setembro de 1969, respondendo à sugestão de diferentes conselheiros que propunham a constituição de fóruns consultivos ou deliberativos em torno da Reestruturação, o reitor afirmou que não instituiria a Assembleia Universitária para discutir o relatório ou deliberar sobre a reforma, “a não ser que o Conselho, por 2/3 da totalidade de seus membros, resolva alterar os Estatutos, o Conselho Estadual de Educação concorde e o Governo do Estado baixe um decreto, porque cabe ao Conselho Universitário decidir sobre a reforma universitária”⁷⁵.

A partir dessa posição do Reitor, a reestruturação da USP passou a ser uma tarefa exclusiva do Conselho Universitário e, para tanto, foram convocadas duas reuniões semanais para elaborar, estudar e aprovar um novo estatuto. Entretanto, os acontecimentos da Rua Maria Antônia, em outubro, trouxeram outras variáveis para a conjuntura. Com o pedido de demissão de Ferri, aceito pelo governador, e o aumento das tensões na relação com o movimento estudantil, as reuniões do Conselho se tornaram ainda mais tensas e, ao mesmo tempo, menos democráticas. Helio Lourenço, representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, assumiu a condução dos trabalhos e garantiu uma espécie de consenso mínimo em torno dos pontos não dilemáticos da Reestruturação, angariando simpatias de conservadores e progressistas. O ponto em que esse consenso se desmancha é exatamente a questão da representação estudantil e da Assembleia Universitária. Com uma posição amplamente favorável a criação de uma Assembleia Universitária deliberativa e com participação de, no mínimo, 1/5 de estudantes, Lourenço entrou em confronto com o grupo mais conservador do Conselho. Era novembro de 1968. O final do ano de 1968, com o AI-5, modificará a organização das forças de luta no âmbito do Conselho, nas Congregações e nos Departamentos.

No início do ano de 1969, ocorreu a retomada dos trabalhos do Conselho Universitário. Em abril, colocou-se em pauta, novamente, a representação estudantil. Isso porque a Lei 5540/68 alteraria a forma de composição dos colegiados universitários. Novamente, Helio Lourenço assumiu uma postura favorável à ampliação da participação estudantil e conseguiu garantir, a partir de parecer favorável do assessor jurídico Fábio Prado,

⁷⁵ Na reunião, os conselheiros Ariosto Mila (FAU), Rubens Lima Pereira (Engenharia São Carlos), Elza Berquó e Victor Bachmann de Melo sugerem, a partir de deliberações de suas respectivas congregações, que a Reitoria institua uma Assembleia Universitária (prevista, já no Estatuto da USP) a fim de discutir a reforma de maneira mais ampla.

manter a participação paritária na Assembleia Universitária. No mesmo dia, o governo federal decreta a aposentadoria compulsória de Lourenço, junto com a de outros 26 professores.

Ao mesmo tempo, o Decreto Lei 464, de fevereiro de 1969, já havia estabelecido um prazo de 90 dias para que as universidades apresentassem seus novos estatutos (alinhados à Lei 5.540/68) para análise e aprovação pelos Conselhos de Educação. Este dispositivo imprimiu um ritmo mais acelerado aos trabalhos do Conselho Universitário. Com a aposentadoria de Helio Lourenço, o Conselho Universitário vota e elabora lista tríplex para o novo vice-reitor (que, na prática, seria o Reitor, já que Gama e Silva ocupava o Ministério da Justiça). Na votação, Osvaldo Fadigas Torres (Escola Politécnica) é o mais votado. Entretanto, Abreu Sodré escolhe Alfredo Buzaid, diretor da Faculdade de Direito.

A gestão de Buzaid, sob o argumento de que o prazo para a apresentação do estatuto junto ao Conselho Estadual de Educação era reduzido e alegando que era necessário superar as questões mais elementares e consensuais do texto, bem como ajustá-lo às normativas já emitidas pelo Conselho Estadual de Educação, constitui uma comissão muito próxima ao Reitor que passa a elaborar, trechos estratégicos do texto do estatuto e apresentá-los, em bloco, para a aprovação do Conselho Universitário. Essa estratégia dificultou sobremaneira a discussão de pontos candentes do texto e tornou o Conselho Universitário um coadjuvante na escrita do texto final dos estatutos.

Em julho, uma versão preliminar dos novos estatutos da USP é encaminhada ao Conselho Estadual de Educação. Aquele colegiado escolhe três relatores para analisá-lo: Miguel Reale, Laerte Ramos de Carvalho e Carlos Pasquale. Os pareceres dos três relatores aos principais pontos do Relatório de 1968 e que se converteram na versão preliminar do Estatuto são aprovados e elogiados. As correções apontadas são, sobretudo, no que tange: a) à estrutura multicampi, considerada pelos relatores um entrave à integração e gestão universitária, b) a ausência de uma definição adequada da carreira docente no âmbito da estrutura departamental sugerida e c) a nomenclatura das escolas profissionais (sua manutenção poderia significar uma concessão ao modelo anterior de universidade e uma inconsistência em relação ao modelo dos institutos).

Em um mês, a comissão formada pelo reitor para responder às admoestações do Conselho Estadual de Educação apresenta ao conselho a versão final dos estatutos para aprovação. Em apenas uma sessão, o texto é aprovado no dia 29 de setembro de 1969. Após concluir a tramitação do Estatuto com mão de ferro, Alfredo Buzaid deixa o cargo de Reitor. Com a aposentadoria do Ministro da Justiça (e Reitor Licenciado da USP, Gama e Silva),

Alfredo Buzaid é escolhido para substituí-lo no Ministério, em 28 de outubro de 1969. No dia 24 de novembro de 1969, o Conselho Estadual de Educação aprova o texto do Estatuto e encaminha ao governador. Em 16 de dezembro de 1969, o Diário Oficial do Estado publica o Decreto 52.326/69 que aprova o Estatuto da USP. Miguel Reale, da Faculdade de Direito e do Conselho Estadual de Educação é escolhido como novo Reitor, responsável pela implementação da Reestruturação da USP.

3.6 A FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP E SEUS PROFESSORES

O estatuto da USP, aprovado em 1969, criou a Faculdade de Educação a partir da separação do antigo Departamento de Educação, na prática, quase já autônomo, de sua unidade anterior (a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). Como resta claro das análises empreendidas nos capítulos anteriores, a participação das figuras mais destacadas do Departamento de Educação no processo reformador foi bastante intensa. Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros e José Querino Ribeiro estiveram envolvidos tanto nas discussões e decisões do processo de reestruturação da USP quanto nas discussões e decisões do processo reformador vivenciado no ensino superior brasileiro durante a década de 1960. Coube, justamente, a esse grupo de lideranças, ampliado por seus colegas e assistentes, empreender a constituição e consolidação da nova unidade criada.

A Faculdade de Educação autônoma foi organizada em três departamentos: o antigo Conjunto de Administração Escolar e Educação Comparada deu origem ao Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (EDA), deixando de ministrar a disciplina de Educação Comparada. O antigo Conjunto de Metodologia Geral do Ensino deu origem ao Departamento de Metodologia Geral do Ensino e Educação Comparada (EDM), acomodando a área desligada do Conjunto de Administração. Por fim, o antigo Conjunto de História e Filosofia da Educação deu origem ao Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação (EDF).

No dia 25 de fevereiro, instalou-se a Congregação da Faculdade de Educação. O registro da ata revela que estiveram presentes os professores José Querino Ribeiro, Laerte Ramos de Carvalho, Carlos Correa Mascaro, Heládio Cesar Gonçalves Antunha, Gilda Nogueira de Lima e também a representante dos alunos Maria Cecília Cortez de Albuquerque Maranhão (ATAS DA CONGREGAÇÃO DA FEUSP, Livro I, fls. 1).

A Portaria 1024/1970, do Gabinete do Reitor estabeleceu as regras para nomeação interina dos cargos de diretor e chefe de departamento, enquanto não se procedesse, em cada unidade, os processos de eleição e indicação de lista tríplice (no caso de Diretor). Seguindo as orientações normativas emanadas pela Reitoria, a Congregação instalou-se presidida pelo professor titular mais antigo: José Querino Ribeiro.

A Congregação tinha a tarefa de indicar os nomes que deveriam compor uma lista tríplice para a escolha do Diretor da Faculdade a ser encaminhada ao Reitor. Pelos Estatutos de 1969, o cargo de Diretor era privativo dos professores titulares (antigos catedráticos). Na Faculdade de Educação, apenas dois docentes cumpriam esse pré-requisito: o próprio José Querino Ribeiro e Laerte Ramos de Carvalho. A Congregação, como não podia deixar de ser, encaminhou a lista com os nomes dos dois professores titulares. A escolha do Reitor recaiu em Laerte Ramos de Carvalho, que assumiria o posto a partir do início de março de 1970.

Ainda nesta primeira reunião, sob a presidência de Querino Ribeiro, discutiu-se a questão do Colégio de Aplicação. Nos momentos finais anteriores à Reestruturação da USP, o Colégio deixou de existir. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a pedido do Departamento de Educação, fez a denúncia do Convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação. A fim de estudar os encaminhamentos relativos a instalação de um novo equipamento deste tipo, uma comissão foi constituída:

Cumpridas as disposições do artigo 44 do Estatuto da Universidade de São Paulo, o prof. Querino [diretor pró-tempore] designou uma comissão, composta por Amélia Domingues de Castro, Roque Spencer Maciel de Barros e Moysés Brejon para examinarem o processo 26102-65 RUSP que trata da localização do futuro Colégio de Aplicação desta Faculdade (ATAS DA CONGREGAÇÃO DA FEUSP, Livro I, fls. 1).

Na segunda reunião da Congregação, realizada no mês seguinte, já sob a presidência do novo diretor (Laerte Ramos de Carvalho) a Comissão foi alterada:

Reformulação da comissão encarregada de estudar o projeto de um Colégio anexo à FEUSP com fins de experimentação pedagógica. Ficou assim constituída: Profa. Dra. Amélia Americano Domingues de Castro com funções de presidente; Prof. Dr. Heladio Cesar Gonçalves Antunha – em substituição ao professor Roque Spencer Maciel de Barros -; prof. Dr. Moysés Brejon; aluna Maria Cecília Cortez de Albuquerque Maranhão representando o corpo discente (ATAS DA CONGREGAÇÃO DA FEUSP, Livro I, fls. 3).

Outro conflito herdado dos momentos finais da década de 1960 foi a regência das disciplinas de Orientação Educacional. Perante a migração de Maria José Garcia Werebe para o IPUSP e, pouco tempo depois, sua exoneração da Universidade de São Paulo, a escolha da Faculdade de Educação, naquele momento, foi contar com a disponibilidade apresentada por alguns professores do curso de Psicologia, liderados por Anita Cabral, que concordaram em

ministrar aulas, em forma de conferências, para que os alunos já matriculados no curso, pudessem cumprir o currículo exigido pela habilitação em Orientação Educacional (antigo conjunto C, agora ancorado na nova legislação).

Na 5ª reunião ordinária da Congregação, o tema foi discutido a partir da manifestação da representante dos alunos que solicitou a palavra no expediente para apresentar um conjunto de queixas dos acadêmicos:

3 – Comunicar o descontentamento geral dos alunos quanto ao Curso de Orientação Educacional ministrado em sistema de rodízio por professores que declaram não conhecer o assunto. Esclarecem não existir, por parte do corpo discente, oposição a nenhum dos professores, mas à forma pela qual o curso foi estruturado (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, fls. 13).

A questão dos professores para o curso de Orientação Educacional é apenas uma das manifestações da necessidade de se ampliar os quadros docentes da Faculdade de Educação da USP a partir de 1970. Uma série de mudanças introduzidas no final da década de 1968 na formação do pedagogo e na formação dos licenciados ampliou a demanda por essa formação e a concentrou na unidade recém autônoma da USP.

Importa asseverar que o quadro de professores da Faculdade de Educação em 1970 foi constituído, sobretudo, com a herança dos quadros do antigo Departamento de Educação da FFCL. Cotejando os nomes constantes nos registros da Faculdade de Filosofia nos anos finais da década de 1960 e o ofício no qual José Querino Ribeiro encaminha ao reitor Miguel Reale a relação com o nome de todos os professores da, agora, Faculdade de Educação, notam-se apenas três exclusões: não constam no documento de 1970 os nomes de Maria José Garcia Werebe, Silvia Leser e Guiomar Namó de Melo,

Guiomar Namó de Melo havia sido contratada para substituir Maria José Garcia Werebe na disciplina de Orientação Educacional após a transferência da livre-docente para o Departamento de Psicologia Social e Experimental. Sua contratação, entretanto, fora feita a partir de indicação da própria professora Werebe, sem ter sido aprovada pelo Conselho do Departamento de Educação, no mês de novembro de 1969. Com a nova situação, Namó de Melo deveria compor o Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, na função de auxiliar de ensino (nova nomenclatura para os assistentes extranumerários). Laerte Ramos de Carvalho opõe-se firmemente à validação do nome de Namó de Mello, alegando que o contrato feria os dispositivos legais instituídos pelo Estatuto de 1969 e solicitou à Direção da Faculdade sua rescisão. Em 16 de fevereiro de 1970, José Querino Ribeiro

encaminhou a solicitação de demissão de Namo de Mello ao Diretor da FFCL. Silvia Leser seguiu com Maria José Garcia Werebe para o IPUSP.

Também aqueles professores que, vinculados a outras cadeiras, ministravam disciplinas no Curso de Pedagogia não foram confirmados na Faculdade de Educação. Na área de Sociologia da Educação, Douglas Monteiro Teixeira e Maria Alice Foracchi permaneceram vinculados ao curso de Ciências Sociais (agora, parte da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH). Arrigo Angelini e os demais professores que ministravam as disciplinas de Psicologia da Educação foram alocados no Instituto de Psicologia, formado a partir da junção dos departamentos de Psicologia Educacional e Psicologia Social e Experimental. O curso de Pedagogia também assumiu a área de Introdução à Economia (frequentada, pelos alunos, anteriormente, na cadeira de História das Doutrinas Econômicas). A única exceção, nesse caso, foi em relação ao licenciado Mário Leônidas Casanova, que, vinculado à cadeira de Filosofia antes da reestruturação, ministrava aulas de História da Filosofia no Curso de Pedagogia, foi transferido para a Faculdade de Educação, a pedido de Laerte Ramos de Carvalho.

No momento em que o grupo de Maria José Garcia Werebe migrou para o Instituto de Psicologia, seus antigos instrutores Celso de Rui Beisiegel e Maria Amélia de Azevedo Goldberg permaneceram, inicialmente, vinculados ao Departamento de Educação. Após o processo de reestruturação, Laerte Ramos de Carvalho convidou o primeiro a assumir a regência das disciplinas de Sociologia e Sociologia Educacional. O convite foi aceito pelo professor, que passou a integrar o Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação. Quanto à Maria Amélia de Azevedo Goldberg, naquele mesmo ano de 1969, a professora defendeu sua tese de doutoramento, migrando posteriormente para a Fundação Carlos Chagas e para o Instituto de Psicologia da USP. O Quadro 14 de docentes que iniciou a era da Faculdade de Educação da USP foi o seguinte:

Quadro 14. Docentes que iniciaram a era da Faculdade de Educação da USP

DEPARTAMENTOS	DOCENTES
Administração Escolar e Economia da Educação	Prof. Dr. Carlos Correa Mascaro (Professor Adjunto)
	Prof. Dr. Moysés Brejon (Professor Assistente)
	Prof. Dr. José Augusto Dias (Assistente Doutor)
	Lic. Roberto Moreira (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Anita Fávero Martelli (Auxiliar de Ensino)
	Lic. João Gualberto de Carvalho Meneses (Auxiliar de Ensino)
	Lic. José Carlos de Araujo Melchior (Auxiliar de Ensino)
Filosofia da Educação e Ciências da Educação	Prof. Dr. Laerte Ramos de Carvalho (Professor Titular)
	Prof. Dr. Roque Spencer Maciel de Barros (Professor Assistente)
	Prof. Dr. Ruy Afonso da Costa Nunes (Professor Assistente)
	Prof. Dr. João Eduardo Rodrigues Villalobos (Assistente Doutor)
	Profª. Dra. Maria Amelia de Azevedo Goldberg (Assistente Doutor)
	Lic. Maria de Lourdes Mariotto Haidar (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Mario Leônidas Casanova (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Benedito Ferri de Barros (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Gilda Naécia Simões (Auxiliar de Ensino)
	Lic. José Mario Pires Azanha (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Celso Ferreti (Auxiliar de Ensino)
Metodologia Geral do Ensino e Educação Comparada	Lic. Celso Beisiegel (Auxiliar de Ensino)
	Prof. Dr. José Querino Ribeiro (Professor Titular)
	Profª. Dra. Amélia Americano Domingues de Castro (Professora Assistente)
	Prof. Dr. Rafael Grisi (Professor Assistente)
	Prof. Dr. Heladio Cesar Gonçalves Antunha (Assistente Doutor)
	Lic. Adelia Carelli (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Anna Maria Godoy Pessoa (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Antônio Machado Fonseca Neto (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Bernardo Issler (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Clara Alterman Coloto (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Edna Chagas Cruz (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Fernando Marson (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Gilda Cesar Nogueira de Lima (Auxiliar de Ensino)
	Lic. João Teodoro D'Olim Marote (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Maria Aparecida Bortoletto (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Maria Aparecida Rodrigues Cintra (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Myriam Krasilchick (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Nélío Parra (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Newton Balzan (Auxiliar de Ensino)
	Lic. Scipione Di Pierro Neto (Auxiliar de Ensino)

Fonte: elaborado pelo pesquisador a partir dos registros constantes nas Atas da Congregação da Faculdade de Educação (Livro I).

A ida de José Querino Ribeiro para o Departamento de Metodologia Geral do Ensino, juntamente com uma de suas auxiliares (Maria Aparecida Bortoletto) não se explica apenas pela divisão da antiga Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada. Os antigos cargos de professor catedrático foram transformados em cargos de professor titular, enquanto os cargos de Livre-Docente foram transformados em cargos de Professor Assistente. No caso

do Departamento de Metodologia Geral do Ensino e Educação Comparada, Amélia Americano Domingues de Castro e Rafael Grisi eram os dois professores Assistentes. Entretanto, numa eventual disputa entre ambos, novamente colocar-se-ia em cheque a estabilidade do Departamento, como já ocorrera quando da substituição de Onofre de Arruda Penteado Junior. José Querino Ribeiro, ao transferir-se para o Departamento de Metodologia Geral do Ensino e Educação Comparada dissipou qualquer possibilidade de que tal disputa se instalasse.

A distribuição dos docentes estava intimamente relacionada com a oferta das disciplinas para os cursos de Pedagogia e Licenciatura. Desta forma, recaía sobre o Departamento de Metodologia Geral do Ensino e Educação Comparada um número maior de disciplinas e, por consequência, a exigência de um número maior de docentes. O número elevado de auxiliares de ensino pode ser explicado pela transição do antigo regime de cátedras para o regime departamental. Na situação anterior a 1969, havia restrições legais à realização de concursos de professor, uma vez que o único cargo estatutário e efetivo dos quadros da Universidade era o de professor catedrático. Os auxiliares de ensino que a Faculdade de Educação herdou são os mesmos assistentes escolhidos pelos catedráticos, o que quase não alterava sua condição na distribuição de poder – seja no âmbito do departamento, seja no âmbito da Faculdade.

Havia, também, a previsão da constituição de uma Comissão de Assessoramento da Direção, instituída pela mesma Portaria 1024/1970. Para esta comissão, José Querino Ribeiro escolheu Laerte Ramos de Carvalho, Carlos Correa Mascaro, Moyses Brejon e Roque Spencer Maciel de Barros.

Durante o mês de janeiro e a primeira quinzena de fevereiro de 1970, a Faculdade de Educação procedeu às eleições para os conselhos e chefias de departamento e para os representantes na Congregação da Faculdade. No ofício 21/70, a direção da Faculdade informa ao Reitor o resultado das eleições que conferiu aos conselhos de departamento e à Congregação a composição, apresentada no Quadro 15, a seguir:

Quadro 15. Composição dos Conselhos de Departamentos e membros da Congregação

DEPARTAMENTOS	INTEGRANTES
Administração Escolar e Economia Da Educação	<p>Chefe: Prof. Dr. Carlos Correa Mascaro Suplente: Prof. Dr. Moysés Brejon Demais integrantes do Conselho: Prof. Dr. José Augusto Dias (representante dos assistentes) Lic. João Gualberto de Carvalho Meneses (representante dos auxiliares de ensino) Lic. Anita Fávaro Martelli (suplente dos auxiliares de ensino) Wladimir Ganselvevitch Vargas (representante dos alunos)</p>
Filosofia da Educação e Ciências Da Educação	<p>Chefe: Prof. Dr. Laerte Ramos de Carvalho Suplente: Prof. Dr. Roque Spencer Maciel de Barros Demais integrantes do Conselho: Prof. Ruy Afonso da Costa Nunes (representante dos livres-docentes) Prof. Dr. João Eduardo Rodrigues Villalobos (representante dos assistentes-doutores) Lic. Maria de Lourdes Mariotto Haidar (representante dos auxiliares de ensino) Lic. Benedito Ferri de Barros (suplente dos auxiliares de ensino) Nagib Miguel Elchmer (representante dos alunos)</p>
Metodologia do Geral do Ensino e Educação Comparada	<p>Chefe: Prof. Dr. José Querino Ribeiro Suplente: Profa. Dra. Amélia Americano Domingues de Castro Demais integrantes do Conselho: Prof. Dr. Heladio Cesar Gonçalves Antunha (representante dos professores titulares) Lic. Nélio Parra (representante dos auxiliares de ensino) Lic. Gilda César Nogueira de Lima (suplente dos auxiliares de ensino) Ligia Maria Salgado Nóbrega (representante dos alunos)</p>
Congregação da Faculdade de Educação (1970)	<p>Prof. Dr. José Querino Ribeiro (Diretor Pró-Tempore) Prof. Dr. Laerte Ramos de Carvalho (Chefe do EDF) Prof. Dr. Carlos Correa Mascaro (Chefe do EDA) Profa. Dra. Amélia Americano Domingues de Castro (Suplemente do EDM) Prof. Roque Spencer Maciel de Barros (Representante dos professores adjuntos) Prof. Heladio Cesar Gonçalves Antunha (Representante dos assistentes doutores) Profª. Gilda Cesar Nogueira de Lima (Representante dos assistentes) Maria Cecília Cortez de Albuquerque Maranhão (Representante dos alunos)</p>

Fonte: elaborado pelo pesquisador a partir dos registros constantes nas Atas da Congregação da Faculdade de Educação (Livro I).

3.7 FORMAS COMPLEMENTARES DE COMPOSIÇÃO DO QUADRO INICIAL DE PROFESSORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A fim de suportar a ampliação da demanda por vagas nos cursos de Pedagogia e Licenciatura, o convite aos ex-alunos que participavam das atividades do CRPE por indicação de seus professores (principalmente ligados ao conjunto de História e Filosofia da Educação) foi mecanismo importante de composição do corpo docente da Faculdade de Educação. Helena Coharik Chamilian lembra deste processo:

O que aconteceu é que em 1970, com a reestruturação da USP, o currículo do curso de Pedagogia mudou muito. Aqueles conjuntos desapareceram e foram criados três departamentos e logo depois, três habilitações. Neste momento, em que a Faculdade se forma e vai oferecer esses cursos, o professor Roque chamou-nos todas e disse: acho que vocês devem fazer mais um ano e terem mais um apêndice ao diploma de vocês e, portanto, fiquem mais um ano. E aí, nós voltamos. Nessa ocasião, eles passaram a nos convidar para participar das atividades do CRPE como monitores. Eram monitoria por cursos, mas duravam praticamente um semestre. Isso, claro, nos tornou ainda mais próximas dos professores. [...] O professor Roque chamou as nove alunas que eram da minha turma. Nem todas voltaram. Seis voltaram. E, quando se precisou de professores para ministrar as aulas da Licenciatura, principalmente, nós fomos colocadas, como se diz, no fogo⁷⁶.

Questionada a respeito de quais teriam sido as ex-alunas da turma do conjunto que se tornaram quadro da Faculdade de Educação, a professora recorda os seguintes nomes:

Eu, a Maria Lúcia, que hoje é Maria Lúcia [Pallares]Burke, a Cynthia Pereira de Souza, a Zuleika, que também deu aula durante um período e que depois saiu da Faculdade e foi morar em Portugal, a Maria de Lourdes Ramos de Carvalho⁷⁷ [Silva] Ela tinha até o sobrenome Ramos de Carvalho e nós fazíamos uma brincadeira... E a Nazaré [Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral]. Também teve outra, a Heloysa Dantas que acho que não ficou⁷⁸.

De fato, as atas da 7ª, e da 9ª reunião ordinária da Congregação da FEUSP, realizadas em novembro de 1970, e maio de 1971, registram a aprovação do Contrato de parte das professoras citadas:

[7ª reunião – 27/11/1970] 6. Contrato de Maria de Lourdes Ramos da Silva, aprovado por unanimidade; 7. Contrato de Maria Nazaré Camargo Pacheco Amaral, aprovado por unanimidade; 8. Contrato de Maria Stela Orsini, aprovado por unanimidade. 9. Contrato de Renato Alberto Teodoro Di Dio, aprovado por unanimidade. 10. Contrato de Zuleika Schmidt de Camargo, aprovado por unanimidade [...] (ATAS DA CONGREGAÇÃO DA FEUSP, fls. 18-9).

[9ª reunião – 07/05/1971] 1. Processo 450/71 – Contrato de Helena Coharik Chamilian – em votação o referido contrato foi aprovado por unanimidade. 2. Processo 470/71 – Contrato de Maria Lucia Garcia Pallares Schaeffer – em votação,

⁷⁶ Depoimento concedido ao pesquisador em 10/12/2014.

⁷⁷ O nome correto da professora é Maria de Lourdes Ramos da Silva.

⁷⁸ Depoimento concedido ao pesquisador em 10/12/2015.

o referido contrato foi aprovado por unanimidade. Processo 471/71 – Contrato de Heloysa Dantas de Souza Pinto – em votação, o referido contrato foi aprovado por unanimidade (ATAS DA CONGREGAÇÃO DA FEUSP, fls. 22-3).

A contratação de Cynthia Pereira de Souza foi aprovada mais adiante, na 15ª reunião ordinária da Congregação, realizada em dezembro de 1971.

Houve, ainda, uma outra forma de recrutamento de professores: a solicitação da cessão de professoras efetivas e com carreira vinculada ao Magistério Público Estadual de São Paulo para que ministrassem aulas nos cursos de licenciatura e pedagogia. A escolha dessas professoras levava em conta, além dos critérios de experiência, a matrícula em algum curso de especialização ou mestrado na própria Universidade de São Paulo ou, excepcionalmente, em outra universidade. Algumas dessas contratações nada mais eram do que a reativação de contratos anteriores, existentes à época do Departamento de Educação e que haviam sido rescindidos dias ou meses antes da reestruturação da Universidade de São Paulo. Em outros casos, tratava-se, efetivamente, de novas contratações.

A ata da reunião da Congregação realizada em dezembro de 1970 reúne as informações do início desse processo. Amélia Americano de Castro, que – apesar de não ser a chefe do Departamento de Metodologia Geral do Ensino e Educação Comparada, respondia por toda a oferta de disciplinas de didática da licenciatura apresentou à Congregação da Faculdade os nomes de professoras para contratação como auxiliares de ensino naquela área. Todos os contratos foram aprovados:

1. Contrato de Loyde Amélia Faustini, aprovado por cinco votos a favor e dois em branco; 2. Contrato de Leda Massari Macian, aprovado por unanimidade; 3. Contrato de Vicente Miroslau Murasche, aprovado por unanimidade; 4. Contrato de Adla Neme; 5. Contrato de Creta Ferreira Alves, aprovado por unanimidade. 6. Contrato de Eleny Cristóforo Mitroulis, aprovado por unanimidade (ATAS DA CONGREGAÇÃO DA FEUSP, Livro I, fls. 20).

Ato contínuo, ainda no mesmo mês de dezembro, a direção da Faculdade de Educação solicitou a Secretaria de Estado da Educação a cessão (ou comissionamento) das professoras Adla Neme, Eleny Christofaro Mitroulis, Maria Thereza Fraga, Sergio Rocha Kiehl, Hermengarda Alves Ludke, Maria Amélia Campos Neto, Cely Cintra Simoni, Zilda Augusto Anselmo e Creta Ferreira Alves. Formalmente, esses docentes eram contratados como auxiliares voluntários de ensino, mas sua designação para as atividades na FEUSP estava

vinculada à autorização do governo do estado de São Paulo para que, afastados de suas funções docentes, permanecessem com seus vencimentos inalterados⁷⁹.

Após esse primeiro grupo e já no final do ano, para exercer atividades a partir de 1971, a direção da Faculdade de Educação solicitou, também, o comissionamento da licenciada Loyde Amélia Faustini, para prestar serviços junto ao Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação. Caso distinto, mas revelador das relações de proximidade entre o poder central da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e a direção da Faculdade de Educação é a solicitação, mediante ofício 180/70, de agosto de 1970, para que a professora Elsa Lima Gonçalves Antunha e para que a professora Maria Stella Orsini sejam colocadas à disposição, com seus vencimentos do cargo de professora da rede estadual, a fim de prestarem serviços na Faculdade de Educação. Tanto Elsa Antunha (esposa de Heládio Cesar Gonçalves Antunha) quanto Maria Stela Orsini atuavam, à época, junto ao Instituto de Psicologia da USP. Assim, seus afastamentos/comissionamentos deveriam ter sido solicitados por aquela unidade. No texto do ofício⁸⁰, Laerte Ramos de Carvalho sublinha que:

Animado pelas demonstrações de apoio que a Faculdade de Educação vem merecendo, velho solicitar que sejam postas a disposição desta unidade universitária, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo que ocupam, as professoras Elsa Lima Gonçalves Antunha e Maria Stella Orsini (FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP, 1970, p 187).

Atendendo ao pedido do Diretor da Faculdade de Educação, a Secretaria de Estado da Educação publica, em 15 de setembro de 1970, a transferência do afastamento já concedido à Elsa Antunha para que deixe de prestar serviços junto ao IPUSP e passe a atuar na Faculdade de Educação. Todavia, esta transferência não atenderia de forma satisfatória aos interesses da professora e da Faculdade de Educação. Em novo ofício, datado de outubro de 1970, Laerte Ramos de Carvalho agradece a transferência da professora, mas afirma que

[...] a simples transferência do seu afastamento poderá ser interpretada de modo a significar que a referida professora permanece afastada com prejuízos de vencimentos, o que não é o caso. Na verdade, os encargos docentes e técnicos da Profa. Elsa Lima Gonçalves Antunha na Faculdade de Educação exigem que o seu comissionamento seja sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens de seu cargo efetivo, motivo pelo qual venho solicitar a vossa Excelência retificação do Ato de

⁷⁹ Nos ofícios 101, 102, 103, 104, 106 e 139/70, a Faculdade de Educação solicitou a publicação, no Diário Oficial do Estado, das portarias de admissão dos referidos professores como auxiliares de ensino voluntários “independentemente de quaisquer salários ou vantagens pecuniárias. As professoras Adla Neme, Eleny Christóforo, Maria Thereza Fraga e Hermenegarda Alves Ludke e Cely Cintra Simoni passariam a compor o Departamento de Metodologia Geral do Ensino e Educação Comparada, as professoras Creta Alves e Zilda Augusto Anselmo passariam a compor o Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, enquanto o professor Sérgio Rocha passaria a compor o Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação.

⁸⁰ Ofício 180/70, da Diretoria da Faculdade de Educação.

15/09/70 e a competente apostila (FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP, 1970, p. 187).

Essas duas formas de composição do corpo docente eram associadas a uma terceira via, qual seja: a proposta de contratação advinda da sugestão/indicação de algum membro do corpo docente, feita, geralmente, no âmbito de cada um dos departamentos que, acompanhada do currículo do candidato, era avaliada pelo colegiado e, se aprovada, encaminhada à Congregação. Em praticamente todas as oportunidades, a Congregação acatava a sugestão do departamento e encaminha a contratação às instâncias superiores.

De acordo com as fontes analisadas, a primeira propositura deste tipo de contratação nasce no Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação. Não localizamos a ata da reunião do Departamento, mas o ofício 123/70, do diretor da Faculdade de Educação, Laerte Ramos de Carvalho, endereçado ao Diretor da FFLCH (que ainda respondia pelo orçamento da FEUSP). No ofício, Laerte assinala:

Tenho a honra de solicitar as dignas providências de V. Exa., no sentido de encaminhar aos órgãos próprios da Reitoria, atendendo o pedido feito pelo Chefe do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, já aprovado pelo Conselho do referido Departamento e, posteriormente, aprovado pela Congregação desta Faculdade, para que a ~~Dra.~~ Maria da Penha Villalobos seja contratada na qualidade de Assistente Doutor, referência MS2(1), em regime de tempo parcial. Cumpre-me informar a V. Exa. que a interessada é proposta no lugar dos licenciados Benedicto Ferri de Barros e Guiomar Namó de Mello, cujos contratos foram rescindidos a pedido dos interessados⁸¹.

Vale ressaltar que Maria da Penha Villalobos era esposa de João Eduardo Rodrigues Villalobos, professor assistente-doutor no mesmo departamento e já assistente de Laerte Ramos de Carvalho na antiga Cadeira de História e Filosofia da Educação da FFCL USP. Na ata da 2ª reunião ordinária da Faculdade de Educação, é possível encontrar o registro do momento em que aquele colegiado deliberou por sua contratação:

No item 2 da pauta, isto é, “Contrato da professora doutora Maria da Penha Villalobos, depois de ter sido lido pelo professor Roque o Curriculum Vitae da interessada, os professores Querino, Amélia, Heladio e Mascaro pediram a palavra para enaltecer os serviços profissionais da candidata. Colocado em votação o referido contrato, foi o mesmo aprovado por unanimidade (ATAS DA CONGREGAÇÃO, Livro I, p. 7).

Em uma segunda oportunidade, na 7ª reunião ordinária da Congregação, realizada em maio, registra-se a proposta de contratação de Maria da Conceição Jacobina Rabello Maciel

⁸¹ No ofício a que tivemos acesso, o texto datilografado apresenta as marcações de correção que indicamos. O nome de Guiomar Namó de Mello aparece tachado e a sentença é convertida para o singular. Nossa hipótese é a de que o ofício encaminhado ao diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas fora corrigido, uma vez que a demissão de Namó de Mello não aconteceu ao mesmo tempo da demissão de Benedicto Ferri de Barros. Cremos que a contratação de Maria da Penha Villalobos foi apresentada como substituição exclusiva do licenciado Benedicto Ferri de Barros.

de Barros, aprovada pela Congregação por cinco votos, já que, no momento da votação, Roque Spencer Maciel de Barros retirou-se da sala, por tratar-se de sua esposa à época⁸².

Em uma terceira oportunidade, na 8ª reunião ordinária da Congregação, realizada em dezembro daquele ano de 1970, registra-se a proposta de contratação, aprovada por seis votos de Marta Maria de Carvalho Tinoco, filha de Laerte Ramos de Carvalho. Semelhante à situação descrita anteriormente, o diretor da Faculdade retirou-se da sessão no momento em que fora examinada a proposta⁸³.

O desenho do corpo docente da Faculdade de Educação da USP no final do ano de 1970 apresenta-se conformato às inclusões e negociações estabelecidas no primeiro ano da Faculdade de Educação. Para, além disso, as formas por meio das quais essas inclusões foram sendo processadas terminaram por constituir uma espécie de padrão que, ainda que informal, passaria a presidir os processos de admissão às funções docentes na Unidade. Esse processo era marcado por três estratégias complementares: a) o compartilhamento de quadros entre a Secretaria Estadual de Educação e a Faculdade de Educação que permitiria a esta última a solicitação de empréstimos/comissionamentos de professores da educação básica da rede estadual para atuarem nos cursos de Pedagogia e Licenciatura, como docentes; b) o aproveitamento das alunas e alunos matriculados no início da pós-graduação (1971) ou que vinham realizando atividades de pesquisa e formação junto ao antigo Departamento de Educação e ao CRPE no final dos anos de 1960 e c) a proposição e indicação de nomes a partir das redes de sociabilidade, compadrio, amizade e parentesco nas quais circulavam os professores da Faculdade de Educação.

A primeira dessas três estratégias é um traço peculiar da Faculdade de Educação (e que já estava presente, em menor medida, à época do Departamento de Educação, sobretudo na cadeira de Metodologia Geral do Ensino): o aproveitamento de docentes do antigo Colégio de Aplicação e de outras escolas públicas consideradas de qualidade nas quais circulavam professores licenciados, em geral formados pela própria FFCL. As outras duas estratégias são, em larga medida, expressão da permanência dos mecanismos já consagrados anteriormente no regime de cátedras: o recrutamento de futuros docentes a partir da eleição, pelos professores consagrados, dos estudantes que, em suas aulas demonstravam aproximar-se das características desejáveis à agregação e a formação desses futuros docentes a partir do

⁸² Cf. Atas da Congregação da FEUSP, Livro I, fls. 18.

⁸³ Cf. Atas da Congregação da FEUSP, Livro I, fls. 20.

exercício da docência em regime voluntário ou em regime de assistência/apoio aos docentes já consagrados. A instauração da Reforma Universitária não logrou, ao menos nos primeiros anos, conformar outros mecanismos para o ingresso no quadro docente da Faculdade de Educação. Manteve-se, sobretudo, um baixo grau de formalização dos processos de agregação e um trato fortemente marcado pelas relações pessoais de sociabilidade e convívio.

Importa sublinhar que as estratégias delimitadas acima não pressupunham o desconhecimento do mérito acadêmico dos candidatos a docentes. Salvo raríssimas exceções, todos os candidatos tinham sua trajetória intelectual analisada mediante apresentação de *curriculum vitae* no momento da proposição de suas contratações. Nos casos em que o candidato ainda não estava matriculado em algum programa de pós-graduação, a manutenção de seu contrato estava vinculada ao seu ingresso, com brevidade, em algum programa (preferencialmente, na própria FEUSP). Além disso, havia a previsão de que todos os auxiliares de ensino e assistentes contratados deveriam apresentar à Congregação relatórios de suas atividades com regularidade. A contratação era feita, em princípio, por um período de três anos (à semelhança dos instrutores do regime de cátedras) que poderiam ser renovados por até duas vezes.

Tais mecanismos permitiam fazer coincidir o tempo de formação como pesquisador (no programa de pós-graduação) ao tempo de iniciação à carreira docente universitária, num mesmo lugar e, em geral, sob a orientação e cuidados do mesmo professor. Assim, a espera pela progressão na carreira docente, para esses sujeitos, era um tempo de formação e de aposta durante o qual, ao mesmo tempo em que precisavam demonstrar as condições objetivas de mérito acadêmico, também precisavam demonstrar a aprovação subjetiva dos modos de fazer e ser parte do grupo de docentes.

Longe de serem um desvio, esses mecanismos são constitutivos da lógica específica de reprodução do corpo docente universitário, ancorada no pressuposto da responsabilidade dos “estabelecidos” (professores mais velhos, mais titulados e conceituados e que ocupam posições de mando no campo acadêmico) sobre as expectativas, desejos e projetos de carreira dos “novatos”, que fundamenta uma relação formativa específica capaz, de, ao final garantir a manutenção do grupo a partir da transmissão e apropriação do *habitus* acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Se a obra é a soma das penas,
 pago.
 Mas quero meu troco em poemas.
 Alice Ruiz*

No primeiro número da *Revista da Faculdade de Educação*, publicado em 1975, trouxe o artigo *As origens da Faculdade de Educação da USP*, de Heládio Antunha. (O texto recuperava a evolução dos estudos de educação e da formação de professores no estado de São Paulo, em uma narrativa de longa duração, articulando a Escola Normal da Praça da República, o Instituto de Educação e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no percurso que daria origem à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Nas palavras do autor as origens

[...] mais longínquas [da Faculdade de Educação] radicam nos planos dos republicanos históricos paulistas de criação – logo após a Proclamação da República – de um completo sistema de ensino no Estado, compreendendo desde escolas primárias (e o Jardim de Infância) até as superiores. Entre estas, acrescentando-se à Faculdade de Direito, mantida pela União e ao lado das projetadas Faculdades Estaduais de Medicina, de Agricultura e de Engenharia, pensou-se, já nos primeiros anos do regime republicano, na criação de um Curso Superior de Educação, também a ser mantido pelos cofres estaduais, como culminação das atividades de formação e de aperfeiçoamento do magistério, então a cargo exclusivo do Curso Normal [de nível médio] da Escola Normal da Praça, o atual Instituto de Educação “Caetano de Campos” (ANTUNHA, 1975, p. 25).

Nos trechos finais de seu texto, Antunha sugere uma tarefa para os historiadores das gerações posteriores. Justificando o recorte temporal de seu artigo, o autor afirma:

Não é nosso interesse neste momento, acompanhar a Faculdade de Educação da USP em todos os aspectos de sua história mais recente. Este é um trabalho que somente no futuro poderá ser feito, uma vez que é indispensável um distanciamento mínimo no tempo para que se possa compreender e avaliar com mais objetividade e isenção o que se está fazendo presentemente e para que se possa também com mais clareza para onde efetivamente caminham as coisas, quais as suas tendências, suas linhas de força. (ANTUNHA, 1975, p. 41).

Dois traços importantes do campo de estudos da história da formação de professores na Universidade de São Paulo aparecem anunciados no texto de Heládio Antunha: a) uma espécie de concentração na continuidade (que tem constrangido os historiadores a focar sua atenção de forma prioritária naquilo que revelaria as permanências e a secundar aqueles aspectos que denunciariam as mudanças nos modos, nas instituições e nos agentes responsáveis pela formação de professores ao longo do século XX) e b) uma narrativa

incompleta, interrompida no ano de 1962, quando o Departamento de Educação da USP foi criado.

O primeiro desses permitiu, por longo tempo, a sustentação de uma hipótese (de todo, pouco sustentável empiricamente) segundo a qual um suposto projeto republicano de formação de professores, delineado por intelectuais paulistas ainda no apagar das luzes do século XIX seria a origem explicativa de uma concepção, uma estrutura e um lugar de formação de professores erigido na Praça da República e que, por seu destino irrecusável, teria se transformado naquilo que hoje conhecemos como Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

O aparecimento de pesquisas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, mais dedicadas à compreensão das mudanças, rupturas e especificidades no campo da formação de professores em São Paulo, pôde colocar em cheque parte dessa hipótese ao revelar as formas singulares que a formação de professores assumiu nas diferentes institucionalidades que, até então, eram tratadas como uma única organização. Contra a memória monolítica de uma “Escola Normal” sempre idêntica a si mesma e sempre espelhando um projeto inteiriço e coerente, investigações conduzidas por Monarcha (1994) e Evangelista (1997) lançaram luzes às mudanças, reorientações e fraturas nas formas pelas quais se materializou a produção do campo educacional e a reprodução dos seus agentes e que emprestaram contornos muito distintos à mesma Escola Normal, respectivamente, na virada do século XIX para o XX e na década de 1930.

Nesse mesmo sentido, a análise do processo de incorporação do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia, empreendida por Bontempi Jr. (2011) condensa um conjunto de questionamentos à continuidade expressa no enquadramento de Antunha. No lugar de um processo tido como previsível de elevação da formação dos professores à instância Universitária que cumpriria o projeto republicano do início do século XX, a transferência dos intelectuais vinculados àquele Instituto para a Faculdade de Filosofia foi conflituosa e determinou novas descontinuidades e rupturas que exigiram uma reorganização do campo educacional e de suas relações com os demais agentes do campo intelectual que buscavam na Universidade de São Paulo recém-criada, um espaço institucional de consagração e reprodução.

Se são raros os estudos comprometidos com a percepção, análise e interpretação das rupturas e fraturas na narrativa de longa duração sobre a história das origens da Faculdade de Educação até o momento da incorporação do Instituto de Educação à USP, mais raros ainda

são aqueles dedicados a compreender as dinâmicas, estruturas, relações e modificações vividas no campo educacional e empreendidas por seus agentes a partir deste momento. A tese de doutorado de Bontempi Jr. (2001), ao eleger a cadeira de História e Filosofia da Educação no período de 1940 a 1960 como objeto de pesquisa, traduz, talvez, esforço inédito neste sentido. Sobre as demais porções do campo educacional na USP – agora inscrito na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – não pude encontrar, ao longo desta investigação, esforços semelhantes.

Considerando que a incorporação do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da USP significou uma ruptura e uma reorganização das relações entre o campo educacional e as demais esferas do campo intelectual; parece bastante plausível supor que eventuais modificações na dinâmica e na estrutura desta Faculdade de Filosofia significariam, também, redefinições e reposicionamentos na conformação do campo educacional e das suas relações com as demais esferas do campo intelectual na Universidade. Perante tal hipótese, a construção dos novos regulamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1962, a partir dos Estatutos da USP aprovados no mesmo ano emerge como um indício importante para uma historiografia mais atenta às rupturas e mudanças do que às permanências e continuidades desenhadas por Antunha em 1975.

Assim, a investigação que empreendi pretendeu questionar-se sobre um estágio singular da autonomização do campo educacional na USP que se inaugurou nesse momento e que se expressou, formalmente, na criação do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Interessado nas descontinuidades e mudanças instituídos pela ruptura com a estrutura anterior, decidi investir na análise das forças que concorreram para seu aparecimento e na compreensão dos contornos singulares que o período de 1962 a 1969 estabeleceu para a organização das posições (e das relações entre as posições) assumidas pelos intelectuais ligados à Educação na USP e nos modos específicos encontrados para formação de pedagogas e pedagogos.

No que tange ao primeiro foco, foi possível identificar que as limitações institucionais e os conflitos em torno do funcionamento da cátedra no ensino superior brasileiro estiveram em pauta desde a década de 1940 e ganharam a esfera governamental com o início da produção do documento base da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1948. A longa tramitação legislativa deste diploma legal trouxe para a esfera pública mais ampla e para as instâncias de agregação, convívio e produção de saber dos intelectuais (as escolas superiores e universidades) um debate amplo sobre quais seriam os ganhos e as perdas para os

agentes do campo universitário, com a continuidade do modelo até então vigente e com a adoção de um novo modelo, com a adoção do departamento.

A solução encarnada na LDB finalmente promulgada em 1961 expressava o consenso possível no nível governamental e permitia a cada uma das universidades brasileiras, eleger o modelo de organização que atendesse de forma mais adequada suas necessidades e especificidades. Cátedra e Departamento apareciam como soluções autorizadas e poderiam ser acionadas de forma exclusiva ou de forma combinada. Essa solução permitiu às universidades brasileiras, constrangidas por suas características singulares, iniciarem e produzirem, com seu próprio ritmo, o processo de departamentalização que seria concluído, definitivamente, com a reforma universitária do final daquela década.

Na Universidade de São Paulo, a existência da cátedra nas escolas profissionais tradicionais (a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica), o modo específico de composição da cátedra na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com a contratação de missões estrangeiras e a incorporação do Instituto de Educação à USP, interpretada por parte de seus docentes como uma conspurcação dos modos considerados legítimos para a ocupação da cátedra trazia elementos adicionais para esse processo.

As fontes analisadas permitem afirmar que esses elementos conduziram a Universidade de São Paulo a adotar, na reforma estatutária empreendida após a promulgação da LDB, uma postura também consensual – semelhante à expressa na LDB – delegando a cada uma de suas unidades a definição em torno de como organizaria sua vida institucional. As unidades poderiam manter as cátedras como vigoravam até então, criar alguns departamentos e fazê-los conviver simultaneamente com as cátedras ou substituir todas as cátedras existentes por departamentos.

Tornou-se imprescindível, a partir desta constatação, deslocar o meu olhar investigativo para as instâncias de legitimação e deliberação dos intelectuais que compunham a Faculdade de Filosofia da USP na década de 1960 a fim de compreender como esta Escola (na qual se organizava o campo educacional da Universidade) a fim de compreender e interpretar como foram geradas as respostas aos Estatutos de 1962.

Entendo, neste deslocamento, uma adesão ao caminho já trilhado por Bontempi Jr. e que significou uma opção por tratar de instâncias e espaços de formação, reprodução, organização e sociabilidades intelectuais mais específicas do que àquelas privilegiadas em estudos sobre o ensino superior: no lugar de concentrar a análise na esfera mais ampla das

políticas educacionais e da produção da legislação sobre educação ou, ainda, da esfera intermediária da gestão da universidade (e de suas estruturas de deliberação, como o Conselho Universitário), decidi verticalizar minha pesquisa nas instâncias internas da Faculdade de Filosofia e de suas cátedras. Assumir tal posição significou uma escolha por posicionar aqueles intelectuais como sujeitos capazes de negociar, estruturar e agir – ainda que constrangidos por condições outras – como organizadores de seu próprio campo de atuação.

As evidências reunidas no segundo capítulo desta tese indicam que tal caminho revelou-se produtivo. De fato, a Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras produziu uma resposta singular à interpelação a respeito da escolha entre cátedra e departamento. Gerou uma estrutura departamental e lutou explicitamente com o Conselho Universitário para que ela fosse tornada oficial.

Tanto para delinear quanto para negociar a implementação dessa estrutura departamental, a participação ativa dos intelectuais da educação (sobretudo Laerte Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros, José Querino Ribeiro e Maria José Garcia) foi bastante evidente, inclusive com a conversão de capital simbólico angariado e movimentado em outros espaços internos e externos à Universidade (o C.R.P.E/SP, a comissão que elaborou o Memorial para a Reestruturação da USP, o Conselho Estadual de Educação, os órgãos da imprensa, entre outros). Considero que essa participação específica e o investimento realizado por seus agentes permitiu as condições para a criação do Departamento de Educação como espaço relativamente autônomo do campo educacional na USP.

O período histórico sobre o qual esta pesquisa incidiu tem sido alvo de uma série de disputas ideológicas, conceituais e discursivas no campo da história da educação e, mais amplamente, no campo das ciências sociais, por força do efeito de concentração-condensação (Cardoso, 2011) que o golpe militar de 1964 e os seus desdobramentos exerceu e continua exercendo na compreensão e na produção de explicações sobre diferentes aspectos da vida societária daquela década. Ao assumir, de forma deliberada, um esforço para evitar a contaminação da investigação empreendida por aquele efeito, se pretendeu lançar luzes sobre a relativa autonomia do campo universitário, na forma que se organizou na Faculdade de Filosofia da USP, que lhe permitiu processar, a partir de suas próprias determinações, as demandas, os constrangimentos vindos do campo do poder político e que, com menor ou maior ênfase, pretenderam colonizar a vida universitária à época.

É importante assinalar que tal escolha significou realçar os aspectos relativos às disputas, alianças e relações entre os intelectuais que compunham o campo universitário da

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em seus espaços e estruturas de convivência acadêmica (a Congregação, o Conselho Técnico Administrativo, as cátedras) e secundar a análise das relações estabelecidas por eles e entre eles em outros espaços e estruturas da vida social. Todavia, compreendendo que os campos da vida social não se apresentam cindidos e recusando a hipótese de que haveria, a priori, uma hierarquia entre eles, debruçar-se mais densamente nas formas singulares e nas manifestações específicas de um dos campos é, em certa medida, encontrar-se com a pluralidade da vida social. Dito de outra forma, a sem perder de foco a compreensão de que a análise dos processos produzidos e vivenciados pelos sujeitos num espaço/campo social singular deve considerar sua relação íntima e irrecusável dos processos produzidos e vivenciados pelos sujeitos nos demais espaços e campos da vida social, é altamente desejável que haja o investimento no mapeamento, análise e interpretação das características e mecanismos específicos daquela singularidade.

Se, por um lado, não seria plausível supor uma independência absoluta entre os acontecimentos da esfera política mais ampla e os movimentos internos de acomodação, disputa e aliança empreendidos e vivenciados na Universidade de São Paulo e em sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, os documentos tratados na presente pesquisa indicam que aqueles acontecimentos foram processados a partir dos mecanismos específicos do campo acadêmico até o momento em que se consolidou a reforma universitária, em 1968.

A departamentalização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a consequente formação do Departamento de Educação da USP mostraram-se decisões motivadas e delimitadas pelas escolhas e deliberações dos intelectuais que compunham seu corpo docente no contexto de produção do regulamento da Escola nos anos de 1962 e 1963. Assim, as evidências elencadas demonstram que a separação dos diferentes campos do saber (anteriormente conglobados na FFCL) que seriam propostos com a reestruturação da USP em 1969 anunciava-se como desejo dos catedráticos e de parte dos assistentes que a compunham sete anos antes. No que tange ao Departamento de Educação, seu aparecimento e as características que ele assumiu se explicam, complementarmente, pelas posições ocupadas e pelas relações tecidas por seus agentes em outros órgãos da própria Universidade de São Paulo (o Centro Regional de Pesquisas Educacionais e o Colégio de Aplicação).

Quanto ao funcionamento e dinâmica interna do Departamento de Educação, considero importante afirmar que, longe de se estabelecer como uma confraria generosa de mulheres e homens inspirados pela questão educacional e pelo compromisso concorde a respeito das diretrizes, processos e caminhos adequados para a formação de professores, as

fontes que tratei indicam um processo de hierarquização, disputa e negociação das diferentes formas de capital simbólico e de posições de poder.

Os três conjuntos que passaram a compor o Departamento de Educação (dois nascidos das cadeiras de Administração Escolar e um nascido da cadeira de Orientação Educacional) criaram uma espécie de geografia da formação dos pedagogos e distribuíram tanto os intelectuais quanto os estudantes de pedagogia em regiões de hegemonia, marcadas por formas próprias de relação, por preferências de formação, pesquisa e leitura e por espaços de atuação institucional. Aqueles docentes e estudantes ligados ao conjunto de História e Filosofia da Educação eram vocacionados para os estudos desinteressados sobre a história do pensamento, a história da filosofia e sobre as questões relacionadas aos fins da educação; aqueles docentes e estudantes ligados ao conjunto de Administração Escolar e Educação Comparada eram vocacionados para os estudos sobre a legislação, a estrutura e o funcionamento do ensino público e para a ocupação de cargos e funções nos órgãos de assessoria e gestão dos sistemas e; por fim, aqueles ligados ao conjunto de Orientação Educacional vocacionavam-se para o exercício desta profissão nas escolas secundárias e para uma aproximação investigativa com o campo da psicologia.

Além dessas três arenas, o Departamento de Educação também é fruto de uma espécie de colonização da antiga Seção Especial de Didática (e da Cadeira de Didática Geral e Especial), empreendida a partir da aposentadoria de Onofre de Arruda Penteado Junior. A lacuna de poder que emergiu com o afastamento do catedrático titular ensejou a oportunidade para o movimento de conquista do qual esteve à frente José Querino Ribeiro (catedrático de Administração Escolar) que passou a ocupar, interinamente, a Cadeira de Didática Geral e Especial. Querino Ribeiro empreendeu uma reorganização daquele espaço e das relações entre os assistentes e instrutores, criando a Cadeira de Metodologia Geral do Ensino e articulando as condições para que Amelia Americano Domingues de Castro pudesse suceder o catedrático aposentado, como regente livre-docente.

Se, para que o Departamento ganhasse existência institucional, as entre os diferentes catedráticos e seus assistentes puderam ser temporariamente e estrategicamente suspensas ou mitigadas a partir da liderança de Laerte Ramos de Carvalho e da ação colonizadora de José Querino Ribeiro em relação à Seção Especial de Didática, é preciso asseverar que os intelectuais ligados à cadeira de História e Filosofia da Educação (e ao conjunto de mesmo nome), ocuparam posição hegemônica de forma praticamente inquestionável enquanto Laerte Ramos de Carvalho esteve à frente do CRPE e da cátedra. Seu afastamento, para ocupar a

Reitoria da UnB coincide com a emergência de um conjunto de conflitos e disputas entre a Cadeira de Metodologia Geral do Ensino e a disciplina autônoma de Orientação Educacional e entre esta última e a cadeira de História e Filosofia da Educação, sob regência – em substituição – de Roque Spencer Maciel de Barros. O capítulo três desta tese, a partir do tratamento de documentos e também de entrevistas realizadas com pedagogas formadas pelo Departamento de Educação da FFCL, pôde reconstruir essa dinâmica de aproximações, alianças e disputas que se manifestavam não só no âmbito estrito do curso de Pedagogia, mas também no Colégio de Aplicação, que contava com um modelo de gestão no qual estava prevista uma composição de poderes das cadeiras de Administração Escolar, Metodologia Geral do Ensino e da disciplina de Orientação Educacional.

As tensões nascidas a partir do afastamento de Laerte Ramos de Carvalho tiveram seu momento mais crítico com a crise instaurada em 1967 no Colégio de Aplicação, a partir da reorganização proposta pelo Departamento de Educação. O resultado do aprofundamento de tais tensões determinou os fatores que tornaram insustentável a permanência de Maria José Garcia Werebe no grupo e que explicam sua transferência posterior para o Departamento [depois, Instituto] de Psicologia e o reposicionamento da Orientação Educacional no eixo formativo do curso de Pedagogia da USP.

A segunda metade da década de 1960 foi marcada, no plano interno da USP, pela intensificação em torno da pauta de uma reforma mais ampla da Universidade. Tal movimento encontrou diálogo e guarida na vontade modernizadora-repressora do regime militar e de sua proposta de aceleração das mudanças a seu ver necessárias para o ensino superior. Essa conjuntura permitiu aos intelectuais do Departamento de Educação, um espaço favorável para a negociação de uma autonomia ainda maior para o campo educacional da USP. Desta forma, no momento em que a Universidade redefiniu seus estatutos, em 1969, havia um consenso amplo em torno da viabilidade, necessidade e oportunidade da criação de uma Faculdade autônoma de Educação.

Assim, as características formais e informais assumidas pelo Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia ao longo da década de 1960, bem como as disputas, negociações, exclusões e agregações que empreendidas para torna-lo relativamente orgânico e que se expressavam na divisão de áreas de concentração, nas diretrizes assumidas para organizar o currículo e a formação dos pedagogos, nas hierarquias entre as disciplinas, na distribuição das posições de poder entre os intelectuais e nas relações com outros órgãos e

departamentos da própria Faculdade de Filosofia foram estruturantes para o modelo assumido pela Faculdade autônoma que dele emergiu.

Desejei, neste trabalho, contribuir com o campo dos estudos da História da Educação a partir da análise de um período (e de um lugar institucional) ainda não estudado da constituição do campo educacional na Universidade de São Paulo. Para tanto, elegi como fontes de pesquisa vertical uma documentação institucional relativa às instâncias de deliberação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e um conjunto de nove entrevistas generosamente concedidas por nove ex-alunas e docentes da Faculdade de Educação. Ao lado desses dois conjuntos de fontes, busquei articular as evidências e indícios encontrados ao tratamento de outras fontes já consagradas no campo (a produção da imprensa e os trabalhos acadêmicos voltados à história do ensino superior brasileiro e à história da Universidade de São Paulo).

Considero que os três pontos fundamentais em que esta tese anuncia a referida contribuição são: a) o deslocamento temporal em relação aos estudos anteriores preocupados em mapear as origens da Faculdade de Educação, que se concentravam em períodos anteriores ou nos acontecimentos da Reforma Universitária de 1968 e b) o deslocamento de escala que inscrevi ao focar nas dinâmicas específicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e do Departamento de Educação, no lugar de adotar o caminho mais frequente de situar a análise nos níveis da macroesfera da política educacional ou da gestão da Universidade e c) a análise dos conflitos, negociações e relações de força estabelecidas entre os intelectuais congregados no Departamento de Educação da USP que permitem vislumbrar os contornos (em termos de formação e reprodução do corpo docente, currículo de formação e relações com outras unidades da USP) que seriam assumidos pela Faculdade de Educação autônoma a partir de 1970.

...

No romance *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, a personagem Miundinga, refletindo sobre a condição humana, expressa o seguinte pensamento: “Não inventaram ainda uma pólvora suave, maneirosa, capaz de explodir os homens sem lhes matar. Uma pólvora que, em avessos serviços, gerasse mais vida. E do homem explodido, nascessem os infinitos homens que lhes estão por dentro”.

As palavras proferidas pela personagem revelam, disfarçado de desejo, um pressuposto ético que presidiu esta investigação: a compreensão da irredutibilidade dos sujeitos humanos frente ao trabalho analítico de qualquer ciência. Miundinga diz dos infinitos homens que convivem num mesmo homem para nos lembrar – fato incontornável – a complexidade da existência e da experiência humanas.

Ao investigar a atuação singular de homens e mulheres que instituíram e consolidaram o Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1962 e que, a partir dele, criaram a Faculdade de Educação da mesma universidade, em 1970, escolhi trilhar um caminho em que a inscrição dos nomes próprios e a evocação da presença e da ação desses sujeitos é uma constante. Tal escolha impôs uma atenção firme à distinção, feita por Pierre Bourdieu (2011), entre o indivíduo empírico e o indivíduo epistêmico, este construído pelo pesquisador/analista, aquele, realidade plena em sua complexidade, existência única e singular.

Se é difícil, senão impossível, evitar que enunciados que contêm nomes próprios ou exemplos singulares tenham um valor polêmico é porque o leitor substitui quase inevitavelmente o sujeito e o objeto epistêmicos do discurso pelo sujeito e objeto práticos, convertendo o enunciado probatório sobre o agente construído em denúncia performativa contra o indivíduo empírico ou, como se diz, polêmica ad hominem (BOURDIEU, 2011, p. 48).

É meu desejo, como pesquisador, que o esforço empreendido nessa investigação tenha guardado observância a esse cuidado fundamental. Que as mulheres e homens aqui nomeados não tenham sido, por força do argumento ou por desvio da escrita, sido reduzidos a meras posições do campo intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves. **Universidade de São Paulo**: Fundação e Reforma. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo. Estudos e Documentos 10, 1974.

ARF, Fabiana Aparecida. **Carlos Correa Mascaro e Moysés Brejon**: Contribuições dos assistentes da cátedra de José Querino Ribeiro para a Administração Escolar no Brasil. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 2012.

ATAS DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO. **Livro I (1942-1946)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

_____. **Livro II (1946-1948)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1946-1958.

_____. **Livro III (1948-1952)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1948-1952.

_____. **Livro IV (1952-1959)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1952-1959.

_____. **Livro V (1959-1962)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1959-1962.

_____. **Livro VI (1962-1964)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1962-1964.

_____. **Livro VII (1965-1966)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1965-1966.

_____. **Livro VIII (1966-1967)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1966-1967.

_____. **Livro IX (1967-1968)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1967-1968.

ATAS DA CONGREGAÇÃO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Livro I (1942-1948)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de filosofia, Ciências e Letras. 1942-1948.

_____. **Livro II (1948-1953)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1948-1953.

_____. **Livro III (1953-1956)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1953-1956.

_____. **Livro IV (1956-1960)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1956-1960.

_____. **Livro V (1960-1961)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1960-1961.

_____. **Livro VI (1961-1963)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1961-1963.

_____. **Livro VII (1963-1965)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1963-1965.

_____. **Livro VIII (1965-1966)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1965-1966.

_____. **Livro IX (1966-1968)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1966-1968.

ATAS DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO. **Livro I (1970-1976)**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1970-1976.

BARBOSA, Débora Rosaria. **Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da USP. 2011

BEISIEGEL, Celso de Rui. Origens das Orientações da pesquisa educacional na Faculdade de Educação da USP. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.2, p. 357-364, jul./dez. 2003

BONTEMPI Jr., Bruno. *A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese de Doutorado em Educação, PUC- São Paulo, 2001.

_____. Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**. n. 41, v. 142, jan./abr., p. 188-206, 2011.

_____. **História da Educação Brasileira: o terreno do consenso**. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Homo Academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Editores Associados/Cortez, 1982.

_____. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CELESTE FILHO, Macionirio. **A Reforma Universitária e a Universidade de São Paulo: década de 1960**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

COSTA, Hebe da Canuto Boa-Viagem. Resgatando a memória dos pioneiros: Laerte Ramos de Carvalho (03/09/1922 – 07/08/1972). **Boletim da Academia Paulista de Psicologia** [online]. 2008, vol. 17, nº 1. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2008000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 mai. 2015.

CORREIO PAULISTANO. **Curso de Férias para Administração Escolar**. Publicado em: 14 nov.1935, 1935a, p. 2.

_____. **Curso de Método de Projetos**. Publicado em: 10 dez. 1935, 1935b, p. 3.

_____. **Liga do Professorado Católico**. Publicado em: 24 dez. 1935, 1935c, p. 2.

_____. **Diretoria Arquidiocesana de Ensino Religioso**. Publicado em: 22 nov. 1938, p. 2.

CUNHA, Luis Antônio da. A cátedra universitária no Brasil: persistência, mudança e desaparecimento. **Anais do 18º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. 1994.

DREYFUS, André. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a sua reforma. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 10, n. 26, 1947. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/3525/2127>> Acesso em: 12 abr. 2015.

EVANGELISTA, Olinda. **A formação do professor em nível universitário** – O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP. **Programas para o Curso de Pedagogia e Diversos Cursos de Licenciatura desenvolvidos pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 1972 (mimeo).

FAVERO, M. L. de A. Da Cátedra ao Departamento: Subsídios para discussão. **Anais do 23º Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação**. 2000. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Coord.). Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). **Depoimentos**, v. 5, Rio de Janeiro: UFRJ/FUJB/CFCH/PROEDES, 1992.

_____. et al. A Cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia. **Educação Brasileira**. Brasília, 12, nº 24, 1º semestre de 1990.

_____. **Universidade e Poder**. Análise Crítica e fundamentos Históricos (1930-1945). Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1961)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da USP, 2001.

FETIZON, Beatriz Alexandrina de Moura. **Educar Professores?** (Um questionamento dos Cursos de Licenciatura da USP). São Paulo: FEUSP, 1978 (Estudos e Documentos, vol. 24).

_____. **Subsídios para o Estudo da Universidade de São Paulo**. Tese (Doutorado). São Paulo: FEUSP, 1986.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Entrou em greve o Colégio de Aplicação.** Publicado em 13 out. 1967, p. 1.

_____. **Agora é a vez da Pedagogia.** Publicado em: 14 out. 1967, p. 6.

_____. **Pode terminar hoje a greve no Colégio de Aplicação.** Publicado em: 23 out. 1967, p. 3.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Universidade de São Paulo** – Provimento da cadeira de Psicologia Educacional. Publicado em: 19 maio 1955, p. 8.

_____. **Indeferido pedido de anulação.** Publicado em: 27 de ago. de 1959, p. 15.

_____. **Instalação de um Colégio de Aplicação nesta Capital.** Publicado em: 13 jul. 1956, p. 7.

_____. **Departamento de Química da Faculdade de Filosofia.** Publicado em: 25 ago. 1942, p. 5.

_____. **A Estada do prof. Dreyfus no EE UU.** Publicado em: 25 fev. 1944, p. 1.

_____. **Coluna Notas e Informações.** Publicado em: 03 mar. 1948, p. 3.

_____. **Cátedra ou Departamento?.** Publicado em: 27 maio 1962, p. 3.

_____. **CRPE: dada posse ao novo Conselho.** Publicado em: 12 nov. 1961, p. 31.

_____. **Novos temas apresentados no debate sobre o Ensino.** Publicado em: 03 set. 1959, p. 10.

_____. **A Reestruturação da USP.** Publicado em: 10 jul. 1968, p. 3.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, 1993, pp. 62-77. Rio de Janeiro, FGV.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Imprensa e Ensino na Ditadura. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien G. e DE LUCA, Tânia (orgs). No prelo, disponível on line em <http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/imprensaEnsinoDitadura.pdf>. Acessado em: 02 ago. 2015

MARIANI, Clemente. Exposição de motivos da mensagem presidencial nº. 605 de 29 de outubro de 1948. **Diário do Congresso Nacional** (13/11/1948). Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=13/11/1948> Acesso em: 10 fev. 2015.

PILETTI, Nelson. Laerte Ramos de Carvalho: a concepção de educação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, vol. 16, n.1 / 2, p. 38-61, 1990.

_____. Laerte Ramos de Carvalho: a formação e os estudos histórico-filosóficos. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, vol. 14, n. 2, p. 235-258, 1988.

_____. Laerte Ramos de Carvalho: o discurso e a prática. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, vol. 17, n. 1/2, p. 65-101, 1991.

RAINIERI, Nina Beatriz Stocco. **Autonomia Universitária na USP, 1934-1969**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SIRINELLI, Jean-François., Os Intelectuais. In: REMOND, Renè. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV, 1996.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1966.

_____. **Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1962**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1962.

_____. **Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1963**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1963.

_____. **Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1964**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1964.

_____. **Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1966**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1966.

_____. **Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1967.** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1967.

_____. **Programas aprovados pela Congregação para o ano letivo de 1968.** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1968.

WARDE, Miriam Jorge. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*, Brasília, n. 23, p. 1-6, 1984.

_____. Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo. In: GARCIA, Walter E. (Coord.). **Inovação Educacional no Brasil: Problemas e Perspectivas**, Editores Associados: Campinas, 1990.

_____. Questões teóricas e de método: A história da Educação no marco da História das Disciplinas. In: SAVIANI, Dermeval et al. (orgs.) **História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual.** São Paulo: Cortez, 1998.

WEREBE, Maria José Garcia. A experiência do Serviço de Orientação Educacional do Colégio de Aplicação, **Revista de Pedagogia**, n. 11/12, p. 131, 1969

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como Laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1950-1960).** Bragança Paulista, CDAPH/EDUSF, 2000.